CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2023-2027

APRESENTAÇÃO

O presente **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI**), com previsão de ciclo se desdobrando de 2023 a 2027, contempla o **Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO**, Credenciado por meio da Portaria nº 1.062/2018, publicada no D.O.U. de 19 de outubro de 2018, apresentando o histórico da Mantenedora e da IES, e todas as políticas e rotinas administrativas e acadêmica, internas e externas, já consolidadas e que irão se potencializar no novo ciclo.

Destarte, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Dom Pedro II se desdobra da seguinte forma:

No primeiro Capítulo, apresentamos o **Histórico do Centro Uiversitário Dom Pedro II – UNIDOMPEDRO**, de sua Mantenedora, a Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda., CNPJ n° 05.817.107/0001- 40, e da *holding* UNIDOM PARTICIPAÇÔES S/A, CNPJ nº 27.632.503/0001-36, que detém majoritariamente a Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda., além de mais uma Mantenedora, duas Unidades de Saúde/Escola, e outros negócios.

Apresentamos ainda a Missão e demais marcos de referência da UNIDOMPEDRO; sua oferta de graduação, pós-graduação *lato sensu*, de extensão e de iniciação à pesquisa; contexto local, regional e nacional; e a projeção de crescimento para os cinco próximos anos.

No segundo e terceiro Capítulos, contemplamos o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, com todas as políticas e a **Organização Didático Pedagógica da Instituição**, apresentando sua realidade atual já com a projeção do Centro Universitário para os próximos cinco anos, o que contempla tanto a modalidade presencial, quanto a distância.

Já no Capítulo 4, discorremos especificamente sobre a **modalidade a distância** e todas as suas rotinas administrativas e acadêmicas, como desdobramento de tudo quanto exposto no **Projeto Pedagógico Institucional e na Organização Didático Pedagógica da Instituição.**

No Capítulo 5, apresentamos o perfil do **Corpo Docente**, o que inclui docentes do presencial e tutores docentes da modalidade a distância, com todas as políticas afetas, contempladas de forma plena no Plano de Carreira do Corpo Docente, já devidamente homologado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 06/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015.

No Capítulo 6, apresentamos o perfil do **Corpo Docente Técnico Administrativo**, o que inclui os tutores que atuam na modalidade a distância, com todas as políticas

afetas, contempladas de forma plena no Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo, já devidamente homologado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 07/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015.

No Capítulo 7, contemplamos a **Organização Administrativa da IES**, com referência ao seu modelo de gestão e a estrutura administrativa e hierárquica contida no Regimento Interno do Centro Universitário Dom Pedro II, contemplando os Campi fora da Sede.

No Capítulo 8, apresentamos o **Planejamento e Avaliação Institucional da IES**, com fulcro na Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Dessa forma, apresentamos o papel e atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e sua correlação efetiva com a gestão acadêmica e administrativa da IES.

No Capítulo 9, apresentamos as políticas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presencial e a distância, na forma da legislação vigente, correlatos aos cursos de graduação existentes. Inclusive, vale salientar que, tudo o quanto previsto neste Plano de Desenvolvimento Institucional, no que couber, se aplica também ao ensino técnico, apesar do mesmo não ter sido implantado de forma efetiva com matrícula de alunos.

No Capítulo 10, apresentamos o **Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira da Mantenedora**, aplicada à IES e seus próximos cinco anos, contemplados nos últimos três DRE (Demonstrativo de Resultado do Exercício).

Por fim, **no Capítulo 11**, apresentamos a **Infraestrutura da IES** e suas instalações acadêmicas e administrativas: Sede e endereços anexos; Campi fora da Sede - Campus de Barreiras / Campus de Jequié / Campus de Luis Eduardo Magalhães; Polos da educação a distância; tudo devidamente cadastrado e registrado no sistema e-mec.

Respeitosamente,

Equipe Acadêmica e Administrativa
Centro Universitário Dom Pedro II
UNIDOMPEDRO

Sumário

1. PERFIL INSTITUCIONAL 08
1.1 Dados da Mantenedora 08
1.2 Dados da Mantida 09
1.2.1 Dirigentes da IES 09
1.2.2 Endereços da IES: Sede e endereços vinculados, e Campi fora da Sede 09
1.2.3 Objetivo, Missão e Visão da IES 10
1.2.4 Valores da IES 11
1.2.5 Princípio Pedagógico da IES 12
1.2.6 Metas da IES 12
1.3 Histórico e Desenvolvimento da IES 13
1.3.1 A Mantenedora e o Grupo UNIDOM 16
1.4 Oferta de Graduação na IES 17
1.5 Oferta de Pós-Graduação na IES 20
1.6 Oferta de Extensão 20
1.6.1 Eventos Sócioeducativos 21
1.6.2 Cursos de Extensão 23
1.6.3 Eventos Científicos 25
1.6.4 Projetos de Formação e Carreira 25
1.7 Oferta de Iniciação à Pesquisa: 26
1.8 Área de Atuação da IES e Inserção Local, Regional e Naciona 26
1.8.1 O Contexto Econômico do Entorno: O bairro do Comércio 27
1.8.2 A Região Metropolitana de Salvador (RMS) 29
1.8.3 O Cenário Socioeconomico e Cultural Baiano e suas nuances 31
1.8.4 O Cenário Socioeconomico e Cultural Sergipano e suas nuances 34
1.8.5 Estudo para Implantação de Polos de Apoio Presencial 40
1.8.5.1 Estudos sobre Implantação dos Polos na Bahia 41
1.8.5.2 Polos no Estado de Sergipe 43
1.8.5.3 Polos no Brasil: 44
1.9 Projeção de Crescimento da IES para os próximos Cinco Anos 47

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: 49
2.1Políticas de Ensino: 53
2.2 Política de Iniciação à Pesquisa/Científica, Tecnológica, Artística e Cultural: 55
2.3 Políticas de Extensão 58
2.4 Políticas de Pós-Graduação *Lato Sensu*: 63
2.5 Políticas de Responsabilidade Social: Inclusão Social: 66
2.6 Políticas Referentes Ações Institucionais no que se refere à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural 69
2.7 Políticas institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social: 71
2.8 Políticas institucionais para as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial: 74
2.9 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente: 75
2.10 Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural 78
2.11 Comunicação da IES com a Comunidade Externa 79
2.12 Comunicação da IES com a Comunidade Interna 80

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO: 81
3.1 Metodologia: 81
3.2 Estratégias de ensino e aprendizagem (Metodologias Ativas) 82
3.2.1 Interdisciplinaridade 84
3.2.2 Transversalidade 85
3.3 Teoria x Prática 86
3.4 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem 87
3.5 Estagio Supervisionado 89
3.6 Trabalho de Conclusão de Curso 96
3.7 Atividades Complementares 98
3.8 Formas de Acesso aos Cursos 102
3.9 Atendimento aos Discentes: 103
3.9.1 Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais: 104
3.9.2 Regulamento do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAPP) 108
3.10 Regime Acadêmico e Matrículas 108
3.11 Programas de Nivelamento 112
3.12 Monitoria 114
3.13 Estímulo as Atividades Acadêmicas 119
3.14 Acompanhamento dos Egressos 120
3.15 Colegiado de Curso 123
3.16 Núcleo Docente Estruturante 127
3.17 Equipe Multidisciplinar e Plano de Ação 130
3.18 Comitê de Ética em Pesquisa 132
3.19 Projeto Formação e Carreira (teoria x prática / extensão / iniciação a pesquisa / Interdisciplinaridade) 133
3.20 Procedimentos constituídos frente a Pandemia da COVID 19 135

4. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA IES 137
4.1 Histórico, Implantação e Funcionamento: 139
4.2 Regime Acadêmico e Matriculas: 142
4.3 Definição de Papeis na Educação a Distância da IES: 143
4.4 Tecnologia da Informação e AVA: 145
4.5 Materiais e Conteúdos Educacionais: 147
4.6 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático: 150
4.7 Atividades de Tutoria: 151
4.8 Interação de Alunos, Coordenadores, Tutores docentes, Tutores e Polo: 154

5. PERFIL DO CORPO DOCENTE (Docentes e Tutores Docentes): 157
5.1 Política de formação e capacitação docente 158
5.2 Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Docente 159
5.3 Programa de Apoio à Realização e Participação em Eventos Internos, Externos e à Produção Acadêmica do Docente 160

6 PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (inclusive Tutores): 162
6.1 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico Administrativo (inclusive Tutores) 163
6.2 Perfil dos Tutores 165
6.3 Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Técnico Administrativo 166

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO: 167
7.1 Os Campi fora da Sede 169
7.2 Modelo de Gestão Institucional 170

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: 177
8.1 Processo de Autoavaliação Institucional 178
8.2 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica 181
8.3 Relatórios de autoavaliação 182
8.4 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação 183
8.5 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados 185
8.6 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação 186

9. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: 191
9.1 Estrutura Organizacional 191
9.2 Oferta de Cursos 191
9.3 Processo Seletivo 192
9.4 Regime de Aulas e Matrículas 192
9.5 Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores 192
9.6 Verificação do Rendimento Escolar 194
9.7 Estágio Supervisionado 196
9.8 Trabalho de Conclusão de Curso 197
9.9 Atividades Complementares 197
9.10 Infraestrutura Disponível na Sede e nos Polos 198
9.11 Metodologia, Pessoal e Infraestrutura de Suporte a Modalidade a Distância 200
9.11.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 203
9.11.2 Conteúdos, Materiais e Recursos Didáticos de Aprendizagem Virtual 204
9.11.3 Aprendizagem no EaD 206
9.11.4 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático 208
9.12 Corpo Docente 210
9.13 Corpo Técnico Administrativo 210
9.14 Diplomas e Certificados 211
9.15 Nivelamento 212

10 DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: 215

11. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS: 218
11.1 Instalações Administrativas 218
11.2 Salas de Aula 219
11.3 Auditório 220
11.4 Sala Coletiva de Professores 220
11.5 Espaços para Atendimento aos Discentes 220
11.6 Espaços de Convivência e de Alimentação 220
11.7 Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas: Infraestrutura Física 221
11.8 Infraestrutura Física e Tecnológica destinada à CPA 221
11.9 Bibliotecas: Infraestrutura e Plano de Atualização do Acervo 222
11.9.1 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo 223
11.10 Salas de Apoio de Informática (acesso a equipamentos de informática) 226
11.11 Instalações Sanitárias 226
11.12 Infraestrutura Tecnológica 227
11.13 Infraestrutura de Execução e Suporte 228
11.14 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos 229
11.15 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação 229

11.16 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral 231
11.17 Espaço de Trabalho para o Coordenador 231
11.18 Infraestrutura dos Campi 231
11.18.1 Campus de Barreiras 232
11.18.2 Campus de Jequié 233
11.18.3 Campus de Luis Eduardo Magalhães 233
11.19 Infraestrutura dos Polos de Apoio Presencial 234
11.19.1 Infraestrutura do Polo de Ribeira do Pombal (Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança) 235
11.19.2 Infraestrutura do Polo de Lagarto (Faculdade Dom Pedro II de Sergipe) 236

1 PERFIL INSTITUCIONAL:

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO (IES nº 3588), sediado no bairro do Comércio, região da Cidade Baixa, Centro Histórico de Salvador/BA, é mantido pela Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda., CNPJ n° 05.817.107/0001-40, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, constituída nos termos do Contrato Social como Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Ltda., com última alteração devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob nº 97692941, da Comarca de Salvador, em 29 de Agosto de 2017.

A Mantenedora Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda. pertence majoritariamente a UNIDOM PARTICIPAÇÔES S/A, CNPJ nº 27.632.503/0001-36, *holding* que detêm mais duas Mantenedoras de IES, perfazendo o GRUPO UNIDOM, que totaliza 05 (cinco) IES e duas unidades de saúde entre os estados de Bahia e Sergipe, dentre outros negocios.

A Faculdade Dom Pedro II foi Credenciada através da Portaria nº 1.640/2005, publicada no D.O.U. nº 92 de 16/05/2005, tendo seu primeiro ciclo de desenvolvimento institucional se desdobrando de 2005 a 2010. Por conseguinte, houve o processo de Recredenciamento, que gerou a publicação da Portaria nº 345/2017, publicada no D.O.U. nº 49 de 13/03/2017, com a emissão do **CI - Conceito Institucional 4 (quatro)**. Nesse interim, ocorreu o Credenciamento EaD, através da Portaria nº 415/2015, publicada no D.O.U. nº 80 de 29/04/2015, com a emissão do **CI - Conceito Institucional 5 (cinco)**.

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO foi Credenciado por meio da Portaria nº 1.062/2018, publicada no D.O.U. de 19 de outubro de 2018, com a emissão do **CI - Conceito Institucional 4 (quatro)**.

1.1 Dados da Mantenedora:

Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda. CNPJ n°05.817.107/0001-40

Fundador: Prof. Luiz Brandão Dantas Costa

Presidente: Prof. Nelson Piauhy Dourado Neto

Sede e foro: Salvador/Bahia.

Endereço da Sede: Avenida Estados Unidos, n° 18/20, Ed. Wildberger, 1º andar, Bairro do Comércio. CEP 40.010-020. Salvador/Bahia.

1.2 Dados da Mantida:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II - Código no MEC: IES nº 3588

Credenciamento: Portaria nº 1.640/2005, publicada no D.O.U. nº 92 de 16/05/2005. **Recredenciamento:** Portaria nº 345/2017, publicada no D.O.U. nº 49 de 13/03/2017. **Credenciamento EaD:** Portaria nº 415/2015, publicada no D.O.U. nº 80 de 29/04/2015. **Credenciamento Centro Universitário:** Portaria nº 1.062/2018, publicada no D.O.U. de nº 202 de 19/10/2018.

Índices	Valor	Ano
CI - Conceito Institucional:	4	2018
CI-EaD - Conceito Institucional EaD:	5	2013
IGC - Índice Geral de Cursos:	3	2021
IGC Contínuo:	2.4995	2021

1.2.1 Dirigentes da IES:

REITOR DA .IES:
Prof. Nelson Piauhy Dourado Neto

PRÓ-REITOR DE ENSINO E REGULAÇÃO:
Prof. Dr. Valmir Farias Martins

PRÓ-REITORA DE ENSINO:
Profa. Ma. Andrea Bernardes

DIRETORA FINANCEIRA
Cristiana Bloisi

1.2.2 Endereços da IES: Sede e endereços vinculados, e Campi fora da Sede (cadastrados no sistema e- mec conforme número de registro abaixo):

SEDE: (cód. e-mec 659553) Campus - Salvador - Comércio: Av. Estados Unidos, nº 18/20, Ed. Wildberger, 1º andar, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 40.010-020.

- **Endereços em funcionamento vinculados à Sede:**

(cód. e-mec 6815) Campus 2: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 41100-010;

(cód. e-mec 1055720) Unidade 2: Rua Grécia, s/n, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP 40010-010.

(cód. e-mec 1082117) Edfº Big: Praça da Inglaterra, Edfº Big, nº 06, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP CEP 40.015-140.

(cód. e-mec 1060419) Unidade Acadêmica: Rua das Pedrinhas, Ladeira da Terezinha, Subúrbio Ferroviário, s/n, Bairro Periperi (Escada). Salvador/Bahia. CEP 40.720-460. **Obs:** Hospital Alayde Costa e Complexo de Saúde para o Curso de Medicina e Odontologia, além de Campo de Estágio para demais Cursos.

(cód. e-mec 1106357) Campus Patamares: Rua Bicuíba, Nº s/n - Patamares - Salvador/Bahia. CEP 41680-050.

- **Campus fora da Sede:**

Os seguintes Campus fora da Sede estão Credenciados mediante Unificação de Mantidas:

(cód. e-mec 1116137) Campus Barreiras: Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 106, Bairro Sandra Regina, Barreiras/Bahia. CEP 47.802-000

(cód. e-mec 1116138) Campus Jequié: Avenida João Goulart, nº 171 – A, Centro - Jequié/Bahia. CEP 45.200-070.

(cód. e-mec 1101522) Campus Luis Eduardo Magalhães: Rua Rui Barbosa, quadra 35, Campus Principal, Nº Lote 16/17 - Centro - Luís Eduardo Magalhães/Bahia. CEP 47.850-000.

1.2.3 Objetivo, Missão e Visão da IES:

O Centro Universitário Dom Pedro II pretende proporcionar uma sólida formação acadêmica, profissional e humana dos seus alunos, através da excelência do ensino, da extensão e da iniciação à pesquisa, associadas às atividades sócio-educativas integradas à sociedade do entorno e da região, buscando estabelecer uma sintonia com os dilemas do homem hodierno e estimulando uma reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo, o que podemos sintetizar da seguinte forma:

OBJETIVO

"Promover o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, com ênfase no ensino, na extensão e nos programas de iniciação à pesquisa integrados à sociedade, de maneira a cooperar com a formação profissional e humana dos seres humanos no mundo contemporâneo".

MISSÃO

"Formar cidadãos conscientes e profissionais competentes para o desenvolvimento humano solidário e bem fundamentado, com pleno domínio dos saberes e das práticas necessários ao exercício profissional, detentores de princípios éticos e de cidadania, e com condição de participar ativamente do desenvolvimento da sua região, do Estado e do País".

VISÃO

"Desenvolver um ensino sócioeducativo criativo, voltado para a interação com a extensão e a iniciação à pesquisa, valorizando, acima de tudo, a qualificação dos seres humanos com uma formação técnico profissional e humana adequada às necessidades atuais do mercado e da sociedade".

1.2.4 Valores da IES:

Em consonância com seu objetivo e princípios ideológicos, os principais valores do Centro Universitário Dom Pedro II são:

- Compromisso com os interesses sociais e coletivos, principalmente com a formação, educação e inclusão dos seres humanos;
- Contribuição com o crescimento social através da formação e do bem estar do ser humano nos aspectos profissionais e humanísticos;
- Respeito às individualidades inerentes a cada ser humano e a cada meio social, observando o homem sempre como único independente de cor, raça, sexo, religião, nacionalidade, necessidades físicas ou orientação pessoal;
- Constante valorização dos profissionais de educação, basilares na formação e no bem estar humano;
- Importância e respeito ao corpo tenico-administrativo, enquanto colaboradores fundamentais para o sucesso organizacional;
- Reconhecimento da importância do aluno como centro do processo inovado e inovador de ensino-aprendizagem, tendo como principal referencial a sua integração com a sociedade;
- Busca constante de uma proposta educacional contemporânea, focada tanto na formação técnico-profissional sintonizada com o mercado de trabalho, quanto na formação e bem estar humano voltado para as demandas sociais.

1.2.5 Princípio Pedagógico da IES:

O Centro Universitário Dom Pedro II desenvolve um projeto pedagógico que centra suas atenções no aluno, através de um processo de construção de sua formação ético, humana e profissional, com um ensino que desenvolva o criticismo, a reflexão, a busca do conhecimento, a inclusão e a inserção social do mesmo. Para tanto, a associação constante entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão com o desenvolvimento de atividades sócio- educativas se caracteriza com fundamento estratégico principal para o nosso fazer pedagógico.

1.2.6 Metas da IES:

Conforme os objetivos institucionais e os seus princípios ideológicos, são as seguintes metas do Centro Universitário Dom Pedro II:

- Permanente atualização na oferta de cursos superiores e de cursos técnicos de acordo com as demandas socioeconômicas do entorno, da região, do Estado e do País, cooperando sempre com o crescimento social e econômico do indivíduo e da sociedade como um todo;
- Ampliação da oferta de educação superior, cursos de extensão e iniciação à pesquisa, além de cursos técnicos, tudo sempre atualizado e integrado a sociedade, mediante a realização constante de atividades sócio-educativas e a disponibilização de campos de estágio próprios e conveniados para os seus discentes, viabilizando uma formação humana e profissional sintonizada com o mercado de trabalho e com mundo hodierno;
- Implantação e consolidação de programas de extensão e de pós-graduação, além de cursos técnicos, tudo sempre articulado com o ensino de graduação, visando à qualificação humana mediante a formação continuada, como forma de garantir a qualidade e a renovação do conhecimento frente à formação profissional e humana;
- Promoção constante de uma formação ética, humana e profissional de seres humanos para o mercado de trabalho e para a vida como um todo, sem prejuízo ao respeito à pessoa e a dignidade humana, independente das orientações e necessidades especiais de cada um;
- Incentivo à qualificação continuada do docente, mediante o aprimoramento da formação e a ampliação do seu conhecimento, através do fomento a formação pós-graduada e a capacitação constante;
- Respeito e incentivo a carreira profissional do Corpo Docente e do Corpo Técnico- Administrativo, visando o crescimento humano e profissional dos seus

colaboradores.

1.3 Histórico e Desenvolvimento da IES:

A Faculdade Dom Pedro II foi fundada em 13 de Maio de 2005, com a publicação da Portaria nº 1.640, D.O.U. nº 92 de 16/05/2005. Foi Credenciada Centro Universitário por meio da Portaria nº 1.062/2018, publicada no D.O.U. de nº 202 de 19/10/2019. Nascida do sonho e idealização de seu fundador, Prof. Luiz Brandão Dantas Costa, empresário de sucesso em Salvador, que, após idealizar uma instituição de educação superior de ponta para a capital baiana, constituiu um grupo de professores de diversas áreas para construir o Projeto de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional da futura IES.

Após adquirir sua primeira sede no bairro do Comércio, aderindo ao Plano de Revitalização Econômica e Cultual daquela região denominada de Cidade Baixa, historicamente desvalida da oferta de educação superior, a IES promoveu reformas significas nessa edificação secular. No ano de 2005 foi recebida a primeira visita *in loco* do INEP/MEC com vistas ao credenciamento institucional e autorização de sua primeira graduação, o Bacharelado em Administração, com grande associação ao perfil do entorno, que era contemplado por diversas ações governamentais para a plena revitalização social e econômica.

A IES surgiu em resposta ao acelerado desenvolvimento projetado para a Bahia no início do Século XXI, em particular os investimentos para desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com a implantação de um parque de montagem automotiva, a ampliação do parque petroquímico, a reativação e ampliação dos portos, do sistema viário, do setor de serviços, do turismo e do comércio, tudo com vinculação direta ou indireta ao bairro do Comércio e a Cidade Baixa, se configurando um conjunto de ações públicas para a revitalização daquela região, onde nasceu e se localiza até hoje a Sede da IES!

Vale salientar que a maioria dos residentes da região da Cidade Baixa, principalmente da Península Itapagipana, atua nas indústrias, portos, comércios e serviços vinculados ao bairro do Comércio, se constituindo o publico alvo principal das atividades sócio educativas da Instituição, quanto a formação de egressos para atuação no mercado de trabalho e para a vida como um todo.

Portanto, a IES assumiu o compromisso de contribuir de forma significativa na formação de seres humanos e profissionais, com vistas à formação para o exercício de atividades imprescindíveis que cooperem com o atendimento dos níveis desejados de crescimento e desenvolvimento social e econômico, no bairro do Comércio e entorno

(Cidade Baixa), na Região Metropolitana de Salvador e no Estado da Bahia, sendo que, com o Credenciamento EaD, já atua em todo Brasil!

Logo em seguida ao credenciamento e autorização de sua primeira graduação em maio de 2005, o Bacharelado em Administração, a IES obteve sua segunda autorização de curso: a Licenciatura em Letras com português e inglês, voltado, inclusive, para o perfil turístico do entorno. Dessa forma, no seu primeiro processo seletivo, foram ocupadas todas as vagas autorizadas pelo Ministério da Educação, com grande repercussão na Cidade Baixa do Salvador onde, historicamente, não havia oferta de educação superior!
Posteriormente, a sua oferta foi ampliada com os cursos de bacharelado em Sistemas de Informação e em Direito, se constituindo a IES mais nova de Salvador a oferecer um curso jurídico, mesmo antes de completar um ano de existência.

Ampliou a sua oferta de licenciaturas com o Curso de Pedagogia e iniciou a oferta de cursos de saúde com os Bacharelados em Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. Por fim, foram autorizados também os Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e Serviço Social, dentre outros, totalizando 10 (dez) cursos de Graduação entre 2005 e 2010. Por conseguinte, novos Cursos de Graduação presencial e a distância foram autorizados, perfazendo atualmente um total de 43 (quarenta e três) Cursos, sem 24 (vinte e quatro) EaD.

Destaca-se ainda o Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* e o Programa de Extensão que foram implantados em 2007, com a oferta e formação de várias turmas, contribuindo com a proposta institucional de formação de seres humanos para a vida e para a carreira profissional.

Estabelecida inicialmente num amplo prédio situado na Avenida Estados Unidos, bairro do Comércio, onde são disponibilizadas salas climatizadas e dependências administrativas bem acomodadas, a Instituição promoveu a otimização das instalações e a implantação de novos laboratórios de Informática, além daqueles destinados a área de Saúde.

Posteriormente, foi adquirido um novo prédio na Av. Miguel Calmon, bairro do Comércio, de idade centenária e marcada pela própria história de Salvador. Na nova edificação, além de salas e dependências administrativas modernas, amplas e espaçosas, foi estabelecida uma nova Biblioteca, áreas de convivência e refeitórios, além de um auditório e um moderno Teatro a disposição da comunidade (único da região). Sucessivamente, incorporou novos prédios no Comércio e na região da Cidade Baixa.

Tendo em vista que o Bairro do Comércio é tombado pelo IPHAN em seu entorno, coube a instituição promover reformas que atendessem as demandas educacionais e de acessibilidade sem prejuízo as exigências legais **quanto a preservação do patrimônio histórico.**

Ampliamos nossa integração com as comunidades do entorno com a implantação da **Unidade de Pronto Atendimento (UPA),** numa moderna edificação no subúrbio de Salvador (sede própria), com 36 leitos disponíveis, destinadas a atenção da comunidade circunvizinha, vinculada ao SUS e disponível para atuação dos nossos alunos.

Por conseguinte, foi inaugurado em 2012 o **Hospital Universitário Alaíde Costa** em instalações modernas localizadas no mesmo terreno da UPA, distando 50 m da mesma, dispondo de mais 96 leitos, e Centro de Hemodiálise disponível para atendimento da comunidade do entorno e da Região Metropolitana de Salvador por meio do SUS, além da disponibilidade de condução para o paciente se deslocar até o hospital.

Já no **Campus de Patamares** disponibilizamos aos nossos alunos e comunidade do entorno instalações modernas e tecnologias de ponta para formação dos nossos alunos dos cursos de saúde, dentre os quais medicina e odontologia. Para a comunidade do entorno os atendimentos são realizados com a participação de nossos docentes preceptores e de nossos alunos que estão vinculados as atividades práticas de seus respectivos cursos.

Da mesma forma, para contemplar e integrar à comunidade do entorno e de regiões circunvizinhas do Campus de Patamares, o Grupo UNIDOM, em Parceria Público Privada (PPP) com a **Prefeitura de Salvador,** construiu a **Praça Maria Nurse Menezes Dourado da Costa**, cofundadora do **Grupo UNIDOM e d**o **Centro Universitário Dom Pedro II.** Trata-se de um investimento de urbanização e de qualidade de vida à comunidades do bairro de Patamares e circunvizinhos, homenageando a saudosa memória da professora Maria Nurse.

Vale salientar que **todas as nossas sedes atendem ao que dispõem a legislação vigente quanto as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.** Todas as instalações também são climatizadas, inclusive as salas de aula, com dependências administrativas adequadas, acessíveis, dimensionadas e bem acomodadas, vários laboratórios, biblioteca, áreas de convivência e refeitórios, auditórios e toda uma infraestrutura condizente com sua proposta educacional.

Para todas as atividades práticas vinculadas as graduações da IES, disponibilizamos Laboratórios de Prática, tais como a Clínica Escola de Enfermagem e de Fisioterapia; as Unidades de Saúde; a Empresa Júnior de Administração, Contábeis e Sistemas de Informação; o Núcleo de Prática de Serviço Social; a Sala de Prática de Ensino e a Brinquedoteca das Licenciaturas; o Núcleo de Prática Jurídica e os Balcões de Justiça e Cidadania, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; dentre outras iniciativas que contemplam uma variada oferta de atividades práticas que aprimoram a formação dos alunos com devida aproximação dos mesmos das diversas demandas sociais. Outra questão de destaque da Dom Pedro II foi a sua penetração na

comunidade circunvizinha, com assento, participação e parceria com a Associação Comercial de Salvador, o Conselho Comunitário de Gestão e Segurança Pública do Bairro do Comércio, a Associação amigos do Centro Histórico de Salvador, o Abrigo Dom Pedro II, a Policia Militar da Bahia, o SEBRAE, o SENAI, o Tribunal de Justiça da Bahia, a Prefeitura de Salvador e demais segmentos públicos, privados e do terceiro setor do entorno.

Dessa forma, participou e promoveu eventos sociais, preservou o patrimônio histórico, disponibilizou sem custos o único auditório da região para os eventos locais, realizou atividades sócio educativas com os alunos frente a comunidade local, assumiu instituições sociais e filantrópicas do entorno, e institui veículos de comunicação eficazes para divulgar a oferta de ensino e de serviços grátis nos seus laboratórios de prática, dentre outras ações que geraram o reconhecimento da comunidade soteropolitana, inclusive com a **premiação** do Tribunal de Justiça da Bahia, como maior parceiro de "Balcões de Justiça e Cidadania" e de Melhor Serviço" em 2010.

1.3.1 A Mantenedora e o Grupo UNIDOM:

Tendo em vista o crescimento local da Faculdade Dom Pedro II, que em apenas cinco anos passou a dispor de dez graduações e seis sedes na cidade de Salvador, a Mantenedora resolveu iniciar a sua expansão em direção ao interior do Estado da Bahia.
Para tanto, foi constituída uma *holding*, a UNIDOM PARTICIPAÇÔES S/A, CNPJ nº 27.632.503/0001-36, que engloba a Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda., CNPJ n° 05.817.107/0001-40, com 07 (sete) Faculdades mantidas, a Sociedade de Educação Superior do Semi-Árido Ltda. – SESSA, CNPJ 09.652.671/0001-01, com 02 (duas) Faculdades mantidas, e a CLNX – Ciência e Educação Ltda, CNPj 19.483.683/0001-03, com 01 (uma) Faculdade Mantida, além de uma Fundação para manter as Unidades de Saúde, dentre outros negócios.

Já constituído enquanto Grupo UNIDOM, expandiu-se na capital, onde formam incorporadas a Faculdade Dom Pedro II de Tecnologia, as Faculdades Integradas Olga Mettig, a Faculdade São Bento da Bahia, e a Faculdade São Camilo da Bahia. Para o interior da Bahia, com vistas a cooperar com as demandas socioeconômicas das micro-regiões do estado, foram incorporadas a Faculdade Dom Luiz de Orleans e Bragança em Ribeira do Pombal, a Faculdade Dom Pedro II – Jequié, Faculdade Dom Pedro II – Barreiras, e a Faculdade Dom Pedro II – Luis Eduardo Magalhães. Por fim, alcançamos o Estado de Sergipe, já numa perspectiva regional, com a incorporação da Faculdade Dom Pedro II - Sergipe, no município de Lagarto.

A partir do ano de 2011, a Mantenedora resolveu ingressar no segmento da saúde, tanto com vistas a ofertar esse serviço para a comunidade soteropolitana, quanto para instituir unidades escolas no âmbito da saúde, com vistas a realização de atividades formativas e de estágio de seus alunos. Dessa forma, foi implantada uma **Unidade de Pronto Atendimento (UPA)** numa moderna edificação no subúrbio de Salvador (sede própria), com 36 leitos disponíveis, destinadas a atenção da comunidade circunvizinha, vinculada ao SUS e disponível para atuação dos nossos alunos. Por conseguinte, foi inaugurado em 2012 o **Hospital Universitário Alaíde Costa** em instalações modernas localizadas no mesmo terreno da UPA, distando 50 m da mesma, dispondo de mais 96 leitos, e Centro de Hemodiálise disponível para atendimento da comunidade do entorno e da Região Metropolitana de Salvador por meio do SUS, além da disponibilidade de condução para o paciente se deslocar até o hospital.

Configurados como hospitais escola, inclusive para o **Curso de Medicina**, Autorizado em 2020 na UNIDOMPEDRO, nossas unidades de saúde dispõem no seu estatuto e Plano de Carreira a previsão de que todos os seus funcionários técnicos têm em sua Carga Horária de trabalho uma reserva para atuar como preceptores, se constituindo, portanto, campo de prática que, em conjunto com moderníssimo Campus de Patamares, se constituem o **Complexo de Saúde e de Ensino Superior do Grupo UNIDOM!**

A partir de 2015, com o Credenciamento para atuar na modalidade a distância da Faculdade Dom Pedro II, IES nº 3588, o Grupo UNIDOM iniciou sua expansão para todo o Brasil, com a constituição de Polos de Apoio Presencial em vários estados da União, para a oferta de 24 (vinte e quatro) graduações EaD.

Portanto, todas essas realizações contemplam o perfil institucional do Centro Universitário Dom Pedro II, Credenciado em 2018, e do Grupo UNIDOM, confirmando a sua plena disposição em atuar na área sócio educacional e de saúde, buscando oferecer atividades educacionais associadas a sociedade, investindo na sua ampliação geográfica e física em prol do aprimoramento de sua oferta e do cumprimento de sua missão institucional, numa constante adequação as demandas sociais e econômicas.

1.4 Oferta de Graduação na IES:

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO oferta o total de 71 (setenta e um) Cursos abaixo apresentados, nas modalidades presencial e a distância.

Vale salientar que para os Cursos a distância, tanto a Sede, quantos os Campi de Jequié, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, bem como as demais Faculdade dos Grupo UNIDOM, são Polos de apoio presencial:

Campus Salvador	
Curso	**Modalidade**
ADMINISTRAÇÃO	Presencial
ADMINISTRAÇÃO	A Distância
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	A Distância
ARQUITETURA E URBANISMO	A Distância
ARQUITETURA E URBANISMO	Presencial
BIOLOGIA	A Distância
BIOMEDICINA	A Distância
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Presencial
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	A Distância
DESIGN	A Distância
DIREITO	Presencial
EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura	A Distância
EDUCAÇÃO FÍSICA - Bacharelado	A Distância
ENFERMAGEM	Presencial
ENGENHARIA CIVIL	A Distância
ENGENHARIA CIVIL	Presencial
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	A Distância
ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial
ENGENHARIA ELÉTRICA	A Distância
ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial
ENGENHARIA MECÂNICA	A Distância
ESTÉTICA E COSMÉTICA	A Distância
FARMÁCIA	Presencial
FARMÁCIA	A Distância
FISIOTERAPIA	Presencial
FISIOTERAPIA	A Distância
GASTRONOMIA	A Distância
GEOGRAFIA	Presencial
GEOGRAFIA	A Distância
GESTÃO AMBIENTAL	A Distância
GESTÃO COMERCIAL	A Distância
GESTÃO COMERCIAL	Presencial
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Presencial
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	A Distância
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Presencial
GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	A Distância
GESTÃO FINANCEIRA	A Distância
GESTÃO PORTUÁRIA	Presencial
GESTÃO PÚBLICA	A Distância
HISTÓRIA	Presencial
HISTÓRIA	A Distância
JOGOS DIGITAIS	A Distância
LETRAS	A Distância

LETRAS - INGLÊS	Presencial
LETRAS - INGLÊS	Presencial
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Presencial
LOGÍSTICA	A Distância
LOGÍSTICA	Presencial
MARKETING	A Distância
MATEMÁTICA	Presencial
MATEMÁTICA	A Distância
MEDICINA	Presencial
MEDICINA VETERINÁRIA	A Distância
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Presencial
NUTRIÇÃO	A Distância
NUTRIÇÃO	Presencial
ODONTOLOGIA	Presencial
PEDAGOGIA	Presencial
PEDAGOGIA	A Distância
PETRÓLEO E GÁS	Presencial
PROCESSOS GERENCIAIS	A Distância
SEGURANÇA NO TRABALHO	Presencial
SEGURANÇA PÚBLICA	A Distância
SERVIÇO SOCIAL	Presencial
SERVIÇO SOCIAL	A Distância

Campus Barreiras

Curso	Modalidade
ADMINISTRAÇÃO	Presencial
DIREITO	Presencial

Campus Jequié

Curso	Modalidade
ADMINISTRAÇÃO	Presencial
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Presencial

Campus Luis Eduardo Magalhães

Curso	Modalidade
ADMINISTRAÇÃO	Presencial
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Presencial
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Presencial

1.5 Oferta de Pós-Graduação na IES:

No Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG) da IES, desde 2007, são ofertadas vários Cursos de Pós Graduação *Lato Sensu*, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, num total de 153 (cento e cinquenta e três) cursos cadastrados no sistema e-mec, **os quais contemplam todas as áreas de graduação atualmente disponíveis**.

1.6 Oferta de Extensão:

Em conformidade com a **Resolução CNE/CES nº 07, de 18/12/2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira**, no Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG) da IES, as atividades de extensão são disponibilizadas regularmente, **contemplando todas as áreas de formação oferecidas,** tanto na modalidade presencial, quanto a distância, seja como **Atividades Complementares** ou mesmo de forma **curricularizada** através, inclusive, do **Projeto Formação e Carreira**.

Dessa forma, a extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica, promovendo ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Nesse sentido, as atividades de extensão sempre contemplam temas focados no desenvolvimento de ideias que perpassam soluções e fomento **a diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística, patrimônio cultural, desenvolvimento econômico, responsabilidade social e a inclusão, etc.**

As ações de extensão são desenvolvidas no âmbito da educação presencial e a distância sob as seguintes formas:

I - Programas: conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum em uma grande ação de médio a longo prazo;

II - Projetos: conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, vinculado ou não a um programa;

III - Cursos ou toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está inclusa como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e de pós-

graduação;

IV - Eventos, caracterizados como:

a) Seminário: eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum e reunião;

b) Ciclo de Debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: ciclo, circuito e semana;

c) Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra e lançamento;

d) Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical;

e) Evento esportivo: campeonato, torneio, olimpíada e apresentação esportiva;

f) Festival: série de ações/eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente, em período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas;

g) Outros: Outros eventos não classificados nos itens anteriores.

V - Prestação de Serviços: realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem;

VI - Atendimento ao Público em visitação nos Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia da IES. Inclui: visitas em museus, centros de memória, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, cine clube, dentre outros.

O Relatório do CEPPG sobre as atividades de Iniciação à Pesquisa, Monitoria e Extensão, bem como os memoriais de fotos, estão disponíveis.

Abaixo apresentamos alguns exemplos de atividades de extensão desenvolvidas na IES, sempre com apoio financeiro ou logístico, bem como, com organização direta da IES:

1.6.1 Eventos Sócioeducativos:

De acordo nossa proposta pedagógica, o fazer pedagógico perpassa constante

aproximação dos alunos da comunidade e de suas demandas. Para tanto, são organizadas semestralmente eventos de interação, assistência, atendimento, orientação e assessoramento da parte dos alunos às comunidades circunvizinhas, dando oportunidade ao aperfeiçoamento da formação profissional e proximidade das realidades e dificuldades dessas comunidades.

Os cursos de graduação da IES realizaram em média mais de cinquenta eventos socioeducativos por ano, sendo alguns regulares que já fazem parte do Cronograma de eventos de Salvador. Dentre os quais, citamos alguns:

- **Evento Mulher Viver + e Melhor:** Evento em parceria com a ONG Nação Guerreira, que apóia iniciativas em favor da comunidade afrodescendente, com o objetivo de promover assistência às mulheres negras.
- **Transplante de Órgãos na Bahia:** Jornada Ação com Ciência, que tem como tema “A política de transplantes: exercício de cidadania”. Com vistas a conscientização da comunidade acadêmica da IES, são discutidos temas “Saúde pública”, “Educação e participação na política de transplantes – Programa Educatransplantes”, “Perspectivas para a política de transplantes na Bahia” e “Qualidade de vida em famílias de pacientes pós-transplantados”, dentre outros. Além disso, a Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOT), debate alternativas de educação, captação e doação de órgãos e tecidos.
- **Feira de Social e de Saúde na Boca do Rio:** A IES, juntamente com a Associação dos Pescadores da Boca do Rio (APEBOR) e a Foz do Brasil, pertencente as Organizações Odebrecht, realizam essa a Feira Social e de Saúde da Comunidade. O evento que é aberto ao público, gratuito, além de oferecer atendimentos de saúde (*e. g.*, aferição da pressão e glicemia, fisioterapia, vacinação de animais), serviços de beleza e palestras sobre educação ambiental. Além disso, é realizado plantio de mudas de árvores e hasteada uma bandeira da paz, para incentivar preservação do meio ambiente e fim da violência. Em paralelo, são disponibilizados balcões jurídicos e de consultoria em Gestão de RH, Comercial, Tecnologia da Informação, Contabilidade e Serviço Social.
- **Ação Social no Abrigo Dom Pedro II:** Cerca de 80 estudantes da IES participam de ação social voltada à saúde do idoso no Abrigo Dom Pedro II, da Prefeitura Municipal de Salvador, com seguintes atividades: cuidados individuais (*e.g.*, banho no leito, aplicação de curativo, alimentação e orientações de hábitos saudáveis).

- **Ação Social "Pai Presente":** Juntamente com o Tribunal de Justiça da Bahia, esse programa visa incentivar mães e ou filhos entrarem com ação judicial para reconhecimento da paternidade. Preliminarmente, os alunos fazem palestra de conscientização para seus Colegas do Grupo UNIDOM. As unidades dos balcões, mantidos pela Instituição Baiana de Ensino Superior (Grupo DP II), participam desse programa de extensão. Quando há dúvida ou quando "suposto" pai se nega assumir paternidade, o Juiz adota as providências cabíveis, incluído exame de DNA, ou iniciada ação judicial de investigação de paternidade.
- **Programa de Extensão Policiamento comunitário:** a Polícia Militar do Estado da Bahia oferece curso de policiamento comunitário com objetivo de formar policiais para comporem as novas Bases Comunitárias de Segurança. Porém, um dos módulos desse curso é oferecido à população geral, e tradicionalmente há participação dos alunos da IES, com propósito de capacitar profissionais para gerenciamento compartilhado da Segurança Pública, orientados pela filosofia e estratégia de polícia comunitária aos moldes do sistema japonês KOBAN.
- **Programa de Extensão Dome o Seu Leão:** assessoria para Declaração de Imposto de Renda com participação anual de grande número de Alunos da IES. Esse programa é também prestado gratuitamente nos balcões do Shopping Piedade, sob a coordenação do Conselho Estadual de Contabilidade.
- **Feiras Sócio-Educativas do Grupo UNIDOM:** são realizadas feiras em locais estratégicos de Salvador, onde os alunos dos Cursos de graduação disponibilizam serviços e trabalhos diversos à comunidade soteropolitana.

1.6.2 Cursos de Extensão:

São cursos gerais ou específicos, nas modalidades presencial e a distância, que complementam formação dos graduandos, disponibilizados regularmente, os quais contemplam diversas demandas sociais e profissionais. Citamos alguns Cursos de extensão oferecidos pela IES:

- Conscientização frente a diversidade;
- Conscientização e preservação do meio ambiente;
- Conscientização e preservação da memória cultural;
- Conscientização e preservação da arte e do patrimônio cultural;
- Ações afirmativas em defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial;

- Ações afirmativas em defesa e promoção do desenvolvimento econômico e responsabilidade social;
- Como falar em Público;
- A importância do Marketing Pessoal e Profissional;
- Como realizar registro de Marcas e Patentes;
- Como assessorar a Declaração de Imposto de Renda;
- Gerontologia Social: Trabalho social com idosos;
- Controle de qualidade de medicamento;
- Diluições e administração de medicamentos;
- Acompanhamento de sinais vitais e tipagem sanguínea;
- Farmacologia para Fisioterapia;
- A Nova Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa;
- Informática básica e Avançada;
- Desenvolvimento de Lideranças Através de Processos de Melhorias Contínuas;
- Matemática Financeira;
- Gestão de Redes Sociais;
- Excel Profissional;
- Técnicas de Liderança;
- Fluxo de Caixa;
- Inglês para Copa;
- Noções de Direito do Trabalho;
- Noções Básicas sobre o Processo Licitatório;
- Noções Básicas de Coaching;
- Técnicas de Recrutamento & Seleção;
- Marketing Político nas Redes Sociais;
- Corretagem de Imóveis;
- Como Falar em Público;
- Redação Empresarial e Técnica;
- Formação Econômica Brasileira;
- Mercado de Capitais e Investimentos;
- Educação e Novas Tecnologias;
- Organização da Educação Superior;
- Saúde Pública no Brasil;
- Gestão do 3º Setor;
- Gestão de Organizações Escolares;
- Gestão de Organizações de Saúde;
- Gestão de Pessoas na Prática;
- Marketing no Novo Milênio;
- Varejo Profissional;
- Gestão de Custo e Formação do Preço de Venda;
- ICMS para iniciantes;
- ICMS /IPI/ISS – Procedimentos Básicos;
- Cálculo Trabalhista;
- Ciências Criminais;
- Processo Administrativo Disciplinar Militar;
- Direito de Família;
- Direito do Trabalho;
- Direito Previdenciário;
- Execução Penal;
- Língua Portuguesa Aplicada ao Direito;
- Práticas de Departamento de Pessoal;

- Documentação em Serviço Social;
- Produção de materiais didáticos para EAD *online*;
- A Arte na Educação;
- História e cultura afro-brasileira e indígena no currículo;
- Metodologia e Docência do Ensino Superior;
- Metodologia do Ensino na Educação Básica;
- Libras;
- Pedagogia Hospitalar;
- Enfermagem em Centro Cirúrgico;
- Fisioterapia em Saúde Pública;
- Farmácia Homeopática;
- Serviço Social e Saúde;
- Logística (com ênfase em *supply chain management*);
- Gestão de Pessoas;
- Gestão Financeira e Controladoria;
- Gestão da Segurança da Informação;
- Gestão de Datacenter, Virtualização e Computação em Nuvem;
- Planejamento e Gestão Tributária;
- Secretariado Executivo;
- Design;
- Engenharia de Produção e Negócios;
- Reforma de Prédios Históricos;
- Arquitetura Prédios Históricos;
- Gestão de Portos.

1.6.3 Eventos Científicos:

Agregados ao processo de ensino aprendizagem da IES os eventos científicos suplantam a formação humana e profissional dos egressos. São eventos realizados constantemente, tais como simpósios, feiras, colóquios, fóruns, semanas, encontros, etc., que se desdobram regularmente no calendário da IES.

O Relatório do CEPPG sobre as atividades de Iniciação à Pesquisa, Monitoria e Extensão, bem como os memoriais, estão disponíveis.

1.6.4 Projetos de Formação e Carreira:

Os Projetos de Formação e Carreira em nossa instituição, enquanto atividade de extensão curricularizada, se fundamentam no diálogo entre a teoria e a prática e a interdisciplinaridade, e têm por objetivo proporcionar a cada estudante a análise e a reflexão necessárias à tomada de decisões, em ações desenvolvidas em cada projeto, pautadas nos saberes apreendidos nos componentes curriculares cursados a cada semestre. Todas as atividades propostas, a despeito de minuciosamente descritas em sequencias didáticas, abrem espaço para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da interdisciplinaridade, através, inclusive, da iniciação a pesquisa e

da extensão, pois buscam instigar os estudantes a exercerem a autonomia criativa, considerando a realidade da sua futura profissão.

Em linhas gerais, os Projetos de Formação e Carreira, que são desenvolvidos ao longo de cada semestre integrando as disciplinas de forma transdisciplinar, consistem em ações fundamentadas no diálogo entre a teoria, a iniciação a pesquisa e prática, de forma interdisciplinar. O lócus desse diálogo é o futuro campo de atuação profissional de cada estudante, na perspectiva não somente de refletir sobre os desafios verificados nesses espaços, mas na busca por alternativas para resolve-los. Para tal, os estudantes são instigados a revisitarem e ampliarem as teorias já estudadas e em estudo e a trilharem os caminhos da pesquisa, com a necessária autonomia e com o apoio da orientação dos tutores e professores.

1.7 Oferta de Iniciação à Pesquisa:

O Programa de Iniciação à Pesquisa é uma atividade oficial da IES sob a responsabilidade do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), a quem cabe o gerenciamento de suas atividades, sejam eles na educação presencial ou à distância, contemplando todas as áreas de nossos cursos de graduação. Entende-se por iniciação à pesquisa a inserção dos discentes em atividades de pesquisa durante a sua formação superior, consolidando o hábito da investigação e da busca do conhecimento.

A iniciação a pesquisa está prevista no Regimento Interno da IES, no Regulamento do Programa de Pesquisa (contido no item 3.12), bem como é contemplada através de outras atividades e programas da IES, tais como as **Normas Gerais de Atividades Complementares e os Projetos de Formação e Carreira**, dentre outros.

O Relatório do CEPPG sobre as atividades de Iniciação à Pesquisa, Monitoria e Extensão, bem como os memoriais de fotos estão disponíveis.

1.8 Área de Atuação da IES e Inserção Local, Regional e Nacional:

Com vistas a devida contextualização quanto as demandas efetivas de **natureza econômica, social, cultural, política e ambiental** do entorno da IES, tanto no aspecto local, quanto regional, informamos o seguinte:

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO atua localmente desde 2005 no bairro do Comércio, Centro Histórico de Salvador, inserida na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Estado da Bahia. Com 15 (quinze) anos de fundação, a IES se constituiu de forma estratégica se delineando frente a realidade socioeconômica do bairro do Comércio e seu entorno, a Região Metropolitana de Salvador. Seu

nascimento advém, inclusive, do Plano de Revitalização do Comércio, onde aderiu às propostas públicas de revitalização social e econômica do mesmo.

Por conseguinte, a expansão da proposta educacional da IES se alinhou ao crescimento da Região Metropolitana de Salvador e do Estado da Bahia, posicionando de forma estratégica a sua oferta com sintonia as demandas regionais e estaduais mediante o Credenciamento EaD.

Dessa forma, mantém afinidade com o crescimento econômico local, regional e estadual, principalmente sob a influência do delineamento do cenário econômico baiano proposto pelo sucessivos Planos Plurianuais (PPA), já vislumbro a inserção socioeconômica nacional com o início em 2018 da implantação de Polos de EaD em todo território nacional.

1.8.1 O Contexto Econômico do Entorno: O bairro do Comércio:

O Bairro do Comércio localiza-se na Cidade Baixa de Salvador, dentro do Centro Histórico. Antigo centro comercial desde colônia e o império, o Comércio viu a maioria das organizações migrarem para uma nova região comercial a partir da segunda metade do século XX, com a criação das avenidas de vale. Praticamente abandonado nas décadas de oitenta e noventa, a partir do ano de 2002 a Prefeitura de Salvador desencadeou ações de fomento para a revitalização do Comércio, instalando um escritório de mediação para esse fim.

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO aderiu com sucesso ao Plano de Revitalização do Bairro do Comércio do Município de Salvador, sendo considerada a instituição de maior adesão ao mesmo e que mais aportou investimentos institucionais, perfazendo aporte de mais de 20 milhões de reais. Nesse bojo, adquiriu e revitalizou 06 (seis) edificações históricas sem prejuízo a preservação do patrimônio histórico, inseriu mais de cinco mil alunos, disponibilizou mais de 2.000 (dois mil) vagas diretas e indiretas de emprego, oferta entre graduação, graduação tecnologia, pós-graduação e extensão, realiza atividades científicas, de iniciação à pesquisa e socioeducativas, disponibiliza auditórios e salas para a comunidade circunvizinha, dentre outras iniciativas que contemplaram o entorno.

Dentro dessa perspectiva, a IES foi a primeira organização a aderir ao projeto proposto, adquirindo o seu primeiro prédio em instalações seculares já no ano de 2003. Na medida de sua expansão, novos prédios foram agregados, todos históricos e com idade média de 70 (setenta) a 100 (cem) anos, com destaque ao prédio da antiga Leste, tradicional edificação localizada na Av. Miguel Calmon com por volta de cento e vinte anos. Dessa forma, preservou o patrimônio histórico e cultural investindo e preservando

prédios históricos, o que se desdobra até os nossos dias!

Do ponto de vista econômico, o impacto da instalação da Instituição também se denota pela inserção de por volta de cinco mil alunos, além de mais de duas mil vagas diretas e indiretas de emprego. Dessa forma, a quantidade de prestadores de serviço se multiplicou para o atendimento dessa nova população, bem como, o comércio em geral se ampliou tendo em vista o aumento significativo da circulação de pessoas. Justamente por isso, uma nova unidade da Polícia Militar se instalou, além de outros serviços públicos. Na área privada, salienta-se ainda a chegada de supermercados, farmácias e demais unidade comerciais de apoio.

Tendo em vista a sua localização estratégica no Centro Histórico de Salvador, no âmbito dos principais centros comerciais econômicos (Cidade Alta e Cidade Baixa), a IES se integra plenamente as demandas sociais e econômicas existentes e emergentes com sua oferta de cursos e demais atividades. Trata-se de uma região da cidade onde se desenvolve acentuadamente o varejo, lojas, shoppings, turismo (restaurantes, lojas de souvenir, guias), unidades públicas e privadas de atendimento, SACs (Serviços de Atendimento ao Consumidor), bancos, financeiras, portos marítimos do bairro do Comércio (que ligam ao Recôncavo da Bahia e seus respectivos municípios), estação de transbordo de ônibus e de trem (que ligam com os municípios da RMS) e onde está sendo inaugurada a principal estação de transbordo do novo metrô, e outros (serviços diversos).

No âmbito do turismo, novas vias de acesso estão sendo construídas para ligar as estradas federais e estaduais ao Porto de Salvador, também localizado no bairro do Comércio. Vale salientar que, inclusive, o Governo do Estado da Bahia já iniciou os trabalhos de licitação para fins da construção da Ponte Salvador/Ilha de Itaparica, que ligará todo o recôncavo da Bahia ao Porto de Salvador. Atualmente a ligação do bairro do Comércio à Ilha de Itaparica e, por conseguinte, a todos os municípios do Recôncavo Baiano é realizada através do ferry-boate, com travessia de carros e pessoas embarcadas que dura 50 min. em média. Com a ponte, tal deslocamento ocorrerá em 25 min. em média. Dessa forma, o fluxo aumentará sem prejuízo as demais rotinas em função das vias elevadas que já se encontram edificadas para desafogar o tráfego.

Agrega-se a tal projeto a instalação do Porto de Turistas, com vistas a propiciar o conforto aos turistas oriundos de cruzeiros náuticos, todos com acesso ao Centro Histórico de Salvador pelo bairro do Comércio. Por fim, já se encontra assinado o Protocolo para instalação do Centro Náutico da Bahia, com a construção de rotas, marinas e hotéis na Baía de Todos os Santos, com suporte principal no bairro do Comércio de onde saem a maioria das embarcações para todo o Recôncavo da Bahia. Por outro lado, a revitalização do Comércio também perpassou a chegada de novos escritórios de atividades diversas e vários pontos comerciais, o que também demandou

profissionais de formação qualificada e específica.

Sintonizada com esse todo de revitalização comercial econômica, a Instituição se propôs a manter um nível elevado de sintonia com todas as inovações sócio-econômicas propostas pelas iniciativas públicas e privadas, oferecendo cursos superiores e realizando diversas atividades formativas associadas a essas mudanças e voltadas para a aproximação do futuro egresso a esse contexto.

Para tanto, dentre as estratégias realizadas para esse fim, dispomos da oferta de ensino, iniciação à pesquisa e extensão sintonizadas com essas demandas, buscando a contínua atualização para melhor formar o ser humano no aspecto profissional e no social. Assim, firmamos diversos convênios de aproximação com segmentos comerciais, econômicos e administrativos de origem pública e privada, visando o diálogo constante e a sintonia sócio-econômica. Dentre os quais, destacamos o convênio que aproxima a nossa instituição com Associação Comercial da Bahia, órgão secular localizado no bairro do Comércio, as parcerias com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e diversos outros segmentos sociais, o que eleva o nosso grau de inserção a realidade comercial e econômica do âmbito local e regional.

Do ponto de vista social, cultural, artístico e tecnológico, as dependências estão sempre disponíveis para atividades sócio-culturais da comunidade local e circunvizinha de natureza diversificada, inclusive, disponibilizamos o único auditório de porte da região, com acomodação servível inclusive para atividades teatrais.

Com perfil predominantemente sociocultural, a Dom Pedro II vem realizando cotidianamente atividades sócio-educativas com as comunidades locais e circunvizinhas, de maneira a enfatizar seu perfil educativo que associa constantemente atividades teóricas com as práticas, buscando sempre aproximar seu corpo discente da sociedade em geral, atenuando as necessidades do povo soteropolitano e oportunizando aos alunos o aumento de sua sensibilidade e preocupação com as demandas sociais, culturais, artísticas e tecnológicas.

Por fim, vale salientar que toda a eferta de cursos e de serviços disponíveis para a sociedade são divulgados regularmente no Jornal da Dom Pedro II, periódico de grande difusão na região.

1.8.2 A Região Metropolitana de Salvador (RMS):

A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida pelo acrônimo RMS ou como Grande Salvador, foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Com 3.574 804 habitantes (IBGE/2022), é a terceira região metropolitana mais populosa do Nordeste brasileiro, a sétima do Brasil e a 109ª do mundo. A RMS é

constituída pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

A Região Metropolitana de Salvador possui uma população de 3.642.682 habitantes (IBGE/2022), em uma área territorial de 4.375,123 km² o que representa uma densidade demográfica de 832.58 hab/km². A RMS ostenta um PIB – Produto Interno Bruto de R$ 75.605.691,00 , constituindo o 8º maior polo de riqueza nacional, além de uma renda per capita de R$ 21 149,60, conforme dados do IBGE em 2022. Tais números estão concentrados principalmente nas atividades industriais, com destaque ao Polo Petroquimico de Camaçari e do Centro industrial de Aratu (CIA), além das atividades relacionadas ao turismo, comércio e serviços.

Além do Aeroporto Internacional de Salvador, para o escoamento da produção industrial existem dois portos marítimos, o de Salvador e o de Aratu, além da rodovia BR-324, que liga as BR-101 e BR-116. As rotas fluvias não se integram de forma multimodal no transporte da produção interna, se restringindo as atividades de pesca e ao transporte local de sua produção.

O principal destaque econômico da Região Metropolitana de Salvador são as atividades industriais do Polo Industrial de Camaçari, fundado em 1978, enquanto primeiro complexo petroquímico planejado do País e maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, com mais 90 empresas de vários ramos de atividade, tais como químico, petroquímico, metalúrgico, automotivo, energético, tecnológico, alimentar, calçadista, celulose, cobre, fertilizantes, energia eólica, têxtil e de serviços, dentre outros, além das empresas sistemistas integradas.

O Polo Petroquímico de Camaçari vem experimentando novo ciclo de expansão, com destaque a implantação da Ford Motor Company e da Continental e Bridgestone, consolidando a trajetória de diversificação no Complexo Industrial e ampliando as perspectivas de integração do segmento petroquímico com a indústria de transformação, atraindo novos empreendimentos para a Bahia e gerando mais oportunidades de emprego e renda para o Nordeste.

A Refinaria Landulfo Alves da Petrobras continua sendo única refinaria do Nordeste brasileiro em pleno funcionamento. As Organizacoes Odebrecht, sediadas na capital baiana, constituem-se num conglomerado multinacional com atuação em todo o mundo. A Rede Bahia de Comunicação iniciou suas atividades também na construção civil com a Santa Helena construções. Destacam-se ainda o Parque Tecnológico de Salvador e o Centro Industrial de Aratu, além das atividades relacionadas ao turismo, ao comércio e ao segmento de serviços.

Salvador é conhecida como a “capital cultural do país”, berço de grandes nomes no cenário artístico, com destaque mundial. A cidade investe cada vez mais no turismo, que é reconhecido como importante atividade, principalmente no que se refere à exploração das artes, belezas naturais e patrimônios culturais. No planejamento turistico, a Salvador e sua região metropolitana dispoem de duas zonas turísitcas: a Zona Turística da Baía de Todos os Santos e a Zona Turística da Costa dos Coqueiros. Destacam-se ainda os equipamentos dos complexos de hotéis da Costa do Sauipe e Praia do Forte, além de outros destinos também localizados ao longo da Estrada do Coco (trecho da BA-099).

Posicionada no Centro Historico de Salvador, bairro do Comércio, região da Cidade Baixa, a Dom Pedro II se insere nas perspectivas economicas da Regiao Metropolitana de Salvador através de sua localizacão privilegiada, próxima a todo o comércio e rede bancaria local, e, principalmente, ao Porto de Salvador, sediado no próprio bairro do Comércio, de onde escoa toda a produção da região. Da mesma forma, a proximidade da Av. Suburbana, de onde se encontram as principais linhas de acesso as regiões industrias de Salvador, incrementa sua posição estrategica do ponto de vista geografico, pois toda a população residente na Cidade Baixa (Peninsula Itapagipana) tradicionalmente atua nos portos e indústrias da região e tem no bairro do Comércio o local mais proximo de oferta de educação superior.

1.8.3 O Cenário Socioeconomico e Cultural Baiano e suas nuances:

O Estado da Bahia é o estado do Nordeste de maior expressão cultural e investimentos financeiros para o desenvolvimento regional. O território baiano é composto por 417 municípios com múltiplas vocações econômicas e culturais, e uma grande variedade geográfica que lhe permite um desenvolvimento singular e significativo. Expressão no cenário político federal por seus representantes, quer sejam de oposição ou situação, destaca-se como um Estado atuante e comprometido no processo de modernização e desenvolvimento do País.

A Bahia é o quinto estado do País em extensão territorial, correspondendo a 36,3% da área total do Nordeste brasileiro. Dos 567.295 Km² de área territorial, cerca de 69% do total se encontra na região semi-árida, enquanto o litoral, medindo 1.183 Km – dos quais, apenas 912,9 km estão demarcados – abriga vários tipos de atrativos ecossistemas, favorecendo a atividade turística e correlatas.

O principal rio do território baiano é o São Francisco, que corta o Estado no sentido sul/norte. De importância similar há os rios Paraguaçu e de Contas, aos quais se somam os rios Vaza–Barris, Itapicuru, Jacuípe, Pardo e Jequitinhonha. Tendo como eixo polarizador a cidade de Feira de Santana, o sistema rodoviário tem como vias principais a

BR-242, que liga a cidade de Salvador ao oeste do Estado e à capital federal, a BR-101, de sentido norte/sul com traçado paralelo ao litoral, e a BR-116, que liga a metrópole ao sudeste. Outras rodovias estaduais e federais atendem ao tráfego de longa distância ou atendem às sedes municipais fazendo parte de um sistema combinado.

A taxa anual de incremento demográfico da Bahia vem caindo. Entre as décadas de 80/90 era de 2,09%, caindo para 1,11% nos anos posteriores. Neste mesmo período, a população urbana cresceu a um ritmo duas vezes superior ao da população total, e as áreas rurais do estado já apresentam redução absoluta de população. No entanto, a população rural da Bahia ainda é a maior do país.

O processo de urbanização é marcado, por um lado, pela concentração de parcela expressiva da população urbana na capital Salvador – único município do Estado a ultrapassar a marca de 500 mil habitantes – e, por outro, pela dispersão desta população em centenas de centros urbanos de pequeno porte. Nas últimas décadas, o crescimento expressivo de alguns centros de médio porte vem contribuindo para fortalecer a rede urbana da Bahia.

A Bahia está consolidada como o segundo Estado brasileiro em captação de investimentos, superando áreas de grande tradição industrial no País. O ajuste fiscal das contas do Estado ampliou sua posição dentro dos planos estratégicos de diversas companhias. Segundo o ex-Secretário da Indústria, Comércio e Mineração durante o primeiro ano do governo César Borges, Dr. Benito Gama, na área industrial consolidaram-se mais dois segmentos industriais: informática e calçados, além de haver ocorrido o nascimento da indústria automotiva baiana.

O cenário econômico da Bahia na mobilização do atual Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é amplamente favorável à compatibilização dos investimentos nos setores modernos da economia, sem, no entanto descuidar-se das atividades da base da pirâmide social. O PIB baiano é calculado com base nos resultados dos grandes setores da atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços.

Dados da Secretaria de Planejamento denotam que o dinamismo da economia baiana e nordestina tem uma tendência de aceleração, tendo como principais segmentos o comércio, serviços e construção civil. Este último setor encontra-se bastante acelerado, predominantemente nas áreas comercial e industrial e gerará grande impacto na economia baiana, a médio e longo prazo.

Em 2022, a geração recorde de empregos formais e o crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), como mostra o Gráfico 1, despontaram o Estado no cenário econômico nacional.

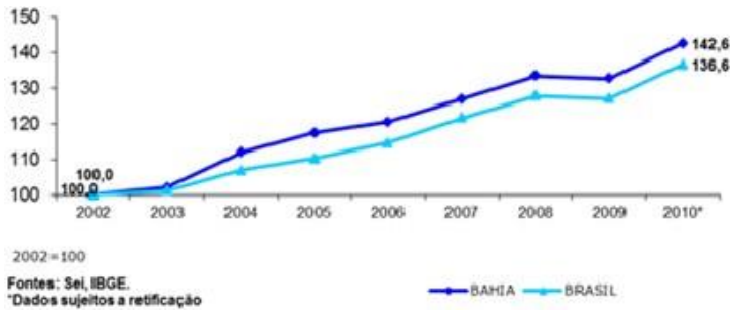


Figura 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB), Bahia e Brasil, 2010/2020.

De acordo com as projeções da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) um crescimento entre 4,0% e 4,5%, de 2011 a 2014, corresponde a taxas mais sustentáveis do que a que obtidas em anos anteriores. Dentre as razões que nortearam o crescimento das economias brasileira e baiana em 2010, denotou-se a importância do aumento do consumo das famílias, como resultado do crescimento real do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, além dos incentivos; a grande expansão da construção civil; e o impacto das obras do PAC. Entretanto, configura-se entre um dos maiores desafios do Governo da Bahia, a forte concentração econômica no entorno da Região Metropolitana de Salvador, que, entre 2010 e 2020, aglutinou de 41,9% a 43,8% do PIB, considerando o maior e o menor percentual encontrado.

Dessa forma, é notória a dificuldade de mudar o modelo concentrador, uma vez que a tendência natural da economia é concentrar. Assim, ante a este argumento e não desprezando os grandes investimentos, vêm se destacando exemplos de esforços do governo em interiorizar o desenvolvimento, tais como a construção de aeroportos e hospitais e a implantação de universidades e escolas técnicas no interior do estado. A ferrovia Leste-Oeste também se apresenta como projeto significativo no sentido de integrar territórios e desconcentrar a economia.

A cultura da Bahia é uma das mais ricas e diversificadas do Brasil, sendo o estado considerado como um dos mais ricos centros culturais do país, conservando não apenas um rico acervo de obras religiosas, arquitetônicas, mas é berço das mais típicas manifestações culturais populares, quer na culinária, na música, e em praticamente todas as artes.

A Bahia tem seus expoentes, suas características próprias, resultado da rica miscigenação entre o índio nativo, o português colonizador e o negro escravizado. Nessa imensa vastidão cultural a identidade e cultura da Bahia se destaca, entre as principais manifestações culturais do estado, onde estão o carnaval de Salvador, a festa da Independência da Bahia, as festas juninas no interior, em especial a guerra de espadas

em Cruz das Almas e em Senhor do Bonfim, a lavagem do Bonfim, a Festa de Santa Bárbara, a Festa de São Sebastião, a festa de Iemanjá, e muitas outras.

A culinária da Bahia mais conhecida é aquela produzida no Recôncavo e em todo o litoral da Bahia, praticamente composta de pratos de africana, diferenciados pelo tempero mais forte à base de azeite de dendê, leite de coco, gengibre, pimenta de várias qualidades e muitos outros que não são utilizados nos demais estados do Brasil. Essa culinária, porém, não chega a representar 30% do que seus habitantes consomem diariamente. As iguarias dessa vertente africana da culinária estão reservadas, pela tradição e hábitos locais, às sextas-feiras e às comemorações de datas institucionais, religiosas ou familiares.

No dia a dia, o baiano alimenta-se dos pratos herdados da vertente portuguesa, englobados no que se costuma chamar de “culinária sertaneja”. São receitas que não levam o dendê e demais ingredientes típicos de origem africana, como ensopados, guisados e várias iguarias encontradas também nos outros estados, embora com toques evidentemente regionais.

Justamente pela extensão territorial, riqueza cultural e potencial econômico da Bahia, que a Mantenedora vem estabelecendo estratégias de ampliação do alcance do Grupo UNIDOM, com a incorporação de IES em vários municípios da Bahia, bem como, com o Credenciamento mediante Unificação de Mantidas de Campus da UNIDOMPEDRO nos municípios de Barreiras, Jequié e de Luis Educardo Magalhães.

Por conseguinte, com a incorporação de IES na divisa da Bahia com Sergipe, a Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança, no município de Ribeira do Pombal/Ba, e no outro lado da divisa, já no estado de Sergipe, município de Lagarto/Se, a Faculdade Dom Pedro II de Sergipe, bem como, mediante a constituição de Polos de Apoio Presencial da modalidade a distância da UNIDOMPEDRO em todo o Brasil, inclusive em Aracaju, capital de Sergipe, o Grupo UNIDOM pretende atuar fortemente também no estado de Sergipe, no nordeste do Brasil e em todo território nacional ainda na vigência deste PDI.

1.8.4 O Cenário Socioeconomico e Cultural Sergipano e suas nuances:

O estado de Sergipe remonta ao início da colonização brasileira. A palavra Sergipe provém do tupi Siri-i-pe, e significa curso do rio dos siris. Na linguagem do colonizador, Siri-i-pe transformou-se em Sergipe. Sua história remonta à criação das Capitanias Hereditárias e as terras sergipanas, na época do descobrimento, eram habitadas por várias tribos indígenas. A única tribo que ainda sobrevive é a Xocó, que, atualmente, habita a Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha. Existem várias comunidades quilombolas espalhadas pelo estado de Sergipe, que contempla forte influência na cultura

sergipana.

De origem genética indígena, temos também o município de Itabaianinha, conhecida há gerações como “a cidade dos anões”, pois ali nasce uma quantidade incomum de moradores que não cresce acima de 1,45 metros. Estima-se que cerca de 150 habitantes sejam portadores de nanismo. Não existe um senso oficial, mas o número de moradores anões é estimado entre 70 a 150. Sendo assim, ser pequeno ali não é tão diferente, já que em média, um em cada três habitantes é portador da síndrome do nanismo. Thomasi (2018) atesta que em Itabaianinha “estudos asseveram acerca da ocorrência do nanismo de natureza genética-ambiental, recorrente em oito gerações por cerca de 200 anos, como evidência da permanência de um gene mutado”, sendo essa uma possível explicação do motivo do grande número de anões no local.

A primeira tentativa de colonização de Sergipe ocorreu em 1575, quando os jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio percorreram algumas aldeias. Na ocasião, a chegada do então governador Luís de Brito à região provocou a fuga dos índios. Entre 1637 e 1645, Sergipe esteve sob domínio dos holandeses. Em 1696, consegue sua autonomia jurídica com a criação da Comarca de Sergipe. Em 1698, foram instaladas as primeiras vilas: Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia e Santo Amaro das Brotas.

Em 1763, Bahia, Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro foram reunidos em uma só província. Finalmente, em 5/12/1822, Dom Pedro I confirmou o decreto de 1820, que dava independência a Sergipe Del Rey. Em 17 de março de 1855, a província ganha uma nova capital, Aracaju, em substituição a São Cristóvão.

Do ponto de vista cultural, contempla grande influência da cultura nordestina, principalmente do cangaço com o surgimento do bando chefiado por Virgulino Ferreira, o Lampião, propondo uma releitura da historiografia sobre o rei do cangaço.

As festas populares são comuns e de origem diversa, mas sempre caracterizadas pelas danças, vestimentas e culinária, tendo seu ápice no período do São João e do São Pedro, com grandes concentrações populares na capital e nos municípios de Areia Branca e São Cristóvão, onde o forró predomina!

Um dos pontos principais de sua cultura é a literatura de cordel, um tipo de poesia popular, originalmente oral, e depois impressa em folhetos rústicos, expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome que vem lá de Portugal. São escritos em forma rimada e alguns poemas são ilustrados com xilogravuras, o mesmo estilo de gravura usado nas capas.

Hoje, Sergipe é um grande Estado. Sua cultura é rica. Seus monumentos marcam, com características peculiares, uma parte da história com seus heróis anônimos e todo um sistema de vida que se baseou no trabalho escravo, na cana- de-açúcar e no gado.

A religião é predominantemente católica, distribuída conforme o IBGE (2022) da seguinte forma: Católicos: 1.454.796, Sem religião: 156.316, Evangélicos: 132.102, Espíritas: 15.564, Não determinada: 2.884, Religiões orientais: 2.665,
Umbanda e Candomblé: 1.229, Outras: 14.148.

Apesar de ser considerado o menor Estado brasileiro, Sergipe detém um dos maiores potenciais de progresso do país. Este compacto Estado, com 21.918 Km^2 e uma população de 2.219.574 habitantes, dispõe de PIB de R$ 27,8 bilhões, sendo que seu PIB *per capita,* no valor de R$ 13.180,00 , desponta como o maior dos estados nordestinos (IBGE, 2022). A renda *per capita* perfaz R$ 758,00 mensal.

O Estado de Sergipe é composto por 75 municípios, distribuídos em 13 microrregiões, sem concentrações em vazios demográficos em todo seu território, já conquistou indicadores e condições que lhe dão uma posição singular como opção de investimento no Nordeste. Além do segmento turístico, contemplado por suas belezas naturais, clima agradável, praias, cultura e hospitalidade, tem grande potencial na Indústria, Agropecuária e Serviços, assim como para as atividades componentes.
Situado na Região Nordeste do Brasil, tendo como capital Aracaju, Sergipe tem como limites ao norte o Estado de Alagoas, ao leste o Oceano Atlântico e ao sul e oeste o Estado da Bahia.

Marcada desde o período colonial pela sucessão de coronéis e mandatários com grande centralização do poder, Sergipe tem contemplado a ascensão de novos políticos e lideranças no seu governo, superando antigos líderes políticos regionais, tais como João Alves Filho e Albano Franco, que exerciam há décadas a supremacia no estado.

O clima varia de sub-úmido (faixa litorânea, com largura de 20 a 40 km), passando pelo de transição semi-árido (área do agreste, como Itabaiana, Lagarto e outros) a semi-árido (todo o oeste do Estado, com seca de 7 a 9 meses no ano). O relevo apresenta áreas planas com pequenas altitudes que vão aumentando em direção ao interior.

O potencial hídrico do Estado, responsável pela abundância de água e energia elétrica, é composto por seis bacias hidrográficas compostas pelos rios: São Francisco (7.274 km²), Piauí (4.091 km²), Sergipe (3.293 km²), Vaza-Barris (2.279 km²), Real (2.584 km²) e Japaratuba (1.829 km²).

A economia sergipana, que durante séculos esteve baseada no cultivo da cana-de-açúcar, começa a se modificar a partir dos anos 90. Apoiado em incentivos fiscais e em seu potencial energético - oferecido pela usina de Xingó e pela exploração de petróleo e gás natural, Sergipe atrai constantemente indústrias para seu território. Somente entre 1995 e 1998, 40 (quarenta) indústrias instalam-se no Estado, com destaque para uma fábrica de cerveja em Estância, que impulsiona a chegada de outras pequenas e médias

empresas à região, principalmente voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas e de couro, processamento de alimentos e um pequeno parque têxtil.

A indústria local tem no Grupo Maratá o seu grande expoente, com a produção de uma oferta diversificada de produtos alimentícios e dos seus próprios insumos, seguido de perto pela produção e beneficiamento de fumo e charutos, que se destacam também no fornecimento nacional e internacional, tudo localizado no âmbito da Zona Industrial da Capital, da Região Metropolitana de Aracaju e no município de Lagarto.

Conforme indicam as análises sócias econômicas da IES, mais recentemente, a ampliação do número de indústrias em Sergipe tem se direcionado ao interior do estado. O município de Nossa Senhora da Glória, por exemplo, tem sido contemplado por um dos maiores desenvolvimentos econômicos do Norte e Nordeste do país, inclusive noticiado nacionalmente com a denominação de “Princesa do Sertão”, município que mais cresceu no Brasil nos últimos anos. O crescimento industrial contemplou, inclusive, o aumento dos serviços públicos e privados e a ampliação comércio local, com a inauguração, inclusive, de dois shoppings no centro de Glória!

Por causa da pequena extensão territorial, a pecuária é representada por um rebanho de apenas 918 mil bovinos e 83,3 mil ovinos e 82,3 mil suínos. Ao mesmo tempo que o setor industrial cresce, o agropecuário registra queda em parte de sua produção. As áreas dedicadas às culturas tradicionais, como algodão, cana-de- açúcar, mandioca e milho, vêm diminuindo, enquanto se expandem as lavouras com melhor desempenho comercial, como a do coco-da-baía, a de fumo e a da laranja, principal produto estadual.

A agropecuária emprega a maior parte da mão-de-obra sergipana, mas é o setor de serviços, centrado no comércio de Aracaju, o responsável por mais de 65% do PIB do Estado. Nas últimas décadas, Sergipe recebeu investimentos da SUDENE e do Proálcool, além dos recursos da- Petrobras desde a descoberta, em 1963, de petróleo e gás natural, produtos dos quais é o terceiro maior produtor do país, atrás do Rio de Janeiro e da Bahia.

Na Educação Básica, o Estado de Sergipe dispõe de 243.250 mil alunos matriculados na rede estadual. Desses, 6.241 estão na Educação Infantil (2,6%), 150.670 no Ensino Fundamental (61,9%) e 86.595 mil no Ensino Médio (35,6%). Em Sergipe, os dados referentes ao ano de 2022 (IBGE), indicavam que o total de matrículas na Educação superior representava um atendimento a 11,59% da população na faixa etária de 18 a 24 anos de idade. O Estado possuía, então, 1,1% da população brasileira nessa faixa, mas a oferta de vagas nas suas instituições de ensino superior representava somente 0,7% da matrícula brasileira. Relativamente à Região Nordeste, enquanto os habitantes equivaliam a 3,73% dos que se encontravam entre os 18 e 24 anos de idade, a matrícula na Educação superior era equivalente a 4,6% da matrícula nordestina.

Assim, dentre os desafios que estão colocados para o Estado de Sergipe, sobressaía a necessidade imediata de elevar a cobertura do ensino superior a pelo menos 17% da sua população na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade, colocando Sergipe nos mesmos níveis da média brasileira. Para atingir esta meta era necessário criar 13.485 novas vagas, aumentando o número de alunos matriculados de 31.032 para 45.517.

Apesar de dados sócios econômicos diferenciados, a educação superior no Estado de Sergipe apresenta dados diminutos: dispõem apenas de 20 (vinte) instituições de ensino superior, sendo apenas duas Universidades, uma Federal e uma Privada, e um Instituto Federal, somadas a 17 (dezessete) Faculdades. Dos 75 (setenta e cinco) municípios, apenas 05 (cinco) possuem IES, a capital e 04 (quatro) municípios do interior: Lagarto, Itabaiana, Tobias Barreto e Canindé do São Francisco.

As vagas para Educação a Distância locais são bem reduzidas no estado, pois exite apenas mais 02 (duas) IES de Sergipe Credenciadas EaD.

De fora do estado, atuam em Sergipe no EaD uma média de 20 (vinte) IES. Ainda assim, a soma de vagas presenciais e a distância é diminuta, tanto para graduação quanto para a pós-graduação, principalmente frente ao potencial econômico do estado e ao número de concluintes do ensino médio em Sergipe, que totalizaram quase 100.000 concluintes em 2022, conforme dados da secretaria de Educação.

Quanto a **implantação da educação profissional média de nível técnico**, dentro dos estudas realizados pela IES, se destaca, inclusive, a definição de vagas com base na relevância na oferta. Para tanto, a Mantenedora em conjunto com a comunidade acadêmica, analisaram a viabilidade econômica, a projeção de infraestrutura física e tecnológica, a dimensão do Corpo Docente para os Cursos Técnicos. Inicialmente, conforme legislação vigente, a IES passará a ofertar Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio mediante Autorização da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – por meio do SISTEC, na condição de IPES (Instituição Privada de Ensino Superior), conforme cursos correlatos disponíveis.

A oferta dos cursos técnicos já se justifica, em princípio, pela própria perspectiva da missão institucional e sua visão previstas no PDI, quando colocam a importância da formação e da intervenção social. Assim, a proposta de formação em nível técnico favorece a população local, regional e nacional, quanto a sua profissionalização, empregabilidade e permanência no mercado de trabalho, com reflexos inexoráveis ao contexto econômico.

Diante do contexto mercadológico em que estão inseridas as organizações, de elevada concorrência, atuando globalmente e com preocupações ambientais e sociais, constata-se que a formação técnica precisa estar além das expectativas imediatistas e

limitadas do mercado de trabalho em particular, uma vez que este tipo de profissional, além de ser capaz de atuar em diversos tipos de organizações e lugares, também precisa assumir a condição de um agente de mudanças para garantir o desenvolvimento contínuo das organizações e das sociedades em que estão inseridas.

Além disso, seguindo o exposto no diagnóstico da realidade, a opção pelo curso baseia-se nos diálogos realizados com as comunidades do entorno local e regional, mediante estudo de demanda e viabilidade, realizado em parceria com o SEBRAE.

As ações de consulta à comunidade local e regional, incluindo visitas e consultas as empresas, a gestores públicos, professores, líderes, e alunos que direcionaram para a necessidade efetiva de profissionais na área técnica, o que foi corroborado, inclusive, pelas indicações baseadas no estudo desenvolvido pela IES, no qual a formação técnica foi apontada como recomendável para desenvolvimento dos centros econômicos a serem impactados pela proposta de implantação da educação profissional técnica de nível médio.

No âmbito nacional, a proposta também se justifica à medida que observamos a proposta de crescimento do programa oficial do atual governo brasileiro, onde a ênfase na educação básica e na educação profissional técnica de nível médio são alicerces para uma mudança socioeconômica de grande proporção.

Nessa conjuntura, a demanda de cursos técnicos já excede a oferta e tende a se ampliar, viabilizando o aumento da oferta de educação profissional técnica de nível médio pelas instituições de ensino, o que, para tanto, já está havendo o fomento do governo federal em programas vinculados a SETEC do MEC.

Portanto, a relevância e viabilidade da oferta dos cursos técnicos se caracteriza pela própria necessidade das organizações locais, regionais e nacionais de pessoas qualificadas para atuarem no mercado de trabalho, bem como, pelo momento atual de proposta de crescimento nacional, onde a formação técnica se encontra contemplada como ação precípua e de relevância para que se atinja as metas propostas para o Brasil.

Os dados apresentados revelam as características importantes do Estado de Sergipe e, em particular, do município de Aracaju, bem como, da região metropolitana do entorno da capital. Considerando, portanto, as características históricas, sociais, políticas, culturais, ambientais e, principalmente, a potencialidade econômica da região associada aos dados educacionais, fortalece-se a necessidade de mão-de-obra qualificada para suplantar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, com a autorização de novos cursos nas modalidades presencial e a distância, seja de graduação, pós-graduação *Lato Sensu* e de educação profissional técnica, que venham a atender as demandas que se apresentam.

1.8.5 Estudo para Implantação de Polos de Apoio Presencial:

Como referência para implantação dos primeiros Polos de Apoio Presencial da UNIDOMPEDRO a partir do Credenciamento para a modalidade a distância em 2015, consubstanciamos nosso planejamento estratégico nos estudos desenvolvidos e condidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional, **"Capítulo 1. PERFIL INSTITUCIONAL"**, no item **"1.8 Área de Atuação da IES e Inserção Local, Regional e Nacional"**, se desdobrando primeiramente no subitem **"1.8.1 O Contexto Econômico do Entorno: O bairro do Comércio"**, e, posteriormente, no subitem **"1.8.2 A Região Metropolitana de Salvador (RMS)"**, dentre outros documentos e estudos.

Por conguinte, na sequência de nosso PDI, nos serviu de referência o estudo contido no subitem **"1.8.3 O Cenário Econômico Baiano e suas nuances"** e no subitem **"1.8.4 O Cenário Econômico Sergipano e suas nuances"**, o que nos permitiu uma visão ampla de toda região sertaneja baiana e sergipana, que contempla os estados e as divisas da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, possibilitando a entrada nos demais estados da região nordeste do Brasil, já numa perspectiva regional, mas visando a projeção nacional.

Quanto ao planejamento estratégico para a oferta da modalidade a distância na Sede e nos Polos a serem implantados, vale salientar que, com base nos estudos sobre o déficit de professores formados para atuar na educação básica no âmbito nacional, potencializamos a oferta de licenciaturas.

Tal perspectiva teve como referência o desafio que incide diretamente na formação de professores no Brasil, pois, conforme a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), todos os docentes da Educação Básica devem possuir formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, já que, conforme o Censo Escolar, apenas 78,4% deles se encaixam nesse requisito.

Seguindo essa perspectiva com vistas ao desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE, ampliamos a oferta de licenciaturas, e, por consguinte, ampliamos acentuadamente também a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, além dos cursos de saúde.

Salientamos ainda que, conforme consta descrito no "**Capítulo 11 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS"** deste PDI, toda a infraestrutura dos Polos contempla o que prevê o **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**, que regulamenta a LDB quanto a educação a distância, bem como a **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**, que estabelece normas oferta de cursos superiores a distância.

Por fim, com base no quanto analisado, estudado e aqui exposto, iniciamos a implantação dos Polos contemplando os estados da Bahia e de Sergipe, direcionando a toda Região Nordeste do Brasil, para posteriormente alcançarmos todo o território nacional, conforme segue:

1.8.5.1 Estudos sobre Implantação dos Polos na Bahia:

Em estudo estratégico da Mantenedora e da IES referente ao seu crescimento institucional para modalidade a distância, foram analisadas as diversas microrregiões da Bahia com vistas ao posicionamento dos polos de apoio presencial.

Dessa forma, conforme análise socioeconômica, concluiu a Mantenedora que uma grande quantidade de alunos das respectivas microrregiões baianas e de seu entorno que dispõe de ensino presencial, não são contempladas por essa oferta devido à dificuldade e o custo do deslocamento diário para a sede de suas IES presenciais. Da mesma forma, existem os alunos das cidades e localidades mais distantes, bem como aqueles que não se adequam ao ensino presencial, ou mesmo não dispõe de condições financeiras para arcar com a mensalidade do ensino presencial.

Desse entendimento, associado a disponibilidade de estrutura física de qualidade nas suas IES presenciais e de seus Campi, entendeu a IES que seria viável o estabelecimento de início dos seguintes Polos de Apoio Presencial ao nosso EaD:

- **01 Polo no Bairro do Comércio/Salvador (endereço sede da IES)**, que atenderá a comunidade do entorno e da Ilha de Itaparica, Ilha de Vera Cruz, Santo Antônio de Jesus, Salinas das Margaridas, São Roque, Nazaré das Farinhas, bem como os demais municípios daquela região do recôncavo da Bahia, acessível via barco há cinquenta minutos do bairro do Comércio;
- **01 Polo na Av. Suburbana/Salvador (endereço agrupado da IES)**, onde funciona o Complexo de Saúde do Grupo UNIDOM, que atenderá a comunidade do entorno e das cidades da RMS mais próximas, tais como Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião do Passé e Simões Filho;
- **01 Polo no município de Ribeira do Pombal (sede no interior da Bahia de IES do Grupo UNIDOM – Faculdade Dom Luis de Orleanas e Bragança)**, que atenderá a cidade de Ribeira do Pombal e a microrregião do semiárido Nordeste II da Bahia, que reúne 18 (dezoito) municípios: Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e

Sítio do Quinto. Distante 284 Km de Salvador, 100 Km da divisa com Sergipe e 200 Km de Aracaju;

- **01 Polo no município de Barreiras (Campus da UNIDOMPEDRO)**, que atenderá toda a região do oeste da Bahia, formada pelos municípios de Barra, Barreiras, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Jaborandi, e São Félix do Coribe. De grande potencial econômico com base agrícula, principalmente do cultivo da soja, distante 872 Km de Salvador, próxima da divisa dos estados de Goias e Tocantins.
- **01 Polo no município de Luis Eduardo Magalhães (Campus da UNIDOMPEDRO)**, que atenderá toda a região do extremo oeste da Bahia, contemplada por expressiva imigração sulista, compreendendo a união de 24 municípios agrupados em três microrregiões. De grande potencial econômico com base agrícola, principalmente do cultivo da soja, distante 966 Km de Salvador, próximo da divisa dos estados de Goiás e Tocantins.
- **01 Polo no município de Jequié (Campus da UNIDOMPEDRO)**, que atenderá toda a região do Sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a Zona da Mata. O município tem uma diversidade produtiva no que refere à agricultura, destacando-se o cacau e o café. Na pecuária sua força se concentra principalmente na bovinocultura e caprinocultura. O setor mineral é contemplado com a exploração de jazidas de granito das variedades Kashmir Bahia e Verde Bahia. Possui ainda reserva de ferro, mármore e calcário. Outro fator importante na economia do município é o Poliduto de derivados de petróleo e álcool. Jequié está distante 360 km de Salvador.

Além desses polos, estruturados em unidade do Grupo UNIDOM e da UNIDOMPEDRO, entendeu a Mantenedora que no processo de sua expansão, seria relevante do ponto de vista estratégico o posicionamento de polo em regiões ainda não alcançadas pelo Grupo UNIDOM no estado da Bahia, dentre as quais, a região Piemonte da Chapada Diamantina, conforme segue:

- **01 Pólo no município de Jacobina:** conhecida como “cidade do ouro”, com grande potencial extrativista e turístico. Jacobina é localizada na mesorregião centro-norte da Bahia, região setentrional da Chapada Diamantina, distante 360 Km da Capital. A região é composta por 18 municípios: Caém, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ourolândia, Piritiba, Ponto Novo, Quixabeira, São José do Jacuípe, Saúde, Serrolândia, Várzea do Poço e Várzea Nova;

Portanto, conforme condições e demandas socioeconômicas da RMS e da Bahia expostas neste PDI, dentre outros documentos e estudos, entendeu a Mantenedora e a IES que com a expansão aqui proposta por meio da modalidade a distância e a respectiva oferta, estará contemplando inicialmente a sua a estratégia de crescimento sustentável em sintonia com contexto social e econômico de nosso estado da Bahia e respectivas regiões, como estarte inicial a ser contemplado e ampliado acentuadamente ainda neste ciclo do PDI, para alcançar todas aa regiões baianas.

1.8.5.2 Polos no Estado de Sergipe

A implantação dos primeiros Polos no estado de Sergipe teve como referência o posicionamento geográfico com observância, **inclusive, da distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio e a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos,** no âmbito do contexto local e regional de Aracaju, que abrange o bairro Jardins e o centro de Aracaju, incluindo a Zona Industrial da Capital e a Zona Metropolitana de Aracaju; e o estado de Sergipe como todo, enquanto região acentuadamente integrada à capital.

Até porque, o tamanho diminuto do estado de Sergipe favorece a integração do estado a sua capital Aracaju, constituindo-a como polo de atração de serviços em geral, inclusive educação superior. Nesse sentido, podemos observar abaixo que Canindé do São Francisco, que está situado na Microrregião Sergipana do Sertão do Rio São Francisco, já na divisa com o estado de Alagoas e próximo da divisa do estado de Pernambuco, numa região denominada de “tríplice divisa”, é o município mais distante da capital com apenas 194 (cento e noventa e quatro) km de Aracaju. Isso corrobora com a pesrpectiva de que o estado de Sergipe, mediante suas dimensões geográficas, tem em Aracaju a centralidade de todos os serviços públicos, dentre outros, inclusive educação superior, conforme podemos observar no mapa abaixo:

Frente ao exposto, realizamos inicialmente a implantação dos seguintes Polos:

- **01 Pólo no município de Aracaju:** com vistas a contemplar a Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, composta pelos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o município de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Com população estimada de 1.000.000 habitantes.
- **01 Pólo no município de Lagarto (sede no interior de Sergipe de IES do Grupo UNIDOM – Faculdade Dom Pedro II de Sergipe:** localizado na região centro-sul do estado de Sergipe, é a maior cidade do interior do estado, com uma população estimada em 2022 pelo IBGE em 103.576 habitantes. Terceiro município mais populoso de Sergipe, a cidade fica localizada estrategicamente há 75 km da capital, Aracaju, e há 40 Km da divisa com a Bahia.

1.8.5.3 Polos no Brasil:

A educação a distância, no contexto de amplitude geográfica, heterogeneidade e densidade populacional, é a forma mais acessível de proporcionar educação de qualidade para todas as pessoas que dela queiram usufruir. Diante desse quadro, a EaD é apontada como uma estratégia fundamental na difusão e oferta de cursos superiores de formação e qualificação profissional, trata-se, na prática, de atender a uma população que pelas próprias condições estruturais está em desvantagem no acesso ao ensino superior, tanto nos grandes centros, quanto no interior do Brasil. Portanto, a EaD é um mecanismo no combate às diferenças regionais.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado é a relação entre o custo e o benefício dessa modalidade de ensino, que pode ser identificado no aproveitamento de infraestrutura física e equipamentos, transporte de alunos, aproveitamento de tempo com deslocamentos de alunos e professores, entre outros indicadores. Para as IES que já tem sede de educação presencial, a oferta de EaD se torna uma estratégia positiva, tendo em vista a otimização de investimentos associada ao acesso a demandas de alunos específicos que não se adéquam a oferta presencial, o que vai potencializar as condições de oferta e beneficiar a sociedade!

Por isso mesmo, a IES vê na modalidade a distância a possibilidade de cooperar com a formação de profissionais para o mercado de trabalho local, regional e, inclusive,

nacional. Além da formações em cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia, que oportunizam formação mais dinâmica para o mercado de trabalho, a oferta de licenciaturas atende uma demanda de mercado crescente, e irá suplantar a formação de professores no Brasil.

Inclusive, com o aumento da nossa oferta de licenciaturas, **podemos cooperar com a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), que projeta que todos os docentes da Educação Básica devem possuir formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, já que, conforme o Censo Escolar, apenas 78,4% deles se encaixam nesse requisito. Por isso mesmo, seguindo essa perspectiva, com vistas ao desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE, ampliamos a oferta de licenciaturas.**

Apesar das oportunidades estratégicas, a IES não deixa de se preocupar com o desenvolvimento e investimento tecnológico e pedagógico, conforme preconizam as diretrizes da educação a distância, para viabilizar uma educação de qualidade a todos que a queiram, assumindo o seu compromisso de contribuir com o desenvolvimento da comunidade na qual está inserida.

Nesse sentido, ao vislumbrar o território nacional e a perspectiva de abertura de Polos de Apoio Presencial, seguimos no caminho das análises e dos estudos frente as demandas e características socioeconômicas e culturais das regiões do Brasil, inclusive o quanto prevê o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, no tocante a formação de professores no âmbito nacional.

Para tanto, no coube entender mediante análise e estudos a formação geográfica do Brasil, e por conseguinte suas características e demandas efetivas de **natureza econômica, social, cultural, política e ambiental.**

Nesse sentido, vale salientar que no Brasil, houve pelo menos quatro divisões do território nacional ao longo da história, que estabeleceram regiões respeitando os limites das unidades federadas. Dessas quatro, a mais antiga é a de 1913, anterior ao IBGE que foi criado em 1936; a segunda é de 1938, e foi adotada em virtude do lançamento do Anuário Estatístico do Brasil; a a terceira é de 1942 e a quarta de 1969, que foram propostas pelo IBGE. Ao longo do tempo, elementos humanos também passaram a compor ao lado de elementos físicos os critérios para agrupar as unidades federadas, conforme características comuns percebidas para a conformação de regiões.

Após as sucessivas atualizações da divisão de 1942 decorrentes das reconfigurações internas do federalismo, o IBGE produziu uma nova regionalização em 1969, que é a versão ainda vigente, com os contornos das regiões atuais, onde **Bahia e Sergipe** passaram a ser parte do Nordeste, enquanto Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais foram unidos a São Paulo na região Sudeste.

Em seguida, poucos anos depois, o sul de Mato Grosso se tornou autônomo, com o nome de Mato Grosso do Sul, permanecendo parte do Centro-Oeste. Depois disso, apenas algumas mudanças pequenas foram adicionadas, com a Constituição de 1988: o norte de Goiás foi separado com o nome de Tocantins e anexado à região Norte; Roraima, Rondônia e Amapá passaram de território a estado; Fernando de Noronha passou de território federal a distrito estadual de Pernambuco.

Dessa forma, foram formadas as cinco regiões atuais do Brasil, descritas a seguir:

- **Região Centro-Oeste:** abrange três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e o Distrito Federal, ocupa 18,86% do território brasileiro (1 606 234,47 quilômetros quadrados), sua população é de cerca de 16 milhões de habitantes.
- **Região Nordeste:** abrange nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), possui um território de 1 554 291,10 quilômetros quadrados (18,25% do território nacional), tem o terceiro maior produto interno bruto (PIB) do Brasil entre as grandes regiões e sua população é superior a 50 milhões de habitantes.
- **Região Norte:** abrange sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), possui a maior área (3 853 840,88 quilômetros quadrados, ou 45,26% do território nacional) e a população é de 16,3 milhões de habitantes. É a região com a menor densidade demográfica (3,77 habitantes por quilômetro quadrado, segundo o Censo de 2010 do IBGE.
- **Região Sudeste:** abrange quatro estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), possui um território de 924 608,85 quilômetros quadrados (10,86% do território nacional), sua população é de cerca de 80 milhões de habitantes, possui o maior PIB bem como as duas cidades mais populosas do Brasil: São Paulo, com pouco mais de 11 milhões de habitantes e Rio de Janeiro com cerca de 6 milhões.
- **Região Sul:** abrange três estados (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), possui a menor área (576 783,78 quilômetros quadrados, ou 6,77% do território nacional), sua população é de mais de 26 milhões de habitantes, é a segunda região mais rica do país (depois da Região Sudeste), e é a que possui o maior índice de desenvolvimento humano (IDH), maior taxa de alfabetização e os melhores níveis de educação, saúde e bem-estar social do país.

Portanto, com base nas caracteríasticas da conjuntura nacional e de suas cinco regiões, observando as características e demandas efetivas de **natureza econômica, social, cultural, política e ambiental,** a Mantenedora e a IES analisaram, estudaram e

planejaram o crescimento a partir de 2015 mediante a implantação de Polos de Apoio Presencial da nossa modalidade a distância em todo território nacional, consubstanciando condições favoráveis e sustentáveis para o crescimento da oferta EaD sintonizada com as demandas nacionais, tais como o quanto previsto no **Plano Nacional de Educação (PNE) e na legislação vigente,** inclusive quanto a infraestrutura dos Polos próprios e dos não próprios, mas com a infraestrutura obrigatória prevista nos contratos de parceria, tudo conforme descrito no **"Capítulo 11 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS"** deste PDI, no tocante ao que prevê o **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**, que regulamenta a LDB quanto a educação a distância, bem como a **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**, que estabelece normas oferta de cursos superiores a distância.

1.9 Projeção de Crescimento da IES para os próximos Cinco Anos:

O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO teve o seu primeiro ciclo de desenvolvimento institucional se desdobrando do seu Credenciamento em 2005 ate o ano de 2010. Por conseguinte, durante o Recredenciamento Institucional, foi aprovado o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com aditivo para Credenciamento EaD.

A mudança na organização acadêmica para Centro Universitário ocorreu em 2018, e corrobora com a projeção já estabelecida de crescimento da IES no PDI anterior, para otimizar sua oferta de graduação e graduação tecnológica, conforme autonomia prevista na legislação vigente para Centro Universitário.

Dessa forma, dentre outros tópicos, se mantém a projeção de se contemplar o seguinte quanto ao crescimento institucional nos próximos cinco anos da IES:

- Consolidação do CENTRO UNIVERSITÁRIO (2023 – 2027);
- Implantação e desenvolvimento de novos Cursos de Graduação e Graduação Tecnológica presenciais e a distância;
- Reconhecimento dos Cursos de Medicina e Odontologia, dentre outros;
- Implantação e desenvolvimento de novos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e Extensão (cumprido com a consolidação do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - CEPPG);
- Consolidação das atividades de iniciação à pesquisa e extensão (cumprido com a consolidação do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - CEPPG);
- Ampliação da oferta presencial e EaD, com a constituição de Polos na Bahia, Sergipe, e no Brasil;
- Ampliação e consolidação dos Campi fora da Sede, inicialmente nas cidades de

Barreiras, Jequié e Luis Eduardo Magalhães, posteriormente em outras cidades.

- Implantação e Desenvolvimento de educação profissional técnica de nível médio, presenciais e a distância, na forma da legislação vigente, correlatos aos cursos de graduação existentes.

Portanto, desde a sua fundação, a UNIDOMPEDRO procura se posicionar de forma harmônica com o crescimento da sociedade e da economia de seu entorno e região. Primeiramente instalada no bairro do Comércio, atua desde então em sintonia com as demandas do entorno e de toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS); na continuidade de sua proposta de expansão, com o Credenciamento em EaD e o estabelecimento de Campi fora da sede, contempla também a estratégia de alcançar novas micro-regiões da Bahia e alcançar os estados da União mediante o estabelecimento de Polos de apoio presencial.

Dessa forma, conforme condições e demandas socioeconômicas da RMS e da Bahia expostas neste PDI, entendeu a Mantenedora que com a expansão proposta na sua oferta estará contemplando a sua a estratégia de crescimento sustentável em sintonia com contexto social e econômico de nosso Estado e respectivas regiões, vindo a alcançar também o território nacional.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL:

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabelece as **políticas norteadoras das práticas de ensino nas modalidades presencial e a distância**, iniciação à pesquisa e extensão do Centro Universitário Dom Pedro II, como atividades fundamentais para o crescimento acadêmico da instituição, com reflexos inexoráveis a toda sociedade, que vem sendo desenvolvido e aperfeiçoado desde antes do Credenciamento da IES em 2005.

No Capítulo 3, damos continuidade ao PPI com a apresentação da **Organização Didático Pedagógica** da Instituição, elencando todas os **Regulamentos e Normas** que delimitam a rotina acadêmica da IES, tanto para a modalidade presencial, quanto a distância.

Por fim, no Capítulo 4, apresentamos as adequações do **Projeto Pedagógico Institucional** e da **Organização Didático Pedagógica da Instituição para a implantação e funcionamento da modalidade a distância**. Portanto, toda estrutura pedagógica e administrativa foi adequada para atuação da IES também na modalidade a distância, que veio a se consolidar com o Credenciamento EaD em 2015.

Vale salientar que o **Projeto Pedagógico Institucional**, e a **Organização Didático Pedagógica**, devidamente adequados **para a implantação e funcionamento da modalidade a distância**, são aplicáveis, no que couber, aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Dessa forma, apresentamos a proposta pedagógica institucional do Centro Universitário Dom Pedro II:

Em sintonia com as tendências sociais e educacionais contemporâneas, o Centro Universitário Dom Pedro II entende que uma instituição de Educação Superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura do saber e do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora do desenvolvimento e da solução dos problemas nacionais. Sua preocupação deve ser a de cooperar com modelos de desenvolvimento baseados em valores humanos novos, voltados para problemas da realidade.

Por conseguinte, de forma inovadora, a IES precisa ter como função básica a crítica, fazendo da sala de aula e do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) locais para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, transformando

seus alunos e professores em agentes de mudança. Dessa maneira, assumirá um papel direto e ativo na condução de projetos que realmente transformem o espaço social em que está inserida e promovam o seu desenvolvimento. Da mesma forma, o professor para o século XXI deve compreender os processos de globalização e as mudanças mais amplas no plano internacional, dentro das quais os destinos do país são traçados, sintonizando-se com as propostas e princípios contemporâneos para a formação profissional.

Tendo essas perspectivas como referência, a IES entende que é pertinente também diferenciar os conceitos de multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, interdisciplinaridde e transdisciplinaridade, enquanto estratégias e fundamentos pedagógicos de referência para nós, conforme entendimento de Ari Paulo Jantsch, apud Manoel Gomes Tubino (1997, p.33- 34):

- Multidisciplinaridade: Conjunto de disciplinas propostas ao mesmo tempo, sem valorização das relações existentes entre eles;
- Pluridisciplinaridade: Justaposição de disciplinas no mesmo nível hierárquico, agrupadas por temas;
- Interdisciplinaridade: Axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definidas no nível hierárquico imediatamente superior, introduzindo a noção de finalidade;
- Transdisciplinaridade: Coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral pré-definida.

Com base nessas concepções, o projeto pedagógico institucional do Centro Universitário Dom Pedro II prima pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade a partir de eixos axiomáticos prédefinidos nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso, que se fazem, primeiramente, no respeito e valorização das disciplinas introdutórias, que estão estrategicamente distribuídas nos primeiros anos dos cursos, de maneira a permear a formação humano do aluno; e, por conseguinte, nas disciplinas técnicas profissionais, que se complementam na sequencia do curso para formação definitiva do egresso.

A IES utiliza as **metodologias ativas** no âmbito de seu projeto pedagógico entendendo as mesmas como um processo amplo que possui como principal característica a inserção do aluno como agente principal responsável e comprometido com a aprendizagem. Nesse sentido, o processo de educar, devido a múltiplos fatores, como a rapidez na produção de conhecimento, a provisoriedade das verdades construídas no saber científico e, principalmente, da facilidade de acesso à vasta gama de informação, deixou de ser baseado na mera transmissão de conhecimentos.

Nesse contexto, as metodologias ativas surgiram como proposta para focar o

processo de ensinar e aprender na busca da participação ativa de todos os envolvidos, centrados na realidade em que estão inseridos. E o aluno torna-se protagonista no processo de construção de seu conhecimento, sendo responsável pela sua trajetória e pelo alcance de seus objetivos, no qual deve ser capaz de auto gerenciar e autogovernar seu processo de formação.

Dessa forma, o nosso fazer pedagógico supõe o envolvimento do aluno pleno e do aluno como construtor de seu conhecimento, como elemento básico da relação ensino aprendizagem, onde a prática, o erro, o desafio são um constante estimulo à busca do conhecimento.

Alinhamos a todo conhecimento teórico à prática, visando a integralização dos diversos ramos do saber, como constitutivos do saber global. Nessa conjuntura, existe uma atuação marcante dos professores e coordenadores na promoção da inter e da transdisciplinaridade, não só através do acompanhamento das atividades e métodos de ensino desenvolvidos em sala de aula, no AVA e em atividades extraclasse, como no estabelecimento de grupos de estudos e de metodologias de trabalho modernas e adequadas, ainda que haja a necessidade de investimentos no preparo dos professores para aplicação das mesmas.

O desafio da IES não se constitui apenas quanto ao corpo docente, mas em grande parte ao corpo discente, que muitas vezes adentra à IES com as dificuldades não superadas no Ensino Médio, onde o aluno é apenas receptáculo de informações, acreditando ser a função do professor a de repassador de conhecimentos. Este aluno será nosso desafio, na medida em que, conforme nossa proposta pedagógica, ele tem que ser um parceiro do professor, tanto no ensino presencial, quanto a distância, proporcionando-lhe os meios para que o conhecimento teórico e prático seja desvendado.

Para atuar na modalidade EAD, inclusive, a Instituição promoveu uma ampla e profunda adequação nas estruturas, metodologias e processos envolvendo o **ensino presencial e a distância**, buscando uma integração em ambas as modalidades para que houvesse sinergia entre processos e procedimentos em nível de estudos, programas, estágios, atividades complementares, material didático-pedagógico e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo, tudo no âmbito do Projeto Pedagógico Institucional e a Organização Didático Pedagógica.

Consonante ao planejamento da Mantenedora quanto ao Credenciamento da IES para atuar no âmbito da EaD, que a instituição e a Equipe Multidisciplinar ampliaram e otimizaram as estruturas físicas, administrativas e pedagógicas, selecionou e capacitou os tutores docentes, elaborou o PPC das graduações propostas e os fundamentos do Projeto Pedagógico Institucional. A partir desse planejamento, a IES adequou e consolidou o

projeto pedagógico para EaD, constituído a partir do modelo pedagógico e a organização didático- pedagógico já existente há dez anos na instituição no âmbito da educação presencial.

Tal proposta contempla o que propõe Paulo Alcântara Gomes, no Capítulo “Uma visão estratégica da Educação Corporativa”, no livro “Desenvolvendo e gerenciando competências” – de Fátima Bayma (org), Pearson Prentice Hall, 2004:

> A nova educação superior deve contemplar inicialmente a flexibilização curricular, capaz de permitir uma formação interdisciplinar com uma certa transversalidade sobre as várias áreas do conhecimento, que privilegie as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional e se constituam em estímulo constante à educação continuada.

Dessa forma, a IES consolidou princípios pedagógicos que norteiam sua ação inovadora no âmbito presencial e a distância, conforme segue:

- Estabelecimento de mecanismos de articulação entre gestão, ensino, iniciação à pesquisa e extensão, onde a gestão acadêmico-administrativa harmonize as suas atividades- fins, desenvolvendo ações inovadoras e metodologias ativas que viabilizem as funções do ensino, da iniciação à pesquisa e de extensão;
- Constituição de currículos flexíveis focados em habilidade e competências fundamentais para o exercício profissional, suplantados pela interdisciplinaridade que viabilize uma formação técnico-profissional agregada a formação humana, inclusive com inclusão para portadores de necessidades especiais;
- Atualização constante dos currículos mediante as diretrizes curriculares dos cursos graduação e técnicos presenciais e a distância, com reformulações periódicas dos currículos e dos programas de ensino de acordo com o processo de transformação cultural e social, observando as normas do MEC;
- Viabilização de educação continuada mediante a oferta de cursos de extensão e de pós-graduação que se conjuguem a formação graduada no sentido de promover uma constante interação com o conhecimento, buscando sempre disponibilizar uma formação técnico-profissional e humana sintonizada com o contexto socioeconômico;
- Consolidação do processo de avaliação institucional, de maneira que o mesmo possa conduzir a melhora da qualidade da instituição como um todo, articulando e mantendo formalizados todos os programas de auto avaliação que envolva a comunidade acadêmica (docentes/tutores docentes, tutores, discentes e técnico-administrativos), utilizando-se de procedimentos metodológicos adequados;
- Ampliação dos programas de desenvolvimento e qualificação de pessoal, viabilizando a constante atualização e capacitação de docentes/tutores docentes, tutores,

e técnico- administrativos, como mecanismo que propicie, inclusive, a valorização de nossos colaboradores;

- Interação continua com a comunidade, sob o princípio de que o ensino superior e o ensino técnico se constituem importantes veículo de transformação social, disponibilizando a sociedade as potencialidades acadêmicas e sociais da IES, por meio de eventos e atividades de extensão e complementares, mediante convênios e parcerias com organizações de diferentes setores, para disseminar conhecimentos, desenvolver tecnologias e difundir cultura.

2.1 Políticas de Ensino:

Para o cumprimento de sua Missão e consecução de seus Objetivos e Metas, o Centro Universitário Dom Pedro II tem, para orientar suas ações, as seguintes **políticas de ensino** a serem aplicadas aos seus diferentes cursos presenciais e a distância:

- Processo de ensino-aprendizagem orientado por metodologias ativas e por uma concepção que considere a estrutura cognitiva dos estudantes (aprendizagem significativa), e a sua prática indissociável das abordagens teórico-conceituais (aprendizagem vivencial), inclusive os portadores de necessidades especiais;
- A estrutura curricular dos cursos com estratégias, metodologias, metodologias ativas e atividades que operacionalizem a necessária interdisciplinaridade, com a inserção dos conteúdos obrigatórios e optativos previstos na legislação vigente, e sempre observando as demandas do entorno local e regional;
- A abordagem metodológica das disciplinas dos cursos com formas que garantam o desenvolvimento de habilidade de busca autônoma do conhecimento por parte dos estudantes, inclusive os portadores de necessidades especiais, sempre com a utilização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade;
- O processo de avaliação da aprendizagem considerando não apenas a avaliação classificatória, necessária para a atribuição de notas tendo em vista a aferição do aproveitamento nas disciplinas, mas, também, a avaliação formativa que objetiva a orientação dos estudantes na sua aprendizagem;
- Os cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, prevendo trabalhos de conclusão ou que ocorram durante o curso, que indiquem produção intelectual, independente e orientada dos seus estudantes, podendo ser estabelecidos, de forma flexível, o tipo de trabalho a ser desenvolvido, tais como monografias, projetos interdisciplinares e ou artigos, dentre outros, incluindo também conteúdos obrigatórios e optativos em consonância com a legislação vigente e as estratégias para inclusão de

portadores de necessidades especiais;

- A estrutura curricular dos cursos de graduação com significativa prática profissional orientada e supervisionada, como componente necessário à oportunização de experiências práticas associadas aos conhecimentos adquiridos;
- A estrutura curricular dos cursos de graduação prevendo a integralização de atividades complementares, como forma de enriquecimento da formação dos estudantes e atendimento de suas necessidades e vocação pessoais, devidamente estruturadas de acordo com a concepção de cada curso;
- Cursos de graduação tecnológica ofertados seguindo as diretrizes da educação tecnológica, incluindo também conteúdos obrigatórios e optativos em consonância com a legislação vigente, e com as necessárias práticas profissionais quando couber;
- Cursos de educação profissional técnica de nível médio ofertados conforme as diretrizes respectivas, incluindo também conteúdos obrigatórios e optativos em consonância com a legislação vigente, e com as necessárias práticas profissionais quando couber;
- A avaliação institucional como processo fundamental no âmbito do ensino, enquanto ferramenta indispensável para o repensar pedagógico e aprimoramento na consecução do processo de ensino aprendizagem.

As **diretrizes pedagógicas** da IES estão fundamentadas nos seguintes aspectos tanto para a modalidade presencial, quanto a distância:

- Acompanhamento e avaliação permanente da proposta pedagógica institucional e dos currículos dos cursos pela Comissão Própria de Avaliação, com vistas à melhoria do nosso fazer pedagógico;
- Planejamento das disciplinas dos cursos tendo como eixo articulador a unidade teoria-prática, sempre com a inserção de conteúdos obrigatórios e optativos em consonância com a legislação vigente, bem como com as estratégias de inclusão para portadores de necessidades especiais, tendo essa associação como fundamental para a formação hodierna;
- Realização contínua de extensão em todas as áreas de formação necessárias, tanto na modalidade de cursos e eventos científicos, quanto nas atividades socioeducativas, propiciando a aproximação dos alunos das demandas sociais;
- Iniciação à pesquisa através dos núcleos específicos que contemplem todas as áreas dos cursos de graduação da IES, com publicação posterior da produção no periódico oficial da IES;

- Previsão de carga horária para os professores que orientarem o planejamento de estudos e pesquisas realizadas pelos alunos, com atendimento extra-sala;
- Enriquecimento e aprofundamento dos currículos sempre com a inserção de conteúdos obrigatórios e optativos em consonância com a legislação vigente e a inclusão para portadores de necessidades especiais, associados a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação e de extensão, constituindo o princípio da educação continuada.

2.2 Política de Iniciação à Pesquisa/Científica, Tecnológica, Artística e Cultural:

A Educação Superior tem na geração e disseminação do conhecimento uma de suas principais atribuições. A geração do conhecimento é uma condição inalienável para uma IES, que impõe a iniciação à pesquisa como uma atividade essencial e constitutiva de seu caráter e referência de sua identidade, inclusive para viabilizar a produção tecnológica, artística e cultural.

O Programa de Iniciação à Pesquisa é uma atividade oficial da IES sob a responsabilidade do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), a quem cabe o gerenciamento de suas atividades, sejam eles na educação presencial ou à distância, contemplando todas as áreas de nossos cursos de graduação. Entende-se por iniciação à pesquisa a inserção dos discentes em atividades de pesquisa durante a sua formação superior, consolidando o hábito da investigação e da busca do conhecimento.

A iniciação a pesquisa é contemplada também de forma curricular em todos os nossos cursos de graduação através do **Projeto Formação e Carreira - Teoria x Prática / Iniciação à Pesquisa / Interdisciplinaridade**, uma metodologia ativa utilizada na IES, inovadora e exitosa!

Nesta perspectiva, os estudos propostos nos projetos, são fundamentados nos princípios da pesquisa-ação, que são de base empírica e buscam ampliar a relação entre a teoria e a prática, através da resolução de desafios verificados pelos estudantes. A pesquisa-ação, em linhas gerais, consiste na investigação e na ação através de estratégias de pesquisa, para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática. Para tal, como diz Thiollent (1985, p.16), “é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”.

Assim sendo, demanda na relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo, sempre atuante e opinante sobre o cotidiano, sem tomar as decisões pelo coletivo. A participação dos pesquisadores é

explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/complementaridade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados ou informações (THIOLLENT, 1985).

As atividades de Iniciação Científica destinam-se também à ampliação do conhecimento humano e ao desenvolvimento de novas técnicas para a sua aplicação e ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura. O objetivo primordial da pesquisa realizada na IES é a sua aplicação para melhoria e crescimento do ensino de Graduação e de Pós Graduação oferecido pela Instituição. No nosso entendimento, a iniciação à pesquisa pode reforçar de modo direto o conhecimento gerado nos projetos para aplicação no ensino superior.

A Instituição estimula os alunos por meio das jornadas de iniciação científica à produção cultural resgatando a memória cultural do entorno da IES, fazendo com que a comunidade acadêmica e a sociedade participem dos eventos. A IES incentiva a produção de projetos de pesquisa oriundos dos seus docentes, bem como a interação com o corpo discente, buscando a inclusão da comunidade acadêmica em um projeto maior, visando sempre a melhoria do ensino aplicado pelo corpo docente.

Todas as ações realizadas na IES são documentadas por meio de fotos, documentos, rádio, jornais, revistas e web para que atenda e sistematize as informações. Da mesma forma, a concessão de bolsas para discentes e docentes é uma das formas de apoio às atividades de iniciação científica incluindo a participação em eventos.

Desde 2008, que a IES e o Grupo UNIDOM instituiu o periódico “Revista Científica Emphasis” (ISSN 2177-8981), como veículo de divulgação da sua produção científica.

No EaD, os editais eferentes aos grupos de pesquisas são abertos através do AVA, onde os tutores docentes também assumem o papel de orientadores de iniciação a pesquisa, conforme regulamento próprio.

Para as atividades de iniciação a pesquisa na IES, foi aprovado também o seguinte regulamento, a ser aplicado quando demiberado pela IES e pela mantenedora.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO À PESQUISA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) é uma atividade oficial da IES sob a responsabilidade do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), a quem cabe o gerenciamento de suas atividades, bem como, a gestão dos docentes/tutores docentes e dos discentes inseridos no Programa.
Art. 2º - O Programa de Iniciação à Pesquisa consiste em um instrumento de

viabilizar a investigação científica na IES, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

TÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O Programa de Iniciação à Pesquisa é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação à pesquisa científica, configurando-se como poderoso fator de apoio às atividades de ensino.

Art. 4º - O PIP tem como objetivos:

I - iniciar o discente dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;
II - Desenvolver, nos discentes dos cursos de graduação, competências e interesse no campo da iniciação científica;
III - Estimular o pensamento crítico e investigativo próprios do pesquisador em formação;
IV - Favorecer a formação de equipes e linhas de pesquisa na Instituição a partir do embrião formado na iniciação científica.

TÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 5º - O gerenciamento do Programa de Iniciação à Pesquisa da IES fica a cargo do Coordenador do Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), que nos termos do presente regulamento, baixará todos os atos necessários à sua execução.
Art. 6º - Cabe ao Coordenador Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG) constituir as diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas nos casos de renovação.

§ 1º A iniciação à pesquisa quando realizada através de disciplinas da Matriz Curricular da graduação da IES não carece de Edital de Seleção, pois contempla todos os alunos matriculados regularmente na respectiva disciplina.

§ 2º A iniciação à pesquisa quando realizada através de disciplinas da Matriz Curricular da graduação da IES não poderá computar carga horária para fins de Atividade Complementar.

Art. 7º - As linhas de pesquisa serão definidas pelo Colegiado do CEPPG de acordo com áreas do conhecimento da graduação e da pós-graduação da instituição.

§ 1º Cada linha de pesquisa corresponde a um Grupo de Pesquisa composto por um docente/tutor docente Coordenador, por docentes/tutores docentes membros e por discentes membros.

§ 2º Cabe às Coordenações de Curso indicar ao Colegiado do CEPPG docentes do Quadro de Professores da IES e/ou docentes visitantes para assumir a Coordenação de cada Grupo de Pesquisa, ou comporem os mesmos enquanto docentes membros.

§ 3º Cada Coordenador de Grupo de Pesquisa deverá apresentar relatório semestral a Coordenação do CEPPG, descrevendo todas as atividades realizadas por ele e pelos discentes integrantes de seu grupo de pesquisa.
Art. 8º - Semestralmente o CEPPG divulgará Edital de Seleção para candidatura de alunos regularmente matriculados na IES e que pertençam a

cursos de graduação ou de pós-graduação compatível com a linha a que venha se candidatar.

§ 1º O Edital fará previsão do período de realização da iniciação à pesquisa, das linhas de pesquisa, das vagas disponíveis e dos critérios de seleção.

§ 2º Cabe ao Colegiado do CEPPG selecionar os alunos que passarão a compor os Grupos de Pesquisa, bem como, deliberar sobre prorrogação ou exclusão dos mesmos.

Art. 9º - A iniciação à pesquisa terá a duração de 02 semestres letivos, condicionado a renovação de matrícula acadêmica do aluno inserido no Programa.

§ 1º O aluno poderá renovar por mais um semestre sua inserção no Programa, totalizando um máximo de três semestres de iniciação à pesquisa.

§ 2º Os encontros do Grupo de Pesquisa serão definidos pelo seu Coordenador, sem conflitar com o horário de aula regular.

§ 3º O limite de tolerância de faltas é de até 25 % da carga horária de iniciação à pesquisa prevista para cada semestre.

Art. 10º - A Revista *Emphasis* é o veículo oficial para publicação da produção científica do Programa de Iniciação à Pesquisa.

TÍTULO IV
RESULTADOS ESPERADOS

Art.11º - Os projetos deverão ser encaminhados à Coordenação do CEPPG com a chancela da Coordenação do Curso.

Art. 12º - Somente poderão ser indicados para Iniciação à Pesquisa estudantes da IES, regularmente matriculados, nas seguintes condições:

I - estejam em dia com as mensalidades escolares;
II- tenham cursado todas as disciplinas até o 3º semestre do curso;
III - possuam média geral igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 13º - O discente poderá ser indicado por um único orientador e para um único projeto.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Somente farão jus ao Certificado de Iniciação à Pesquisa os discentes que, além do cumprimento de suas obrigações, tiverem seus relatórios e trabalhos apresentados na Semana de Iniciação Científica e aprovados pela Coordenação do CEPPG.

Art. 15º - Caberá à Coordenação do CEPPG a emissão de certificados e declarações. **Art. 16º** - Os casos omissos serão deliberados pelo Colegiado do CEPPG, cabendo recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

2.3 Políticas de Extensão:

A Universidade desde o mediêvo é consolidada nos fundamentos indissociáveis da pesquisa, do ensino e da extensão. No contexto da educação superior contemporânea, esses três elementos se renovam em grau de importância na formação do futuro

profissional, se conjugando da construção do perfil do egresso conforme as demandas de mercado e a formação humanística proposta pelas Instituições de Educação Superior (IES).

Para tanto, no âmbito da UNIDOMPEDRO, em conformidade com a **Resolução CNE/CES nº 07, de 18/12/2018, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira,** a Extensão tem papel fundamental processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, constituída de forma **curricularizada** através, inclusive, do **Projeto Formação e Carreira,** viabilizando a relação transformadora entre a educação superior e a sociedade.

Nessa conjuntura, a Extensão é uma dimensão cada vez mais relevante nas atividades da educação superior presencial e a distância, levando-a a constituir dentro de si uma série de eventos que envolvem, basicamente, a complementação dos estudos superiores e a extensão de serviços à comunidade, inclusive com vistas a que as IES cumpram seu papel social.

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica, desenvolvendo e promovendo ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

As atividades de extensão sempre contemplam temas focados no desenvolvimento de ideias que perpassam soluções e fomento **a diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística, patrimônio cultural, desenvolvimento econômico, responsabilidade social e a inclusão, etc.**

As ações de extensão desenvolvidas no âmbito da educação presencial e a distância tem como objetivos:

I - Estabelecer a integração entre o ensino, a pesquisa e a realidade educacional;

II - Capacitar os discentes para atender as exigências do mercado de trabalho, assim como as necessidades sociais;

III - Contribuir para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, políticos e culturais da comunidade;

IV - Estimular e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções acadêmicas;

V - realizar cursos e eventos a partir das necessidades e demandas dos discentes, docentes e comunidade como um todo.

As ações de extensão são desenvolvidas no âmbito da educação presencial e a

distância sob as seguintes formas:

I - Programas: conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum em uma grande ação de médio a longo prazo;

II - Projetos: conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, vinculado ou não a um programa;

III - Cursos ou toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está inclusa como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação;

IV - Eventos, caracterizados como:

a) Seminário: eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum e reunião;
b) Ciclo de Debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: ciclo, circuito e semana;
c) Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra e lançamento;
d) Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical;
e) Evento esportivo: campeonato, torneio, olimpíada e apresentação esportiva;
f) Festival: série de ações/eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente, em período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas;
g) Outros: Outros eventos não classificados nos itens anteriores.

V - Prestação de Serviços: realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem;

VI - Atendimento ao Público em visitação nos Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia da IES. Inclui: visitas em museus, centros de memória, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, cine clube, dentre outros.

Os **Projetos de Formação e Carreira** em nossa instituição, enquanto atividade de extensão curricularizada, se fundamentam no diálogo entre a teoria e a prática e a interdisciplinaridade, e têm por objetivo proporcionar a cada estudante a análise e a reflexão necessárias à tomada de decisões, em ações desenvolvidas em cada projeto, pautadas nos saberes apreendidos nos componentes curriculares cursados a cada semestre. Todas as atividades propostas, a despeito de minuciosamente descritas em sequencias didáticas, abrem espaço para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da interdisciplinaridade, através, inclusive, da pesquisa e da extensão, pois buscam instigar os estudantes a exercerem a autonomia criativa, considerando a realidade da sua futura profissão.

Em linhas gerais, os Projetos de Formação e Carreira, que são desenvolvidos ao longo de cada semestre integrando as disciplinas de forma transdisciplinar, consistem em ações fundamentadas no diálogo entre a teoria, a iniciação a pesquisa e prática, de forma interdisciplinar. O lócus desse diálogo é o futuro campo de atuação profissional de cada estudante, na perspectiva não somente de refletir sobre os desafios verificados nesses espaços, mas na busca por alternativas para resolve-los. Para tal, os estudantes são instigados a revisitarem e ampliarem as teorias já estudadas e em estudo e a trilharem os caminhos da pesquisa, com a necessária autonomia e com o apoio da orientação dos tutores e professores.

Todas as atividades previstas são ofertadas regularmente para o ensino presencial e a distância, conforme cronograma de trabalho semestral. O cronograma semestral também é disponibilizado ofertando cursos de extensão no AVA, além de atividades socioeducativas e científicas nos Polos.

Vale salientar que o Programa de Extensão da IES fundamenta-se no conceito de Extensão como atividade acadêmica articulada com o ensino e a iniciação à pesquisa, e visa complementar estudos e atender as demandas sociais existentes, buscando o intercâmbio e parcerias, nas diversas áreas temáticas, que atualmente se constituem como prioridades locais e regionais.

A Extensão é compreendida como o espaço em que a instituição promove a articulação entre o saber fazer acadêmico e a realidade sócio-econômica e cultural da região onde está inserida. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular de forma a priorizar o local e o regional, possibilitando assim, a oxigenação necessária da vida acadêmica. As instituições de ensino se deparam, a todo o momento, com demandas sociais que impõem um diálogo permanente e isto deve estar refletido no dia-a-dia da

instituição, envolvendo, necessariamente, ações relacionadas ao desenvolvimento social e tecnológico, conforme realizamos na IES.

Nessa perspectiva, a Extensão envolve docentes/tutores docentes, tutores, discentes e funcionários num esforço conjunto de viabilizar propostas e encaminhar soluções através de inúmeros projetos consistentes e articulados em parcerias, o que é de inegável relevância social para toda a nossa comunidade do entorno e da região. Da mesma forma, a IES entende também a Extensão como educação continuada, concebendo-a a partir do modelo de faculdade aberta, e inserindo-a como elemento fomentador de interação, diálogo e desenvolvimento da sociedade, acompanhando as transformações socioculturais no campo do conhecimento, sem prescindir do seu caráter dialético-crítico, visando manter a sua identidade e missão, a fim de gerar uma solidariedade inclusiva, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Portanto, a missão pedagógica do nosso Programa de Extensão é inserir e guiar à comunidade acadêmica no contexto hodierno, uma vez que o objetivo final desta educação é o de incentivar a busca do conhecimento, o senso crítico constante e o preparo para as atividades e papéis que todos os nossos egressos venham a desempenhar como cidadãos e profissionais.

Para regular as atividades de extensão na IES, foi aprovado o seguinte Regulamento das Atividades de Extensão:

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÂO

CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As atividades desenvolvidas na extensão como processo educativo, cultural e científico interelacionam o ensino e a pesquisa de forma indissociável, por meio de projetos e outras ações de extensão que viabilizam a relação transformadora entre a academia e a sociedade, na forma estabelecida por este regulamento.

CAPÍTULO II
OBJETIVO

Art. 2º - Este Regulamento tem por objetivo orientar a apresentação, a tramitação, a aprovação e a execução, dos projetos de extensão da IES, contribuindo assim, para a emancipação e desenvolvimento do educando, da sociedade e da comunidade, além da promoção de novos conhecimentos, da cidadania e da ética profissional.

Art. 3º- As Atividades de Extensão serão desenvolvidas conforme projetos aprovados nos termos desse regulamento.

CAPÍTULO III
CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 4º - A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica, desenvolvendo e promovendo ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Art. 5º - As ações de extensão a serem desenvolvidas terão como objetivos:

I - estabelecer a integração entre o ensino, a pesquisa e a realidade educacional;

II - capacitar os discentes para atender as exigências do mercado de trabalho, assim como as necessidades sociais;

III - contribuir para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, políticos e culturais da comunidade;

IV – estimular e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções acadêmicas;

V - realizar cursos e eventos a partir das necessidades e demandas dos discentes, docentes/tutores docentes e comunidade como um todo.

CAPÍTULO IV
MODALIDADES

Art. 6º- As ações de extensão, concernentes à filosofia da IES, expressa em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, serão desenvolvidas sob as seguintes formas:

I – Programas: conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum em uma grande ação de médio a longo prazo;

II – Projetos: conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, vinculado ou não a um programa;

III – Cursos ou toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está inclusa como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação, da pós-graduação e dos cursos técnicos;

IV – Eventos, caracterizados como:

a) Seminário: eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum e reunião;

b) Ciclo de Debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: ciclo, circuito e semana;

c) Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra e lançamento;

d) Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical;

e) Evento esportivo: campeonato, torneio, olimpíada e apresentação esportiva;

f) Festival: série de ações/eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente, em período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas;

g) Outros: Outros eventos não classificados nos itens anteriores.

V – Prestação de Serviços: realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem;

VI - Atendimento ao Público em visitação nos Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia da IES. Inclui: visitas em museus, centros de memória, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, cine clube, dentre outros.

CAPÍTULO V
ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 7º- As ações de extensão serão desenvolvidas tendo como parâmetro as políticas públicas, a inserção social e regional ou de temas emergentes nas diferentes áreas.

Art. 8º - Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas relacionadas neste regulamento uma correspondência absoluta entre o objeto de um projeto e o conteúdo descrito nas áreas, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida:

I – Comunicação;
II – Cultura;
III – Direitos Humanos e Justiça;
IV – Educação;
V – Meio Ambiente;
VI – Saúde;
VII – Tecnologia e Produção;
VIII – Trabalho;
IX – Responsabilidade Social;
X- Empreendedorismo;
XI – Inclusão Social.

CAPÍTULO VI
APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 9º - O projeto de extensão deverá ser proposto por docentes/tutores docentes, podendo prever a participação de discentes e funcionários.

Parágrafo único. O proponente do projeto de extensão será seu coordenador responsável.

Art. 10º - Os projetos de extensão poderão ser encaminhados e iniciados em qualquer época do ano.

Art. 11º - O projeto de extensão que necessitar de recursos financeiros deverá conter orçamento detalhado, discriminando as necessidades fundamentais relativas a material de consumo, material permanente e, se necessário, despesas com transportes ou outras relativas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º - As atividades de extensão poderão ser equiparadas ao Estágio, correspondendo até 50% do total da carga horária, se em seu projeto houver detalhamento compatível.

Art. 13º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG) e, em segunda instância, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Art. 14º - Para toda e qualquer ação de extensão aprovada e realizada é obrigatório o preenchimento e apresentação à Coordenação de Curso dos documentos comprobatórios da realização da atividade, em conformidade com o documento institucional.

Art. 15º - Os Relatórios da Extensão e demais materiais provenientes das atividades desenvolvidas e previstas por este Regulamento, poderão ser utilizados pelos Cursos, com objetivo didático-pedagógico e científico, ressalvados os direitos autorais.

Art. 16º – As atividades de Extensão, conforme prevê a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 podem ser equiparadas ao Estágio, desde que previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e na proporção máxima de até 50% da carga horária prevista no currículo.

Art.17°Os casos omissos serão resolvidos pelo Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), com recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Art.18°Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

2.4 Políticas de Pós-Graduação *Lato Sensu*:

A política institucional de pós-graduação segue todos os princípios previstos no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIDOMPEDRO, observando todas as diretrizes e metodologias de ensino previstas para o ensino de graduação e de pós-graduação presencial e a distância, buscando inexoravelmente a oferta de Cursos de Especialização que contemplem os princípios de qualidade contidos no PDI da IES e na legislação vigente.

Portanto, a IES mantém os seus Cursos de Especialização, vinculados as áreas afins da sua oferta de graduação presencial e a distância, dentro dos seguintes parâmetros:

2.4.1 Integração permanente entre a graduação e pós-graduação enquanto formação continuada em função da importância de um preparo profissional sólido, contemporâneo e com constante qualificação;

2.4.2 Desenvolvimento de cursos e programas de pós-graduação em sintonia com a vocação dos cursos de graduação e linhas de pesquisa e com as necessidades da comunidade, contemplando os conteúdos obrigatórios e optativos conforme legislação vigente a inclusão de portadores de necessidades especiais;

2.4.3 Elaboração de um PPC para cada curso ou programa de pós-graduação com estrutura curricular, formas de estimular a interdisciplinaridade, modos de investigação, articulação teoria e prática e bibliografia atualizada, conforme legislação vigente;

2.4.4 Postura de estímulo à iniciação a pesquisa, visando a construção do conhecimento;

2.4.5 Adequação aos avanços da ciência e da tecnologia e designação de um corpo docente atualizado e qualificado, com titulação mínima de Mestrado para atuar na pós- graduação *lato sensu*;

2.4.6 Estabelecimento de uma adequada relação orientador/aluno na orientação de monografias, podendo ser estabelecido, de forma flexível, o tipo de trabalho a ser desenvolvido, tais como monografias, projetos interdisciplinares e ou artigos;

2.4.7 Sistema de avaliação e acompanhamento, organizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme exigências legais e políticas do MEC.

2.5 Políticas de Responsabilidade Social: Inclusão Social:

A IES preocupada com as demandas socioambientais que emergem a cada dia no país, possibilita por seus projetos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, discussões sobre as problemáticas sociais e ambientais, especificamente as inerentes ao entorno do bairro do Comércio e a Região Metropolitana de Salvador.

As principais ações de responsabilidade social da IES são materializadas por meio dos programas de extensão, distribuídos em áreas temáticas de caráter extensionista, assumindo como prioridade as linhas geradoras de serviços e produtos direcionados para o desenvolvimento da região do entorno do bairro do Comércio e a Região Metropolitana de Salvador.

Estes Projetos são ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação. A IES vem construindo no decorrer dos anos, vários projetos sociais e ambientais com a colaboração do corpo docente e discente, como também as empresas que apoiam sendo parceiras nas atividades desenvolvidas e isso vem sendo um marco para a Instituição, contribuindo assim para reduzir as desigualdades sociais. Desenvolve ao mesmo tempo nos discentes a capacidade da gestão dos recursos, como também a ideia de uma nova gestão voltada para os valores e comprometimento com a responsabilidade social e ambiental, mediante políticas de inclusão social.

Vale ressaltar que a IES tem contribuído para reduzir as desigualdades sociais, mediante políticas de inclusão social, oferecendo, por exemplo, bolsas de estudos para estudantes de baixa renda, permitindo assim, o acesso à educação superior. Dessa forma, consciente de sua responsabilidade, a Instituição participa dos Programas

PROUNI, FIES, Quero Bolsa e Educa Mais Brasil, além do Dom Social, programa interno de financiamento estudantil.

A IES participa também do Dia da Responsabilidade Social, onde as entidades educacionais oferecem uma série de atividades gratuitas para a população, nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente. Essa campanha tem o intuito também de conscientizar as pessoas em ser solidárias com instituições que prestam serviços à sua comunidade e que precisam de contribuição, seja na área de higiene, alimentação, dentre outros serviços assistenciais.

A IES oferece dentre seus projetos cursos de “Educação Inclusiva” para ser oferecido ao corpo docente. O objetivo é levar os educadores à refletir sobre questões pertinentes à Educação Inclusiva, às Políticas Públicas de Educação Especial e às Adequações Curriculares necessárias para possíveis redimensionamentos das ações educativas na sala de aula.

A Empresa Júnior desempenha a função de produtora de novas tecnologias e alternativas, se constituindo em importante agente modificador da comunidade em que está inserida. Configura-se na solução bastante eficaz, com a prestação de serviços de consultoria, fornecendo visão prática imprescindível para a formação de um profissional habilitado e criativo.

A IES também realiza diversas atividades sócio-educativas voltadas para as comunidades circunvizinhas e do entorno. Nossa perspectiva é de aproximar sempre os alunos das realidades sociais, oportunizando ao mesmo o conhecimento das demandas sociais, de maneira a despertá-lo para a importância da responsabilidade social, inclusive quanto a portadores de necessidades especiais.

Por isso mesmo, a IES tem desenvolvido ações de responsabilidade social, projetos pedagógicos interdisciplinares (que visam a inserção na comunidade e intervenção) e, também, ações de divulgação dos cursos e atividades desenvolvidas pela IES através dos meios de comunicação de massa (televisão, jornais e rádios) da região onde está inserida. A política de comunicação está integrada à sua responsabilidade social, pois muitas ações que envolvem a comunidade têm este cunho.

A responsabilidade social refere-se também a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico e social da região, inclusão social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e tecnológica, e do patrimônio cultural. A Educação com responsabilidade social envolve a formação comprometida com o desenvolvimento econômico, cultural e social, bem como com a dignidade humana e a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais.

Dentro dessa proposta de responsabilidade social, todos os currículos da IES

contemplam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n°11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n°01 de 17 de junho de 2004), as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP n° 08/12; Resolução CNE/CP n° 1/12), o que, além do imperativo legal, se trata de uma preocupação institucional no que se refere a essas temáticas e sua importância na sociedade atual.

A iniciativa da IES perpassa também a contemplação desse tema através de diversas atividades de extensão. Da mesma forma, contemplamos as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida conforme legislação vigente, que são objeto de investimentos para a sua viabilização, além da Disciplina de Libras, que, além das Licenciaturas, são obrigatórias também no curso de Serviço Social e nos cursos da área de Saúde por iniciativa institucional!

A instituição preocupa-se também com a constituição de um clima adequado de trabalho, de relações interpessoais e de divulgação de informações quanto aos seus princípios éticos e morais entre a equipe diretiva da IES, corpos discente, docente e técnico- administrativo, contemplando também a preocupação com portadores de necessidades educacionais especiais, para que possamos constituir uma cultura organizacional de “não descriminação” e de favorecimento a inclusão dos mesmos.

Em relação à inclusão social, todo o trabalho desenvolvido junto à comunidade acadêmica e a nossos alunos convergem para o tema, visto que atendemos a um público classe C, D e E.

A IES, já a partir da escolha da área para a sua localização física, demostrou a sua preocupação em se constituir como uma instituição voltada ao beneficio de uma coletividade, que ultrapassam os seus prédios. Atesta tal afirmação o fato de ter sido a primeira instituição a acreditar e a fazer parte do plano de revitalização do bairro do Comércio e de seu entorno local com vários prédios históricos, mas em visível estado de degradação. Recuperando edificações onde hoje funcionam alguns dos seus campi, sempre respeitando as características arquitetônicas de cada um, a IES se configurou como uma experiência bem-sucedida na área. Como consequência, contribuiu para atrair a atenção de outras instituições para a área, que hoje é um importante polo educacional baiano.

Desenvolvemos projetos de inclusão, visando ampliar habilidades e competências dos estudantes para a convivência e a permanência no ambiente educacional. A exemplo disso, citamos os atendimentos via Núcleo de Prática Jurídica e o CEJUSC – Balcão de

Justiça e Cidadania, nos bairros do Comércio, Pau da Lima, Plataforma, Periperi, Vera Cruz e Itaparica, que favorecem o apoio à comunidade e sua inclusão aos serviços ofertados. Os atendimentos dos diversos cursos da saúde, tanto nos campus da instituição, quanto nos eventos realizados fora do campus para atender à comunidade favorecem a inclusão social.

Vale salientar que, em 2017, foi verificado pela CPA que a divulgação das ações de responsabilidade social, assim como o reconhecimento do valor destes atos pela comunidade acadêmica foram ampliados em todos os segmentos, com reconhecimento positivo das comunidades interna e externa!

2.6 Políticas Referentes Ações Institucionais no que se refere à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural:

As ações da Instituição são voltadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são trabalhadas nas atividades e projetos de extensão com participação dos cursos de graduação, através da realização de eventos tais como: a difusão da cultura afro-brasileira, discussão e conscientização sobre o meio ambiente bem como produção artística e ao patrimônio cultural, etc.

Atualmente os problemas ambientais são em grande parte decorrentes da implantação de um modelo de desenvolvimento que envolve o domínio do homem sobre a natureza, e necessitam de uma nova postura alicerçada na inter-relação homem – natureza, onde se priorize o desenvolvimento sustentável para que as gerações futuras possam viver de forma digna. Por isso mesmo, a IES tem um projeto que vem desenvolvendo nas escolas públicas e privadas sobre a importância da coleta seletiva no desenvolvimento de um ambiente saudável, além de ser inédito para as escolas envolvidas, uma vez que não há projetos dessa natureza sendo desenvolvidos nessas instituições.

Nesse contexto busca trazer mudanças de hábitos de consumo e de formação de novos valores em relação à reciclagem e sensibilização com o meio ambiente, no sentido de terem a consciência da importância da separação do lixo. E com este Projeto, dentre outras iniciativas, atendemos a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que trata da Educação Ambiental e o Decreto 7.746/2012 e Instrução Normativa 10/2012 sobre o Desenvolvimento Nacional Sustentável.

Atenta à questão ambiental, inclusive as Políticas de Educação Ambiental previstas na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, são obrigatórias em todos os currículos de graduação da IES.

A IES tem realizado atividades em parceria com empresa que desenvolve

programas de Educação Ambiental em comunidades carentes do subúrbio de Salvador, tais como com a Odebrecht Ambiental, Foz do Brasil, no último semestre seu corpo docente e discente desenvolveu atividades de formação de multiplicadores – educadores ambientais, através de minicurso de formação de jovens atores com peças teatrais sobre o tema, Esgoto não é lixo, doenças hídricas, etc.

Assim, a Instituição acredita que é fundamental que se pense e realize ações que transformem a relação homem – natureza, para melhor. Neste processo de mudança de atitude, é importante a participação de gestores públicos e privados, e o envolvimento comunitário na gestão de recursos naturais com mais consciência, o que tem sido objeto de conscientização desta IES através de suas atividades educacionais. Todas as nossas atividades e cursos oferecidos operacionalizam essa questão ambiental, o que se constitui uma questão de relevância no âmbito das responsabilidades da IES.

A IES realiza também eventos culturais com a participação do corpo discente de todos os cursos ofertados, com exposições, realização de feiras interculturais, feira do empreendedor, semana do meio ambiente, além da inserção de conteúdos disciplinares nos projetos dos cursos.

A IES também implantou e mantém mecanismos institucionais de apoio à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, á produção artística e ao patrimônio cultural, que têm como objetivo:

- Desenvolver e difundir pesquisas nas suas áreas de atuação e que possam constituir- se em diferencial efetivo para a Instituição;
- Estabelecer convênios visando propiciar suporte pleno às atividades
- docentes extramuros;
- Elaborar calendáriode eventos para a divulgação da
- produção científica, tecnológica, cultural e artística dos docentes;
- Incentivar a iniciação científica por meio de relacionamentos com o CNPq;
- Estabelecer e ampliar política de parcerias com entidades financiadoras e órgãos estatais para a realização de pesquisas;
- Obter recursos para o financiamento das pesquisas;
- Dispor de um quadro de pesquisadores competentes nas diversas áreas;
- Obter equipamentos de alta tecnologia mediante convênios com empresas nacionais e multinacionais;
- Divulgar o trabalho do Núcleo de Pesquisa da IES mediante redes cooperativas e do ciberespaço;
- Oportunizar o desenvolvimento de atitudes empreendedoras entre alunos e professores;

- Ampliar a rede de intercâmbio, com vistas ao desenvolvimento de programas interinstitucionais, nacionais e internacionais, principalmente em nível de doutorado e de cursos de pós-graduação a distância;
- Estimular o intercâmbio de pesquisadores da instituição, nos planos local, nacional e internacional.

2.7 Políticas institucionais Voltadas para o Desenvolvimento Econômico e Social:

O Bairro do Comércio localiza-se na Cidade Baixa de Salvador, dentro do Centro Histórico. Antigo centro comercial desde colônia e o império, o Comércio viu a maioria das organizações migrarem para uma nova região comercial a partir da segunda metade do século XX, com a criação das avenidas de vale. Praticamente abandonado nas décadas de oitenta e noventa, a partir do ano de 2002 a Prefeitura de Salvador desencadeou ações de fomento para a revitalização do Comércio, instalando um escritório de mediação para esse fim.

Desde sua fundação, a Instituição aderiu com sucesso ao Plano de Revitalização do Bairro do Comércio do Município de Salvador, sendo considerada a instituição de maior adesão ao mesmo e que mais aportou investimentos institucionais, perfazendo aporte de mais de 20 milhões de reais. Nesse bojo, adquiriu e revitalizou 06 (seis) edificações históricas sem prejuízo a preservação do patrimônio histórico, inseriu mais de cinco mil alunos, disponibilizou mais de 2.000 (dois mil) vagas diretas e indiretas de emprego, oferta entre graduação, graduação tecnologia, pós-graduação e extensão, realiza atividades científicas, de iniciação à pesquisa e socioeducativas, disponibiliza auditórios e salas para a comunidade circunvizinha, dentre outras iniciativas que contemplaram o entorno.

Dentro dessa perspectiva, a IES foi a primeira organização a aderir ao projeto proposto, adquirindo o seu primeiro prédio em instalações seculares já no ano de 2003. Na medida de sua expansão, novos prédios foram agregados, todos históricos e com idade média de 70 (setenta) a 100 (cem) anos, com destaque ao prédio da antiga Leste, tradicional edificação localizada na Av. Miguel Calmon com por volta de cento e vinte anos. Dessa forma, preservou o patrimônio histórico e cultural investindo e preservando prédios históricos, o que se desdobra até os nossos dias!

Do ponto de vista econômico, o impacto da instalação da IES também se denota pela inserção de por volta de cinco mil alunos, além de mais de duas mil vagas diretas e indiretas de emprego. Dessa forma, a quantidade de prestadores de serviço se multiplicou

para o atendimento dessa nova população, bem como, o comércio em geral se ampliou tendo em vista o aumento significativo da circulação de pessoas. Justamente por isso, uma nova unidade da Polícia Militar se instalou, além de outros serviços públicos. Na área privada, salienta-se ainda a chegada de supermercados, farmácias e demais unidade comerciais de apoio.

Tendo em vista a sua localização estratégica no Centro Histórico de Salvador, no âmbito dos principais centros comerciais econômicos (Cidade Alta e Cidade Baixa), a IES se integra plenamente as demandas sociais e econômicas existentes e emergentes com sua oferta de cursos e demais atividades. Trata-se de uma região da cidade onde se desenvolve acentuadamente o varejo, lojas, shoppings, turismo (restaurantes, lojas de souvenir, guias), unidades públicas e privadas de atendimento, SACs (Serviços de Atendimento ao Consumidor), bancos, financeiras, portos marítimos do bairro do Comércio (que ligam ao Recôncavo da Bahia e seus respectivos municípios), estação de transbordo de ônibus e de trem (que ligam com os municípios da RMS) e onde está sendo inaugurada a principal estação de transbordo do novo metrô, e outros (serviços diversos).

No âmbito do turismo, novas vias de acesso estão sendo construídas para ligar as estradas federais e estaduais ao Porto de Salvador, também localizado no bairro do Comércio. Vale salientar que, inclusive, o Governo do Estado da Bahia já iniciou os trabalhos de licitação para fins da construção da Ponte Salvador/Ilha de Itaparica, que ligará todo o recôncavo da Bahia ao Porto de Salvador. Atualmente a ligação do bairro do Comércio à Ilha de Itaparica e, por conseguinte, a todos os municípios do Recôncavo Baiano é realizada através do ferry-boate, com travessia de carros e pessoas embarcadas que dura 50 min. em média. Com a ponte, tal deslocamento ocorrerá em 25 min. em média. Dessa forma, o fluxo aumentará sem prejuízo as demais rotinas em função das vias elevadas que já se encontram edificadas para desafogar o tráfego.

Agrega-se a tal projeto a instalação do Porto de Turistas, com vistas a propiciar o conforto aos turistas oriundos de cruzeiros náuticos, todos com acesso ao Centro Histórico de Salvador pelo bairro do Comércio. Por fim, já se encontra assinado o Protocolo para instalação do Centro Náutico da Bahia, com a construção de rotas, marinas e hotéis na Baía de Todos os Santos, com suporte principal no bairro do Comércio de onde saem a maioria das embarcações para todo o Recôncavo da Bahia. Por outro lado, a revitalização do Comércio também perpassou a chegada de novos escritórios de atividades diversas e vários pontos comerciais, o que também demandou profissionais de formação qualificada e específica.

Sintonizada com esse todo de revitalização comercial econômica, a IES se propôs a manter um nível elevado de sintonia com todas as inovações sócio-econômicas

propostas pelas iniciativas públicas e privadas, oferecendo cursos superiores e realizando diversas atividades formativas associadas a essas mudanças e voltadas para a aproximação do futuro egresso a esse contexto.

Para tanto, dentre as estratégias realizadas para esse fim, dispomos da oferta de ensino, iniciação à pesquisa e extensão sintonizadas com essas demandas, buscando a contínua atualização para melhor formar o ser humano no aspecto profissional e no social. Assim, firmamos diversos convênios de aproximação com segmentos comerciais, econômicos e administrativos de origem pública e privada, visando o diálogo constante e a sintonia sócio-econômica. Dentre os quais, destacamos o convênio que aproxima a nossa instituição com Associação Comercial da Bahia, órgão secular localizado no bairro do Comércio, as parcerias com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e diversos outros segmentos sociais, o que eleva o nosso grau de inserção a realidade comercial e econômica do âmbito local e regional.

O desenvolvimento econômico e social da região e da população atendida pela IES é uma preocupação constante. Assim sendo, os serviços de atendimento à Comunidade por meio de Projetos de Atendimento, Clínicas de Serviço, Empresa Júnior, além dos projetos de intervenção na comunidade com apoio dos Núcleos de Pesquisa são desenvolvidos ao longo de toda a formação. Nossas linhas de pesquisa e projetos de extensão favorecem o desenvolvimento do empreendedorismo, além de termos essa disciplina como eixo institucional e sermos a IES de destaque junto ao SEBRAE com o projeto de empreendedorismo.

Do ponto de vista social, cultural, artístico e tecnológico, as dependências estão sempre disponíveis para atividades socioculturais da comunidade local e circunvizinha de natureza diversificada, inclusive, disponibilizamos o único auditório de porte da região, com acomodação servível inclusive para atividades teatrais.

Com perfil predominantemente sociocultural, a IES vem realizando cotidianamente atividades socioeducativas com as comunidades locais e circunvizinhas, de maneira a enfatizar seu perfil educativo que associa constantemente atividades teóricas com as práticas, buscando sempre aproximar seu corpo discente da sociedade em geral, atenuando as necessidades do povo soteropolitano e oportunizando aos alunos o aumento de sua sensibilidade e preocupação com as demandas sociais, culturais, artísticas e tecnológicas.

Somos parceiros do Tribunal de Justiça da Bahia e possuímos Balcões de Justiça para atendimento à comunidade, além do Núcleo de Prática Jurídica e o CEJUSC – Balcão de Justiça e Cidadania, nos bairros do Comércio, Pau da Lima, Plataforma, Periperi e Vera Cruz.

O Balcão de Justiça e Cidadania foi criado no ano de 2003, pelo TJBA como um mecanismo de facilitação de acesso à Justiça, por meio da instalação de unidades de mediação e conciliação em diversas comarcas.

Entre anos de 2007 e 2016, esse projeto alcançou a quantidade de 131.240 acordos formalizados e 898.050 atendimentos. Com atuação na autocomposição pré-processual, essa prática passou a integrar a rede de Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejuscs) do TJBA.

Por fim, vale salientar que toda a eferta de cursos e de serviços disponíveis para a sociedade são divulgados regularmente no Jornal da Dom Pedro II, periódico de grande difusão na região.

2.8 Políticas institucionais para as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial:

A educação das relações étnico-raciais refere-se a processos educativos que possibilitem à superação de preconceitos raciais, estimulando a vivência de práticas sociais livres de discriminação e contribuam para a compreensão da equidade social. Em virtude da marcante diversidade no ambiente educacional, as discussões acerca do papel da educação nas relações étnico-raciais são convergentes com aquela sobre educação e direitos humanos, pois apresentam as especificidades e reivindicações pelo exercício pleno de sua

De acordo com o Parecer CNE/CP n° 8/2012, a inserção da Educação em Direitos Humanos na Educação Superior deve ser transversalizada em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a iniciação à pesquisa, a extensão e a gestão.

Na Instituição, os Direitos Humanos, são contemplados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e suas atividades curriculares, podendo ser incluídos como conteúdos complementares e flexíveis, por meio de seminários e atividades interdisciplinares, como disciplinas obrigatórias e/ou optativas ou ainda de maneira mista, combinando mais de um modo de inserção por meio do diálogo com várias áreas de conhecimento. Como ação transversal e interdisciplinar, numa perspectiva crítica de currículo, existindo a relação entre teoria e prática, entre as garantias formais e a efetivação dos direitos humanos em geral.

Da mesma forma, as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, são contempladas nos projetos de extensão e de iniciação à pesquisa da IES.

Na perspectiva da defesa e promoção dos direitos humanos, trabalhamos também com presença em comitês municipais e em colaboração com associações e

empresários na perspectiva de programas afirmativos.

Eventos de integração, feiras e atividades que favoreçam o acolhimento e a possibilidade de desenvolvimento humano e social compõem nosso compromisso com as comunidades em que atuamos.

2.9 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente:

A conquista dos objetivos propostos para a IES depende de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um profissional consciente e participativo. Essa prática pressupõe que os alunos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem, que construam significados para o que aprendem, por meio de múltiplas e complexas interações com os objetos de conhecimento, tendo, para tanto, o professor como mediador.

Assim, as disciplinas teóricas são desenvolvidas através de aulas expositivas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos e debates. As atividades práticas são desenvolvidas através da atuação discente nos diversos campos específicos do saber, operando nos laboratórios e núcleos temáticos, bem como em órgãos estatais e entidades comunitárias ou privadas, conveniados, quando a atividade de campo é recomendada para garantir melhor qualidade ao ensino. Para a complementação das atividades práticas, é permitida a atuação junto a empresas e outras entidades de classe e a participação em estágios, atividades de extensão, monitorias e outros eventos culturais, dentro ou fora da Instituição.

Na formação profissional hodierna deve se basear num novo modelo de ensino, voltado para a formação global do aluno. Atento aos modelos político, jurídico, social e econômico do país, modela-se um ensino de graduação e técnico, moderno e emancipador dentro da IES.

Conforme relatórios e memorial de fotos, realizamos diversas atividades de extensão e científicas com apoio financeiro ou logístico da IES, ou mesmo de nossa organização direta. São encontros, feiras, semanas, encontros culturais, congressos, etc.

Dentre as atividades desenvolvidos destacamos:

- **Projetos de Formação e Carreira:** enquanto atividade de **extensão curricularizada**, fundamentada no diálogo entre a teoria e a prática e a interdisciplinaridade, têm por objetivo proporcionar a cada estudante a análise e a reflexão necessárias à tomada de decisões, em ações desenvolvidas em cada projeto, pautadas

nos saberes apreendidos nos componentes curriculares cursados a cada semestre de forma interdisciplinar. Todas as atividades propostas abrem espaço para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da interdisciplinaridade, através, inclusive, da pesquisa e da extensão, pois buscam instigar os estudantes a exercerem a autonomia criativa, conforme sua futura profissão.

- **Atividades Complementares:** direcionadas para a formação integral do aluno, objetivam qualificar o trabalho acadêmico, dando-lhe um caráter mais abrangente e contextualizado. São operacionalizadas nos vários momentos de Encontros, Seminários, Semanas e Simpósios realizados na Instituição. Incluem-se neste grupo as atividades realizadas na Empresa Júnior, nos Núcleos Temáticos, os Estágios (curriculares e extracurriculares) as Oficinas (a exemplo da Oficina de Metodologia, para alunos iniciantes do trabalho de Conclusão de Curso - TCC) e, ainda, as atividades de Monitoria e de Iniciação Científica.
- **Visitas Técnicas Obrigatórias:** As visitas técnicas e outros trabalhos de caráter técnico, realizadas fora do ambiente da instituição, são regidos pelas seguintes normas: A programação das visitas técnicas deve ser elaborada por série/turma, devidamente aprovada pelo Colegiado de Curso, a fim de otimizar a utilização de uma mesma visita para atender às demandas do maior número possível de disciplinas ministradas na série/turma; A carga horária máxima destinada às visitas técnicas é de 20% da carga horária total de cada disciplina; A programação das visitas técnicas deve contemplar os seguintes aspectos: quantidades de visitas, professor(es) responsável(eis), local, duração, distância, custo, transporte, carga horária (máximo de quatro horas-aula por visita), atividades a serem desenvolvidas e forma de avaliação da atividade; A quantidade máxima de participantes nas visitas técnicas é de 50 alunos por professor, recomendando- se, para melhor rendimento da atividade, a presença de um professor para cada grupo de 25 alunos. A distância máxima para visitas técnicas é de 150 quilômetros da cidade-sede da IES; As visitas técnicas deverão ocorrer, preferencialmente, aos sábados, podendo ocupar os turnos matutino e vespertino. A depender do horário de funcionamento de empresas, museus, igrejas, fortes, parques etc., as visitas técnicas poderão ocorrer em outros dias da semana; As despesas com hospedagem, alimentação, transporte, seguro, ingressos e outros de aspecto particular são de responsabilidade do aluno; A solicitação de transporte próprio da IES para visitas técnicas deve ser apresentada pelo(s) professor(es) responsável(eis) ao Coordenador do Curso, com antecedência mínima de oito dias. A relação contendo nome, RG e CPF dos alunos participantes da visita deve ser entregue com antecedência mínima de 4 (quatro) dias da data da visita; Os alunos, no deslocamento para visitas técnicas fora do perímetro

urbano, deverão, obrigatoriamente, utilizar-se do veículo destinado/indicado para tal fim pela instituição, sendo vedado o uso de veículo próprio ou transporte alternativo; A(s) visita(s) deverá(ão) gerar, minimamente, um relatório de viagem/estudo, abrangendo as diversas disciplinas envolvidas. Outros produtos poderão ser solicitados pelo(s) docente(s) de acordo com o programa e as características de cada disciplina; aluno que não comparecer à(s) visita(s) técnica(s) programada(s) por motivo justo comprovado, independente do registro das faltas correspondentes, conforme previsto no Manual do Aluno, terá direito a requerer segunda chamada da avaliação, cuja forma deverá ser definida pelo(s) professor(es); O(s) professor(es) responsável(eis) pela visita técnica, deve(m) apresentar ao Colegiado relatório referente aos aspectos técnicos, administrativos e ocorrências; Os relatórios de visita técnica devem estar de acordo com as normas institucionais para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos; As visitas técnicas destinam-se exclusivamente a alunos, professores e funcionários da IES, permitindo-se a participação de profissionais convidados pelo(s) professor(es) responsável(eis); O(s) professor(es) responsável(eis) por visita(s) técnica(s) ou trabalho(s) prático(s) farão jus a ajuda de custo correspondente ao seu deslocamento e duração da visita, conforme valores estabelecidos pela instituição; O(s) professor(es), alunos e demais participantes da visita técnica devem portar documento de identificação institucional.

- **Visitas Técnicas Não-Obrigatórias:** Visitas técnicas não-obrigatórias podem ser desenvolvidas, devendo o professor apresentar ao Colegiado de Curso a programação da atividade para análise e aprovação, bem como relatório do evento, de acordo com as normas internas da instituição; A distância da sede da instituição até o local de destino da visita técnica pode exceder 150 quilômetros; A participação nas visitas não obrigatórias dar-se-á por adesão, podendo ser utilizadas para efeito de verificação da aprendizagem, reservando-se aos alunos que não participarem da visita extra o direito a atividade alternativa; As normas relativas às visitas técnicas não-obrigatórias enquadram-se, no que couber, nas normas de caráter obrigatório.

- **Núcleos Temáticos:** Agregam participantes da comunidade acadêmica por livre iniciativa, tendo como prioridades: desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino, a pesquisa, trabalhos de extensão e outros, sempre com vistas à melhoria da qualidade de vida na sociedade; promover e coordenar seminários, grupos de estudo, programas e planos de trabalho, de acordo com o projeto acadêmico da Instituição.

A IES dispõe também de programas de apoio específicos que viabilizam à realização de eventos internos, externos, bem como, à produção discente.

A IES incentivou e realizou vários eventos sócio educativos para a comunidade

interna e externa, devidamente divulgados, o que pode ser observado no memorial da instituição, que contemplou a participação dos docentes.

O Programa de Bolsas também contempla alunos diversos por questões sócio econômicas, viabilizando o estudo de alunos carentes, principalmente através do “Dom Social”, programa interno de financiamento estudantil que contempla bolsas e percentuais de abono.

Já realizamos atividades de iniciação científica com os alunos da graduação e da Pós-Graduação, em conjunto com os docentes, viabilizando edições da “Revista Científica Emphasis” (ISSN 2177-8981), veículo disponível que existe desde 2008 para o estímulo à produção docente.

Realizamos vários eventos presenciais e virtuais a partir da SEDE, inclusive viabilizando o transporte dos alunos dos Polos, bem como, realizamos vários eventos socioeducativos e científicos na Ilha de Itaparica e de Vera Cruz. Da mesma forma, os encontros e congressos em Salvador e de outras cidades tiveram a participação de nossos alunos e funcionários, mediante suporte da IES para o deslocamento.

2.10 Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural:

O Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG) da IES é o espaço acadêmico onde são articuladas atividades alicerçadas pelo tripé “ensino, pesquisa e extensão”, através da produção e difusão do conhecimento, objetivando contribuir para a formação da comunidade acadêmica. A experiência educativa construída, através das atividades socioeducativas integradas às comunidades do entorno e da região, busca estabelecer uma sintonia com os dilemas do ser humano, estimulando uma reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo.

Neste intuito, o CEPPG tem por atribuições: elaborar documentos e editais para conhecimento institucional; editar e publicar, semestralmente, a Revista Emphasis; desenvolver e acompanhar os processos seletivos dos projetos de extensão, iniciação à pesquisa e monitoria; promover ações culturais e realizar o seminário Integrado de iniciação à pesquisa; propiciar formação e assessoria na área de pesquisa e extensão para o corpo docente e discente institucional, além de cuidar das certificações dos eventos que são registrados no CEPPG, mediante editais e formulários próprios.

O Relatório do CEPPG sobre as atividades de Iniciação à Pesquisa, Monitoria e Extensão estã disponível, bem como o memorial, onde estão expressas as ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-

pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

2.11 Comunicação da IES com a Comunidade Externa:

A IES mantém canais de comunicação constantes com o público interno e externo, para que possa tornar público todas as suas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, bem como as atividades de responsabilidade social e ambiental!!! Para tanto, se utiliza do site institucional, do Ambiente Virtual de Aprendizagem, Instagram, Facebook e demais mídias sociais, de propaganda constante nas rádios e televisões locais, outdoor, busdoor, panfletagem, eventos para a comunidade interna e externa, espaço constante nos Shoppings da cidade, etc.

Dessa forma, para a divulgação da IES, dos cursos, ações e serviços que oferece, a Instituição utiliza todos os meios de divulgação físicos e virtuais disponíveis para veicular as atividades interna e externa da IES. Por meio destes, as informações sobre a instituição, processos seletivos, seus cursos de graduação, pós-graduação e técnicos, oferta de pesquisa e extensão, serviços disponíveis à comunidade, inclusive as atividades da paróquia, os Balcões de justiça e Cidadania e os Laboratórios de Prática, biblioteca, documentos, dentre outras informações são divulgadas!

Também pode-se observar uma ampla divulgação das atividades da IES, tais como: vestibulares, processos seletivos, trabalhos dos docentes e discentes postados em murais da instituição, divulgação dos cursos da IES em *outodoors* espalhados em pontos estratégicos da cidade e em cartazes e na *home Page;* nos murais da IES estão divulgados os relatórios anuais da CPA e as suas atividades, além das publicações do Jornal da Dom Pedro II, impresso com cem mil unidades, que é encartado no Jornal A Tarde, de maior circulação na Bahia.

Na página da IES existe um *link* de acesso à ouvidoria, onde tanto a comunidade acadêmica, como o público externo podem enviar suas demandas que serão analisadas e respondidas pela ouvidora, que visa agilizar a administração e aperfeiçoar o modelo administrativo e as ações institucionais, e periodicamente divulga nos murais da IES as repostas às demandas enviadas e elabora o relatório anual.

O Auditório da UNIDOMPEDRO, que comporta 300 (trezentas) pessoas, fica disponível para utilização da comunidade do entrono, órgãos públicos e privados, formaturas, eventos científicos e socioeducativos, enquanto único espaço desse porte na região disponível sem ônus para todos, que promove a comunicação e integração do público interno com a sociedade externa do entorno.

Outro diferencial para comunicação e integração da comunidade externa e

interna é a Capela de Santa Rita, espaço onde se realizam missas e eventos religiosos semanais abertas a comunidade do entorno, se constituindo um espaço de oração, busca, equilíbrio pessoal e integração da comunidade interna e externa.

2.12 Comunicação da IES com a Comunidade Interna:

A IES mantém canais de comunicação constantes com o público interno e externo, para que possa tornar público todas as suas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, bem como as atividades de responsabilidade social e ambiental!!! Para tanto, se utiliza do site institucional, do Ambiente Virtual de Aprendizagem, Instagram, Facebook e demais mídias sociais, de propaganda constante nas rádios e televisões locais, outdoor, busdoor, panfletagem, eventos para a comunidade interna e externa, espaço constante nos Shoppings da cidade, etc.

Na página da Instituição existe um *link* de acesso à ouvidoria, onde tanto a comunidade acadêmica, como o público externo podem enviar suas demandas que serão analisadas e respondidas pela ouvidora, que visa agilizar a administração e aperfeiçoar o modelo administrativo e as ações institucionais, e periodicamente divulga nos murais da IES as repostas às demandas enviadas e elabora o relatório anual.

No âmbito da gestão institucional, a comunicação interna ocorre através de e-mail, sistemas de comunicação corporativa, notas, divulgações em murais, notificações pessoais, informativos, etc.

O Auditório da UNIDOMPEDRO, que comporta 300 (trezentas) pessoas, fica disponível para utilização da comunidade do entrono, órgãos públicos e privados, formaturas, eventos científicos e socioeducativos, enquanto único espaço desse porte na região disponível sem ônus para todos, que promove a comunicação e integração do público interno com a sociedade externa do entorno.

Outro diferencial para comunicação e integração da comunidade externa e interna é a Capela de Santa Rita, espaço onde se realizam missas e eventos religiosos semanais abertas a comunidade do entorno, se constituindo um espaço de oração, busca, equilíbrio pessoal e integração da comunidade interna e externa.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO:

Conforme exposto no Capítulo 2, o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)** estabelece as políticas norteadoras das práticas de ensino (presencial e a distância), iniciação à pesquisa e extensão do Centro Universitário Dom Pedro II, como atividades fundamentais para o crescimento acadêmico da instituição, com reflexos inexoráveis a toda sociedade, que vem sendo desenvolvido e aperfeiçoado desde antes do Credenciamento da IES em 2005. Toda essa estrutura pedagógica e administrativa já constituída por mais de 10 (dez) anos na modalidade presencial, foi adequada para atuação da IES também na modalidade a distância, que veio a se consolidar com o Credenciamento EaD em 2015, bem como, se aplica no que couber a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Na sequência do **Projeto Pedagógico Institucional**, neste capítulo, apresentamos a **Organização Didático Pedagógica** da Instituição, elencando todas as normas e regulamentos que delimitam a rotina acadêmica da IES, tanto para a modalidade presencial, quanto a distância.

3.1 Metodologia:

A UNIDOMPEDRO fundamenta sua prática pedagógica presencial e a distância nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A pedagogia interativa promove um processo de aprendizado mais ativo, com a participação direta, efetiva e ativa dos alunos, estimulando a troca de informações entre docentes/tutores com os alunos, e entre os próprios alunos, promovendo a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagiràs novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional.

Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a apreender.

A UNIDOMPEDRO utiliza metodologia de ensino e aprendizagem que considere o sujeito que aprende como centro do processo da aprendizagem, que este deve compreender uma concepção de avaliação que nãose limite a uma simples aferição de saberes. Deve ser processual e capaz de contemplar todos os objetivos previamente

definidos, além de verificar se as competências adquiridas durante a formação.

No espectro das teorias da aprendizagem, a IES opta pelos pressupostos teóricos cognitivistas da aprendizagem: construtivismo, interacionismo, aprendizagem significativa e conectivismo. Essa metodologia toma como ponto focal a sala de aula e o ambiente virtual de aprendizagem, já que estes integram um conjunto de interfaces de conteúdos e de comunicação, encerrando um espaço de objetos técnicos e tecnológicos aliados às redes sociais ali constituídas, permitindo integrar conteúdo a comunicação entre atores durante os processos de ensino e de aprendizagem.

Além do aspecto da disponibilidade de conteúdos, tanto a sala de aula, quanto o ambiente virtual de aprendizagem foram concebidos como um espaço de comunicabilidade constante, de modo a garantir a efetividade do aprendizado a partir dos desdobramentos estimulados na comunicação entre alunos e professores / tutores docentes / tutores / coordenadores. Busca-se desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, tendo como propulsores desse movimento a interação, a cooperação e a colaboração entre os diversos atores, bem como a interatividade na construção e reconstrução do conhecimento.

Nesse sentido, é fundamental o uso, pelo docente, de múltiplos recursos que exploram as possibilidades cognitivas dos alunos, atribuindo-lhes a centralidade na construção de suas aprendizagens. Espera-se que, por esse caminho, que o aluno se envolva afetivamente e intelectualmente com as suas aprendizagens, apreendendo conhecimentos, técnicas e tecnologias necessárias a um desempenho profissional ético (expresso em atitudes de respeito a diversidade de pessoas e ao meio ambiente) e competente, constituindo-se cidadão.

3.2 Estratégias de ensino e aprendizagem (Metodologias Ativas):

As competências expressas pelos currículos dos cursos são desenvolvidas por meio da utilização das Metodologias Ativas, que supõe um aprendizado ativo. A metodologia ativa refere-se a um conjunto de ferramentas, cuja utilização tem como responsabilidade fazer com que os estudantes aprendam de fato, que se parta sempre de um problema a ser resolvido e que essa resolução passe pela experiência prática. Inclui a participação ativa pela busca do conhecimento por meio de experiências reais ou simuladas com o objetivo de desenvolver a capacidade de resolver problemas com sucesso.

Na verdade, as metodologias ativas contemplam uma nova forma de se pensar o ensino tradicional, por isso mesmo, se constituiu, inclusive, princípio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referencial curricular de toda a Educação Básica brasileira, no sentido da promoção do aluno como protagonista de seu processo de ensino-aprendizagem, concepção esta, que adotamos também na nossa metodologia de ensino!

Assim, busca-se por meio de um conjunto de ferramentas e estratégias desenvolver no estudante a autonomia, curiosidade, autogerenciamento de sua formação e seu aprendizado, responsabilidade, estímulo à construção de sua própria história, respeito a sua bagagem cultural anterior, iniciativa, intuição e capacidade de questionamento.

Os métodos ativos de aprendizagem supõem uma sólida formação teórica, psicológica e pedagógica para conhecer claramente a natureza do ato pedagógico, para compreendê-lo como uma prática social que demanda fundamentos científicos. Dessa forma, dentre outras metodologias ativas, utilizamos:

1) **Sala de aula invertida:** através do contato dos alunos com o conhecimento antes das aulas, oportuniza inclusive, que esses possam ensinar e discutir os assuntos aprendidos com seus colegas, na condição de monitores, o que contempla atividades avaliativas a serem considerada pelo docente responsável;

2) **Ensino Híbrido:** conjugação do ensino presencial e a distância de forma integrada e proativa;

3) **Fóruns, Seminários e discussões:** aprimorando a formação e oportunizando a realização de atividades avaliativas;

4) **Atividades Interdisciplinares e Integralizadoras**: que fazem parte de disciplinas do curso, compondo processo avaliativo da mesma, a ser conduzida pelo professor responsável, com a emissão de nota para aprovação final mediante a realização das atividades previstas para os alunos;

5) **Gamificação:** contemplada em disciplinas específicas que utilizam essa metodologia ativa para estimular a aprendizagem, a competitividade saudável e a integração entre alunos, tutores docentes e tutores, bem como, suplantar o processo avaliativo, inclusive com a utilização do programa de incentivo (ranking de pontuação parametrizado);

6) **Projetos de Formação e Carreira:** se fundamentam no diálogo entre a teoria e a prática e a interdisciplinaridade, enquanto atividade de **extensão curricularizada**, e têm por objetivo proporcionar a cada estudante a análise e a reflexão necessárias à tomada de decisões, em ações desenvolvidas em cada projeto, pautadas nos saberes apreendidos nos componentes curriculares cursados a cada semestre.

A metodologia de ensino aplicada na UNIDOMPEDRO concorre para a formação de profissionais com visão prática e interdisciplinar, fortalece a atuação profissional com ideias, valores e convicções fundamentadas, inclusive na responsabilidade social, na justiça e na ética.

Esta metodologia de ensino é baseada em aulas teóricas e práticas e na interdisciplinaridade, mediante atividades diversas, tais como práticas laboratoriais, atividades de campo, visitas técnicas e experiências práticas no mundo do trabalho.

Para que o objetivo do curso seja atingido, a metodologia utilizada está pautada nas seguintes características:

- Ensino centrado na aprendizagem do aluno;
- Ênfase na aprendizagem baseada em problemas na formação de profissionais;
- Incentivo ao trabalho em equipe e à capacidade empreendedora do aluno;
- Capacidade de lidar com os aspectos socioeconômicos e político ambientais de sua profissão;
- Enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
- Metodologia investigativa, levando ao aluno à formação autônoma e crítica;
- Estágio supervisionado e trabalhos de prática profissional associados, quando previstos.

As aulas teóricas (expositivo/dialogadas) ocorrem por meio de apresentação de estudos de casos e de trabalhos individuais e em grupo. As discussões em sala de aula são conduzidas com aplicação de exercícios, os quais promovem a participação efetiva do estudante na abordagem do conhecimento pertinente ao conteúdo ministrado. O docente se utilizará, além dos meios didáticos tradicionais, de projetores de imagens e de multimídia e de laboratórios com recursos de vídeo e informática, quando convenientes ao conteúdo.

3.2.1 Interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade é uma metodologia ativa que oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do saber, em busca do ser como pessoa integral. A interdisciplinaridade visa a garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

A metodologia do trabalho interdisciplinar supõe atitude e método, envolve integração de conteúdos, passa de uma percepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento, supera a dicotomia entre ensino e pesquisa e pondera sobre estudo e pesquisa, a partir do apoio das diversas ciências. As práticas pedagógicas em

sala aula e no AVA devem exceder uma visão fragmentada e descontextualizada do ensino, tornando as aprendizagens significativas.

Na elaboração das matrizes curriculares houve um esforço consciente para promover a valorização da interdisciplinaridade, de acordo com a proposta do PDI da instituição. A proposta de interdisciplinaridade de cada Curso tem como ponto de partida os programas das disciplinas. A partir da análise cuidadosa de cada programa,identificam-se os elementos fundamentais e, através da circulação de ideias entre os docentes, são estabelecidas integrações recíprocas de conceitos, contextos e procedimentos.

Para tanto, inclusive, foi concebido na composição curricular dos cursos de graduação a metodologia ativa denominada de "**Projeto de Formação e Carreira"**, enquanto atividade de **extensão curricularizada**, instrumento inovador e exitoso da UNIDOMPEDRO, que promove tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade, além de consolidar a relação entre teoria e prática, tudo no âmbito das metodologias ativas de aprendizagem que contemplam a formação do egresso dos respectivos cursos.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade está presente em diversos pontos e a abordagem é desenvolvida de uma forma geral com relação às disciplinas dos cursos. Para execução da atividade interdisciplinar, no início de cada semestre, ocorrerá uma Reunião Pedagógica Inicial com a participação da Diretoria Acadêmica, Coordenadores de Cursos e Professores.

3.2.2 Transversalidade:

No entendimento oficial do Ministério da Educação (MEC), temas transversais "são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes".

Nesse sentido, os temas transversais correspondem a questões importantes, urgente, emergentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. Dentre os quais, podemos citar, dentre outros, as diretrizes e políticas legais obrigatórias que compõem os currículos dos **Cursos da IES,** de forma interdisciplinar e transversal:

- As **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena** (Lei n° 11.645/08; Resolução CNE/CP n° 01/04);
- As **Políticas de Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/99 e Decreto nº 4.281/02);
- As **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**(Parecer CNE/CP n° 08/12; Resolução CNE/CP n° 1/12).

Dessa forma, os PPCs dos Cursos de graduação e técnicos da IES contemplam a abordagem transversal de temas que referenciam à cidadania, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo e pluralidade cultural, dentre outros de importância social. Podemos destacar que tais temas serão debatidos transversalmente em diversas disciplinas, inclusive nas práticas pedagógicas, nas atividades práticas, e nas diversas atividades acadêmicas previstas nos respectivos cursos.

Os Encontros Pedagógicos que são realizados semestralmente com professores, tutores docentes e tutores possibilitam a partir das reuniões de planejamento os alinhamentos necessários que geram articulação entre os componentes curriculares e relação da teoria e prática, evidenciados nos planos de ensino dos professores no que tange às metodologias de ensino-aprendizagem, tendo como exemplo: realização de visitas institucionais com produção de relatórios e fotos, estudos de caso, elaboração de Projeto de Intervenção no período de estágio supervisionado, Projeto de Formação e Carreira, análise institucional e de contexto, ações voluntárias em campanhas e de responsabilidades socioambiental, dentre outras estratégias que, algumas delas poderão ser apresentadas - inclusive - como Atividades Complementares.

3.3 Teoria x Prática:

A relação entre teoria e prática no processo ensino aprendizagem tem motivado discussões também na educação superior, o que implica numa análise de toda a ação executada pelo professor, para que a práxis pedagógica possa ser viabilizada por recursos e ferramentas adequadas e eficazes.

Por isso mesmo, conforme políticas de ensino previstas neste PDI, ao longo da formação do nosso egresso a relação entre a teoria e a prática compõem de forma inexorável nosso fazer pedagógico. Para tanto, a práxis pedagógica é viabilizada por diversos recursos que são conduzidos pelos docentes ao longo de cada disciplina no âmbito do respectivo curso, observando, sob a mediação do coordenador, a pertinência e adequação das ferramentas metodológica disponíveis para a devida associação entre teoria e prática!

Da mesma forma, no desdobramento das disciplinas, cabe aos docentes realizarem atividades práticas de aprendizagem e estudos dirigidos à medida que os conteúdos são ministrados tanto na sala de aula presencial, quanto na virtual, proporcionando a práxis pedagógica.

Assim, no âmbito de cada curso, são aplicadas também várias atividades de caráter prático, que também promovem a devida aproximação da teoria desenvolvida em sala

com a necessária prática, viabilizando a práxis pedagógica, tais como estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios, mas sob acompanhamento institucional; práticas laboratoriais; atividades complementares; atividades de extensão socioeducativas; análises, imersões e propostas de intervenção organizacionais; práticas de ensino nas licenciaturas; projetos interdisciplinares de caráter integralizador, utilizados em licenciaturas, bacharelados e, principalmente, no Cursos Superiores de Tecnologia, etc.

Além dos exemplos citados, destacamos o "**Projeto de Formação e Carreira"**, enquanto atividade de **extensão curricularizada**, instrumento inovador e exitoso da UNIDOMPEDRO, que promove tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade, além de consolidar a relação entre teoria e prática, tudo no âmbito das metodologias ativas de aprendizagem que contemplam a formação do egresso. Dessa forma, o **Projeto Formação e Carreira** contempla também de forma curricularizada a extensão na IES, enquanto atividade de **Teoria x Prática / Iniciação à Pesquisa / Extensão / Interdisciplinaridade**, pois é uma metodologia ativa utilizada na IES, inovadora e exitosa.

Por fim, reiteramos que a UNIDOMPEDRO vem realizando também cotidianamente atividades socioeducativas com as comunidades locais e circunvizinhas, de maneira a enfatizar seu perfil educativo que associa constantemente atividades teóricas com as práticas, buscando sempre aproximar seu corpo discente da sociedade em geral, atenuando as necessidades da população do entorno e oportunizando aos alunos o aumento de sua sensibilidade, humanidade e preocupação com as demandas sociais, culturais, artísticas e tecnológicas.

3.4 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem:

A avaliação é parte intrínseca e integrante do processo educacional presencial e a distância. Na IES, temos a preocupação com o sucesso do aluno, por isso se realiza a avaliação sempre ao longo do processo para que imediatamente à constatação de não aprendizagem, os docentes, tutores docentes e os tutores, possam suplantar com proposições referentes ao não domínio do que se pretendia. Além da possibilidade da ajuda que normalmente ocorre em sala de aula e no ambiente colaborativo do AVA, e da participação de outros órgãos institucionais.

No caso de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a avaliação tem como referência a viabilização do processo de ensino aprendizagem em condições especiais de aprendizagem.

A avaliação de desempenho escolar será verificada em cada disciplina, por meio de instrumentos que comprovem assiduidade e aproveitamento de estudo, nas avaliações e

demais atividades avaliativas programadas, tendo como referência a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação, tanto na graduação, quando nos cursos técnicos.

Vale salientar que, o Regimento Interno do Centro Universitário Dom Pedro II permite, em casos especiais, cursos de graduação com médias diferenciadas. Portanto, no Curso de Medicina a média é 7,0 (sete).

Na modalidade a distância, é obrigatória a realização de 01 (uma) verificação de aproveitamento escolar, sob a forma de Prova Presencial (PP), conforme legislação vigente, de acordo com as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico, em cada disciplina. Essa Prova Presencial será, obrigatoriamente, elaborada e corrigida pelo Tutor docente.

O número de trabalhos escolares a serem realizados em cada disciplina, e seus respectivos valores, ficam a critério do professor, devendo ser estabelecidos no plano de ensino, aprovado pelo Colegiado.

O resultado das avaliações do rendimento escolar em cada disciplina é expresso em conceito por valor quantitativo, variando de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se arredondamento a partir de 0,25 (vinte e cinco centésimos) para o inteiro imediatamente superior. Ex: a) 5,24 (cinco vírgula vinte e quatro) será arredondado para 5,0 (cinco); b) 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) será arredondado para 5,5 (cinco vírgula cinco); c) 5,74 (cinco vírgula setenta e quatro) será arredondado para 5,5 (cinco vírgula cinco); d) 5,75 (cinco vírgula setenta e cinco) será arredondado para 6,0 (seis).

As atividades serão definidas em número e conteúdos em cada disciplina, podendo ser ministradas por meio de atividades diversas, tais como provas, foruns, chats, análises de casos, questionários, exercícios e outras modalidades de avaliação que sejam pertinentes ao conteúdo da disciplina.

O aluno será aprovado nas seguintes condições:

a) Cumprindo um mínimo de 75% de atividades virtuais de aprendizagem;

b) Obtendo Conceito Final (CF), variando de 0 (zero) a 10 (dez), igual ou superior a 6,0 (seis).

Na modalidade a distância, o Conceito Final (CF) será computado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) da soma das notas de atividades programadas e 50% (cinquenta por cento) da nota da Prova Presencial (PP), composta por questões discursivas e objetivas, que é previamente agendada em calendário.

O comparecimento do aluno à prova presencial (PP) é registrado mediante assinatura em ata de prova. O aluno que perder uma das atividades avaliativas na disciplina poderá realizar atividade substitutiva devidamente solicitada e agendada, na data estabelecida no Calendário Acadêmico. A presença do aluno na Prova Substitutiva é registrada mediante assinatura em Ata de Prova. A Prova Substitutiva terá a mesma

forma da avaliação perdida pelo aluno, inclusive, quando se tratar da prova presencial que será substituída por outra prova presencial! As provas e avaliações são elaboradas e corrigidas pelos Tutores docentes. Os tutores dos Polos são responsáveis pela logística de aplicação da Prova Presencial e da Prova Substitutiva conforme calendário acadêmico.

O aluno que obtiver Conceito Final (CF) inferior a 3,0 (três) será reprovado na disciplina sem direito a Avaliação Complementar (AC) e deverá repeti-la oportunamente. O aluno que obtiver Conceito Final (CF) de 3,0 (três) a 5,9 (cinco vírgula nove) tem direito a uma Avaliação Complementar (AC), que será também presencial e individual. Para obter a aprovação, deverá alcançar Média superior ou igual a 5,0 (cinco) conforme cálculo abaixo, sendo que o aluno que não alcançar CF exigido repetirá a disciplina:

$$\frac{CF \times 6 + AC \times 4}{10} > \text{ou} = 5$$

A proposta de avaliação da aprendizagem para o curso encontra respaldo no Regimento Interno da Instituição, o qual estabelece que a verificação do rendimento escolar é avaliada pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas teóricas, avaliações diárias ou trabalhos, exercícios, projetos, relatórios, estudos de casos e ou outras modalidades academicamente aceitas, de acordo com as características da disciplina, desde que constem do plano de ensino da disciplina, aprovado pelo colegiado de cada curso.

Ao aluno é assegurado o direito à uma única revisão de Prova Presencial (PP) e/ou Prova Presencial Substitutiva (PS). O requerimento de revisão da Prova Presencial (PP) ou da Prova Presencial Substitutiva (PS) deve ser protocolado no pólo, nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico. A revisão é realizada por um dos professores conteudista da disciplina.

3.5 Estagio Supervisionado:

Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, com carga horária definida em cada curso presencial ou a distância que visa à preparação para a atividade laborativa do aluno devidamente matriculado, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais.

Os estágios podem ser ou não obrigatórios para a conclusão do curso, conforme respectivas Diretrizes Curriculares, tanto no ensino superior, quanto no Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas modalidades de ensino presencial e a distância, constando de atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de

trabalho.

Os Estágios classificam-se em obrigatório (curricular) ou não-obrigatório (extracurricular).

Quando preconizado nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou definido no projeto pedagógico do curso, constitui-se em componente curricular obrigatório do curso ao qual se aplica, sendo o seu cumprimento requisito indispensável à colação de grau e expedição do diploma.

O estágio não obrigatório é aquele não previsto no currículo, desenvolvido como atividade suplementar e opcional, mas que poderá ser computado como atividades complementares e/ou atividade prática curricular, pois se constitui em atividade que agrega à formação acadêmico-profissional do aluno, por isso é incentivada e acompanhada pela IES.

A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivoestabelecido na estrutura curricular;
- Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a IES;
- Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a IES;
- Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso.

Dessa forma, cada discente é obrigado a integralizar a carga horária total do estágio fixada na estrutura curricular do curso, podendo ser computadas, nessa carga horária, as horas destinadas a planejamento, orientação paralela e avaliação de atividades, na forma aprovada pela Coordenação de Estágio.

Os estágios são orientados e supervisionados por docente/tutor docente indicado pelo Coordenador de Curso. Para as orientações de Estágio Supervisionado, além da respectiva Coordenação de Estágio, dispomos de docentes/tutores docentes orientadores com horário de atendimento semanal definido. Este atendimento versa tanto para a orientação de estágio, quanto para as produções dissertativas dos discentes, seja no aspecto metodológico ou de conteúdo.

Na modalidade a distância, a orientação ocorre pelo AVA, com uso das diversas ferramentas disponíveis no ambiente (email, chat, fórum, central de download, etc), bem como presencialmente através dos tutores formados na respectiva área do Curso.

Para portadores de necessidades educacionais especiais, os estágios serão realizados com atenção especial na adaptação de meios e recursos que viabilizem ao aluno o pleno cumprimento de seu estágio supervisionado.

O Estágio Supervisionado é regulamentado pela Instituição através do Regulamento Geral de Estágio Supervisionado, que segue abaixo, em consonância com a legislação vigente. Cabe aos NDE e Colegiados dos respectivos Cursos de Graduação elaborarem seus Regulamentos específicos de Estágio, em conformidade com a legislação vigente e o Regulamento Geral de Estágio Supervisionado da IES.

O Estágio Supervisionado é gerenciado pela Coordenação de Estágio do respectivo Curso, que definirá os períodos de realização, os planos de desenvolvimento e mecanismos de acompanhamento, os sistemas de controle, avaliação e processos e as atividades de socialização das experiências vivenciadas.

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES DA LEI

Artigo 1º - Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários acadêmicos, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Parágrafo Único- Os Estágios classificam-se em obrigatório ou não-obrigatório.

Artigo 2º - O estágio obrigatório é denominado **estágio curricular supervisionado**, como procedimento didático-pedagógico previsto na Matriz do Curso e atividade de competência da instituição de ensino para a formação presencial ou a distância.

Parágrafo Único - Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições para a realização do estágio.

Artigo 3º - O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do aluno.

Artigo 4º - A realização do estágio curricular ou e do estágio não obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I - Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivo estabelecido na estrutura curricular;

II - Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a IES;

III - Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a IES;

IV - Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso.

Parágrafo Único - A instituição poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados entre os sistemas de ensino e os setores de produção,

serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 5º - O Estágio Supervisionado defini-se como um processo de aprendizagem profissional que:

I - Integra o conhecimento adquirido pelo discente, em sala de aula, à prática profissional, e estimula o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em situações reais de vida e trabalho;
II - Propicia ao discente a aquisição de experiência profissional específica visando sua inserção eficaz no mercado de trabalho;
III - É desenvolvido fora da sala de aula;
IV - Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado.

Artigo 6º - O Estágio Supervisionado tem como finalidade instrumentalizar o discente para a iniciação profissional, enfatizando o caráter técnico, social, cultural e atitudinal da profissão, preferencialmente através da sua inserção direta no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III
DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 7º - O Estágio Supervisionado será realizado junto à comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, compatível com o futuro exercício profissional do discente e mediante a existência de instrumento jurídico firmado entre a IES e as instituições concedentes, sob responsabilidade e coordenação da primeira.

§ 1º - Serão priorizadas as instituições que:
I - Oferecem condições vinculadas ao perfil de formação do egresso;
II - Oferecem condições para a realização do estágio de modo que não comprometa o rendimento do discente no curso.
§ 2º - A IES disponibilizará Seguro de Acidentes Pessoais em favor dos estagiários, de acordo com a legislação em vigor.
§ 3º - A realização do Estágio Supervisionado em empresas em que os discentes apresentam vínculo empregatício ou das quais são sócios ou proprietários é possível, desde que seja firmado convênio entre estas e a IES. Nestes casos, os discentes devem dedicar carga horária específica para as atividades de estágio, as quais serão orientadas e acompanhadas pela IES.
§ 4º - Para os Cursos a distância, a Instituição viabilizara campos de estagio vinculados aos pólos da IES.

CAPÍTULO IV
DA OBRIGATORIEDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 8º - O estágio curricular é obrigatório, importante e necessário para a complementação do processo ensino-aprendizagem.

§ 1º - Não haverá, a qualquer título ou pretexto, dispensa de estágio curricular, pelo seu caráter de componente obrigatório para a integralização do curso e com o qual mantém absoluta e peculiar adequação.
§ 2º - As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica desenvolvidas pelo estudante poderão ser equiparadas em parte da carga horária

determinada para o estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 9º - O Estágio Supervisionado tem por objetivos:

I - Proporcionar ao discente a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional efetiva, criando a possibilidade de exercitar suas habilidades;

II - Proporcionar ao discente a oportunidade de integrar-se ao campo profissional, ampliando sua formação teórico-prática e interdisciplinar;

III - Proporcionar ao discente a oportunidade de participar de atividades extraclasse nas quais possa aprimorar a sua capacitação profissional;

IV - Favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, como cidadão e profissional consciente;

V - Possibilitar a atuação profissional do discente e a reflexão sobre a mesma, permitindo-lhe construir e repensar sua *práxis* numa experiência significativa;

VI - Buscar a integração das instituições de ensino às organizações profissionais, sociais e culturais ligadas à área de formação do corpo discente;

VII - Possibilitar a aproximação dos conhecimentos acadêmicos às práticas pedagógicas.

CAPÍTULO VI
DO INÍCIO, PERÍODO E DURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 10º - O Estágio Supervisionado é previsto no currículo do respectivo Curso de Graduação ou técnico.

Artigo 11º - Para iniciar o Estágio Supervisionado, o discente deverá estar devidamente apto de acordo com as exigências da matriz curricular de seu curso.

Artigo 12º - A duração do estágio supervisionado é definida na estrutura curricular de cada curso, atendendo a carga horária mínima exigida pelo MEC.

§ 1º - É obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio Supervisionado, como consta no currículo do Curso.

§ 2º - O cumprimento do estágio está vinculado às necessidades de cada ambiente de trabalho e plano individual de estágio.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 13º - A avaliação será feita através de relatórios de atividades e supervisão do docente/tutor docente responsável pelo Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição.

§1º- O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a sete de média, é considerando aprovado.

§2º- A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, mediante nova matrícula.

CAPÍTULO IX
DAS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Artigo 14º - Compete ao Coordenador de Estágio:

I. Elaborar o Plano de Estágio com a Coordenação do Curso;
II. Executar a política de estágio em consonância com a Coordenação do Curso e a Diretoria Acadêmica;
III. Estabelecer contato e visitas as instituições conveniadas com vistas a selecionar aquelas que atendem às condições estabelecidas neste Regulamento;
IV. Captar convênios, estabelecendo um sistema de parceria com instituições de ensino e entidades de direito privado, através de credenciamentos periódicos;
V. Encaminhar termos para convênios com empresas concedentes;
VI. Manter arquivo atualizado de oportunidades de estágio;
VII. Organizar planilha de reserva para estágio futuro de discentes;
VIII. Atuar na vinculação do estagiário com o campo de estágio, encaminhando-o através de carta de apresentação, constando o semestre que está cursando, endereço e experiências anteriores relacionadas à área de estágio (curriculares e extra-curriculares);
IX. Fazer o acompanhamento do desenvolvimento do estágio, através da análise de
relatórios apresentados pelos discentes e pelos docentes/tutores docentes orientadores de estágio;
X. Promover reunião com discentes orientandos e docentes/tutores docentes orientadores quando se fizer necessário;
XI. Assinar com os Orientadores/Preceptores de Estágio o mapa de resultados dos discentes;
XII. Promover atividades de integração da Instituição com os campos de estágio (workshops, palestras, etc.).

CAPÍTULO X
DAS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Artigo 15º - O docente/tutor docente responsável pela Orientação do Estágio deverá:

I. Orientar, acompanhar e avaliar os discentes no exercício da prática profissional, interagindo com a Instituição Concedente para acompanhamento do estagiário;
II. Anotar no diário de classe e publicar os resultados da avaliação de desempenho dos discentes estagiários junto à Secretaria;
III. Orientar os discentes nas questões relacionadas à metodologia, procedimentos, referências bibliográficas, forma e conteúdo do Plano de Estágio definitivo e dos relatórios de estágio;
IV. Ter horário de atendimento ao discente.

Artigo 16º – Nos cursos de saúde, a figura do preceptor poderá ser utilizada nos ambientes hospitalares e/ou clínicos, em conformidade com as exigências dos conselhos de classe e dos cenários de formação.

Parágrafo Único - Compete ao preceptor, as responsabilidades do orientador de estágio, nos cursos em que forem aplicáveis, excetuando-se o horário de atendimento.

CAPÍTULO XI
DOS DEVERES E COMPETÊNCIAS DO ESTAGIÁRIO E SUA JORNADA

Artigo 17º - Compete aos discentes inscritos no Estágio Supervisionado:

I. Conhecer a legislação específica do Estágio Supervisionado;

II. Comparecer ao local do estágio nos dias e horários pré-estabelecidos;

III. Respeitar os prazos e as datas de entrega dos relatórios para o Orientador de Estágio;

IV. Participar dos encontros com o Orientador de Estágio no dia e horário previamente definidos, para que o mesmo possa desenvolver as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio;

V. Utilizar as dependências dos locais de estágio, bem como seus equipamentos somente em horário de estágio;

VI. Tratar de assuntos pertinentes ao estágio não cabendo nenhum tipo de vinculação a assuntos particulares nos locais de estágio;

VII. É vedado o uso de dispositivos para gravação ou registro fotográfico durante os atendimentos de estágio;

VIII. Nos cursos da área da saúde poderão ser feitas exigências pertinentes ao perfil de vestimenta e cuidados pessoais em função dos locais e ambientes de estágio.

Artigo 18º – É dever do Estagiário:

I. Demonstrar postura ética e comportamento adequado aos ambientes em que estagia;

II. Desenvolver atividade com conhecimento e autorização do preceptor e do paciente, nos locais de estágio;

III. Atender às normativas do Regimento Geral, visto que representa a IES;

IV. Acompanhar os registros do estágio ao longo de seu período de formação.

Artigo 19º – A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular.

Parágrafo Único - O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

CAPÍTULO XII
DO AFASTAMENTO, INTERRUPÇÃO E/OU DESLIGAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 20º - O discente, ao se matricular no componente de estágio não poderá solicitar afastamento.

§ 1º - Estágios realizados em ciclos de ambientes ou cenários dependem de prazos e períodos regulares de atividades, portanto, caso o discente realize matrícula extemporânea, terá ciclos ou cenários pendentes para outros períodos.

§ 2º - A interrupção do estágio não é permitida, bem como a realização por meio de Regime Especial de Atendimento.

Artigo 21º - O discente estagiário poderá ser desligado do estágio, por:

a) Indisciplina;
b) Baixo desempenho;
c) Desinteresse;
d) Falta de compromisso;
e) Não atendimento às exigências do espaço onde o estágio está sendo realizado.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23º - O discente só poderá colar grau e receber o diploma de se for aprovado no Estágio Supervisionado.

Artigo 24º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágio, cabendo
recurso ao Colegiado e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Artigo 25º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

3.6 Trabalho de Conclusão de Curso:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de caráter técnico-científico, que será elaborada pelo aluno sob a orientação e supervisão de um docente/tutor docente do curso em uma das áreas de formação, observando-se os princípios da metodologia científica e das técnicas de pesquisa.

O Trabalho de Conclusão Curso (TCC) contempla o momento de reflexão e elaboração do formando. Para tanto, os Projetos Pedagógicos da IES podem prever ou não, conforme as respectivas diretrizes curriculares, a realização de trabalhos científicos finalizadores dos cursos, seja na modalidade presencial, ou a distância.

Ao final do curso, o TCC será entregue (protocolado) pelo aluno na sede da IES ou nos Polos. O TCC será avaliado exclusivamente pelo docente/tutor docente orientador. O AVA será o meio utilizado pelo tutor docente orientador para acompanhamento e orientação do TCC na modalidade a distância.

Vale salientar que, a educação de nível superior, a qual abrange o ensino de graduação, tem por finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9394/96), artigo 43, inciso III incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura.

Para portadores de necessidades educacionais especiais, o TCC será realizado com atenção especial na adaptação de meios e recursos que viabilizem ao aluno o pleno cumprimento de sua atividade.

A elaboração do TCC é objeto de regulamentação através do Regulamento de TCC, que segue abaixo:

NORMAS GERAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CAPÍTULO I
DO TCC

Artigo 1º. O desenvolvimento do TCC justifica-se pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC ofertado pela IES e terá sua estruturação em consonância com a filosofia institucional.

Artigo 2º. O curso que ofertar o TCC deverá fazê-lo conforme descrito em seu PPC.

Artigo 3º. O tipo de TCC será definido no Projeto Pedagógico de Curso, a ser elaborado seguindo as normas da ABNT.

Artigo 4º. A confecção do TCC será desenvolvida ao longo do semestre em que o discente estiver matriculado na disciplina e a coordenação dos trabalhos acontecerá sob a tutela do docente/tutor docente responsável.

Artigo 5º - O TCC deverá obrigatoriamente ser desenvolvido sob a orientação de um docente/tutor docente da IES.

Artigo 6º - As orientações de TCC devem ocorrer em espaço designado pela IES e seu registro é obrigatório.

CAPÍTULO II
DA DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 7º - O docente/tutor docente a ser vinculado a Projetos de TCC será designado pelo curso semestralmente.

Artigo 8º - É obrigatória a designação de um docente/tutor docente orientador do TCC, conforme sua modalidade.

Artigo 9º - O docente/tutor docente da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso ou equivalente é responsável pela coordenação do processo de realização das atividades do TCC, o acompanhamento da realização dos trabalhos, a supervisão dos trabalhos de orientação, a marcação das datas referentes a todo o processo, em consonância com o cronograma de atividades institucionais.

Artigo 10 - O discente estará submetido à orientação docente/tutor docente atendendo às exigências específicas do PPC de cada curso e seu perfil de formação.

Artigo 11 – O TCC produzido deverá estar alinhado às normas da pesquisa e iniciação científica e seu padrão de qualidade.

Artigo 12 - Configura o trabalho do orientador acompanhar e dar suporte ao discente no desenvolvimento do TCC em todas as fases da sua execução, do seu preparo para apresentação, assim como no acompanhamento e nas correções necessárias.

Artigo 13 - A orientação aos discentes se dará de forma paralela e concomitante a realização dos demais componentes curriculares e atenderá às necessidades da matriz

curricular de cada curso.

Artigo 14 - Cada encontro para desenvolvimento das atividades de orientação deverá ser devidamente registrado em formulário de controle de orientação.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15 - Os casos omissos nessa normatização serão resolvidos em primeira instância pelo docente/tutor docente da disciplina e a coordenação do TCC, e em segunda instância pela Coordenação do Curso.

3.7 Atividades Complementares:

As Atividades Complementares se inserem como componentes obrigatórios ou não na formação do egresso, condicionadas as respectivas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, quando houver. Dessa forma, é preciso organizar uma oferta diversificada dessas atividades em cada curso da IES, bem como, definir os instrumentos de seu acompanhamento e avaliação para a sua plena realização, tanto no ensino presencial, quanto na educação a distância.

Nos modalidade a distância da IES, as Atividades Complementares serão realizadas através de eventos específicos. Da mesma forma, será fomentada a participação dos alunos em eventos externos que contemplem o quanto previsto no Regulamento das Atividades Complementares, que segue abaixo. Os Certificados de participação serão protocolados na Sede e nos Polos, ou mesmo encaminhados eletronicamente através do AVA, para fins de avaliação e aprovação, sendo lançados posteriormente na ficha eletrônica do aluno.

Para portadores de necessidades educacionais especiais, as Atividades Complementares serão realizadas com atenção especial na adaptação de meios e recursos que viabilizem ao aluno o pleno cumprimento.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - As Atividades Complementares configuram-se como componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento das habilidades e competências dos discentes adquiridas em estudos independentes, que visam a uma progressiva autonomia profissional e intelectual.

Artigo 2º - As Atividades Complementares têm como principal objetivo enriquecer os

currículos dos cursos e estimular a participação dos discentes em experiências diversificadas que possam contribuir para desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a sua formação profissional.

Artigo 3º - Quando obrigatórias, as Atividades Complementares são um requisito indispensável à colação de grau, e devem ser desenvolvidas no decorrer dos semestres letivos e sua realização depende exclusivamente da iniciativa dos discentes, com o devido fomento e acompanhamento da IES.

§1º - As atividades são regidas por este regulamento e pelo que dispõe a legislação da educação superior vigente que trata sobre este assunto.

§2º - As cargas horárias obtidas pelos discentes devem ter relação direta com os princípios fundamentais dos cursos e ainda estarem relacionadas a conteúdos que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso. As horas de atividades realizadas serão lançadas no Histórico Escolar do discente, desde que devidamente comprovadas e observando-se este regulamento.

§3º - O Projeto Pedagógico dos Cursos estabelece a carga horária para o exercício das Atividades Complementares.

§4º - As disciplinas do currículo da formação em curso, os estágios obrigatórios e os trabalhos de curso não podem ser considerados como Atividades Complementares.

§5º - Todas as Atividades Complementares desenvolvidas pelos discentes necessitam ser validadas pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E SEU APROVEITAMENTO

Artigo 4º - As Atividades Complementares desdobram-se entre atividades de iniciação científica e extensão, monitorias, estágios não obrigatórios, eventos científicos, cursos, disciplinas não pertencentes ao currículo de formação, atividades de formação social, humana e cultural.

Parágrafo Único. Estas atividades podem ser realizadas na IES ou em outros espaços.

Artigo 5º - São consideradas atividades e/ou estudos que podem ser validados como Atividades Complementares:

I – Participação (ouvinte / palestrante / organizador / assistente) em palestras, conferências, congressos, seminários, simpósios, encontros e jornadas na área do curso ou em áreas afins;

II – Cursos, projetos de extensão na área do curso ou em áreas afins;

III – Estágios extracurriculares desde que exista Convênio com a IES;

IV – Monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo do respectivo curso;

V – Artigos científicos escritos pelo próprio discente, relacionados ao curso e publicados em periódicos científicos;

VI – Cursos livres/atividades culturais: línguas estrangeiras, informática, oratória, leitura dinâmica, memorização, cursos de aperfeiçoamento profissional, atividades literárias, bem como qualquer atividade que propicie o desenvolvimento social e intelectual aos discentes, com sua participação efetiva;

VII – Disciplinas na área do curso ou afins, oferecidas pela própria instituição ou em outras IES;

VIII – Atividades comunitárias / Trabalho voluntário;

a) Considera-se atividade comunitária, toda aquela que leve os discentes da Instituição ao envolvimento com a vida social de sua região, propiciando a integração IES/comunidade, desde que relacionada ao perfil de formação em andamento;

XIX – Outras atividades complementares:

a) Organização de eventos científicos;

b) Visitas técnicas fora da carga horária da disciplina;

c) Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios (área afim) e de reforço escolar;

d) Relatório de vídeos desde que devidamente justificado pelo docente proponente através de Projeto aprovado pela IES;

e) Cursos / Mini Cursos *online*, desde que analisadas e autorizadas previamente pela Coordenação do Curso.

Parágrafo Único - Atividades diversas não previstas neste regulamento, que estejam relacionadas com o Projeto Pedagógico do Curso e que sejam analisadas e autorizadas antecipadamente.

Artigo 6º - As Atividades Complementares a serem realizadas devem ter um equilíbrio entre seus diferentes perfis, de forma que não serão aceitos certificados de carga horária de um único perfil atividade para a carga horária total.

Artigo 7º - No cômputo das Atividades Complementares respeitar-se-ão as descrições e os limites de carga horária mantendo o equilíbrio por perfil de atividade realizada.

Artigo 8º - O aproveitamento das Atividades Complementares na integralização do currículo obedecerá ao desenvolvimento do curso, devendo seus certificados serem apresentados no semestre da realização.

Artigo 9º - A Coordenação de cada curso poderá exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização

de atividade, independentemente dos requisitos fixados no artigo subsequente, a apresentação de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho, relatórios circunstanciados dos discentes e quaisquer outras provas ou documentos que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar.

Artigo 10 - A Coordenação do Curso pode emitir parecer contrário ao aproveitamento de qualquer atividade, cabendo ao discente o recurso aos Colegiados dos Cursos, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DO DISCENTE

Artigo 11 - Cabe ao discente encaminhar à Coordenação do Curso as Atividades Complementares e a documentação comprobatória de sua participação em atividades de ensino e/ou extensão em que foram realizadas até 12 meses após realização do evento.

Artigo 12 - Os documentos comprobatórios de participação ou certificados deverão conter obrigatoriamente o número de horas das atividades e devem ser expedidos em papel timbrado da Instituição ofertante, sendo assinados pelo responsável pela atividade.
Parágrafo Único - Caso o discente não esteja regularmente matriculado na IES, não será possível o aproveitamento da atividade cumprida no semestre de não matrícula.

Artigo 13 - Caberá ao discente entrar com recurso junto aos Colegiados dos Cursos quando houver negativa do aproveitamento de qualquer atividade por decisão da Coordenação do Curso. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria da IES no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Coordenação.

Artigo 14 - Os casos omissos serão resolvidos e decididos pelo Colegiado do Curso.
Artigo 15 - O discente deverá realizar no mínimo 5 (cinco) tipos de atividade complementares diferentes.

Artigo 16 - As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, não podendo, portanto, serem realizadas integralmente em um único período letivo.

Artigo 17 - O discente transferido para esta Instituição oriundo de outra IES, deverá cumprir integralmente as horas de Atividades Complementares, podendo, inclusive, se for o caso, solicitar no ato da transferência o aproveitamento das horas cumpridas no curso de origem, desde que sejam equivalentes ao estabelecido neste regulamento e realizados em até 2 anos antes de ingressar nesta Instituição.

Artigo 18 - A carga horária destinada às Atividades Complementares que exceder ao máximo estabelecido na estrutura curricular do curso, não será computada no histórico escolar do discente.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19 - Compete ao respectivo Colegiado dirimir eventuais dúvidas referentes à interpretação das presentes normas, bem como suprir suas lacunas.

Artigo 20 - As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para fins de dispensa de disciplinas que integram o currículo do curso.

Artigo 21 - O registro das horas validadas no Histórico Escolar é de responsabilidade da Secretaria da IES.

Artigo 22 - Este regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

3.8 Formas de Acesso aos Cursos:

O Processo Seletivo para os cursos de graduação, pós-graduação e técnicos do Centro Universitário é regulamentado mediante Edital específico publicado antes das inscrições, incluindo, além das normas que o regulam, o calendário de inscrições, as provas e/ou etapas de avaliação, os critérios de avaliação do nível de desempenho dos candidatos, os programas exigidos, e o número de vagas oferecidas.

As vagas para cada curso, previstas conforme Edital, serão preenchidas por sistema de classificação dos candidatos, obedecendo à ordem decrescente dos escores globais atingidos, considerando-se o total de pontos obtidos pelos candidatos concorrentes. Estarão habilitados os candidatos que obtiverem resultado por ordem decrescente dos escores globais obtidos após a aplicação do ponto de corte: I DP – um desvio padrão abaixo da média aritmética dos escores globais dos candidatos concorrentes em cada curso. Serão calculados pontos de corte por grupo de concorrente para cada curso. Ocorrendo empate de resultados, far-se-á a comparação dos escores globais padronizados dos candidatos, selecionando-se aquele que apresentar a maior quantidade de acertos na Prova de língua Portuguesa ou maior pontuação na Redação, quando couber.

A IES somente considera oficial e válida, para todos os efeitos a lista de classificados divulgada oficialmente pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo. Os candidatos não portadores de escolaridade compatível deverão indicar na ficha de inscrição e serão considerados “treineiros”. Desta forma, torna-se nula, de pleno direito, a classificação de tais candidatos.

Conforme Edital do Processo Seletivo, candidatos portadores de necessidades educacionais especiais deverão informar previamente a sua condição à Comissão do Processo Seletivo, que disponibilizará as adaptações e meios necessários para a

participação dos mesmos.

A IES também realiza Processo Seletivo para candidatos à Matrícula Especial e Transferência, conforme Edital Público específico. Nesses casos, efetuamos entrevista, análise de Histórico Escolar e Redação.

Para as graduações presenciais e a distância da IES, o Processo Seletivo ocorre de forma tradicional, mediante Edital Público, com prova de conhecimento gerais objetiva. Sendo também incluída uma Prova de Redação eliminatória, conforme legislação vigente, com pontuação de 0,0 (zero) a 10 (dez). O conteúdo das provas é divulgado no Manual do Candidato, como as demais informações sobre o processo. Estará automaticamente desclassificado do Processo Seletivo o candidato que obtiver a nota 0,0 (zero) na redação. Disponibilizamos um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas previstas no processo seletivo da graduação para preenchimento através do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, de acordo com a Portaria INEP nº 110 de 04 de dezembro de 2002.

Tais procedimentos referentes ao Processo Seletivo serão idênticos quanto aos processos seletivos realizados nos polos de educação a distância.

3.9 Atendimento aos Discentes:

O atendimento é o meio pelo qual a IES procura auxiliar o estudante a vencer as dificuldades encontradas na interação administrativa com a IES e no processo de aprendizagem, bem como, na sua adaptação ao curso e as atividades de ensino, extensão e iniciação a pesquisa, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais.

Além dos órgãos diretivos e conselhos superiores, a Coordenação de Curso, existem vários órgãos e setores institucionais para a atenção ao aluno, inclusive o NDE, o Colegiado do Curso e o NAPP - Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico. Todos esses órgãos se encontram a disposição presencialmente na Sede e virtualmente no AVA, além dos demais recursos de comunicação, contudo, mediante demanda podem se fazer presentes nos Polos, principalmente nos encontros presenciais de abertura de trimestre.

O **NAPP - Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico** é o principal órgão de atendimento e suporte ao aluno. Oferece serviço voltado ao atendimento do aluno dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da IES no que diz respeito ao seu desenvolvimento da carreira e sua adaptação à IES, tanto presencial, quanto a distância, através dos recursos de comunicação disponíveis.

O Núcleo acolhe alunos que queiram refletir sobre sua escolha profissional ou planejar a carreira, alunos com dificuldades relacionadas à escolha da profissão, adaptação ao curso, portadores de necessidades educacionais especiais, ou alunos com outras dificuldades que estejam interferindo na integração e no desempenho acadêmico. O NAPP oferece basicamente os seguintes serviços: atendimento individual a alunos quanto a questões de aprendizagem, professores quanto a questões de ensino, oficinas com temas específicos, capacitações e assessoria aos coordenadores nos projetos interdisciplinares acadêmicos. O **Regulamento do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAPP)** segue abaixo no **item 3.6.2**.

Citamos ainda a "Central de Atendimento" na sede como órgão para abertura de processos, requerimentos, solicitações e demandas diversas, que tramitam eletronicamente desde a sua abertura até o fechamento, com consulta através da internet ou presencial. Para os alunos a distância, o acesso a Central de Atendimento se encontra disponível através de um link no Portal (AVA), podendo os mesmos abrir protocolos, acompanha-los e receber a resposta virtualmente. Ainda assim, os polos dispõem de centrais físicas de atendimento aos alunos, com terminais de consulta e colaboradores para o atendimento individual, sob a coordenação do Tutor.

O Sistema de Gestão Acadêmica da IES também dispõe de todos os recursos necessários para o seu funcionamento pleno via Internet, ou seja, tanto os alunos presenciais, quanto os a distância, podem acessar notas, resultados, frequências, conteúdos e biblioteca pelo Portal do Aluno, que, para o EaD, se encontra disponível através do AVA.

3.9.2 Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais:

A Constituição Federal garante a todos o direito à educação. Dessa forma, não há dúvidas de que a Carta Magna dispõe sobre o acesso generalizado à educação sem a imposição de qualquer barreira, ou seja, exclui a possibilidade de existência de condicionantes para o acesso às escolas, tais como origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou qualquer outro fator.

Ainda assim, os números indicam que na educação superior a existência de estudantes portadores de necessidades educacionais especiais e situação de deficiência ainda é bastante diminuta: apenas 0,35% das matrículas contemplam alunos nessas condições (CENSO, 2011).

Trata-se de estudantes que apresentam uma maneira peculiar de lidar com o saber ou necessitam de recursos adicionais para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem, portanto, desafiam as instituições educacionais em todos os níveis a rever

profundamente suas práticas e bases conceituais. Mesmo porque, se outrora esses alunos estariam sendo encaminhados a ambientes educacionais especiais e sectários, atualmente as políticas de inclusão consolidam a perspectiva interacionista, mediante o entendimento de que os espaços heterogêneos são mais propícios e desafiadores para a construção de conhecimentos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / 2008 preconiza um conjunto de ações que viabilizem o acesso, a permanência e a participação dos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais e situação de deficiência. Estas ações, que contempla a Responsabilidade social das IES, envolvem o planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados desde o acesso do aluno à IES via processo seletivo até o desenvolvimento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão durante o curso. Perpassa o PDI, o planejamento e a execução orçamentária, a composição do quadro de profissionais, os projetos pedagógicos dos cursos, as condições de infraestrutura arquitetônica, os serviços de atendimento ao público, o sítio eletrônico e demais publicações, o acervo pedagógico e cultural, a disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis, etc.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / 2008 está consolidada num marco legal que se inicia com a **Constituição Federal de 1988, Arts. 205, 206 e 208**, e se desdobra em vários dispositivos legais que, dentre outros, citamos os principais:

- Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Cap. V, que estabelece os princípios da avaliação institucional;
- Decreto nº 5.296/04 – estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Portaria nº 3.284/03 – condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES;
- Decreto nº 5.626/05 – dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Portaria nº 2.678/02 – referente uso do sistema Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei n°12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Destarte, conforme preconiza Sassaki (2002), tendo como referência a os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva / 2008 e o marco legal exposto, podemos estabelecer (06) seis Eixos de referência para acessibilidade em instituições de ensino superior, o que já tem sido objeto de atenção especial da IES para o seu pleno cumprimento, a saber:

1) Atitudinal: que perpassa a constituição de uma cultura organizacional que preconize a “não a descriminação” da parte de alunos, funcionários e docentes, com a disseminação na IES de uma cultura de atitudes voltadas a suplantar e favorecer a acessibilidade! Perpassa a inserção no PDI e nos PPCs das políticas institucionais para acessibilidade, associado ao fomento, incentivo, capacitação e conscientização mediante a realização de ações para criar um clima organizacional favorável à acessibilidade. Para tanto, a Fac DP II já disponibiliza palestras, treinamentos e cursos, além da única Pós- Graduação *Lato Sensu* em LIBRAS da Bahia, inclusive com vagas para professores e funcionários. Os docentes desse curso também são portadores de necessidades especiais;

2) Arquitetônico: perpassa a observância dos princípios legais e normas aplicáveis a adaptação de nossas estruturas físicas aos portadores de necessidades especiais. Vale salientar que esse desafio se potencializou frente a questão de que todos os nossos prédios de aula localizados no Bairro do Comércio serem tombados pelo IPHAN, contudo, conforme se constatou na visita *in loco* de Recredenciamento Institucional, a IES soube realizar a adaptação física sem prejuízo ao patrimônio histórico, o que demandou grandes investimentos com vistas o nosso compromisso com a responsabilidade social

3) Comunicações: linguagens adaptadas e acessíveis em todos os processos internos. Os elevadores dispõem de grafia Braille. Demais sistemas de comunicação estão sendo adaptados;

4) Sistemas de Informação: recursos tecnológicos que viabilizem a acessibilidade digital. Em processo de implantação;

5) Metodologias e Materiais Didáticos: métodos e conteúdos adaptados e acessíveis. Plenamente implantado, inclusive, a disciplina LIBRAS foi inserida no AVA disponível para alunos, professores e colaboradores.

6) Transportes: adequação sintonizada com as condições externas de acessibilidade nos transportes públicos. Plenamente realizado.

Da parte dos coordenadores, docentes e tutores docentes, o desafio também se potencializa quanto à capacitação para gerir e atuar em espaços educacionais heterogêneos, o que perpassa novos instrumentos e estratégias metodológicas, pedagógicas e avaliativas, além da interface e parceria com profissionais de saúde, do trabalho e das respectivas as famílias, etc. Esse novo modo pedagógico se contrapõem ao modelo tradicional, em que o profissional de educação se planejava para atuar sob a perspectiva da homogeneidade dos alunos em sala, se constituindo, portanto, um grande

desafio frente a diversidade de realidades pessoais que podem ser contempladas.

Nesse sentido, os requisitos de acessibilidade de que trata a Portaria nº 3.284/2003, para estudantes com deficiência física, já foram contemplados em todos os prédios da IES. Citamos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Construção de rampas com corrimões ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras e rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- Estações adaptadas na área da biblioteca;
- Estações adaptadas em laboratórios de informática (BRASIL, 2003).

Dessa forma, dispomos de instalações sanitárias adaptadas (algumas exclusivas), rampas, estacionamentos específicos, elevadores na Sede, pessoal de apoio treinado, etc. Existem vagas reservadas no estacionamento para deficientes, onde são recebidos com Cadeira de Rodas por funcionários da Instituição. Existe rampa de acesso para Sala de Aula, Laboratório de Informática, Biblioteca e Sanitários com barra de apoio, que são adaptados para receber os deficientes.

Da mesma forma, em relação aos sistemas e meios de comunicação, a IES já possui também intérpretes de LIBRAS/língua portuguesa e plantão de leitura para deficientes visuais. Elevadores e outras sinalizações com grafia Braille.

O **Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAPP)** tem atuado no suporte a alunos com dificuldades de aprendizagem, inclusive com o atendimento especializado para portadores do Transtorno do Espectro Autista, conforme “Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - disposto na Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012”.

Assim, a IES está se estruturando para ampliar o atendimento de todos os requisitos referentes a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / 2008.

Mediante o conjunto de desafios institucionais, perpassando a administração, docentes, funcionários e alunos, a IES instituiu o seu Núcleo de Acessibilidade, e Apoio Psicopedagógico (NAPP), conforme Regulamento abaixo:

3.9.2 Regulamento do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico (NAPP):

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS

Artigo 1º. O NAPP, previsto do Regimento Interno da IES, tem como finalidade o acompanhamento dos alunos ao longo do seu respectivo curso, assistindo-os em suas necessidades, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação do futuro profissional, possibilitando participação efetiva na vida acadêmica garantindo a acessibilidade pelas ações de ensino, iniciação científica, extensão, serviços e infraestrutura.

Artigo 2º. O NAPP desenvolve suas atividades por meio de parcerias com os diversos setores institucionais e com as entidades privadas, órgãos públicos, grupos representativos e associações.

Artigo 3º. São objetivos do NAPP:

§1º. OBJETIVO GERAL: Propiciar o acesso das pessoas com deficiências, o acompanhamento da aprendizagem dos discentes e as necessidades relacionadas a estes perfis, favorecendo a permanência, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares a todos os discentes matriculados visando à aprendizagem e a uma formação de qualidade.

§2º. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) Promover o ingresso, o acesso e permanência de discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais;

b) Identificar discentes, docentes e técnico-administrativos que precisam de cuidados educacionais especiais;

c) Favorecer a permanência de discentes com dificuldades de aprendizagem;

d) Propiciar à comunidade acadêmica assistência, recursos didáticos e de apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos discentes com necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem;

e) Pesquisar e apresentar recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos, com vistas ao apoio para a elaboração, implantação e execução de melhorias na aprendizagem e na acessibilidade;

f) Favorecer a educação inclusiva nos cursos ofertados pela IES;

g) Ofertar oficinas para discutir e estabelecer o processo avaliativo de estudantes com necessidades educacionais especiais;

h) Estimular o desenvolvimento de projetos de ensino, iniciação científica, extensão e apoiar a realização de eventos cuja abordagem seja a inclusão social de pessoas com deficiência física e/ou dificuldades de aprendizagem;

i) Garantir o atendimento prioritário às pessoas com necessidades especiais, e

j) Formar a cultura de inclusão nas atividades acadêmicas da instituição.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 4º. O NAPP, para o cumprimento de seus objetivos, contempla em sua estrutura organizacional, profissionais docentes e técnicos-administrativos do quadro efetivo da IES, membros da sociedade civil vinculados a entidades privadas, órgãos públicos, grupos representativos ou associações, quais sejam:

a) Psicopedagogo;

b) Fisioterapeuta;

c) Técnicos-administrativos.

Parágrafo Único – Profissionais, com formação específica serão convocados para colaborar nas atividades desenvolvidas, de acordo com as necessidades e demandas da coordenação do NAPP.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO, DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º. A supervisão, a organização e a administração da NAPP será desenvolvida por um de seus membros, designado e nomeado pela Reitoria, de acordo com as normas vigentes.

Artigo 6º. Compete ao responsável pela coordenação:

I. Administrar, superintender e dirigir as atividades do Núcleo;

II. Convocar e presidir as reuniões do Núcleo;

III. Sistematizar o acompanhamento das diferentes atividades do Núcleo;

IV. Representar o NAPP publicamente;

V. Identificar as necessidades, formação ou qualificação de recursos humanos;

VI. Coordenar a criação de projetos, execução ou assinatura de convênios ou quaisquer ações relacionadas ao apoio às pessoas com necessidades especiais físicas ou de aprendizagem;

VII. Promover o intercâmbio com instituições científicas de ensino superior, empresas, entidades, sociedade civil organizada e órgãos nacionais e internacionais;

VIII. Produzir, solicitar e coordenar as ações de investimentos financeiros para a aquisição de material didático-pedagógico e recursos de acessibilidade indispensáveis;

IX. Promover e apoiar a realização de campanhas educativas e de conscientização sobre acessibilidade, bem como promover a participação do Núcleo em eventos da área;

X. Convocar e presidir as reuniões do Núcleo;

XI. Elaborar relatório semestral de desempenho das atividades realizadas pelo Núcleo;

XII. Elaborar Plano Anual de Atividades para submeter à Reitoria.

Artigo 7º. Compete ao NAPP:

I. Prestar apoio administrativo ou de aplicação de recursos orçamentários e financeiros aos planos de atividades e projetos que favoreçam os objetivos do Núcleo;

II. Recomendar adequações nas propostas avaliadas, com base nos critérios de compatibilidade destas com os propósitos do Núcleo, cronograma de execução, ou limite dos recursos disponíveis;

III. Assessorar a respeito de parcerias e convênios com outras Instituições;

IV. Propor instrumentos e formas de levantamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, com deficiência física ou intelectual;

V. Recomendar e ou criar propostas de cursos de extensão para capacitação dos docentes e funcionários técnico-administrativos da IES;

VI. Propor a inclusão na recepção dos calouros e nas semanas acadêmicas, encontros e oficinas, relacionando o tema inclusão aos seus respectivos cursos, dando suporte para sua realização;

VII. Instituir grupos de estudos para discutir e estabelecer o processo avaliativo de discentes com necessidades educacionais especiais, e as políticas de práticas acadêmicas, nos cursos da IES;

VIII. Propor procedimentos educacionais diferenciados de acordo com as necessidades educacionais especiais identificadas, e instruir, quando necessário, os Cursos sobre os procedimentos educacionais especiais melhor indicados para o discente em acompanhamento;

IX. Propor convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

X. Elaborar relatório semestral de desempenho das atividades realizadas pelo Núcleo.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Artigo 8º. O NAPP deve realizar, pelo menos, uma reunião ordinária mensal com todos os membros que integram sua estrutura.

§1º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo seu Presidente ou

2/3 de seus integrantes.

§2º - O Núcleo prestará atendimento diário à comunidade em horários amplamente divulgados.

Artigo 9º. Os membros que integram a estrutura do NAPP deverão manter relatórios de suas atividades visando o acompanhamento da Reitoria.

Artigo 10. O NAPP deve apresentar anualmente a Reitoria o seu Plano de Trabalho e especificamente, no seu primeiro ano de funcionamento um Cronograma Provisório de Execução.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO

Artigo 11. A avaliação do Núcleo deve integrar o processo de auto-avaliação institucional onde deve ser verificado o nível de satisfação dos usuários, visando promover a melhoria das ações e atividades.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria.

3.10 Regime Acadêmico e Matrículas:

A matrícula no Centro Universitário Dom Pedro II é realizada no regime acadêmico semestral seriado.

Nos cursos de graduação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovante de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Compravante de regularidade com as obrigações eleitorais;

III - Comprovante com as obrigações com o Serviço Militar;

IV - Carteira de Identidade ou documento que a substitua legalmente.

Nos cursos técnicos, o regime de aula também segue o modelo semestral seriado, onde os candidatos, para matrícula, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovante de conclusão do ensino médio ou comprovante de matrícula no ensino médio com previsão de conclusão anterior ou concomitante a conclusão prevista do curso técnico;

II - Carteira de Identidade ou documento que a substitua legalmente.

A renovação de matrícula nos semestres subsequentes dos cursos técnicos fica condicionada a apresentação do comprovante de conclusão do ensino médio ou comprovante de matrícula no ensino médio com previsão de conclusão anterior ou concomitante a conclusão prevista do curso técnico.

3.11 Programas de Nivelamento:

Os alunos que ingressam no ensino superior possuem muitas dificuldades em acompanhar os cursos superiores, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais. Da mesma forma, os alunos que ingressam nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, também carecem de uma melhor formação no ensino fundamental.

Para otimizar a qualidade do desempenho do ingressante, a IES realiza semestralmente seu processo seletivo, desenvolvido pela Comissão de Seleção, que observa critérios legais e institucionais para o nosso vestibular, de maneira que a seleção ocorra de forma rigorosa.

Apesar dos critérios de seleção, os cursos de nivelamento para fins de restituição dos ensinamentos do ensino médio e do ensino fundamental são imprescindíveis para fundamentar as bases que vão ser utilizados no ensino superior e no ensino técnico, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais.

A revista Ensino Superior publicou uma reportagem muito interessante, intitulada "O ensino do português nas universidades", que mereceu manchete, sobre a situação do ensino do português no Brasil. O subtítulo "Os estudantes só descobrem a necessidade de reaprender a língua na universidade, sob a pressão das circunstâncias" demonstra que ela vai se ater a estudantes universitários. Uma pesquisa feita pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Indicativa compôs o 3º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf). Os números assustam! Apenas 25% dos brasileiros, entre 15 e 64 anos, demonstram domínio pleno da compreensão de textos. Para 67%, a conquista da leitura se limita à localização de informações simples em enunciados de uma só frase, ou à capacidade de identificá-las em textos curtos. Enquanto 8% não conseguem sair do ponto de partida, ou seja, são mesmo analfabetos.

Os 67% portadores do alfabetismo funcional colocam uma questão muito séria do processo educacional: alfabetizar não basta, a escola precisa leiturizar o educando, fazer que ele também escreva textos. Como afirma Fábio Montenegro, secretário executivo do instituto: "A alfabetização básica não dá o mínimo necessário para a pessoa continuar se desenvolvendo. (...) Queremos chamar a atenção para a importância de a população dominar a leitura e a escrita".

Passando isso para os dias de hoje, o alfabetismo funcional compromete a cidadania brasileira, por isso se diz que se faz uma verdadeira revolução quando transformamos o aluno num leitor.

A realidade educacional brasileira atual está em crise em todos os seus níveis, mas principalmente no ensino médio, tendo como desdobramento a má formação universitária. Esse fato nos leva a refletir sobre formas de melhorar a qualidade do ensino e, consequente, diminuir a desigualdade social. Sensível a situação, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 1990). “Ele tem como objetivo “apoiar” municípios, estados e a união na formulação de políticas que visam à melhoria da qualidade do ensino” (INEP, 2004). O SAEB é aplicado de dois em dois anos, participam dessa avaliação alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série) e do ensino médio (1ª a 3ª série), as provas são compostas das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

A título de ilustração, citamos o exemplo abaixo com base nos últimos dados divulgados pelo SAEB, referente aos últimos exames do ensino de matemática: “Dos estudantes brasileiros da 3ª série do ensino médio, na disciplina de Matemática, 62,6% foram classificados no estágio críticos e outros 4,8% no estágio muito crítico do aprendizado. No total, 67,4% dos alunos têm desempenho muito baixo daquele desejado. No Brasil, no estágio considerado adequado para essa disciplina estão somente 6% dos alunos” (INEP, 2003).

Com base nesses dados, levando-se em conta que a situação não se difere muito das demais disciplinas, conseguimos entender o motivo pelo qual os alunos que ingressam no ensino superior e no ensino técnico de nível médio possuem muitas dificuldades em acompanhar os cursos.

Dentro dessa conjuntura, surgiram os cursos de nivelamento para fins de restituição dos ensinamentos do ensino médio e do ensino fundamental, o que, a princípio, trata-se de uma oficialização da deficiência do ensino básico brasileiro, contudo, é imprescindível o desencadeamento dessa política para fundamentar o ensino superior e o ensino técnico de nível médio. Sintonizado com tal perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES estabelece as atividades de nivelamento como prioritárias para a otimização do processo de ensino aprendizagem nos cursos de graduação e nos cursos técnicos da Instituição, que também se estende a modalidade de educação a distância.

Os mecanismos de nivelamento se desdobram sintomaticamente, pois, são visíveis as carências na formação básica dos discentes, detectadas pela Coordenação do Curso, pelos docentes/tutores docentes e pelo apoio psicopedagógico, contemplando, inclusive, portadores de necessidades educacionais especiais. Tais desníveis podem vir a prejudicar o desempenho docente, o que leva a IES a manter cursos regulares de nivelamento em Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia, História,

Inglês, Espanhol, Informática Básica, etc.

Portanto, o nivelamento dos alunos ingressantes na IES é realizado sempre que necessário, como atividades de extensão, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, na educação superior e no ensino técnico. Inclusive, os Cursos de Nivelamento serão realizados também através da modalidade a distância.

3.12 Monitoria:

A Monitoria é uma Atividade Complementar considerada relevante na constituição das estratégias e políticas institucionais que visam a consecução da proposta pedagógica da IES, tanto presencial, quanto a distância. Destina-se a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que possam fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos.

A Monitoria tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes/tutores docentes, além da vivência com o professor e com suas atividades pedagógicas. Dessa forma, parte-se do pressuposto que o ato de monitorar, além de estreitar a relação do aluno com o professor e com seus colegas mais novos, aperfeiçoa a formação do discente, além da possibilidade de contemplar também portadores de necessidades educacionais especiais. Trata-se, portanto, de mais uma estratégia de aprendizagem que vem se agregar ao todo pedagógico da IES cooperando com a sua otimização.

A Monitoria é realizada pelo Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), mediante demanda das Coordenações de Curso e dos respectivos docentes/tutores docentes, lançando Edital para seleção de monitores.

Para melhor reger as atividades de Monitoria, segue Regulamento Interno do Programa de Monitoria de Ensino da Instituição, conforme segue abaixo:

REGULAMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE MONITORIA DE ENSINO

TÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADES

Artigo 1º - A monitoria é uma Atividade Complementar destinada a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes/tutores docentes, além da vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

DOS OBJETIVOS

Artigo 2º - O Programa de Monitoria de Ensino tem os seguintes objetivos:

I- Estimular a participação de Discentes no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica, incluindo os campos de prática externos, à IES;

II- Favorecer o oferecimento de atividades de reforço escolar ao Discente com a finalidade de superar problemas de repetência, evasão e falta de motivação;

III- Criar condições para a iniciação da prática da docência, através de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;

IV- Propor formas de acompanhamento de Discentes em suas dificuldades de aprendizagem;

V- Pesquisar novas metodologias de ensino adequadas ao ensino da disciplina participante do programa;

VI- Contribuir, através da formação de monitores de ensino, com a formação de recursos humanos para o ensino superior e ensino técnico.

TÍTULO II
DOS REQUISITOS

Artigo 3º - São requisitos básicos para o Discente participar do Programa de Monitoria: I- Ser Discente regularmente matriculado em curso da IES;

II- Ter obtido aprovação na disciplina na qual pleiteia a monitoria, demonstrando domínio da mesma;

III- Apresentar coeficiente igual ou superior a 7,0 (sete), resultante da média aritmética das notas das disciplinas cursadas no ciclo anterior;

IV- Ter disponibilidade de tempo para atender as atividades programadas.

TÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 4º - São atribuições do monitor:

I- Colaborar com o docentes/tutores docentes no desempenho de tarefas didáticas, tais como: preparação de aulas práticas, aplicação de exercícios, trabalhos escolares, e outros de natureza similar;

II- Auxiliar os Discentes na realização de trabalhos práticos ou experimentais, sempre que compatível com seu grau de conhecimento e experiência;

III- Cooperar no atendimento e orientação aos Discentes, visando sua adaptação e maior integração na IES;

IV- Identificar eventuais falhas na execução do processo de ensino, propondo ao docente/tutor docente responsável medidas alternativas;

V- Apresentar relato de sua experiência ao final das atividades programadas ao docente/tutor docente responsável, e

VI- Apresentar relatório mensal ao docente/tutor docente responsável.

§1º - É vedado ao monitor o exercício da docência, a realização de atividades de responsabilidade exclusiva do docente/tutor docente responsável, tal como assentamento de frequência e dos conteúdos no diário de classe, e as de caráter administrativo.

§2º - As atividades programadas para o monitor não poderão estar sobrepostas ao seu horário de aula do bloco semestral em que esteja matriculado.

Artigo 5º - São atribuições do docente/tutor docente responsável:

I- Orientar o monitor no desempenho das atividades programadas;

II- Capacitar o monitor no uso de metodologias de ensino/aprendizagem adequadas à sua atuação nas atividades propostas;

III- Promover o aprofundamento dos conhecimentos do monitor quanto aos conteúdos da disciplina;

IV- Promover reuniões e seminários para troca de experiências entre monitor, docente/tutor docente responsável e Discentes;

V- Avaliar, de forma contínua, o desempenho do monitor através de critérios previamente estabelecidos, e que sejam do conhecimento do monitor;

VI- Acompanhar o desempenho do Discente nas disciplinas de seu curso, identificando possíveis interferências das atividades da monitoria sobre o seu desempenho escolar, a fim de evitar comprometimento de seu processo de aprendizagem como um todo;

VII- Acompanhar a redação do relatório das atividades desenvolvidas e vista-lo juntamente com o monitor no prazo estabelecido; e

VIII- Identificar falhas eventuais no Programa de Monitoria, propor mudanças e encaminhá-las para a Coordenação do CEPPG.

TÍTULO IV
DAS CATEGORIAS E DA REMUNERAÇÃO

Artigo 6º- A Atividade de Monitoria na IES é considerada uma atividade complementar para a formação acadêmica do discente, obedecendo duas classificações: Monitoria - Bolsista e Monitoria - Voluntária.

§1º - A Monitoria - Bolsista ocorrer na forma de desconto nas mensalidades do

Discente ou a ser definido pela Reitoria.

§2º - O número de vagas disponíveis para monitoria bolsista e monitoria voluntária deverá ser claramente apresentado no Edital de Monitoria de Ensino.

§3º A monitoria voluntária e a monitoria bolsista deverá assinar um Termo de Concordância, logo após o ato de seleção.

TÍTULO V
DA SELEÇÃO E INDICAÇÃO DOS MONITORES

Artigo 7° - A seleção dos Discentes para assumir a monitoria é feita mediante seleção pública e é de responsabilidade da Coordenação do CEPPG e do docente/tutor docente responsável.

§1º - O número de vagas, o dia e o local de realização da seleção e os critérios de seleção serão divulgados através de publicação de Edital de Monitoria de Ensino interno na IES, ficando sua divulgação a cargo da Coordenação do CEPPG;

§2º - O Discente poderá exercer as atividades referentes à monitoria por dois semestres, consecutivos ou não, em uma disciplina por período letivo;

§3º - O discente poderá candidatar-se à seleção para a função de monitor de outra disciplina, e em outro semestre letivo, sendo vedado o exercício cumulativo.

Artigo 8°- Da seleção deverá constar os seguintes procedimentos:

I. Comprovante de matrícula do semestre em curso;

II. Histórico do Estudante – média de notas igual ou superior a 7,0 (sete) no último ciclo;

III. Ter cursado a disciplina na qual pleiteia a Monitoria com nota igual ou superior a 7,0 (sete);

IV. Entregar preenchido e assinado a Declaração de Aceite;

V. Não ter registro de ocorrências disciplinares.

§1º - A critério da Coordenação do CEPPG pode-se aplicar também uma redação sobre tema específico da disciplina ao qual o mesmo se candidata.

§2º- Em caso de empate, será aprovado o Discente com maior nota na disciplina em que pleiteia a monitoria, e caso persista o empate, ficará a decisão a cargo do docente/tutor docente responsável tendo como parâmetros os dados colhidos na entrevista.

§3º O resultado final deverá ser afixado publicamente na Secretaria Acadêmica e divulgada no AVA.

TÍTULO VI
DO EXERCÍCIO DA MONITORIA

Artigo 9º - Cabe ao docente/tutor docente responsável acompanhar as atividades de monitoria dos Discentes presenciais e a distância.

§ 1º A monitoria a distância ocorrerá no AVA e no polo.

Artigo10 - Ao final de cada mês, o monitor deverá apresentar ao docente/tutor docente responsável o relatório de suas atividades.

Artigo11 - Cabe ao Coordenador do CEPPG e ao Docente Responsável, semestralmente, encaminhar à Coordenação do Curso os relatórios dos monitores.

Artigo12 - A avaliação do monitor realizada pelo docente/tutor docente responsável e pela Coordenação do CEPPG deverá acompanhar o relatório semestral.

TÍTULO VII
DO CANCELAMENTO DA ATIVIDADE DE MONITORIA

Artigo13 - O exercício da monitoria será cancelado nas seguintes circunstâncias:

I - Por indicação do docente/tutor docente responsável a qual o monitor está vinculado; II- Por suspensão imposta ao Discente no período em que se encontrar no exercício da monitoria;

III- Por trancamento de matrícula;

IV- Por obtenção de frequência inferior a oitenta por cento nas atividades de monitoria, a cada mês;

V- Por não apresentar o relatório mensal ao docente/tutor docente responsável ao qual o monitor estiver vinculado, em prazo hábil.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo14 - Caberá à Coordenação CEPPG definir um calendário com a fixação de prazos, de modo a garantir execução deste Regulamento.

Artigo15 - Excluir-se-á em qualquer hipótese, a configuração de vínculo empregatício do monitor com a IES ou com sua Mantenedora.

Artigo16 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, com recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Artigo17 - Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

3.13 Estímulo as Atividades Acadêmicas:

A IES tem como missão a formação humana e profissional de seus alunos, e entende que, para tanto, o estímulo as atividades acadêmicas de ensino, de extensão e de iniciação à pesquisa são fundamentais para consecução de seus objetivos e metas previstas no nosso PDI, seja no ensino presencial, ou a distância, contemplando, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, a instituição procura suplantar e fomentar todas as iniciativas em prol da construção de uma rotina acadêmica que prime pelo aperfeiçoamento do ser humano e de sua formação profissional, com atividades socioeducativas que agregam conhecimentos teóricos e práticos à medida que aproximam os alunos das realidades e demandas sociais.

A principal estratégia institucional é a constituição de uma rotina de aprendizagem dinâmica, composta pelo ensino, pela extensão e pela iniciação à pesquisa associadas a realização constante de atividades socioeducativas e laboratoriais, oportunizadas pela realização constante de eventos junto a sociedade.

O ensino dispõe de estruturas compatíveis para o aprendizado presencial e a distância, com currículos atualizados, professores com formação acadêmica e experiência profissional, recursos didáticos de ponta e laboratórios na sede e nos polos. A extensão disponibiliza uma série de Cursos para o cumprimento das Atividades Complementares, além do fomento para a realização das mesmas externamente, promovendo ainda atividades sociais e educativas com a comunidade local e da região circunvizinha, sempre disponibilizando a formação complementar e prática de nossos alunos, seja na sede e/ou nos polos.

Conforme relatórios e memorial de fotos, realizamos diversas atividades de extensão e científicas com apoio financeiro ou logístico da IES, ou mesmo de nossa organização direta. São encontros, feiras, semanas, encontros culturais, congressos, etc.

A iniciação à pesquisa disponibiliza programas semestrais veiculados através de editais próprios para alunos dos cursos presenciais e a distância, oportunizando a participação dos mesmos na iniciação científica, com o incentivo de toda a produção ser publicada e veiculada através da Revista *Emphasis*.

Dessa forma, as atividades socioculturais se manifestam com a realização cotidiana de eventos educativos com as comunidades locais e circunvizinhas da sede e dos polos, de maneira a enfatizar um perfil que associa constantemente as atividades teóricas com as práticas, buscando sempre aproximar seu corpo discente da sociedade em geral, atenuando as necessidades de nossa sociedade e oportunizando aos alunos o aumento de sua sensibilidade e preocupação com as demandas sociais.

Tão importante quanto o processo de captação de novos alunos é o trabalho desenvolvido por todos os nossos programas para evitar a evasão, ou seja, a permanência do aluno é tratada individualmente, mesmo sendo uma instituição de iniciativa privada, dependente de recursos próprios procura zelar pelo interesse dos seus alunos ingressantes em sua formação, tendo sempre como princípio básico formar profissionais inseridos no contexto socioeconômico da região onde se situa e, mais do que isto, preparados para uma atividade profissional na área de sua formação. Sempre com o objetivo de que eles possam desempenhar as suas funções de forma a atender a todos os indivíduos com espírito humano e solidário e, estimulados e preparados para uma atividade profissional.

A principal causa da evasão nas instituições particulares de ensino superior não é a falta de recursos para pagar mensalidades, pois o despreparo para acompanhar o curso, pelas carências trazidas do ensino médio é um problema maior. Desta forma, a IES empenha-se em promover a evolução cognitiva de seus acadêmicos evitando, assim, o fracasso escolar.

O nivelamento é um programa necessário para evitar a desistência, o abandono, a evasão por motivos acadêmicos. Indubitavelmente a origem social não segrega os estudantes entre bons e ruins. Entretanto não se pode fechar os olhos às deficiências na formação educacional de parte desses estudantes, mesmo porque é importante ressaltar que a IES alunos egressos de classes sociais menos favorecidas, o que deve se potencializar com o Credenciamento EaD, tendo em vistas os polos escolhidos.

Conforme item próprio deste PDI, o programa de nivelamento não pretende sobrecarregar com disciplinas excessivas, mas selecionar e repetir ao longo do curso tudo aquilo que entendemos necessário para formar uma base técnico-cultural. Uma opção da IES é a de usar o Sistema de Monitoria, por considerá-lo mais apropriado à realidade de seus estudantes. Esse sistema, além de prestigiar os alunos mais preparados, ajudando-os financeiramente com bolsas pelo trabalho de monitoria, procura amparar os que demonstram algumas dificuldades, apontadas na avaliação, tanto diagnóstica, quanto formativa.

3.14 Acompanhamento dos Egressos:

O contexto educacional do século XXI veio atender a complexidade da sociedade, e tem sido marcado pelas necessidades de várias mudanças que contribuíram para a melhoria da qualidade da educação e na inserção no mundo de trabalho, especialmente na nova construção da cidadania participativa e transformadora da nossa própria realidade brasileira e global, onde o acompanhamento do desempenho do exercício

profissional, seja na carreira para a qual foi formado ou em outra opção do mundo do trabalho pela qual o egresso tenha optado se integra as exigências do compromisso e da responsabilidade social da Instituição.

A IES entende o Egresso como o estudante que integralizou o período de formação ou de aprofundamento de uma carreira, recebeu, ao longo dessa experiência, um acervo de valores e de conteúdos científicos, acumulou competências e habilidades, qualificou se e colou grau para atuar, e, por direito, atua, como profissional, na sociedade ou entender que não finaliza seu compromisso e responsabilidade educacional e social com o desfecho forma da qualificação do seu profissional.

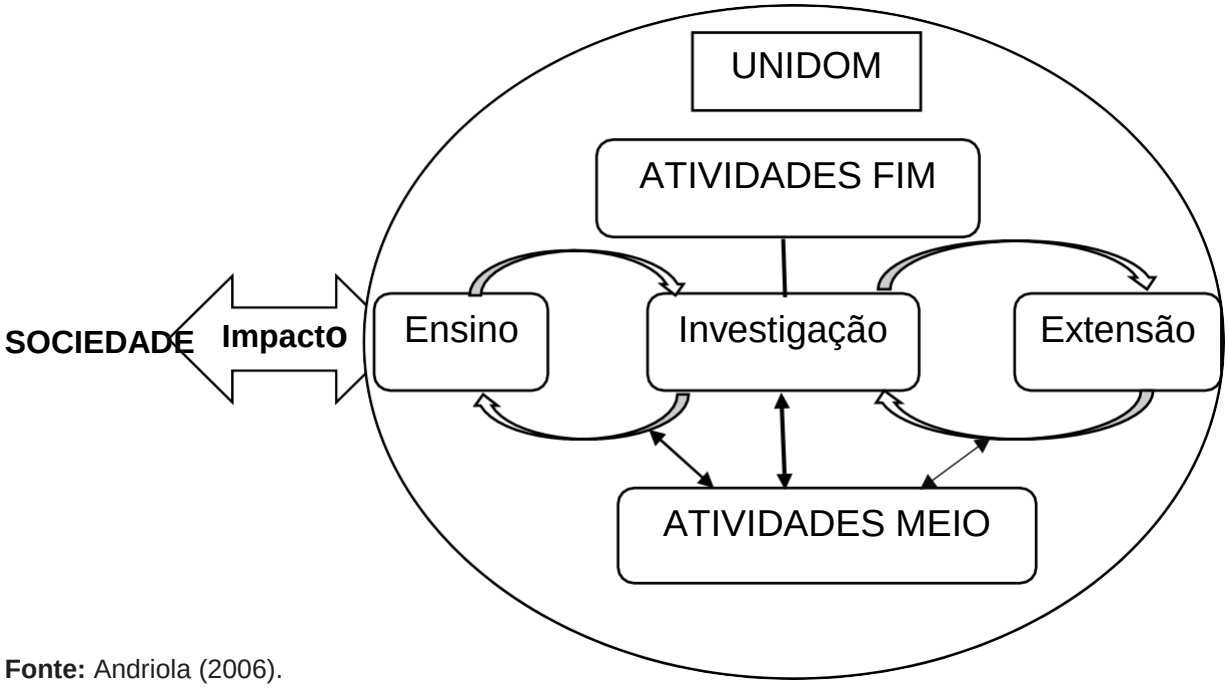
Neste contexto, a criação do **Núcleo de Empregabilidade e Egressos (NEE)**, subordinado ao Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPG), proporciona oportunidades de empregabilidade, formação continuada, nova integração na sociedade, entre outras possibilidades ao Egresso. As atividades desenvolvidas por NEE, possibilitaram aos egressos as avaliações continuadas, através do desempenho profissional de empregabilidade do egresso, como um importante passo no sentido de incorporação do processo de ensino/aprendizagem informações da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem detêm conhecimento dos aspectos bons e ruins vivenciados durante a graduação e a formação no ensino técnico.

O desempenho profissional do egresso é impactado por várias realidades, entre elas destacaremos: a Instituição de Educação Superior que forma o profissional e a sociedade que o recebe; a segunda diz respeito as oportunidades profissionais e o respectivo perfil e a segunda procura supri-los. O grau de sintonia da instância formativa com as exigências dos perfis profissionais sinaliza maior ou menor cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Em virtude disto, a Instituição de Educação se obriga a verificar, cientificamente, quanto o profissional, seu egresso, adequar-se às exigências dos perfis profissionais e, a partir da avaliação, rever e atualizar suas matrizes curriculares e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes oportunidades de educação continuada. Esta visão de egresso, de responsabilidade e compromisso social e de sociedade, com suas demandas e necessidades, urge que, na IES, hajam políticas e planos de ação capazes de implementar, além de todo trabalho formativo, o do acompanhamento ao Egresso

No entendimento da Instituição o Egresso é indivíduo que de alguma forma permanece vinculado a IES pelos fios da responsabilidade e compromisso social. O acompanhamento do Egresso em relação à sua formação, o auxílio de sua integração no trabalho, a avaliação da sua atuação no seu ambiente social e a oferta de capacitação atualizada, somam o conjunto das políticas de acompanhamento do Egresso.

Figura1: Atividades desenvolvidas pela IES e suas repercussão na sociedade



Fonte: Andriola (2006).

PLANO DE AÇÕES

Objetivo Geral: Proporcionar ao egresso condições (valores, habilidades, competência e conteúdos científicos atualizados) comprovadas para que integrem e respondam adequadamente às demandas e necessidades do mundo do trabalho.

Específicos

- Apoiar a efetivação da empregabilidade do egresso;
- Oferecer oportunidades de educação continuada.
- Mapear as oportunidades contemporâneos de trabalho e as habilidades e competências necessárias para seu eficaz e efetivo desempenho;
- Avaliar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-estudantes;
- Manter registros atualizados de estudantes egressos;
- Avaliar a oferta de cursos e respectivas ementas e matrizes curriculares e sua qualidade em relação à adequação e exigências das carreiras no mundo do trabalho atual;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma.
- Ampliar ofertas de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, visando o aprimoramento e continuidade do percurso formativo do egresso.
- Verificar o desempenho do egresso em relação à sua atuação profissional, diante

das exigências das carreiras do mundo do trabalho atual;

AÇÕES:

- Criar portal dos Egressos.
- Elaborar e ofertar cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e de Extensão, com foco nas efetivas necessidades do atual campo de trabalho dos egressos.
- Elaborar um instrumento de pesquisa para levantar as diferentes e atuais oportunidades profissionais, bem como as respectivas e necessárias competências e habilidades;
- Criar a série de indicadores que avaliem os cursos ofertados, bem como suas ementas e matrizes curriculares em relação à sua adequação às exigências atuais das carreiras;
- Elaborar os indicadores que meçam o desempenho do egresso frente as exigências atuais das carreiras, no hodierno mundo do trabalho;
- Estabelecer e consolidar parcerias com as organizações empresariais, implementando diferenciais competitivos de empregabilidade.
- Disponibilizar, no portal do Egresso, link eletrônico de oferta de oportunidades laborais, dotando de significação acadêmica e experiencial consistente os estágios obrigatórios e remunerados, organizando um atualizado banco de dados de estudante/egresso, e implantando excelência na aprendizagem, pautada pela inovação e empreendedorismo.

3.15 Colegiado de Curso:

Conforme Regimento Interno da IES, todos os cursos, seja de educação superior ou de educação profissional técnica de nível médio, dispõem obrigatoriamente de Colegiado de Curso, composto pelos seus respectivos docentes/tutores docentes, além da representatividade discente.

Os Colegiados de Curso são órgãos consultivos em matéria acadêmico-administrativa e disciplinar, e deliberativos em matéria técnico-científica e didático-pedagógica da IES, com assento previsto nos Conselhos Superiores da IES.

O Regimento Interno da IES estabelece o seguinte para os Colegiados de Curso:

Subseção V
Dos Colegiados de Curso

Art. 29º Os Colegiados de Curso, órgãos de natureza consultiva e auxiliar do respectivo Curso, têm função de analisar e propor medidas didático-pedagógicas para o funcionamento do respectivo Curso e para a sua integração nos diversos programas de ensino, de pesquisa e de extensão, e dispõem da seguinte constituição:

I - Coordenador do Curso, seu presidente nato;

II - todos os integrantes do Corpo Docente do respectivo Curso;
III - um representante do corpo discente.

§ 1º O Colegiado de Curso é presidido pelo respectivo Coordenador do Curso, e em seu afastamento ou impedimento, pelo professor mais antigo na carreira docente no respectivo Curso.

§ 2º O representante discente é indicado de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Universitário - CONSUNI.

§ 3º O funcionamento do Colegiado de Curso, assim como as normas complementares para sua constituição, obedece a dispositivos estabelecidos em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

§ 4º O Núcleo Docente Estruturante é um órgão integrante dos Colegiados de Curso de Graduação do Centro Universitário, e será composto por representantes do respectivo Corpo Docente, com composição e funções previstas na legislação vigente.

Art. 30º Compete aos Colegiados de Curso:

I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE normas para a concessão de láurea acadêmica aos concluintes dos cursos de graduação, pós-graduação e técnicos;

II - Aprovar o planejamento das atividades do curso incluindo a programação da semana acadêmica, proposta pela Coordenação do Curso;

III - Aprovar, para encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, o projeto pedagógico de curso, assim como suas alterações, observadas as diretrizes gerais pertinentes e a legislação em vigor;

IV - Manifestar-se, quando consultado, sobre processos de matrícula, aproveitamento de estudos, trancamento, cancelamento, reingresso, transferência, monitoria, bolsas, adaptação e dependência de aluno;

V - Elaborar regulamento referente à organização e funcionamento do Colegiado de Curso, para aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;

VI - Encaminhar proposta de normas para o desenvolvimento e verificação da aprendizagem de estágio, trabalho de conclusão de curso, monografia, disciplinas com características especiais e outras, contidas no currículo do curso, a serem aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;

VII - Exercer quaisquer outras atribuições que, por sua natureza, lhe estejam afetas;

VIII - Emitir parecer nos recursos que envolvam questões referentes à verificação da aprendizagem e do rendimento escolar;

IX - Sugerir e apreciar medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso.

Nosso planejamento de atuação do colegiado estabeleceu sua institucionalização, com representatividade dos segmentos, reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões em Atas, existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão, conforme prevê o **Regulamento dos Colegiados de Cursos da IES**, que segue abaixo:

REGULAMENTO DOS COLEGIADOS DE CURSO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Artigo 1º- O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo que tem por finalidade acompanhar o aperfeiçoamento da formação continuada dos docentes/tutores docentes do curso, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso relativas a projetos de extensão e iniciação científica, quando couber, sendo composto:

I. pelo(a) Coordenador(a) do Curso;

II. por todos os docentes/tutores docentes que ministrem disciplinas do Curso;

III. por 1 (um) representante discente eleito.

§ 1º - O mandato de que trata o inciso III é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º - O representante discente não poderá estar com o curso trancado.

§ 3º - O Diretor Geral e o Coordenador Geral de Curso podem participar das reuniões quando acharem conveniente, e sempre que participarem das mesmas terão os mesmos direitos dos demais membros do Colegiado.

§ 4º - O Presidente do Colegiado nomeará um membro para atuar como Secretário do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Artigo 2º - Compete ao Colegiado de Curso:

I - propor medidas para aperfeiçoar a formação continuada do corpo docente e o perfil de formação profissional de cada curso, em função de suas características profissionais e sociais;

II - analisar e propor, para aprovação cursos extraordinários, seminários ou conferências, julgados necessários ou úteis à formação profissional dos discentes;

III- propor medidas para o aperfeiçoamento do Ensino, da Investigação Científica e da Extensão estruturando orçamento específico;

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino em consonância com o Núcleo Docente Estruturante - NDE;

V - exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Interno da IES, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.

VI - promover a identificação e sintonia com os demais cursos da Instituição.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Artigo 3º - A presidência do Colegiado de Curso é exercida pelo (a) Coordenador (a) do Curso.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do(a) Coordenador(a) de Curso a presidência das reuniões será exercida por docente/tutor docente que ocupe atividade de Coordenação Adjunta.

Artigo 4º - São atribuições do(a) Presidente, além de outras expressas neste regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

I - convocar e presidir as sessões;

II - cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

III - manter a ordem;

IV - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior; V - anunciar a pauta e o número de membros presentes;

VI – Conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;

VII - decidir as questões de ordem; VIII – submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação.

XIX - fazer organizar, sob a sua responsabilidade e coordenação, a pauta da sessão seguinte, anunciá-la se for o caso, ao término dos trabalhos;

X - convocar sessões extraordinárias e solenes;

Xi - julgar os motivos apresentados pelos membros do Colegiado para justificar sua ausência às sessões.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

Artigo 5º - O Colegiado de Curso funciona em sessão plenária, com a maioria de seus membros, reunindo-se ordinariamente 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo(a) seu(ua) Presidente, por sua própria iniciativa ou a requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - A convocação é feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º - Em caso de urgência, a critério do(a) Presidente do Colegiado, a convocação pode ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - A ausência de representantes de determinada categoria ou classe não impede o funcionamento do Colegiado, nem invalida as decisões.

Artigo 6º - É obrigatória, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso, vedada qualquer forma de representação.

§ 1º- A ausência de membros a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo período letivo pode acarretar a advertência, salvo impedimento previsto na legislação ou exercício comprovado de atividade permanente no mesmo horário em outra instituição, ou outra justificativa escrita aceita pelo(a) seu(ua) presidente.

§ 2º - A cessação do vínculo empregatício, bem como afastamentos das atividades docentes e, ou técnico-administrativas, independentemente do motivo, acarretam a perda de representação no respectivo Colegiado.

Artigo 7º - O Colegiado de Curso funciona, para deliberar, com maioria de seus membros, e as decisões são tomadas por maioria dos votos presentes.

Parágrafo Único – O(A) Presidente, além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate, independentemente do previsto no parágrafo anterior.

Artigo 8º - Verificado o quórum mínimo exigido, instala-se a reunião e os trabalhos seguem a ordem abaixo elencada:

a) apreciação e votação da ata da reunião anterior;
b) apresentação da pauta;
c) leitura, discussão e votação dos assuntos incluídos na pauta;
d) encerramento, com eventual designação da pauta da reunião seguinte.

Parágrafo Único - Mediante aprovação do Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro, pode o(a) Presidente inverter a ordem dos trabalhos, ou atribuir urgência a determinados assuntos dentre os constantes da pauta.

Artigo 9º - De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

Parágrafo único - As Atas do Colegiado, após sua aprovação, são registradas e arquivadas na Coordenação de cada Curso, com livre acesso dos membros do Colegiado.

Artigo 10 - Das decisões do Colegiado de Curso cabe recurso a instâncias superiores.

§ 1º - As decisões do Colegiado de Curso são encaminhadas pelo Presidente do Colegiado e pelo Secretário diretamente à Diretoria da IES e a Coordenação Geral de Cursos, mediante protocolo.

§ 2º - A Diretoria da IES e a Coordenação Geral de Cursos terão até a reunião seguinte do Colegiado de Curso para emitir as devolutivas referentes as decisões do Colegiado de Curso, que serão expostas na reunião do Colegiado de Curso.

§ 3º - Cabe ao Presidente do Colegiado e ao Secretário o acompanhamento do fluxo deliberativo e execução dos processos e decisões do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 – Com vistas a implementação e ajustes nas práticas de gestão do Colegiado de Curso, o mesmo se submeterá avaliação periódica sobre seu desempenho.

Artigo 12 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 13 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

3.16 Núcleo Docente Estruturante:

Conforme legislação específica e diretrizes do MEC, todos os Cursos de graduação da IES dispõem de Núcleos Docentes Estruturantes, previstos no Regimento Interno da IES, que atuam rigorosamente na concepção e consecução dos respectivos PPC em reuniões periódicas e discussões virtuais, conforme Atas disponíveis.

Os NDE dos Cursos possuem, no mínimo, 05 docentes/tutores docentes do curso, seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial, sendo no mínimo de 20% em tempo integral, e pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*. Têm o coordenador de curso como integrante, atuam no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

Dessa forma, os integrantes do NDE se reúnem regularmente para fins de análise, idealização, deliberação e construção de procedimentos acadêmicos referentes ao Curso, que foram contemplados na concepção final do mesmo, conforme registros em Ata do que é deliberado, tudo conforme prevê o **Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da IES,** que segue abaixo:

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1° - O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação ofertados pela IES.

Artigo 2° - O Núcleo Docente Estruturante é órgão consultivo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico, e tem por finalidade a implantação, avaliação, consolidação e contínua atualização dos Cursos, observando-se as políticas e normas da Instituição.

CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO E TITULAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Artigo 3°- O Núcleo Docente Estruturante - NDE será constituído por, no mínimo, 05 (cinco) membros, dentre os quais:

I - O Coordenador do Curso, seu Presidente;

II - Docentes/Tutores Docentes do Quadro Docente permanente do curso e que atuem efetivamente em seu desenvolvimento;

§ 1º - Pelo menos 60% de seus membros, incluído o Presidente, devem possuir titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;

§ 2º - Com vistas ao planejamento para que haja permanência de seus membros até o ato regulatório seguinte, o mandato previsto do NDE é de 03 (três) anos para 50% dos membros e de 06 (seis) anos para 50% dos membros.

§ 3º - A cada 03 (três) anos só há a substituição de metade de seus membros, ficando a outra metade por 06 (seis) anos, perfazendo a manutenção de metade dos membros até os atos regulatórios subsequentes.

§ 4º - Todos os seus membros devem ter Regime de Trabalho Parcial ou Integral, sendo 20%, obrigatoriamente, em Regime Integral;

§ 5º - Os membros do NDE serão indicados pelo seu Presidente, sendo nomeados pelo Pró-Reitor respectivo da IES;

§ 6º - A definição dos novos membros do NDE deverá ocorrer com pelo menos 60 (sessenta dias) do término do mandato dos representantes vigentes.

Artigo 4° - O membro cuja ausência ultrapassar três reuniões sucessivas ordinárias ou extraordinárias, ou cinco ao longo do semestre, poderá ter sua participação revisada, ouvida a Coordenação respectiva.

§1°. O Presidente, quando se fizer necessário, será substituído nas faltas e impedimentos por membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE por ele designado.

CAPÍTULO III
ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Artigo 5°- São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

II - Acompanhar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;

III - Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pela Coordenação do Curso;

IV - Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

V - Estabelecer as categorias de atividades e estudos a serem reconhecidos e homologados como atividades complementares;

VI - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

VII - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas ao curso;

VIII - Zelar pelo fiel cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de graduação pertinente;

XIX - Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas;

X - Propor alterações no Regulamento do NDE.

CAPÍTULO IV
ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Artigo 6°- Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

I- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II - Representar o NDE junto aos demais órgãos da instituição;

III - Encaminhar as deliberações do NDE para os órgãos competentes;

IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;

V Submeter à apreciação e aprovação do NDE a ata da sessão anterior;

VI - Dar posse aos membros do NDE;

VII - Coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

VIII - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO V
FUNCIONAMENTO DO NDE

Artigo 7°- O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no mínimo 02 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Parágrafo Único - A convocação para as reuniões do NDE deverá ocorrer com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Artigo 8°- As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Artigo 9º - A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

a) Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;

b) Expediente;

c) Ordem do dia;

d) outros assuntos de interesse geral.

§1°- Das reuniões, será lavrada uma ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes na reunião.

§2°- As atas acima referidas poderão ser digitalizadas, desde que observadas todas as formalidades necessárias.

§3°- As reuniões do NDE serão secretariadas por um de seus membros, designado no ato pelo Presidente em cada reunião, a quem caberá a lavratura da ata.

Artigo 10 - Não serão admitidos votos por procuração ou qualquer outra forma de representação.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação respectiva ou em caso de eventual impossibilidade, por órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Artigo 12 - O presente Regulamento entra em vigor na data da aprovação do

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, revogando-se as disposições em contrário.

3.17 Equipe Multidisciplinar e Plano de Ação:

A Equipe Multidisciplinar da UNIDOMPEDRO foi constituída em 2009 para realizar a construção da proposta pedagógica e tecnológica da modalidade a distância a ser implantada na IES. É composta por docentes e profissionais de diversas áreas do conhecimento, responsáveis pela concepção, validação, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a modalidade a distância da UNIDOMPEDRO, conforme prevê o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, documentado e implementado, com processos de trabalho formalizados, conforme apresentado abaixo.

Dispomos de conteúdos virtuais de aprendizagem que são produzidos e fornecidos por empresas especializadas com know-how comprovado. Esses materiais didáticos e de aprendizagem virtual são validados pela Equipe Multidisciplinar da IES, que conta com docentes e demais profissionais altamente experientes em EaD para conduzir o processo e validar os conteúdos.

Para produção interna de materiais didáticos e de aprendizagem virtual, a Equipe Multidisciplinar conta com docentes e demais profissionais das áreas de formação técnica, tais como webdesigners, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc., além de outros técnicos que são colaboradores da IES, terceirizados ou prestadores de serviço, e que atuam de forma complementar ao processo, bem como, contamos ainda com empresas terceirizadas que atuam na prestação de serviço técnico.

Para a implantação da modalidade a distância na IES, constituímos a Equipe Multidisciplinar em 2009 e elaboramos um Plano de Ação para balizar as atividades de elaboração da proposta de EaD.

Na verdade, esse caminho foi iniciado com a elaboração de estruturas físicas, administrativas, tecnológicas, pedagógicas e de acessibilidade para a realização de cursos de extensão, atividades complementares, cursos livres, capacitação interna, disciplinas em EaD do percentual de 20 %.

Tal experiência lançou as bases para que a Equipe Multidisciplinar pudesse iniciar a ampliação da proposta com vistas ao Credenciamento institucional para atuar na modalidade a distância.

Para tanto, o Plano de Ação busca atender às especificidades da metodologia em EaD, tendo como parâmetro o conjunto de atributos que viabilizem a utilização dos recursos de aprendizagem por parte do aluno, conforme segue abaixo:

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

No desenvolvimento das estratégias de aprendizagem da metodologia de ensino, foi levado em conta o seu produto final, ou seja, os fins a serem atingidos, com vistas à criação de meios e recursos disponíveis para orientar, informar e conduzir os usuários na interação com o conteúdo e, por conseguinte, com o aprendizado, se valendo, inclusive, de metodologias ativas, conforme os aspectos referenciais de qualidade da Equipe Multidisciplinar:

- Currículos atualizados, flexíveis e focados em habilidades e competências pertinentes às atribuições da Equipe Multidisciplinar dos seus integrantes;
- Qualidade do material didático e da infraestrutura do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Facilidade e otimização no acesso virtual para os usuários;
- Metodologias ativas e efetivas de aprendizagem na EaD;
- Estratégias que proporcionem situações desafiadoras ao processo de aprendizagem, tais como gamificação;
- Gestão, logística e controle constantes;
- Avaliação contínua da aprendizagem e do processo de ensino e prendizagem;
- Atenção especial paraportadores de necessidades especiais, com estratégias e recursos que viabilizem a acessibilidade.

Instancias de elaboração e ação dos envolvidos do Plano de Ação: (i) Desenvolvimento; (ii) Avaliação; e (iii) Revisão: esse processo formou um mecanismo sistemático e cíclico, se sucedendo e retornando ao início num processo dialético constante, com vistas a constituir e rever sempre a proposta pedagógica de EaD e seus respectivos cursos no âmbito da IES.

Engloba também a identificação das necessidades da comunidade, conhecimento do público-alvo e identificação das habilidades e competências gerais e específicas a serem desenvolvidas.

Após o desenvolvimento dos objetivos, do entendimento da proposta pedagógica, escolha dos cursos, conhecimento do público-alvo e das regiões a

serem contempladas, foi criado um protótipo inicial da proposta, que ainda seria revisto e revisado novamente.

Depois da seleção e definição dos docentes, sendo todos com longa experiência em EaD, o passo seguinte da Equipe Multidisciplinar foi constituir o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), desenvolvido por profissionais próprios com larga experiência tecnológica e pedagógica. Na sequência, a Equipe Multidisciplinar selecionou o conteúdo virtual do Curso, inclusive livro texto, Vídeo Aulas e demais materiais de aprendizagem

virtual, que iriam compor o AVA. Assim, foi organizado e desenvolvido o conteúdo do curso e inserido nas estratégias de aprendizagem em EaD da IES.

Para o aprendizado de toda equipe de coordenadores, tutores docentes, e tutores, destaca-se que periodicamente é realizado um curso de atualização para docentes sobre tecnologias educacionais e suas ferramentas na construção da web aula e sobre a elaboração do material didático interativo.

Vale salientar também que, durante o desenvolvimento do conteúdo do curso, a construção dos elementos que constituem a estratégia de aprendizagem a distância foi de fundamental importância para a Equipe Multidisciplinar e para os tutores docentes, tais como os exemplos a serem utilizados, a elaboração das atividades, exercícios e avaliações a serem aplicadas, já que tal elaboração foi suplantada pelo estudo e direcionamento do público-alvo e do perfil do egresso, o que enriqueceu a proposta, conhecimento e o comprometimento de todos!

3.18 Comitê de Ética em Pesquisa:

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é uma instância interdisciplinar e independente, vinculado ao Centro Universitário Dom Pedro II, com *múnus* público, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Têm por finalidade fazer cumprir as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos no âmbito da UNIDOMPEDRO, nos termos da Resolução do CNS nº 466 /12, de 12 de dezembro de 2012, e suas complementares do CNS/MS.

O CEP UNIDOMPEDRO é um órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, devendo realizar a apreciação ética das pesquisas. Dessa forma, a análise ética de qualquer projeto de pesquisa será realizada em conformidade com padrões metodológicos e científicos reconhecidos.

Ao CEP UNIDOMPEDRO compete regulamentar, analisar e deliberar a realização de pesquisa envolvendo seres humanos atribuídos ao complexo compreendido pelo Centro Universitário Dom Pedro II, de acordo com as propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas envolvendo Seres Humanos (Conselho das Organizações das Ciências Médicas – CIOMS/OMS, Genebra, 1981, 1983 e Resolução do CNS nº 466 /12 e nº 510/16).

No caso de pesquisas com grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante do grupo, como membro *ad hoc* do CEP UNIDOMPEDRO, para participar da análise do projeto específico.

O CEP UNIDOMPEDRO é composto pelo coordenador, secretária executiva,

membros titulares e seus respectivos suplentes indicados pelos diretores da Unidade, aprovados pelos membros do Comitê, para posterior homologação através da Portaria do Reitor do CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM PEDRO II, respeitadas as recomendações contidas nas normas vigentes.

O CEP UNIDOMPEDRO é também constituído por colegiado com número mínimo de 7 (sete) membros, incluindo profissionais das ciências da saúde, exatas, biológicas, sociais e humanas e, um membro da comunidade como Representante de Participantes de Pesquisa (RPP). O CEP UNIDOMPEDRO tem caráter multiprofissional e transdisciplinar, não devendo haver mais que a metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional e, contar na sua composição com pessoas de ambos os gêneros. Poderá, ainda, contar com consultores ad hoc, pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

3.19 Projeto Formação e Carreira (teoria x prática / extensão / iniciação a pesquisa / Interdisciplinaridade):

Na UNIDOMPEDRO, o olhar e a atenção para a dialética que se estabelece **entre a teoria, a pesquisa e a prática extensionista** fundamentam os processos que possibilitam a formação dos estudantes, em cada um dos cursos aqui ofertados.

Tal preocupação, que é pauta de diferentes estudos na contemporaneidade, tais como de Pimenta e Schön, é evidenciada nos componentes curriculares e se fortalece nos diferentes Projetos de Formação e Carreira, propostos na Matriz curricular de cada Curso, **se constituindo uma metodologia ativa, inovadora e exitosa!**

Os Projetos de Formação e Carreira em nossa instituição, enquanto, inclusive, atividade de **extensão curricularizada**, se fundamentam no diálogo entre a **teoria e a prática e a interdisciplinaridade**, e têm por objetivo proporcionar a cada estudante a análise e a reflexão necessárias à tomada de decisões, em ações desenvolvidas em cada projeto, pautadas nos saberes apreendidos nos componentes curriculares cursados a cada semestre. Todas as atividades propostas, a despeito de minuciosamente descritas em sequencias didáticas, abrem espaço para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da interdisciplinaridade, através, inclusive, da pesquisa e da extensão, pois buscam instigar os estudantes a exercerem a autonomia criativa, considerando a realidade da sua futura profissão.

Em linhas gerais, os Projetos de Formação e Carreira, que são desenvolvidos ao longo de cada semestre integrando as disciplinas de forma transdisciplinar, consistem em ações fundamentadas no diálogo entre a **teoria, a iniciação a pesquisa e prática, de forma interdisciplinar.** O *lócus* desse diálogo é o futuro campo de atuação profissional

de cada estudante, na perspectiva não somente de refletir sobre os desafios verificados nesses espaços, mas na busca por alternativas para resolve-los. Para tal, os estudantes são instigados a revisitarem e ampliarem as teorias já estudadas e em estudo e a trilharem os caminhos da pesquisa, com a necessária autonomia e com o apoio da orientação dos tutores e professores.

Assim sendo, o objetivo dos Projetos de Formação de Carreira é possibilitar aos estudantes o exercício da ação-reflexão-ação, fundamentado no diálogo entre a **teoria, a iniciação a pesquisa e a prática, de forma interdisciplinar**, através da elaboração de propostas que respondam aos desafios verificados em sua futura profissão.

Coerentes com as etapas do projeto, cada Projeto de Formação de Carreira culmina com a apresentação dos resultados, que pode ser sintetizada em artigos, mídias eletrônicas ou comunicações orais, conforme orientação contidas no planejamento de cada curso. A ideia é que o estudante ao socializar os resultados, não somente atue na realidade de sua futura área de atuação profissional, no que se refere à busca por soluções dos possíveis desafios, mas interaja com o *lócus* da pesquisa, vivenciando todas etapas, lacunas e possiblidades desse processo, em uma perspectiva, sobretudo, da prática. Neste contexto, o intuito é que o estudante não somente compreenda a realidade do seu futuro campo de atuação, mas identifique os caminhos para transformar os desafios em oportunidades.

Os Projetos de Formação e Carreira buscam fomentar as aprendizagens dos estudantes fundamentadas na perspectiva do desenvolvimento das habilidades e competências evidenciadas nas Diretrizes Curriculares de cada curso. Assim sendo, os Projetos de Formação e Carreira contidos nas matrizes dos cursos, como componentes curriculares institucionais, buscam possibilitar ao educando refletir, planejar e intervir, a partir da realidade verificada em seu futuro campo de atuação profissional, tendo como base uma proposta de ação por ele elaborada, individualmente ou em grupo, sob orientação do/a tutor/a e do/a professor/a.

Dessa forma, todas as ações, fundamentadas em pesquisas e nas teorias estudadas **promovem o diálogo entre os componentes curriculares gerando a interdisciplinaridade**, e se voltam à resolução de um problema real observado em seu território de atuação, seja no âmbito da clínica, em áreas de construções e urbanismo, assistenciais, instituições educacionais ou de organizações governamentais ou não governamentais.

Nesta perspectiva, os estudos propostos nos projetos, são fundamentados nos princípios da pesquisa-ação, que são de base empírica e buscam ampliar a relação entre a teoria e a prática, através da resolução de desafios verificados pelos estudantes. A pesquisa-ação, em linhas gerais, consiste na investigação e na ação através de estratégias de pesquisa, para informar a ação que se decide tomar para melhorar a

prática. Para tal, como diz Thiollent (1985, p.16), “é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”.

Assim sendo, demanda na relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo, sempre atuante e opinante sobre o cotidiano, sem tomar as decisões pelo coletivo. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/complementaridade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados ou informações (THIOLLENT, 1985).

O Projeto de Formação de Carreira é parte integrante da avaliação do educando, haja vista que é um projeto de intervenção como o próprio nome alude, fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação (THIOLLENT,1985), oportunizam aos sujeitos pesquisarem sua própria prática e produzirem novos conhecimentos e, ao fazê-lo, apropriam-se e resignificam sua prática, produzindo novos compromissos, de cunho crítico, com a realidade em que atuam.

Nos projetos os estudantes são estimulados a resolverem os problemas de forma cooperativa ou participativa, haja vista que as propostas de intervenção podem ser realizadas individualmente ou em grupo, sempre com auxílio e a orientação do tutor e do professor. O *lócus* da ação planejada é o futuro campo de atuação profissional do estudante, podendo ser, assim, hospitais, clínicas, instituições educacionais ou organizações governamentais da indústria, construção civil, comércio ou prestação de serviços.

A concepção e execução deste projeto é consubstanciada no **Projeto Formação de Carreira - Proposta, Orientações e Procedimentos**, onde consta o embasamento da proposta e todos os procedimentos operacionais para sua execução.

3.20 Procedimentos constituídos frente a Pandemia da COVID 19:

Com o advento da **COVID 19**, a partir de 1º de abril de 2020, a UNIDOMPEDRO providenciou e constituiu todos os procedimentos recomendados e necessários para segurança da sua comunidade acadêmica, conforme normatização das autoridades públicas no sentido geral, e do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação no que era pertinente ao ensino nas modalidades presencial e a distância.

Dessa forma, o ensino na modalidade presencial adotou um modelo remoto de ensino aprendizagem, o que perdura parcialmente até o 1º semestre de 2022. As atividades práticas foram adaptadas, postergadas e realizadas de forma alternativa, seguinte os limites normatizados pelos órgãos públicos e educacionais.

Na modalidade a distância, as atividades presenciais e/ou práticas previstas também foram realizadas de forma alternativa, inclusive a prova presencial, realizada no formato *on line*.

Portanto, vale salientar que para o **enfrentamento à pandemia da COVID 19** foi constituído um modelo remoto de ensino aprendizagem, mediante a adaptação dos procedimentos para viabilizar a continuidade do processo educacional e de todos os procedimentos inerentes ao administrativo e ao acadêmico institucional, buscando sempre manter a qualidade do mesmo, a consecução do processo de ensino aprendizagem e a formação do perfil do egresso, se valendo, principalmente, de todas as estratégias e metodologias pedagógicas, equipes de docentes e colaboradores, infra estruturas e todos os recursos já utilizados e consolidados na modalidade a distância da IES.

4. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA IES:

Para atuar na modalidade EAD, a Instituição promoveu uma ampla e profunda adequação nas estruturas, metodologias e processos envolvendo o **ensino presencial e a distância**, buscando uma integração em ambas as modalidades para que houvesse sinergia entre processos e procedimentos acadêmicos e administrativos, inclusive em nível de estudos, programas, estágios, atividades complementares, material didático-pedagógico e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo com a inclusão, inclusive, de tutores docentes e tutores.

Para tanto, instituiu Núcleo de Educação à Distância (NEad) na estrutura organizacional da IES, que desenvolveu e implantou o Portal e-dom, plataforma customizada do Moodle para a realização da EaD no âmbito institucional. Assim, desde 2008 com o Reconhecimento dos primeiros cursos de graduação, que a IES realiza EaD com suporte legal à época da Portaria MEC nº 4.059/2004, desenvolvendo toda uma estrutura física, administrativa e pedagógica para esse fim, com Equipe Multidisciplinar. Atualmente, nosso Ambiente Virtuasl de Asprendizagem utiliza a Plataforma Open LMS, dispondo de conteúdos do Grupo A – SAGAH, conjugados a conteúdos produzidos internamente, tudo validado e/ou criado pela Equipe Multidisciplinar.

Dessa forma, consonante ao planejamento da Mantenedora quanto ao Credenciamento da IES para atuar no âmbito da EaD, a Equipe Multidisciplinar, junto com os NDE/Colegiados, ampliou e otimizou as estruturas físicas, administrativas e pedagógicas, selecionou e capacitou os docentes e tutores, adaptou as estruturas dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação, e adequou os fundamentos do Projeto Pedagógico Institucional/Organização Didático Pedagógica da Instituição.

Vale salientar que, na nova organização didático-pedagógica e administrativa atual da Instituição, o NEad – Núcleo de Educação a Distância passou a condição de Diretoria de Educação à Distância.

A partir desse planejamento, a IES adequou e consolidou o projeto pedagógico para EaD, constituído a partir do modelo pedagógico e a organização didático-pedagógica já existente há mais dez anos na instituição no âmbito da educação presencial. Tal proposta contempla o que propõe Paulo Alcântara Gomes, no Capítulo "Uma visão estratégica da Educação Corporativa", no livro "Desenvolvendo e gerenciando competências" – de Fátima Bayma (org), Pearson Prentice Hall, 2004:

A nova educação superior deve contemplar inicialmente a flexibilização curricular, capaz de permitir uma formação interdisciplinar com uma certa transversalidade sobre as várias áreas do conhecimento, que privilegie as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional e se constituam em estímulo constante à educação continuada.

Vale salientar que o **Projeto Pedagógico Institucional**, e a **Organização Didático Pedagógica**, devidamente adequados **para a implantação e funcionamento da modalidade a distância**, são aplicáveis em tudo na modalidade a distância da IES, inclusive, no que couber, também aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Dessa forma, a IES consolidou princípios pedagógicos que norteiam sua ação inovadora no âmbito presencial e a distância, conforme segue:

- Estabelecimento de mecanismos de articulação entre gestão, ensino, iniciação à pesquisa e extensão, onde a gestão acadêmico-administrativa harmonize as suas atividades-fins, desenvolvendo ações inovadoras e metodologias ativas que viabilizem as funções do ensino, da iniciação à pesquisa, de extensão, da teoria x prática, e da interdisciplinaridade, tais como o Projeto de Formação e Carreira, enquanto atividade de **extensão curricularizada**;
- Constituição de currículos flexíveis focados em habilidade e competências fundamentais para o exercício profissional, suplantados pela interdisciplinaridade que viabilize uma formação técnico-profissional agregada a formação humana, inclusive com inclusão para portadores de necessidades especiais;
- Atualização constante dos currículos mediante as diretrizes curriculares dos cursos graduação e técnicos presenciais e a distância, com reformulações periódicas dos currículos e dos programas de ensino de acordo com o processo de transformação cultural e social, observando as normas do MEC;
- Viabilização de educação continuada mediante a oferta de cursos de extensão e de pós-graduação que se conjuguem a formação graduada no sentido de promover uma constante interação com o conhecimento, buscando sempre disponibilizar uma formação técnico-profissional e humana sintonizada com o contexto socioeconômico;
- Consolidação do processo de avaliação institucional, de maneira que o mesmo possa conduzir a melhora da qualidade da instituição como um todo, articulando e mantendo formalizados todos os programas de auto avaliação que envolva a comunidade acadêmica (docentes/tutores docentes, tutores, discentes e técnico-administrativos), utilizando- se de procedimentos metodológicos adequados;
- Ampliação dos programas de desenvolvimento e qualificação de pessoal, viabilizando a constante atualização e capacitação de docentes/tutores docentes, tutores e técnico- administrativos, como mecanismo que propicie, inclusive, a valorização de nossos colaboradores;
- Interação continua com a comunidade, sob o princípio de que o ensino superior e o ensio técnico se constituem importantes veículo de transformação social, disponibilizando a sociedade as potencialidades acadêmicas e sociais da IES, por meio

de eventos e atividades de extensão e complementares, mediante convênios e parcerias com organizações de diferentes setores, para disseminar conhecimentos, desenvolver tecnologias, e difundir e preservar a cultura e o patrimônio.

Destarte, apresentamos abaixo o histórico e as principais adequações e definições que sustentam a proposta de oferta de educação na modalidade à distância na IES, que se associam e se adéquam a modalidade presencial:

4.1 Histórico, Implantação e Funcionamento:

O desenvolvimento da EAD na IES foi pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e nos princípios legais vigentes à época de sua implantação, principalmente o Decreto nº 5.622/2005, que regulamentava o art. 80 da LDB referente a educação a distância no Brasil, além de outras legislações correlatas.

Atualmente, continua pautado na LDB e em novos princípios legais vigentes: o Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da LDB referente a educação a distância no Brasil; a Portaria Normativa nº 11/2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância; a Resolução CNE/CES nº 01/2016, que estabelece o novo marco legal da EaD no Brasil: “Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância”; a Portaria MEC nº 2.117/2019, que versa sobre a inclusão de até 40% de disciplinas EaD nos cursos de graduação; a Resolução CNE/CES Nº 1/2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, além de legislações correlatas.

Conforme Decreto nº 9.057/2017, a educação a distância é definida como:

> Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Dentro dessa perspectiva, observando todos os princípios legais e normativos, associados às diretrizes curriculares dos cursos de graduação, foram elaboradas as propostas e estratégias pedagógicas institucionais e dos cursos de graduação a distância da IES.

Vale salientar que no processo de ensino aprendizagem na modalidade a distãncia são utilizadas todas as metodologias previstas no **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**, bem como, todas as políticas propostas e a **Organização Didático Pedagógica da Instituição**, inclusive as **metodologias ativas.**

O EaD na UNIDOMPEDRO foi iniciado em 2008 com a elaboração de estruturas físicas, administrativas e pedagógicas para a realização de 20% de educação a distância nos cursos de graduação presencial da IES (Reconhecidos), conforme Portaria MEC nº 4.059/2004, que vigorava à época. Tal experiência lançou as bases para que a Equipe Multidisciplinar pudesse iniciar a ampliação da proposta com vistas ao Credenciamento institucional e Autorização de cursos.

Para tanto, buscou-se atender às especificidades da metodologia em EaD, tendo como parâmetro o conjunto de atributos que viabilizem a utilização dos recursos de aprendizagem por parte do aluno, levando-se em consideração os seguintes aspectos: currículos atualizados, flexíveis e focados em habilidades e competências, qualidade do material didático e da infraestrutura do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA), facilidade no acesso virtual, otimização da distribuição de material impresso, metodologias ativas e efetivas de aprendizagem, estratégias inovadoras que proporcionem situações desafiadoras ao processo de aprendizagem, gestão e controle constante, avaliação continua da aprendizagem e do processo de ensino e aprendizagem, inclusive para portadores de necessidades especiais.

No desenvolvimento das estratégias de aprendizagem, foi levado em conta o seu produto final, ou seja, os fins a serem atingidos, com vistas à criação de meios e recursos disponíveis para orientar, informar e conduzir o usuário na interação com o conteúdo e, por conseguinte, com o aprendizado. Essas especificidades incluem a previsão de atributos como: presteza, localização, feedback, elegibilidade e consistência.

Para tanto, a gestão da EaD pela Equipe Multidisciplinar pressupõe as seguintes instancias de elaboração:

- Desenvolvimento;
- Avaliação;
- Revisão; e
- Validação.

Esse processo forma um mecanismo sistemático e cíclico, se sucedendo e retornando ao início num processo dialético constante, com vistas a constituir e rever sempre a proposta pedagógica do EaD e seus respectivos cursos no âmbito da IES. Engloba também a identificação das necessidades da comunidade, conhecimento do público-alvo e identificação das habilidade e competências gerais e básicas a serem desenvolvidas.

Após o desenvolvimento dos objetivos, do entendimento da proposta pedagógica, escolha dos cursos, conhecimento do público-alvo e das regiões a serem contempladas, foi criado o protótipo inicial da proposta, que ainda seria revisto e revisado novamente. Após aseleção e definição dos tutores docentes, o passo seguinte foi organizar e desenvolver o conteúdo do curso e inseri-las nas estratégias de aprendizagem a distância da IES.

Faz parte dessa etapa a oficina de elaboração de material impresso oferecida aos professores e professores conteudistas para reorganizar, revisar e refinar o esboço do conteúdo. Destaca-se que periodicamente é realizado um curso de atualização para docentes sobre tecnologias educacionais e suas ferramentas na construção da web aula e sobre a elaboração do material didático interativo.

Vale salientar que, durante a seleção e desenvolvimento do conteúdo dos cursos, a construção dos elementos que constituem a estratégia de aprendizagem a distância foi de fundamental importância para a Equipe Multidisciplinar, professores e professores conteudistas, tais como os exemplos a serem utilizados, a elaboração das atividades, exercícios e avaliações a serem aplicadas, já que tal elaboração foi suplantada pelo estudo e direcionamento do público-alvo e do perfil do egresso, o que enriqueceu a proposta, conhecimento e o comprometimento de todos!

Vale salientar que em 2015, quando do Credenciamento da IES para educação a distância, quando obtivemos o Conceito Institucional 5 (cinco), optamos pela produção de todo o material internamente, sob a condução e aprovação da Equipe Multidisciplinar, inclusive utilizando nosso estudio de gravação. Na sequência do EaD até os dias atuais, temos utilizado o modelo híbrido, ou seja, com parceiros de produção de conteúdo conjugados a produção complementar própria.

Para sintetizar as atividades realizadas na elaboração pedagógica da proposta de EaD e na elaboração constante de seus respectivos cursos, adotamos um modelo de gestão com planejamento de exceção em 07 (sete) etapas, sendo assim distribuídas para melhor entendimento:

- **Etapa 1:** Coleta de materiais e capacitação dos professores: nessa etapa define- se em reunião do NDE com a Equipe Multidisciplinar a programação da proposta pedagógica do curso, elaborando o ementário composto pelos conteúdos para o desenvolvimento das competências e habilidades a serem trabalhadas. Com base no programa de ensino do professor é desenvolvida a capacitação, por meio de oficina de criação de textos, com a finalidade de preparar o material a ser utilizado a distância. A equipe do EAD apresenta algumas possibilidades de desenvolvimento e adaptação ao sistema AVA, e orienta sobre as ferramentas que podem ser utilizadas. A preocupação da IES também está em oferecer a formação continuada, visando a preparar os professores

para transformar a educação à distância em verdadeiras salas de aulas virtuais;

- **Etapa 2:** Aprovação da proposta: apresenta-se a Equipe Multidisciplinar responsável pela disciplina o escopo definido com propósito de aprovação da proposta. Nessa fase, realizam-se as alterações necessárias com vistas à definição da disciplina, com a participação do NDE do curso;
- **Etapa 3:** Texto-base: com a definição da engenharia do curso já proposta e da disciplina, incorpora-se o texto-base que passa novamente por validação junto a Equipe Multidisciplinar.

A partir desse ponto, o Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), a Equipe Multidisciplinar e os professores interagem para definir estratégias didáticas, comunicacionais e tecnológicas para a configuração final do curso.

- **Etapa 4:** Sinopse: a configuração do curso gera a sua sinopse, uma espécie de primeira prova que será novamente colocada em validação. Em caso de aprovação, estabelece-se o roteiro de execução e em caso negativo, retoma-se o processo de definição das estratégias no sentido de providenciar as alterações que se fizerem necessárias ou desenvolver aspectos inovadores e não previstos anteriormente;
- **Etapa 5:** Roteiro: de posse do roteiro do curso, é realizada sua apresentação final e a sua disponibilização para os formatos impresso e on-line;
- **Etapa 6:** Homologação: aprovação da Coordenação e do NDE do curso;
- **Etapa 7:** Avaliação com usuário: a avaliação é realizada diretamente com o usuário em forma de pré-teste quando busca sujeitos com as mesmas características do público- alvo ao qual se destina o curso. Em alguns casos, a pedido do professor conteudistas e dos tutores docentes, parte do curso é testado diretamente com o público-alvo.

Por fim, após ciclos de desenvolvimento, avaliação e revisão, tendo como base principalmente os anos de realização de educação a distância no âmbito da graduação presencial da IES, foram ampliadas e elaboradas as estruturas físicas e os procedimentos administrativos e pedagógicos, descritos nos itens a seguir:

4.2 **Regime Acadêmico e Matriculas:**

Os Cursos de graduação e técnicos EaD têm o mesmo regime de aulas da modalidade presencial, ou seja, o semestral seriado, com matriculas realizadas pelos discente a cada semestre. Inicialmente a oferta das disciplinas do semestre era realizada em bloco, entretanto, **inovamos nossa proposta com a consituição do modelo**

modular, onde é disponibilizado ao aluno uma disciplina por vez, o que pode ser adotado a critério das Coordenações de Curso.

Os semestres se iniciam com encontros presenciais, onde os alunos se reúnem, têm treinamentos e orientações em relação ao uso do ambiente de aprendizagem, recebem formação básica na área de EaD quanto aos aspectos conceituais, legais e logísticos, recebem materiais de aprendizagem e de normatização do Curso (Livro Texto e Manual do Aluno), tem contato presencial com a Coordenação, tutores docentes e tutores quando necessário, etc. **Atualmente, devido a pandemia da COVID 19, toda a intereção é *on line*.**

4.3 **Definição de Papeis na Educação a Distância da IES:**

- **Diretoria de Educação a Distância:** a partir da estrutura do NEaD, foi constituída essa diretoria no âmbito administrativo-organizacional da IES. A Diretora de EaD é responsável pela execução e controle de toda a política de educação a distância da IES. Fica disponível na Sede, virtualmente e no Polo esporadicamente. Sua presença no encontro presencial e/ou em datas previamente estabelecidas poderá ocorrer mediante demanda especifica do Curso e dos alunos, ou por iniciativa da própria Direção. Com o Credenciamento do Centro Universitário;
- **Coordenador Geral Acadêmico:** é representado por um docente com ampla experiência na modalidade que tem sob sua responsabilidade, Colaborar, juntamente com a Assessoria Acadêmica, com os coordenadores de curso e os respectivos NDE's, na construção dos Projetos Pedagógicos, com vistas ao atendimento da regulamentação institucional e legal; Cuidar, juntamente com as coordenações, para que as informações junto ao MEC estejam de acordo com a legislação vigente e sejam cumpridas no cotidiano dos cursos; Dentre outras responsabilidades;
- **Assessoria Pedagógica:** Cabe a Assessoria pedagógica, designado pela Diretoria Acadêmica de Educação a Distância: Colaborar com os coordenadores na construção dos projetos pedagógicos dos cursos, em diálogo com a Gerência de Desenvolvimento de Cursos, com vistas ao atendimento da regulamentação institucional e legal, dentre outras atribuições;
- **Colegiado:** é composto por todos os docentes que atuam em determinado curso da modalidade de educação a distância, e tem as mesmas funções e competências regimentais previstas para o Colegiado presencial;
- **NDE:** o Núcleo Docente Estruturante foi constituído também para cada curso a distância da IES. Encarrega-se de conceber a proposta pedagógica do curso e auxiliar a Coordenação do Curso na execução da mesma;

- **Corpo Docente:** composto por Coordenadores, Tutores Docentes e Professores Conteudistas (da IES ou dos parceiros)**.** Dessa forma, são os profissionais da educação que atuam como autor de materiais didáticos, coordenador de curso, professor responsável por disciplina, e outras funções que envolvam o conhecimento de conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, junto aos estudantes;
- **Coordenação de Curso:** responsável pela gestão do mesmo, viabilizando a consecução do PPC. Fica disponível na Sede, virtualmente e no Polo. Sua presença no demanda especifica do Curso e dos alunos, ou por iniciativa da própria Coordenação;
- **Professor Conteudista:** responsável pela elaboração do livro texto, do conteúdo virtual da disciplina e de outros conteúdos necessários. Com titulação mínima de Especialista e formação superior na área da disciplina a qual vai desenvolver o conteúdo. Poderá ser professor também. Pode ser da IES ou pertencer a equipe de nossos parceiros de produção de conteúdo, sem prejuízo a qulidade e a formação do mesmo dentro dos parãmetros normativos;
- **Tutor docente:** Responsável direto pelo desenvolvimento e qualificação da aprendizagem do aluno, realizando a tutoria presencial e/ou virtual. O professor também pode exercer o papel de Professor Conteudista. Com formação mínima *stricto sensu* e/ou *lato sensu,* além de formação superior na área da componente curricular que vai atuar. Os professores ficam disponíveis e acessíveis no ambiente virtual e nos polos, responsáveis pela consecução do processo de ensino aprendizagem, mediante a elaboração e disponibilização do conteúdo da disciplina, realização de atividades, avaliações e atendimentos;
- **Tutor Online/Virtual:** é um técnico administrativo ou docente que atua na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos discentes e mediação pedagógica, na modalidade de EaD, com formação mínima lato sensu, realizando a tutoria presencial e/ou a distância. Deve contemplar duas frentes de atuação técnica e pedagógica, atua na mediação da aprendizagem, na relação direta, permanente e qualificada com o aluno/estudante dos cursos para os quais o profissional está direcionado;
- **Tutor Presencial/Polo:** O Tutor presencial tem como principal função coordenar as ações e processos nos polos, seu papel é imprescindível para o bom funcionamento dos processos e desdobramentos administrativos e pedagógicos. É o principal articulador entre os estudantes e a instituição de ensino superior, exerce função de apoio e orientação permanente ao aluno, deve assumir postura acolhedora. A Instituição, por meio do Coordenador do Curso, Tutor Online/Virtual, ou de outro Professional da equipe administrativa, deve estabelecer contato permanente com o Tutor

Presencial para transmissão de informes e outros esclarecimentos que se façam necessário, nessa perspectiva, capacitá-lo do ponto de vista técnico;

- **Secretário de Cursos do EaD:** funcionário técnico administrativo que secretaria as atividades da EaD, como, no mínimo, nível superior;
- **Colaboradores Gerais:** o EaD dispõe de colaboradores qualificados e em quantidade bem dimensionada, tanto na sede quanto nos Polos, para auxiliarem nas diversas atividades administrativo-pedagógicas, inclusive atendimento aos alunos.

4.4 **Tecnologia da Informação e AVA**:

Define-se Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por conjunto de recursos tecnológicos que são utilizados de forma integrada na estratégia pedagógica para a educação a distância. Trata-se estruturação tecnológica para a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, que ocorrem com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (TICs), com estudantes e tutores docentes desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

As TICs possibilitam uma facilidade para o relacionamento de alunos e professores, no que se refere à troca de informações e experiências. Os docentes dessa modalidade EAD podem realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns de discussão, dentre outras formas tornando a aprendizagem mais significativa e interativa.

As TICs são utilizadas em todas as disciplinas da modalidade a distância da IES, com a inserção de textos, vídeos, links e ferramentas da própria plataforma que servem para auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, o aluno adquire conhecimentos de Internet (pesquisa de sites, envio e recebimento de e-mails), além de trabalhar, constantemente, com ferramentas de comunicação e informação disponíveis na estrutura virtual da IES.

Na Instituição, foi desenvolvido por Equipe Multidisciplinar própria o nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), denominado de e-dom, customizado a partir do Moodle, com o propósito de aperfeiçoar o processo de interação entre alunos e professores e entre os alunos entre si, potencializando o processo de aprendizagem por meio do princípio da educação colaborativa. O e-dom contém vários conteúdos e ferramentas voltadas ao aprendizado e dispõe de todos os recursos necessários para viabilizar a qualidade do processo de ensino aprendizagem a distância da IES, e foi utilizado no Credenciamento EaD e na sequência da realização da modalidade a distância na IES.

Atualmente, nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem utiliza a Plataforma Open LMS, dispondo de conteúdos do Grupo A – SAGAH, conjugados a conteúdos produzidos internamente, tudo validado e/ou criado pela Equipe Multidiscilplinar.

A educação a distância oferece uma oportunidade diferenciada para o estabelecimento de novas e outras relações entre **educador – educando-conhecimento**, bem como para a socialização do conhecimento científico criado e trabalhado pela IES. Cada vez mais as diferentes mídias, especialmente as com maior capacidade de promover interação entre seus usuários, alimentam as formas de aprender e ensinar, assim como também mudam os modos de organizar o conteúdo gerador das relações dialógicas.

Ainda que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) propiciem condições novas de diálogo entre educandos e educadores, o princípio ético que inspira a prática educativa deve permanecer o mesmo, porquanto os objetivos da educação não mudam. Altera-se apenas o suporte que garante a relação. Por essa razão, os fundamentos aqui expressos sobre a educação a distância na IES estão enraizados no **Projeto Pedagógico Institucional**.

Deve-se, porém, reconhecer as especificidades da educação a distância. A discussão sobre essa modalidade de ensino-e-aprendizagem avança e, atualmente, as atenções se dirigem a identificar as melhores estratégias pedagógicas dentro desse novo cenário e a reconhecer qual o conjunto de meios de comunicação e informação favorece a melhoria da qualidade dos processos educativos. As escolhas variam conforme o perfil discente e do conteúdo a ser trabalhado.

A práxis pedagógica dos processos de ensino-e-aprendizagem a distância na IES reconhece o **estudante como sujeito do processo educativo** e, portanto, em **relação dialógica** com outros sujeitos, colegas de turma, professores e tutores, que se encontram para desvelar o mundo a partir de suas respectivas experiências, dos materiais didáticos e objetos de aprendizagem geradores da interação. Para tanto, a pesquisa, não apenas de caráter científico, mas como atividade cotidiana de interrogação do mundo, apresenta-se como princípio formativo a partir do qual é possível exercitar, na prática, qualidades inerentes à formação do sujeito: o de questionamento e de fazer sentido para a realidade a que se liga. Ao assumir a pesquisa como eixo integrador do currículo, a construção do conhecimento se alia à construção do sujeito, enquanto autor cidadão capaz de se engajar criativamente na busca de soluções para os desafios da vida cotidiana e de seu entorno social.

Vale salientar neste contexto de transformação e atualizações constantes que o nosso AVA foi desenvolvido desde 2008, sendo utilizado, testado, reavaliado e otimizado na própria IES, no âmbito da educação a distância complementar ao ensino presencial, conforme Portaria MEC nº 4.059/2004, vigente à época. O Objetivo do nosso AVA é atender as especificidades da proposta educacional a distância da IES, mediante os princípios e diretrizes legais, o contexto institucional e às características dos seus alunos.

Destaca-se que esse ambiente permanece em constante sintonia com as exigências de flexibilidade, otimização do tempo, redução de gastos, desenvolvimento científico e amplo processo de avaliação da qualidade dos cursos.

4.5 **Materiais e Conteúdos Educacionais:**

O conjunto de materiais e recursos para aprendizagem a distância da IES encontram-se disponíveis de forma virtual no AVA. Atualmente, nosso Ambiente Virtuasl de Asprendizagem utiliza a Plataforma Open LMS, dispondo de conteúdos do Grupo A – SAGAH, conjugados a conteúdos produzidos internamente, tudo validado e/ou criado pela Equipe Multidiscilplinar.

Os conteúdos estão organizados em Unidades de Ensino e respectivas aulas, contendo:

- **Material de Aprendizagem Virtual disponível no AVA:** Plano de Curso, hipertexto, vídeo-aula, PowerPoint, vídeos complementares, roteiro de estudos, indicações de pesquisa, links, fóruns, programação de chats, quadro de avisos, textos complementares, glossário, atividades, exercícios, avaliações e atendimento do tutor docente;
- **Material de Aprendizagem Complementar:** o Livro Texto EAD e o Manual do Aluno, que podem ser disponibilizados no AVA e/ou em Mídias Digitais, e a bibliografia, disponível no formato impresso e no virtual.

Os Planos de Curso disponibilizam os conteúdos a serem estudados divididos por Unidades de Ensino, objetivos, metodologia, critérios de avaliação e respectivas bibliografias (impressa e virtual).

Após o acesso do aluno aos conteúdos e ao Livro Texto online, as atividades e exercícios são disponibilizados com o objetivo de problematizar os temas desenvolvidos em cada aula, exigindo do aluno reflexão e produção de conhecimento, a partir da resolução de situações-problema, aplicabilidade do conhecimento e outras formas de interação. Para tanto, os fóruns, chats e o atendimento do tutor docente e do tutor é de fundamental importância na mediação da aprendizagem.

A sugestão de links e textos complementam o estudo dos temas, enriquecem e suplantam a aprendizagem, da mesma forma que as referências bibliográficas impressas e eletrônicas e a indicação de sites da Web que servem como fonte de pesquisa e estudo relevantes. Os hipertextos apresentam links para outros sites e informações que levam o acadêmico a complementar os conteúdos contidos no material impresso, pode-se ainda fazer uso de animações e, também, de vídeos. Esse último proporciona, de um lado, uma

idéia da disciplina e do curso como um todo e, de outro, aborda e discute conteúdos específicos.

Os vídeos complementares trazem palestras e ministrações importantes de diversos professores sobre os temas das aulas, o que agrega ao potencial de aprendizagem da proposta pedagógica da IES. Os tutores docentes também vão realizar uma apresentação pessoal em vídeo para gerar uma interação entre o docente e o aluno.

A IES disponibiliza o Manual do Aluno a fim de orientar o aluno quanto às características da educação a distância e quanto aos seus direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas, e para esclarecer como a comunicação dar-se-á com professores, colegas, pessoal de apoio tecnológico e administrativo. O Manual é disponibilizado sob a forma digital, atendendo a todos os requisitos e diretrizes legais de forma a dar conhecimento e clareza ao aluno de todo o funcionamento do curso.

Dessa forma, há uma integração entre os materiais didáticos, já que a IES utiliza grande variedade de meios: material impresso, fax, comunicador on-line, vídeos, slides, transparências, Internet, entre outros processos. Na ação docente, esses meios trabalhados, isoladamente ou em conjunto, oferecem um leque de opções pedagógicas e uma série de interações sem limites para a criatividade, tanto do aluno, quanto do tutor docente e dos tutores administrativos.

Justificam-se as atividades de educação a distância desenvolvidas sob várias formas devido às dificuldades ainda existentes no país, de acesso à rede mundial de computadores, em vários municípios. Assim, nesses casos o aluno pode estudar totalmente no formato on-line, ou pelo formato impresso ou através do “pen drive” e apenas enviar suas atividades pela internet. O objetivo da adoção desse recurso pedagógico refere-se às suas possibilidades em contribuir na construção da autonomia do aluno. O eixo central dessa proposta incide na conquista do binômio “aprender a aprender”, criando o hábito da descoberta de outras fontes de estudo que não apenas a aula expositiva do tutor docente.

O material didático é um poderoso diferencial na promoção da aprendizagem autônoma. Portanto, a partir dessa preocupação, a IES vem produzindo material de auto-estudo caracterizado por um conteúdo atual, vivo e próximo às necessidades do graduando, constituindo-se como um instrumento de dialogicidade entre o aluno e o conhecimento.

Os alunos recebem uma senha para o ambiente de aprendizagem, com a qual têm acesso a todo o material constante nos livros, além de utilizar as ferramentas interativas existentes como e-mail, chats, fórum de discussão, mural, portfólio, vídeo-aula (complementares), biblioteca virtual, entre outras formas de interação. Os materiais educacionais propostos para esse curso foram desenvolvidos no sentido de trabalhar a partir das competências, habilidades, atitudes e valores previstos na proposta pedagógica

da IES e no Projeto Pedagógico do Curso.

Portanto, os materiais e recursos desenvolvidos exigem do tutor docente e do tutor capacitação continuada, visando a transformar os conteúdos teóricos em projetos práticos, bem como à capacitação, visando ao desenvolvimento das aulas e atividades por meio da AVA. Como foi dito, esse processo de aprender a fazer consiste no "aprender a aprender", de forma que o docente crie condições para que esse aprendizado ocorra com eficiência e eficácia, exigindo do aluno uma produção, reflexiva: escreve, elabora, argumenta e expõe seus pontos de vista de forma fundamentada.

Permite ainda um processo de informação e conhecimento que insere o aluno nas teorias mais modernas e aceitas no contexto contemporâneo; proporciona a interação, não só entre tutor docente e aluno, mas dos alunos entre si; explicita e sinaliza a relação entre a universidade e o papel da sociedade; engendra autonomia no desenvolvimento das aprendizagens e saberes próprios da área do curso, além de exigir os conhecimentos mínimos de informática para o aproveitamento do curso em todas as suas possibilidades.

O material didático é elaborado de acordo com Curso e visa contemplar diferentes metodologias, métodos, técnicas e tecnologia de estudo, ensino e aprendizagem, processos nos quais ética, prazer e aprendizagem devem ser componentes inseparáveis. Como foi dito, em relação ao material virtual produzido pelo tutor docente, a Instituição solicita aos tutores docentes titulares das respectivas disciplinas que, junto com sua equipe, realizem a elaboração dos mesmos.

O Ambiente de Aprendizagem vem sendo pré-testado e aprimorado desde 2008, com os alunos das graduações reconhecidas da IES, conforme Portaria MEC nº 4.059/2004, o que permitiu validar o ambiente, rever estratégias e ferramentas, construir novas recursos, enfim, aprimorar o seu uso sob o ponto de vista do usuário, tanto o tutor docente quanto o aluno. Para tanto, a auto-avaliação foi realizada durante esse processo, cooperando com a analise do processo e oferecendo subsídios para reconstruí-lo sempre que necessário.

A auto-avaliação esta prevista também como uma constante ao longo do processo de educação presencial e a distância da IES, uma vez que a atitude reflexiva que permeia seu desenvolvimento concebe a auto-avaliação como parte do processo de reflexão sobre a prática. Sua sistematização é monitorada pelo NDE, Coordenação do Curso, Diretoria e professores ao longo da intermediação via AVA, mas também, é parte essencial da avaliação.

Como critério de avaliação da qualidade dos materiais e recursos educacionais e do curso de uma forma geral, foram adotados os critérios apontados pela comissão de especialistas da área de educação a distância do MEC, que podem ser sintetizados nas seguintes categorias de análise:

- Integração dos equipamentos e materiais;
- Associação dos materiais educacionais entre si;
- Disponibilidade de informação e comunicação;
- Facilidade para o desenvolvimento dos trabalhos colaborativos;
- Existência de princípios pedagógicos.

A preocupação da equipe da IES, tendo como parâmetros as categorias acima expostas, centra sua atenção nos seguintes critérios avaliativos: usabilidade, interatividade, robustez, fácil disponibilidade de conteúdo e uma boa relação de custo-benefício, o que facilita o acesso do aluno a uma educação de qualidade. O foco dessa avaliação está centrado no usuário, assim, além da avaliação procedida pela Equipe Multidisciplinar, o aluno tem sido o ator principal dos procedimentos avaliativos. É a partir da avaliação da equipe técnica e, sobretudo, dos alunos, que os materiais e recursos educacionais são revistos e remodelados.

Quando da concepção dos materiais didáticos que dão suporte ao curso, a Equipe Multidisciplinar procura não apenas estabelecer uma articulação entre eles, mas, também, organizá-los de forma que ocorra uma complementaridade entre eles. Nesse sentido, a produção do material impresso está intimamente articulada às aulas que são disponibilizadas no ambiente de aprendizagem da IES (AVA). Nessa pauta, a IES utiliza de meios para a construção de seus materiais didáticos, sempre com o propósito de ampliar e potencializar a aquisição do conhecimento, incluindo um Estúdio para gravações de vídeos e edição de materiais didáticos.

4.6 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático:

O modelo de material adotado se constitui em formato de livro texto e conteúdos virtuais de aprendizagem, estando estruturado mediante módulos auto-construtivos e interligados. Assim, privilegia conteúdos compactos, simples e atuais, com ilustrações claras, exercícios explícitos e de linguagem objetiva, se valendo, inclusive, de metodologias ativas. Contém, também, indicação de leituras complementares, constituindo-se em materiais significativos e relacionados com os conteúdos trabalhados no AVA. A utilização de LIBRAS, grafia Braille e plantões de leitura são estratégias para viabilizar a utilização dos materiais didáticos por portadores de necessidades educacionais especiais.

A Instituição solicita aos tutores docentes a elaboração dos conteúdos complementares para o AVA em cada disciplina, inclusive apresentação, Plano de Curso,

indicações bibliográficas, textos, hiper textos, links. O Tutor docente realiza essa produção com suporte da Equipe Multidisciplinar. No caso do livro texto, os professores conteudistas dos parceiros fornecedores de conteúdo (SAGAH) ficam responsáveis pela elaboração do mesmo sob a supervisão da Equipe Multidisciplinar. Da mesma forma, são estabelecidos prazos semestrais para os professores quanto à entrega do material impresso e virtual a serem alocados nas salas virtuais de aprendizagem.

Posteriormente, consiste na entrega do material para o curso/disciplina. A Coordenação do EaD e dos Cursos acompanha a logística acesso dos alunos ao AVA. Regularmente a Equipe Multidisciplinar realiza capacitações aos tutores para atualização do material quando for o caso. Vale salientar que, para acompanhar e coordenar a produção de material didático de aprendizagem virtual, a Equipe Multidisciplinar possui profissionais específicos, tais como diretores de estúdio, editores de vídeo, editores de texto, revisores, webdesigneres, etc.

Para produção, distribuição e inserção na plataforma do material didático, a Equipe Multidisciplinar dispõe de setores que envolvem os aspectos pedagógicos, os aspectos visuais, formais e técnicos concernentes à educação a distância e a aprendizagem. Portanto, essa equipe trabalha de forma interdisciplinar na elaboração do material didático, levando em consideração a relação entre forma e conteúdo. Nessa relação, procura-se adequar o material elaborado pelo professor dentro de uma linguagem adequada tanto à clientela em potencial, observando às especificidades da comunicação em EaD.

Outro aspecto considerado relevando é a qualidade designer instrucional do material didático, o que contribui para a interação do aluno e o conhecimento acessado, proporcionando envolvimento e evitando cansaço e monotonia no processo de ensino e de aprendizagem. Por isso, a IES dispõe de profissionais habilitados e qualificados para tal fim.

4.7 Atividades de Tutoria:

A IES construiu seu modelo tutorial visando ao atendimento das suas experiências acumuladas e das particularidades próprias dos cursos. Na estratégia de educação a distância da IES, ou mesmo na modalidade presencial com disciplinas a distãncia, o tutor docente tem papel fundamental, pois é ele quem garante a inter- relação personalizada e contínua entre o aluno e a aprendizagem, viabilizando a articulação necessária entre os elementos do processo e a consecução dos objetivos propostos. Mas por sua vez, o tutor é a primeira instância de atendimento ao aluno, tendo papel também fundamental do atendimento das demandas administrativas e acadêmicas.

Dessa forma, a função da tutoria dentro de nossa proposta pedagógica é a de

substituir a presença física do docente pela presença virtual, mediante a disponibilidade das instâncias tutoriais:

- **Tutor docente:** com a função de mediar à aprendizagem, podendo também fazer o papel de professor conteudista;
- **Tutor Online/Virtual:** realiza tutoria virtual, gerenciando virtualmente diversos procedimentos administrativo-pedagógicos do Curso.
- **Tutor Presencial/Polo:** realiza tutoria presencial, gerenciando diversos procedimentos administrativo-pedagógicos do Curso. O Tutor presencial tem como principal função coordenar as ações e processos nos polos, dessa forma, seu papel é imprescindível para o bom funcionamento dos processos e desdobramentos administrativos e pedagógicos da IES nos Polos de Apoio Presencial.

O tutor docente, além das atribuições de elaborar os conteúdos de sua disciplina, media a aprendizagem dos alunos, inclusive pode gravar aulas e explicações complementares, além de elaborar e corrigir as atividades avaliativas. Portanto, é responsável por avaliar a aprendizagem e emitir notas e conceitos. Sistematicamente, descrevemos suas atribuições:

- Apresentar o planejamento de ensino da disciplina destacando os objetivos, ementários, programa, conteúdos, metodologia, proposta de atividades, critério de avaliação, bibliografia básica e complementar;
- Organizar uma agenda para o desenvolvimento das atividades;
- Elaborar as atividades teóricas - práticas para cada aula da disciplina;
- Acompanhar a frequência dos alunos no ambiente de aprendizagem;
- Atender os alunos no período que sua disciplina estiver em curso;
- Esclarecer dúvidas que venham a surgir;
- Realizar chats e analisar a participação dos alunos no fórum argumentando sobre o que foi abordado pelo aluno;
- Auxiliar os alunos na compreensão do material didático, por meio da discussão e levantamento de questões;
- Responder a todas as solicitações dos alunos;
- Incentivar e mediar o trabalho cooperativo entre os alunos;
- Orientar alunos quanto aos trabalhos de conclusão de curso;
- Acompanhar via relatórios as atividades práticas e de estágio;
- Zelar por um clima de harmonia entre instituição, alunos e tutores docentes;
- Interagir com o pessoal alocado nos Polos.

O Tutor online/virtual e o Tutor Presencial/Polo, dentre outras funções, são responsáveis por:

- Orientar os alunos, quanto a inscrição ao processo seletivo e quanto à matrícula;
- Efetuar matrículas e receber e conferir documentação;
- Demonstrar aos alunos como utilizar a plataforma;
- Esclarecer como navegar no sistema para estudar e como dominar todas as ferramentas disponíveis no AVA, cooperando e mediando a aprendizagem;
- Orientar os alunos no acesso on-line, tirando dúvidas, cooperando e mediando a aprendizagem;
- Levantar as necessidades e situações problemas, repassando para a Equipe Multidisciplinar;
- Intermediar o contatoentre alunos e professores tutores, suplantando a aprendizagem;
- Manter contatos constantes com os alunos;
- Receber e imprimir as provas e exames;
- Fiscalizar a aplicação de provas e exames;
- Motivar alunos em todos os sentidos, inclusive incentivando suas participações nos Polos com grupos de estudos;
- Efetivar convênios com escolas, empresas, comércio, conselhos de classe, etc, a fim de possibilitar campos de estágios para seus alunos;
- Participar e concluir o curso de Tutores promovido anualmente pela IES;
- Responder, detalhadamente, sobre quais meios os alunos têm para entrarem contato com os tutores docentes das disciplinas e com a sede da IES;
- Acompanhar a participação e o desenvolvimento dos alunos no sistema;
- Relatar a Coordenação do curso toda e qualquer dúvida ou reclamação de alunos quanto ao atendimento por parte dos tutores docentes ou outra dificuldade qualquer;
- Interagir com o pessoal alocado nos Polos.

Vale salientar que tanto o tutor docente quanto o tutor são capacitados e orientados regularmente para as atividades de tutoria, com atenção especial voltada ao atendimento e mediação de aprendizagem de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

4.8. Interação de Alunos, Coordenadores, Tutores docentes, Tutores e Polo:

A IES, ao pensar o desenvolvimento de cursos em EaD pautou-se na premissa de que a aprendizagem se dá para além do conteúdo disponibilizado no material didático. Assim, as preocupações que fundamentam a construção de seus cursos passam pelas seguintes questões:

- Como facilitar o processo de conhecimento de cada aluno?
- Como conseguir que o aluno possa desenvolver as suas capacidades e seus conhecimentos e, ao mesmo tempo dar conta da complexidade doaprender?
- Como transmitir, de maneira eficiente, o modo de pensamento do tutor docente, agora não presente para discutir os conteúdos?

Acredita-se, a exemplo do que já vem sendo apontado na literatura da área, que ao facilitar a interação do aluno com os tutores docentes, estar-se-á evitando a evasão do curso. Nesse sentido, o sistema de informação e interação com os alunos é peça fundamental ao desenvolvimento exitoso do curso.

Por isso mesmo, nosso planejamento propõe que, assim que as turmas sejam formadas após processo seletivo, ocorra a disponibilização do cronograma das aulas, contendo as datas dos encontros presenciais e os locais e horários de acesso ao ambiente de aprendizagem, tanto na sede da IES, quanto nos Polos.

O processo de ensino-aprendizagem na EaD não se efetiva se não houver interatividade entre tutor docente/tutor x aluno, com o acompanhamento do Coordenador. Viabilizamos, assim, que aluno que reflita sobre a ação pedagógica, de modo a não ser uma atividade exclusiva do docente, contribui para que se formem cidadãos autônomos, ou seja, que se manifestem sobre a realidade vivida.

A EAD exige dialogicidade e o “estar junto virtual” envolve diversos tipos de interação entre os elementos envolvidos no processo. Os alunos precisam sentir-se acompanhados e assessorados, no sentido de entender o contexto e as ferramentas do AVA favorece esse tipo de comportamento: reflexão, ação, o que gera a capacidade de conhecer, aplicar, transformar e buscar novas informações que permitirão novos conhecimentos.

Além do tutor docente e do coordenador, torna-se peça fundamental nesse processo a figura do tutor, que também se envolve nesse contexto, de forma a assessorar e contribuir, permanentemente, para que o acadêmico possa minimizar todas as suas dúvidas sobre questões administrativas e pedagógicas, gerando segurança e rápida resolução. Tal processo contribui significativamente para o desenvolvimento pedagógico e para a consecução do precisso de ensino aprendizagem.

Vale salientar que tanto o tutor docente quanto o tutor são capacitados e orientados regularmente para as atividades de tutoria, com atenção especial voltada ao atendimento e mediação de aprendizagem de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Para que a interação na EAD seja eficiente, é preciso que o tutor docente e o tutor mostrem-se atentos a todos os passos que envolvam ensinar, aprender e aprender a aprender, com atenção especial aos portadores de necessidades educacionais especiais, interagindo com as Coordenações responsáveis, inclusive a Coordenação e todo pessoal alocado nos Polos.

Na IES existe uma preocupação de que esse tutor docente e o tutor desenvolvam a capacidade de mediação para perceberem a importância da boa comunicação, visto que a forma como o aluno lê, escuta, interpreta as mensagens desses profissionais é decisiva para que a interação se efetive, principalmente por se tratar de um corpo discente desigual, composto por alunos dos mais diversos níveis e, inclusive, portadores de necessidades educacionais especiais. Vale salientar que, para tanto, os mecanismos de nivelamento são fundamentais para diminuir a heterogeneidade dos estudantes.

Acredita-se que ao facilitar a interação do aluno com os professores, estar-se-á evitando além de outros problemas, a evasão do curso. Dessa forma, o sistema de informação e interação com o aluno é peça fundamental ao desenvolvimento exitoso do curso.

Trabalhos em grupo, formação de grupos de estudos, produção coletiva são indicativos de que a interação entre os estudantes da IES tem se tornado cada vez mais freqüente. O chat tornou-se uma ferramenta de uso diário dos acadêmicos e a conversa, independente da presença do tutor docente, tem colaborado para a construção do conhecimento desejado.

Para que todo esse processo tenha sucesso, vale lembrar que outros atores, os quais desenvolvem trabalhos de apoio, também são fundamentais em suas respectivas funções e contribuem para o bom funcionamento desse sistema e consequente interação. Colaboram, ainda, para esse efetivo intercâmbio, as ferramentas disponíveis no ambiente virtual, dentre elas, o fórum, o chat, o quadro de avisos, o portfólio e o e-mail. Depoimentos dos próprios alunos cooperam para que a plataforma esteja constantemente sendo atualizada, no sentido de proporcionar, cada vez mais, facilidades para que a dialogicidade seja a “marca” dos cursos da modalidade a distância da IES.

Vale ressaltar que a educação a distância apresenta-se também como uma **possibilidade flexível de acesso à formação** superando as dificuldades estabelecidas pelas distâncias geográficas e favorecendo a administração do tempo por parte de alunos e tutores docentes. Tais fatores são particularmente importantes em um país de

dimensões continentais, cuja produção do conhecimento científico e acadêmico encontra-se concentrada. O desenvolvimento da educação a distância deve ser entendido como uma oportunidade de gerar conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias de informação e comunicação que resultam em desenvolvimento a sociedade e ao meio ambiente onde se desenvolvem estas trocas.

Por isso mesmo, há a preocupação e gestão proativa da IES quanto a interação entre os personagens que compõem a educação a distância, o que é fundamental para a efetividade do processo de ensino aprendizagem a distância, tais como Coordenadores, tutores docentes, tutores, funcionários, Coordenadores de Polo, pessoal de Polo, e alunos!

5 PERFIL DO CORPO DOCENTE (Docentes e Tutores Docentes):

A Instituição estabelece sua política de qualificação docente aplicada ao ensino superior e a educação profissional técnic de nível médio, o que engloba Docentes e Tutores Docentes, foi estabelecido para consolidar a formação humana e profissional de seus professores e, por extensão, de seus alunos, no sentido de estimular o aprimoramento do ser humano e da comunidade global, para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica, a partir da reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo e do homem hodierno.

O Plano de Carreira Docente da IES foi aprovado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 06/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015, e disciplina a forma de ascensão funcional no sentido horizontal e vertical, considerando a titulação e a produção acadêmica, obedecidos os limites especificados na lei. Esse procedimento incentiva a produção intelectual que promove de maneira significativa o desenvolvimento pessoal, enriquece o conteúdo disseminado nas aulas e se traduz em qualidade acadêmica para a Instituição.

O Plano de Carreira Docente regula o provimento de suas funções e empregos, estabelece direitos e vantagens e define os respectivos deveres e responsabilidades.

O Plano de Carreira Docente tem como princípios básicos:

I - valorização da qualificação decorrente de cursos de formação; II - profissionalização, entendida como dedicação ao magistério;

III - paridade de remuneração para os docentes/tutores docentes integrantes da carreira, com qualificação análoga;

IV - progressão na carreira, mediante promoção.

Os professores têm remuneração definida pela política salarial fixada pela Mantenedora no Plano de Carreira Docente, com o objetivo também de valorização permanente do profissional, de modo a estimular e incentivar a carreira docente. A remuneração tem por base unitária o valor da hora/aula de trabalho prevista no planejamento econômico-financeiro do curso.

A substituição dos Membros do Corpo Docente exige primeiramente que se divulgue a oferta de vagas para contratação em caráter efetivo pela IES, porém não havendo interesse, seja por não aderência acadêmica à disciplina, por ausência de competências e habilidades em relação à modalidade ou à área ou por indisponibilidade

para a carga horária solicitada, a IES realizará um processo de seleção com remanejamento interno ou a contratação e capacitação de um Docente em regime temporário, até que a vaga seja devidamente preenchida.

5.1 Política de formação e capacitação docente:

As ações de capacitação têm como objetivo normalizar, fomentar e incentivar as atividades de formação, capacitação, aprimoramento, resignificação e aplicação dos professores que compõe o Corpo Docente da Instituição, tanto presencial, quanto a distância. O PPI estabelece os princípios norteadores da prática docente institucional, além de normalizar, estimular e estabelecer políticas de fomento ao ensino, a iniciação a pesquisa e a extensão, como atividades fundamentais para o crescimento acadêmico da instituição, com reflexos inexoráveis à comunidade global.

A IES tem como referencia a CLT para o Regime de Trabalho, conforme Plano de Carreira do Corpo Docente. Os professores têm remuneração definida pela política salarial fixada pela Mantenedora no Plano de Carreira Docente, com o objetivo de valorização permanente do profissional, de modo a estimular e incentivar a carreira docente, possibilitando a progressão horizontal e vertical do professor.

Quanto a capacitação docente, o Plano de Carreira define as regras básicas para o ingresso do corpo docente em cursos de pós-graduação e/ou participação em congressos, seminários nacionais e internacionais. Vale ressaltar que os professores que integram o corpo docente da IES podem participar de cursos de Mestrado ou Doutorado com apoio financeiro da Mantenedora. Os docentes/tutores docentes aprovados em cursos de Mestrado ou Doutorado devem firmar, antecipadamente, o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos de, no mínimo, tempo idêntico ao que receberem o apoio financeiro, com o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da IES.

A IES possui e desenvolve, habitualmente, programas e atividades de qualificação dos professores em nível de extensão e especialização, contemplando inclusive estudos voltados para a interface com portadores de necessidades educacionais especiais, além de incentivar os docentes/tutores docentes a dar continuidade e consistência a carreira acadêmica, mestrado e doutorado. No sentido geral, são objetivos da IES quanto a capacitação e qualificação docente:

- Estabelecer os princípios pedagógicos que regerão a prática docente da instituição, em consonância com a realidade pedagogia contemporânea, sem prejuízo às individualidades que caracterizam a diversidade humana e que enriquecem a produção do

conhecimento;

- Estabelecer a rotina de capacitação institucional, visando estabelecer uma constante educacional que contribua com a otimização do Corpo Docente e com a consolidação dos princípios pedagógicos institucionais;
- Estabelecer mecanismos de interação estratégica entre o PPI e os mecanismos oficiais e institucionais de avaliação, possibilitando intervenções mediadas por relatórios fidedignos;
- Fomentar e incentivar a participação dos professores da instituição em atividades internas e externas de formação, capacitação, aprimoramento e resignificação;
- Normalizar a participação oficial de docentes/tutores docentes da instituição em cursos internos e externos, desde que os mesmos sejam de interesse institucional, inclusive para atuação como tutor na educação a distância.

A atual capacitação docente é, sem dúvida, um dos fortes indicadores da oferta de um ensino de qualidade na Instituição, possibilidade de realização de pesquisas e disseminação e transferência de informações de valor à comunidade, mediante atividades de extensão. Para atingir esses bons níveis de qualificação docente, foi necessária uma analise profunda que conduziu seguintes premissas básicas:

- Planejamento do quadro de professores em processo de qualificação;
- Incentivo à titulação e à iniciação a pesquisa;
- Estímulo às contratações de docentes/tutores docentes já titulados;
- Avaliação pelos cursos, do desempenho dos já titulados;
- Plano de carreira único;
- Garantia de condição de trabalho para o exercício da tríplice função, ensino, pesquisa e extensão;
- Sistema de remuneração que valorize a produção científico-acadêmica e o acesso do docente às categorias mais elevadas do Plano de Carreira
- Docente;
- Infra -estrutura adequada: prédios e laboratórios;
- Investimentos constantes em materiais, equipamentos e manutenção.

5.2 Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Docente:

A coerência entre o Plano de Carreira e a gestão do corpo docente é contemplada nos dispositivos da gestão institucional aplicado ao Corpo Docente, tais como o ingresso, a promoção e a progressão, bem como, a política de qualificação docente a fim de cooperar com a formação humana e profissional de seus professores e, por extensão, de seus alunos, no sentido de estimular o aprimoramento do ser humano e da comunidade

global, para a construção de uma sociedade mais igualitária, ju sta e pacífica, a partir da reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo e do homem hodierno.

Dentre as funções do Corpo Docente da IES está o exercício da tutoria enquanto **Tutor Docente** na modalidade a distância e/ou na modalidade presencial com disciplinas Ead, em conformidade com a **Resolução CNE/CESnº 1, de 11/03/2016**, que "**Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância"**, com fulcro no seu Art. 8º:

> **§ 1º** Entende-se como corpo docente da instituição, na modalidade EaD, todo profissional, a ela vinculado, que atue como: autor de materiais didáticos, coordenador de curso, professor responsável por disciplina, e outras funções que envolvam o conhecimento de conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, junto aos estudantes, descritas no PDI, PPI e PPC.

Apesar de ser uma função direcionada para o Corpo Técnico-Administrativo, vale salientar que, no âmbito da IES, o exercício da tutoria também pode ser realizada pelo docente como **Tutor** na modalidade a distância e/ou na modalidade presencial com disciplinas Ead, função esta definida também pela **Resolução CNE/CES nº 1, de 11/03/2016**, que "**Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância"**, com fulcro no seu Art. 8º:

> **§ 2º** Entende-se por tutor da instituição, na modalidade EaD, todo profissional de nível superior, a ela vinculado, que atue na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos docentes e mediação pedagógica, junto a estudantes, na modalidade de EaD".

.

5.3 Programa de Apoio à Realização e Participação em Eventos Internos, Externos e à Produção Acadêmica do Docente:

A IES dispõe de programas de apoio específicos que viabilizam à realização de eventos internos, externos, bem como, à produção docente, inclusive tutores docentes da modalidade a distância.

A IES incentivou e realizou vários eventos sócio educativos para a comunidade interna e externa, devidamente divulgados, o que pode ser observado no memorial da instituição, que contemplou a participação dos docentes.

Já realizamos atividades de iniciação científica com os alunos da graduação e da Pós-Graduação, em conjunto com os docentes, viabilizando edições da **"Revista Científica Emphasis" (ISSN 2177-8981), veículo disponível que existe desde 2008 para o estímulo à produção docente.**

Dentre os docentes, as Profa. Alaide Barbosa e Claudia Caxias realizaram

Programa de Pós-Doutorado fora do estado com incentivo da IES para despesas pessoais, mantendo-se, inclusive, para a Profa. Claudia, seu salário integral durante o Curso, dentre outros docentes.

Professores que tiveram artigos selecionados para apresentação em eventos acadêmicos e solicitaram apoio, receberam da IES o valor correspondente da passagem e da hospedagem, conforme se encontra inserido os recibos nas pastas dos mesmos.

Os docentes são incentivados e remunerados à produção de material didático da modalidade a distância, tendo em vista que o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – DAES/INEP, 2018, no Indicador "2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica", estabelece parâmetros de avaliação quanto ao Corpo Docente no critério "produção", podendo essa ser de natureza científica, cultural, artística ou tecnológica. Dessa forma, de antemão, nos cabe conhecer o conceito de "produção" conforme "Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa, 2019, 4ª Edição", que apresenta o seguinte:

> Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capitulo de livros, **material didático institucional**, **artigos em periódicos especializados,** textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção. Considerando sua abrangência (grifo nosso).

Dessa forma, dentre a tipologia de "produção" apresentada, grifamos "**material didático institucional**" e "**artigos em periódicos especializados**" por razão de que incentivamos nossos tutores a realizarem esse tipo de produção no âmbito da IES.

Realizamos ainda vários eventos presenciais e virtuais a partir da SEDE, inclusive viabilizando o transporte de docentes e tutores dos Polos, bem como, vários eventos socioeducativos e científicos na Ilha de Itaparica e de Vera Cruz. Os encontros e congressos em Salvador e outras cidades tiveram a participação de nossos alunos, docentes e funcionários, mediante suporte da IES para o deslocamento.

6 PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (inclusive Tutores):

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os servidores que exerçam funções técnicas e de apoio na IES no ensino presencial e na educação a distância, inclusive Tutores, no âmbito do ensino superior e da educação profissional técnica de nível médio.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo foi aprovado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 07/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015.

A carreira dos funcionários da IES, inclusive Tutores, é constituída por categorias e níveis. Sendo que Categoria constitui-se na divisão da carreira (cargos), fundamentada na escolaridade, titulação acadêmica e capacitação técnica, agrupando atividades/competências, responsabilidades, qualificação profissional e experiências. Enquanto que níveis constitui-se nas subdivisões de uma mesma categoria que determinam a progressão do funcionário, por merecimento ou antiguidade. O Regime de Trabalho é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como, das normas estatutárias e regimentais da Mantenedora e das Instituições mantidas.

No caso do EaD, por exemplo, **os Colaboradores alocadas nessa modalidade para exercerem a função de Tutor, foram selecionados mediante o critério de disporem de formação graduada e, na sua maioria, pós-graduada *lato Sensu.*** Foi observada também a experiência em Ead, inclusive, se for caso, consideramos a atuação nos percentuais de EaD previstos para graduação presencial, que já era realizada na própria IES, bem como, experiência EaD nos cursos técnicos. Posteriormente, foram capacitados em curso específicos para atuação na tutoria da modalidade a distância.

As funções de tutor estão em conformidade com a **Resolução CNE/CES nº 1, de 11/03/2016**, que "**Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância"**, com fulcro no seu Art. 8º:

> § 2º Entende-se por tutor da instituição, na modalidade EaD, todo profissional de nível superior, a ela vinculado, que atue na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos docentes e mediação pedagógica, junto a estudantes, na modalidade de EaD".

O ingresso ao cargo técnico-administrativo ocorre por recrutamento e seleção através do Setor de Recursos Humanos, com a participação do encarregado direto do setor. Conforme prevê o Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.

São consideradas atividades do pessoal técnico-administrativo:

I - as inerentes ao exercício de chefia, coordenação, assessoria, secretaria, assistência e execução, bem como, as relacionadas ao apoio e desenvolvimento de quaisquer atividades que objetivem possibilitar as condições necessárias à execução do ensino presencial e a distância, da iniciação a pesquisa e da extensão da IES;

II- as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos da IES.

A ampliação do quadro de pessoal técnico-administrativo vem acontecendo de forma gradativa, conforme demanda da expansão dos serviços, todos contratados pelo regime da CLT. Para cada categoria profissional são exigidas específicas titulações/qualificações e a remuneração e o regime de trabalho depende desse grau. A IES tem como política selecionar seus funcionários administrativos entre egressos, estagiários, bolsistas ou acadêmicos da própria IES, além dos demais candidatos, sendo que todos concorrem a rigoroso processo seletivo.

6.1 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico Administrativo (inclusive Tutores):

Existe o incentivo para que o pessoal técnico tenha o nível superior de escolaridade e, para isso, a Mantenedora vem proporcionando condições de qualificação e atualização ao seu pessoal técnico-administrativo, oferecendo bolsa de estudos para que o mesmo possa cursar a graduação de sua escolha, entre todas as oferecidas pela Instituição.

Além dessas ações, a IES também vem promovendo, temporariamente, cursos de aperfeiçoamento, motivação e de relações interpessoais aos funcionários, tanto administrativos como dos serviços gerais e manutenção, contemplando inclusive instrução sobre como se relacionar com portadores de necessidades educacionais especiais.

O curso tem o titulo de “Treinamento Corporativo” e tem como objetivo propiciar aos profissionais da instituição informações, conceitos básicos e reflexões acerca de temas específicos, tais como: comunicação, comportamento organizacional, cultura organizacional, auto-conhecimento, qualidade total e espírito empreendedor. Esses programas desenvolvem as habilidades dos participantes, havendo uma integração e comprometimento maior dos funcionários e melhores resultados na gestão acadêmica.

A valorização do corpo técnico-administrativo tem sido considerada um grande desafio nos últimos anos, frente às novas exigências de imprimir maior agilidade e flexibilidade nos serviços oferecidos e da melhor utilização dos recursos disponíveis.

Assim, tornam-se imprescindíveis competências de diversas naturezas:

- De educabilidade, relacionadas ao aprender a aprender;
- Relacionais, afetas ao “aprender a conviver”;
- Técnicas básicas, vinculadas a diferentes campos de atuação.

Com base nesses princípios, a IES desenvolve a Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo, objetivando a instrumentalização e atualização dos novos métodos de trabalho, formação e atualização dos servidores para possível ascensão na carreira, dotando-os de conhecimentos específicos, atitudes e habilidades indispensáveis ao desempenho da função por meio da oferta de palestras, seminários, exposições, etc., promovendo a constante reflexão do papel do profissional técnico-administrativo.

A Instituição oferece ao término de cada semestre um encontro de formação continuada, tendo como tema assuntos relativos à suas necessidades no local de trabalho. Associado a essa ação, a IES promove a formação de grupos intitulados: Comunidades da Prática, traduzindo nesta proposta o entendimento de que esses colaboradores formam um conjunto de indivíduos que aprendem, constroem e fazem a gestão do conhecimento, específico de sua área de atuação e vinculados ao objetivo geral da IES. Nestes grupos de formação, os setores organizam grupos de estudos e de discussão para aprofundar o conhecimento em temas pertinentes ao seu trabalho e/ou divisão de papéis, definição de objetivos e metas, resolução de conflitos e ajustes interpessoais.

A IES oferece também seminários voltados para a apropriação dos princípios contemporâneos de gestão, entre os quais se pode citar: atendimento de qualidade, planejamento, organização de eventos, utilização das novas tecnologias.

Além da programação anual de capacitação decorrente da avaliação institucional e de desempenho periódicos, a IES incentiva a Educação Escolar de seus colaboradores, facilitando com jornadas de trabalho adaptadas e bolsas de estudo de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação.

A IES entende que é por meio da formação continuada que os respeito à diferença e apreço à tolerância se consolida, por isto, ao oferecer formação aos docentes e técnicos- administrativos objetiva efetivar, cada vez mais um trabalho acolhedor e qualificado às pessoas com necessidades especiais.

Portanto, a qualificação do pessoal técnico-administrativo ocorre de forma permanente. Para tanto, uma das ferramentas de gestão da IES é o diagnóstico de suas necessidades indicadas pela avaliação de desempenho e avaliação institucional conforme definida no Plano de Avaliação Institucional, gerenciado pela CPA da IES. Assim, a Avaliação de Desempenho é um instrumento que possibilita as chefias e aos funcionários

em geral análises sistemáticas sobre os desempenhos individuais, subsidiando decisões sobre os recursos humanos da Instituição.

Por outro lado, também estimula a reflexão na hierarquia entre chefias e subordinados, compatibilizando expectativas organizacionais e individuais de desenvolvimento profissional assim como de desempenho organizacional. É através da relação entre estes dois profissionais - gestores e subordinados - com papéis distintos na Instituição, que o planejamento de ações de desenvolvimento profissional pode viabilizar movimentações de funcionários que envolvam progressões e readaptações funcionais.

6.2 Perfil dos Tutores:

Tutor é um técnico-administrativo que atua na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos discentes e mediação pedagógica, na modalidade de EaD, com formação mínima de graduação. Responsável também pelo Polo, realizando a tutoria presencial e virtual, com atedimentos administrativo-pedagógicos do Curso.

A Mantenedora tem como referencia a CLT para o Regime de Trabalho. Os tutores têm remuneração definida pela política salarial fixada pela Mantenedora, com o objetivo de valorização permanente do profissional, de modo a estimular e incentivar a sua carreira. A substituição eventual é realizada mediante seleção específica observando os pré-requisitos necessários.

Os Polos dispõem de tutores responsáveis pela consecução dos procedimentos administrativos e pedagógicos. No processo de ensino aprendizagem, auxiliam os tutores docentes na mediação da aprendizagem dos alunos. Por isso, obrigatoriamente têm formação superior vinculada a área de formação que atua. Na sua maioria são especialistas *Lato Sensu.*

A IES para contratação dos seus tutores adota como política de recursos humanos um processo de seleção por Competências. O inicio do processo se dá com o Edital de Seleção, onde são estabelecidos os pré-requisitos mínimos, tais como:

- Formação graduada compatível com especialização;
- Experiência profissional;
- Aderência a disciplina que irá assumir.

As etapas de seleção são análise de currículo, entrevista e aula pública. A entrevista individual objetiva a identificação de competências pessoais, comunicativas, sociais e comportamentais inerentes ao bom desempenho da prática pedagógica e que identifique o candidato com a missão, a filosofia de trabalho exigida pela modalidade presencial ou a distância e as expectativas da Instituição.

A IES possui e desenvolve, habitualmente, programas e atividades de qualificação dos tutores em nível de extensão, especialização, e incentiva o tutor a dar continuidade e consistência a sua carreira. Além do treinamento específico para operar a plataforma E- DOM, a IES exige que eles façam o curso de Extensão “Profissional em EAD”, que é oferecido em três módulos de 40 horas, totalizando 120 horas, a saber:

- A Tutoria online, suas ferramentas e tecnologias (40 horas);
- Gestão, Planejamento e Docência na modalidade a distância (40 horas);
- Projetos e Desenvolvimento de Conteúdos (40 horas).

6.3 Plano de Carreira e a Gestão do Corpo Técnico Administrativo:

A coerência entre o Plano de Carreira e a gestão do Corpo Técnico Administrativo é contemplada nos dispositivos da gestão institucional aplicado ao do Corpo Técnico Administrativo, tais como o ingresso, a promoção e a progressão, bem como, a política de qualificação a fim de cooperar com a formação humana e profissional de seus colaboradores e, por extensão, de seus alunos, no sentido de estimular o aprimoramento do ser humano e da comunidade global, para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica, a partir da reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo e do homem hodierno.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO:

Quanto a estrutura organizacional do Centro Universitário Dom Pedro II, foram realizadas as devidas adequações no Regimento Interno, inclusive contemplando os Campi fora da Sede.

Conforme o Regimento Interno, a concepção, os fins, o relacionamento com a Mantenedora, a estrutura organizacional e os órgãos do Centro Universitário e de seus Campi fora da Sede estão dispostos conforme segue abaixo, o que vai constituir o modelo de gestão institucional apresentado na sequência, contemplando, inclusive, a Reitoria e os Conselhos Superiores:

TÍTULO I
DO CENTRO UNIVERSITÁRIO, DOS SEUS FINS E DO SEU RELACIONAMENTO COM A MANTENEDORA

CAPÍTULO I
Do Centro Universitário e Seus Fins

Art. 1º O Centro Universitário Dom Pedro II - UNIDOMPEDRO é uma instituição privada de educação superior, com Sede e limite territorial de atuação circunscrito ao município de Salvador, no estado da Bahia, mantido pela Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, constituída nos termos do Contrato Social como Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Ltda., com última alteração devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob nº 97692941, da Comarca de Salvador, em 29 de Agosto de 2017.

§ 1º O Centro Universitário Dom Pedro II, instituição privada, particular em sentido estrito, doravante denominado “Centro Universitário”, composto pela sua Sede no municipio de Salvador e pelos Campi fora da Sede já Credenciados no âmbito do estado da Bahia, rege-se pela legislação do ensino superior e diretrizes do Ministério da Educação (MEC), por este Regimento, e pelo Estatuto da Mantenedora.

§ 2º O funcionamento dos Capi fora da Sede já Credenciados de Barreias, Jequié e Luis Eduardo Magalhães, no estado da Bahia, ocorre na forma deste Regimento Interno.

§ 3º A instalação de novas unidades de ensino nos limites do município de Salvador/BA, e do Credenciamento de novos Campi fora da Sede no âmbito do estado da Bahia, ocorrerá de acordo com o planejamento da Mantenedora e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º São objetivos e finalidades do Centro Universitário:

I - formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;

II - formar técnicos de nível médio, nas áreas de interesse da região, com objetivos de atender a demanda de profissionais qualificados para as organizações locais e regionais;

III - incentivar o trabalho de pesquisa, notadamente como iniciação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, do conhecimento e da criação e difusão cultural;

IV - promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações geradas na Instituição;

V - estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;

VI - desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;

VII - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e

VIII - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Parágrafo único: Para a consecução de suas finalidades, o Centro Universitário desenvolverá suas atividades, atendida a legislação vigente, estabelecendo, para tanto, intercâmbio com entidades e instituições nacionais e estrangeiras por meio de contrato ou convênio.

CAPÍTULO II
Do Relacionamento com a Mantenedora

Art. 3º O Centro Universitário se relaciona com a Mantenedora através da sua Reitoria.
§ 1º A Mantenedora é responsável civilmente, como pessoa jurídica, por quaisquer atos ou deliberações realizadas pela sua Mantida.
§ 2º Representa a Mantenedora o seu Representante Legal, e o Chanceler, título Honorífico concedido ao fundador do Centro Universitário.
§ 3º A Mantida depende da Mantenedora quanto à:
I. Nomeação do Reitor e Vice-Reitor;
II. Manutenção de serviços;
III. Prestação de serviços comunitários;
IV. Política de contratação e demissão de professores e funcionários;
V. Planos de carreira de professores e funcionários;
VI. Expansão física;
VII. Organização e execução econômica-financeira,

§ 4º Não há por parte da Mantenedora nenhuma ingerência nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão do Centro Universitário.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS

Art. 4º A estrutura administrativa do Centro Universitário compõe-se dos seguintes órgãos: I - Administração Superior:

Órgãos de natureza deliberativa e consultiva:
a) Conselho Universitário (CONSUNI).

Órgãos executivos:
b) Reitoria.
c) Vice-Reitoria e seus órgãos.
d) Pró-Reitoria de Regulação e Ensino.
e) Pró-Reitoria de Ensino.
f) Diretoria do Campus.

II - Administração Acadêmica:

Órgãos de natureza deliberativa e consultiva:
a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
b) Colegiados de Cursos de Graduação, de Pós-Graduação e Técnicos.

Órgãos executivos:
a) Coordenação do Instituto Superior de Ensino.
b) Coordenações de Cursos de Graduação, de Pós-Graduação e dos Cursos Técnicos.

7.1 Os Campi fora da Sede:

Conforme Regimento Interno, o Credenciamento dos Campi fora da Sede do Centro Universitário Dom Pedro II ocorrereu na forma da legislação vigente e nos limites do Estado da Bahia, conforme planejamento da Mantenedora e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

Conforme planejamento deste PDI, foram Credenciados os seguintes Campi mediante Unificação de Mantidas, sendo a UNIDOMPEDRO a IES "incorporadora":

- **Campus Barreiras**, com a incorporação da Faculdade Dom Pedro II de Barreiras (IES nº 1124);
- **Campus Jequié**, com a incorporação da Faculdade Dom Pedro II de Jequié (IES nº 1858).
- **Campus Luis Eduardo Magalhães**, com a incorporação da Faculdade Dom Pedro II – Luis Eduardo Magalhães (IES nº 2553).

O funcionamento do Centro Universitário e dos Campi fora da Sede está normatizado no Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário.

A nomeação do Diretor do Campus é uma prerrogativa do Reitor do Centro Universitário, prevista no Regimento Interno.

Com vistas a participar diretamente das reuniões de natureza deliberatica e consultiva de caráter administrativo e acadêmico, o Diretor do Campus tem assento previsto nos Conselhos Superiores da UNIDOMPEDRO, a saber: o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

O Regimento Interno do Centro Universitário dispõe sobre a definição da Diretoria dos Campi enquanto integrantes da Reitoria:

Art. 8º São órgãos da Reitoria:
I - Gabinete da Reitoria, composto por:
a) Diretoria Administrativa;
b) Diretoria Financeira;
c) Diretoria de Operações e Negócios;
d) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

II - Pró-Reitoria de Regulação e Ensino;
III - Pró-Reitoria de Ensino;
IV – Diretorias dos Campi fora da Sede.

O Regimento Interno do Centro Universitário também define a Diretoria do Campus, bem como dispõe sobre uas responsabilidades e estrutura organizacional:

Art. 16º A Diretoria do Campus é o órgão executivo responsável pela gestão dos Campi fora da Sede.

§ 1º A Diretoria do Campus é responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades acadêmicas e administrativas realizadas no Campus de sua responsabilidade.

§ 2º Na estrutura organizacional dos Campi fora da Sede, fazem parte da Diretoria do Campus os órgãos de gestão administrativa e financiera, a CPA local, a Secretaria do Campus e a Biblioteca do Campus.

7.2 Modelo de Gestão Institucional:

MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA (CONSULTIVO-PARTICIPATIVO)

O grande desafio de uma organização multi campi é a integração para uma administração participativa!

Administrar participativamente consiste em compartilhar as decisões que afetam a organização, não apenas com os seus docentes e colaboradores, mais também com seus clientes, usuários, cadeia de fornecedores e, principalmente, o contexto local e regional onde está inserida.

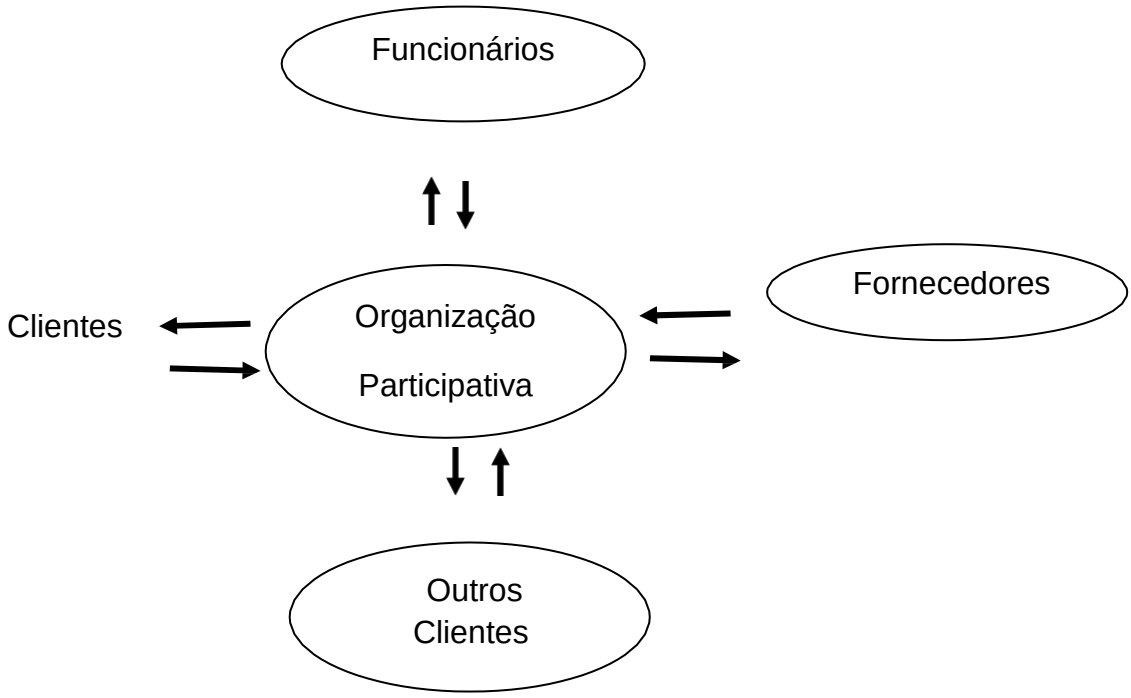
Dessa forma, a administração participativa tem como objetivo principal construir uma organização em todas as suas interfaces. Neste modelo de gestão predomina a liderança, a disciplina e autonomia, onde as pessoas são responsáveis por seu próprio comportamento, desempenho e crescimento. A disciplina é interior e não imposta de fora por meio de regulamentos, mais sim monitorada pelas suas lideranças, sem prejuízo as instâncias hierárquicas constitutivas de um Centro Universitário com Campi fora da Sede.

Esse modelo de gestão viabiliza as seguintes vantagens:

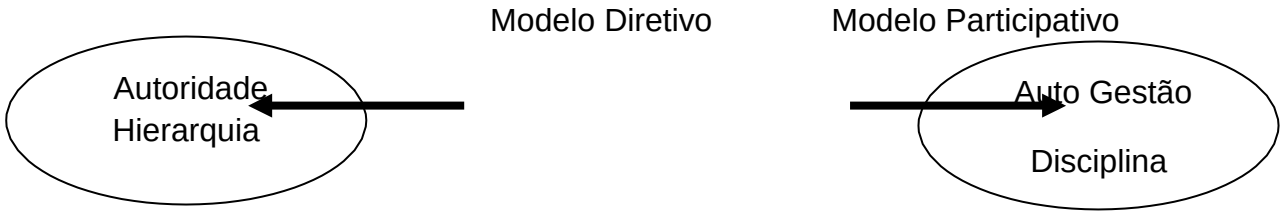
- Confiança entre superiores e subordinados;
- Motivação constante que se dá pela participação das pessoas no processo Decisório;
- Feedback aos docentes e funcionários;
- Informação fluindo em todos os sentidos;
- Interação e objetivos e metas definidos em conjunto;
- Metas elevadas de desempenho aceitas por todos;
- Aproveitamento máximo do potencial intelectual e criativo dos Colaboradores.

Para melhor entendimento da proposta de gestão participativa no âmbito do Centro Universitário Dom Pedro II, frente inclusive a sua estrutura organizacional multi campi, apresentamos a seguir dois gráficos ilustrativos:

Exemplo 1 – Interfaces de Organização Participativas.



Exemplo 2 – Comparativo: Modelo Diretivo x Modelo Participativo.



Dessa forma, a UNIDOMPEDRO tem o seu modelo de gestão baseado na gestão participativa onde a comunicação, o comprometimento e envolvimento acontecem nas duas vertentes. Nesta interação há um grande envolvimento tanto das lideranças quanto dos colaboradores no que diz respeito a processos, rotinas, atividades, objetivos e metas da organização. As tomadas de decisões são monitoradas pelas lideranças com delegação no que diz respeito a resoluções e iniciativas, levando em consideração o balizamento e cumprimento de normas e diretrizes dos órgãos competentes (MEC) e sem prejuízo as instâncias hierárquicas de um Centro Universitário.

Este modelo de gestão visa viabilizar os objetivos abaixo no âmbito da Gestão do Centro Universitário Dom Pedro II, descritos em seguida:

- Comprometimento de todos (liderança, colaboradores);
- Valorização das pessoas;
- Administração baseada em processos e informações;
- Foco nos resultados;
- Ação proativa e resposta rápida;
- Aprendizado;
- Responsabilidade social;
- Visão de futuro;
- Integração da política de recurso humanos à estratégia da organização.

Comprometimento de todos (liderança e colaboradores):

A excelência organizacional está centrada na capacidade e no comprometimento de todos em relação às metas e objetivos da organização, e com foco visionário nos seus resultados e melhorias constantes. Para isto é necessário metas bem definidas com uma comunicação clara e informação precisas, buscando atender as necessidades das equipes envolvidas e promovendo o desenvolvimento organizacional de forma harmônica e sustentada.

Valorização das pessoas:

O crescimento, o bom desempenho e o sucesso das organizações estão cada vez mais vinculadas às habilidades do conhecimento, da criatividade e da motivação dos seus líderes e colaboradores. No entanto o sucesso destes dependem cada vez mais de um ambiente favorável ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades e oportunidades constantes de aprendizado. Quando se valora pessoas, busca- se atender aos seus anseios e necessidades, tendo como resultado a satisfação, o bom desempenho, a motivação e o envolvimento dos mesmos para com organização, tendo como consequência o crescimento e a perenização da mesma.

Administração baseada em processos e informações:

A análise de processos leva ao melhor entendimento do funcionamento da organização e permite a definição adequada de responsabilidades, a utilização eficiente dos recursos, a prevenção e solução de problemas, a eliminação de atividades

redundantes e a identificação clara dos clientes e fornecedores. A constante análise do sistema de gestão, dos processos e da interdependência entre eles ajuda a desenvolver o pensamento sistêmico na organização.

A base para a tomada de decisão, em todos os níveis da organização, é a análise de fatos e dados gerados em cada um de seus processos. Estes se transformam em informações relacionadas a todos os aspectos importantes para a organização, ou seja, clientes, mercados, pessoas, serviços, produtos, processos, fornecedores, sociedade e aspectos financeiros. O conhecimento adquirido por meio das informações é retido pela organização para que possa funcionar de maneira mais ágil e independente, torná-la capaz de introduzir inovações ou melhorias de forma mais rápida e tomar decisões mais eficazes.

Foco nos resultados:

O sucesso de uma organização é avaliado por meio de resultados medidos por um conjunto de indicadores que refletem, de forma balanceada, harmônica e sustentada, as necessidades e interesses de todas as partes interessadas. Para que estas necessidades sejam atendidas, a organização determina as estratégias, os planos de ação e as metas de forma clara. Um processo de comunicação eficaz é, então, implementado para que as pessoas envolvidas possam entender as estratégias, os planos de ação e as metas da organização, e atuar em consonância com os resultados objetivados. Agindo desta forma, a Organização enfatiza a importância do acompanhamento dos resultados, da comparação destes com os dos referenciais comparativos pertinentes (BENCHMARKING) e do monitoramento da satisfação de todas as partes interessadas.

Ação proativa e resposta rápida:

O sucesso em mercados competitivos e com demandas rigorosas de tempo requer sempre ciclos cada vez menores de introdução de serviços e produtos novos, ou melhorados, no mercado. A rápida alteração nas estratégias, decorrentes de cenários em mudança, implicando em sistemas de trabalho ágeis, flexíveis e em processos simplificados, e o rápido atendimento das demandas de todas as partes interessadas, também são fundamentais.

A proatividade possibilita a antecipação no atendimento das demandas do cliente e de outras partes interessadas, o que é um dos principais elementos de alavancagem da satisfação dos mesmos, pela capacidade de surpreendê-los, de forma favorável, ao responder às suas necessidades emergentes. Por outro lado, a organização planeja

melhor suas ações, serviços e produtos quando busca a prevenção de problemas e a eliminação, ou minimização, dos impactos sobre os próprios processos e também sobre a sociedade e o meio ambiente.

A resposta rápida agrega valor ao serviço ou produto de várias formas, como por exemplo, reduzindo o tempo entre o projeto e a introdução de serviços e produtos no mercado.

A resposta rápida significa a busca de processos de produção mais eficazes e com custos mais reduzidos. Este conceito pode ser estendido aos processos de gestão como um todo. Um dos exemplos mais significativos é o atendimento às reclamações dos clientes. Quando a organização soluciona rápida e eficazmente as reclamações de um cliente, ela consegue reverter às expectativas inicialmente desfavoráveis, e assim promover um melhor relacionamento com ele.

Aprendizado:

O alcance de níveis de desempenho excelentes requer uma atenção permanente ao aprendizado. Os mecanismos de avaliação e melhoria ou inovação de serviços, produtos, de processos relativos aos serviços/produtos e de processos de gestão são essenciais para o desenvolvimento da organização.

A contínua incorporação de melhorias ou a introdução de inovações leva aos estágios superiores de excelência, o que pode ser demonstrado por meio de serviços, produtos e processos inovadores e refinados. Nesta evolução, os resultados alcançados são cada vez mais significativos, o que permite conduzir a organização à liderança de mercado. As melhorias contínuas implementadas abrangem ações corretivas, preventivas e inovadoras, que dependem das necessidades específicas da organização.

O aprendizado é, então, internalizado na cultura organizacional tornando-se parte do trabalho em qualquer de suas atividades, seja na constante busca da eliminação da causa de problemas ou na motivação das pessoas pela própria satisfação de executarem suas atividades sempre da melhor maneira possível. Uma organização que executa continuamente a auto-avaliação do seu sistema de gestão, tomando como base comparativa os modelos referenciais de excelência, e implementa melhorias ou inovações em suas práticas gerencias, tem mais condições de atingir e manter o nível de excelência do desempenho.

Responsabilidade social:

A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam

ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. Por outro lado, é também o exercício da sua consciência moral e cívica, advinda da ampla compreensão do papel da organização no desenvolvimento da sociedade. Trata-se, portanto, do conceito de cidadania aplicado às organizações.

No tocante à segurança e à saúde públicas e proteção ambiental, a organização cidadã prevê os impactos adversos que podem decorrer das instalações, produção, distribuição, transporte, uso, descarte ou reciclagem final de produtos e toma as ações preventivas e de proteção necessárias. O exercício da cidadania pressupõe a liderança e o apoio de interesses sociais. Tais pressupostos podem incluir a educação e a assistência comunitária; a proteção dos ecossistemas; a adoção de políticas não- discriminatórias; a promoção da cultura, do esporte e do lazer e a participação ativa no desenvolvimento nacional, regional ou setorial.

A liderança na cidadania implica em influenciar outras organizações, públicas ou privadas, a tornarem-se parceiras nestes propósitos e também em estimular as pessoas de sua própria força de trabalho no engajamento em atividades sociais. A postura da organização é pró-ativa em relação às demandas e aos fatos e não se restringe ao mero cumprimento de leis e à solução de problemas apontados pela comunidade.

Visão de futuro:

A busca da excelência do desempenho requer uma forte orientação para o futuro e a disposição de assumir compromissos de longo prazo com todas as partes interessadas (sócios, acionistas, consumidores, credores, sociedade etc.), demonstrando a intenção de continuidade das atividades da organização.

A organização e as partes interessadas são interdependentes, e um relacionamento transparente, sadio e mutuamente proveitoso reforça a habilidade de todos em criar valor e contribuir para um crescimento econômico sustentável. A antecipação às novas tendências de mercado, aos novos cenários, às novas necessidades dos clientes, aos desenvolvimentos tecnológicos, aos requisitos legais, às mudanças estratégicas dos concorrentes e aos anseios da sociedade é essencial para o sucesso de uma organização no longo prazo.

A organização ágil e flexível responde rapidamente às mudanças de cenários e às necessidades das partes interessadas, revisando periodicamente sua visão de futuro e suas estratégias. A organização planeja, pensa e aprende estrategicamente.

Integração da política de recurso humanos à estratégia da organização:

Para que o foco nos resultados seja alcançado é necessário que a política de RH esteja inserida na estratégia corporativa, ou seja, o RH fomenta o modelo de gestão, pois e nele que se encontra os instrumentos para a sua realização.

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

O processo de autoavaliação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) necessita ser consolidado em seu Relatório Institucional, de acordo com as diretrizes para Avaliação da Educação Superior, aplicada no âmbito da educação superior e da educação profissional técnica de nível médio da IES.

As diretrizes, que foram instituídas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no ano de 2004, através Lei n°10.861, e por conseguinte, sua regulamentação por meio da Portaria nº 2.051/2004, são, inegavelmente, um importante março de fomento à qualidade do ensino em nosso país, em virtude principalmente da sua finalidade de promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externas e internas.

Fundamentada na autoreflexão e tendo como referência as dez dimensões de avaliação institucional do SINAES, a autoavaliação é um processo participativo e vivo, que possibilita a cada IES ampliar a visão sobre a sua própria realidade. É este, assim, “um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de fatos e de expectativas” (CONAES/INEP 2006), que permite a IES utilizar as informações auferidas para verificar tanto os seus próprios avanços quanto estabelecer as estratégias para superar os obstáculos à sua evolução, transformando-os em oportunidades demelhorias.

Nesta IES, conforme legislação vigente, a autoavaliação institucional é conduzida por uma comissão composta por professores, funcionários, alunos e representantes da sociedade, e vem se consolidando como um processo de análise e interpretação de desafios que emergem das informações quantitativas e qualitativas propiciadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Como orientam as diretrizes e o roteiro da autoavaliação institucional do CONAES, estas informações, sintetizadas no relatório de autoavaliação institucional, tem o intuito maior de fomentar o desenvolvimento e a consolidação da própria instituição, elevando a qualidade de suas ações e dos serviços que presta à comunidade interna e externa.

Ressalte-se que as informações são coletadas através de instrumentos diversos, a exemplo de questionários on-line e grupos focais, utilizados em momentos diferentes com diferentes sujeitos. Os resultados auferidos são posteriormente sintetizados em um relatório e socializados com todos os segmentos da instituição.

Todos os instrumentos utilizados são elaborados fundamentados nos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei n° 10.861, que institui o SINAES.

O eixo 1 se refere ao **Planejamento e Avaliação Institucional e contempla** a dimensão 8: Planejamento e Avaliação. O eixo 2 trata sobre o **Desenvolvimento Institucional, que engloba a** Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição. O **Eixo 3 aborda as Políticas Acadêmicas**, que contempla a Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e a Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes. O **Eixo 4 se volta às Políticas de Gestão, que abarca a** Dimensão 5: Políticas de Pessoal, a Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e a Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira. Por fim, o **Eixo 5 trata da Infraestrutura Física, relacionada à** Dimensão 7: Infraestrutura Física.

8.1 Processo de Autoavaliação Institucional:

Conforme consubstancia o **Projeto de Autoavaliação Institucional da IES**, o **processo de autoavaliação** não se restringe a um único período ou instrumento. Com ações iniciadas no primeiro mês letivo de cada ano, é, dinamicamente desenvolvido durante os semestres, através de instrumentos qualitativos e quantitativos de pesquisa. Todos os norteadores do processo estão formalmente instituídos no nosso Projeto de Autoavaliação Institucional, que é essencialmente pautado nas diretrizes e parâmetros da legislação vigente. Tal projeto é revisto a principio, a cada dois anos ou, extraordinariamente, quando novas diretrizes ou demandas definem a necessidade de atualização. No quadro a seguir pode ser visualizada a síntese desta caminhada, em etapas:

1ª ETAPA: PREPARAÇÃO
Analise crítica do percurso da CPA; Redefinição das ações, considerando a analise realizada; Elaboração do calendário de ações; Redefinição nos instrumentos de coleta de dados a serem utilizados; Registro de questionário na plataforma da instituição; Visitas aos calouros para apresentação da CPA; Divulgação de cartazes informativos e motivacionais sobre

Processo de Autoavaliação e sobre a CPA.
2ª ETAPA: DESENVOLVIMENTO
Atualização dos grupos focais por segmento; Aplicação do questionário de autoavaliação online; Analise dos relatórios gerais da Ouvidoria; Elaboração dos relatórios dos grupos focais; Representação dos quadros de monitoramento dos resultados parciais à instituição
3ª ETAPA: CONSOLIDAÇÃO
Sistematização dos dados coletados; Elaboração do relatório; Divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.

QUADRO: Etapas da autoavaliação na FDPII – Fonte CPA da FDPII

Para a coleta de dados do processo de autoavaliação são utilizados questionários *online*, os grupos focais por segmento, análise de relatórios da Ouvidoria e dos pareceres de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e recredenciamento, participação nas reuniões de colegiado dos cursos e contato direto com os diversos segmentos da instituição. A funcionalidade de cada instrumento pode ser assim sintetizada:

- **Questionário *online* voltados a todos os segmentos** – composto de questões relacionadas a autoavaliação, avaliação docente/tutor docente por disciplina, avaliação dos cursos e das coordenações e avaliação da instituição. Atualizado periodicamente, o questionário de avaliação, além das novas questões, foi alterado também nas opções de resposta, agora baseadas na escala de *Likert*. Adotou-se, no questionário, 5 itens Likert, contendo o mesmo número de categorias positivas e negativas. O acesso dos participantes ao questionário foi fornecido mediante o *login* e senha para usuários da comunidade acadêmica (alunos, professores, tutores, coordenadores e funcionários).

- **Grupos focais por segmento** – acontecem com a presença de um moderador (membro da CPA), um observador e com os representantes de turma, coordenadores, professores, tutores e funcionários, separados por segmento. Nos grupos os participantes foram convidados a discutir e analisar questões referentes à autoavaliação, o curso e a instituição.

- **Análise de relatórios da Ouvidoria**- na IES a Ouvidoria tem o papel de atuar com imparcialidade, transparência e independência, em defesa dos interesses dos vários sujeitos da instituição que a procura para prestar sugestões, reclamações, elogios e consultas sobre ações e da própria instituição. Todas essas informações são registradas em relatórios mensais encaminhados à diretoria acadêmica. Por perceber a relevância dessas informações, a CPA, no ano de 2012, solicitou acesso a esses relatórios, passando a receber uma cópia de cada um a partir de então.

- **Pareceres das comissões de avaliação para autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e recredenciamento** – compostas por dois avaliadores designados pela Coordenação de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior do INEP, escolhidos por meio de sorteio eletrônico. Essas comissões realizam visita *in loco* à IES e, mediante a utilização instrumento de avaliação nos quais são registradas informações qualitativas e quantitativas, emitem um relatório com um conceito de cada curso.

- **Participação nas reuniões de coordenadores** – ocorrem mensalmente e permitem a ampliação do conhecimento sobre as potencialidades e limitações de cada curso e contemplou aspectos específicos não abordados nos instrumentos anteriores.

- **Contato direto com os diversos segmentos da instituição** – realizado com as turmas ingressantes no inicio do primeiro e do segundo semestre pela presidente da comissão, é também feito em momentos diversos com todos os segmentos em diferentes momentos do anos,pelos representantes da comissão. Esses contatos favoreceram a coleta de depoimentos espontâneos sobre as dificuldades enfrentadas pelos segmentos nos diversos *campi* da instituição.

- **Estudo de microdados disponíveis**: são utilizados microdados relativos aos cursos presenciais e a distância, disponibilizados pelo INEP (Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Conceito ENADE, Conceito de Curso (CC) e processos diversos, entre outros) voltados à avaliação institucional.

Dessa forma, desde o Credenciamento da IES, o processo de autoavaliação institucional vem sendo realizada e se constituiu como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, conforme evidencia os respectivos relatórios, onde citamos a relação entre autoavaliação institucional e medidas efetivas de gestão decorrentes da mesma, promovendo a constante evolução e melhoria institucional,

o que tem sido socializado intensamente para a comunidade acadêmica, no sentido da importância, da conscientização e da participação na relação contínua entre autoavaliação x planejamento x ações de melhoria.

8.2 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica:

A CPA dispõe de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, docentes, discentes e técnico-administrativos, além de representante da sociedade civil, de maneira que possamos otimizar a audição de todos os segmentos importantes para consolidar a autoavaliação institucional.

Conforme apresenta os respectivos relatórios, desde o início das atividades da CPA que temos realizado um trabalho de conscientização constante da comunidade acadêmica no sentido da participação de todos, o que tem se materializado na prática uma crescente e consolidada participação de todos. Para tanto, inclusive, além da conscientização para a participação nas avaliações da CPA, temos otimizado as estratégias, recursos e mecanismos de avaliação, com vistas a alcançar todos os alunos do presencial e da modalidade a distância, colaboradores, docentes e sociedade civil, inclusive frente a pandemia, tais como a realização das reuniões focais e disponibilização dos questionários eletrônicos no AVA.

Nesse sentido, a utilização de diferentes instrumentos avaliativos ampliou a abrangência das informações coletadas, além de tornar o processo de autoavaliação mais fiel à percepção da comunidade acadêmica em relação à instituição.

Portanto, cabe destacar que o processo de autoavaliação da instituição transcorre de forma democrática e participativa, envolvendo todos os segmentos da instituição. Como ação inicial, a comissão busca sensibilizar a comunidade que compõe a instituição, através de cada um dos seus representantes. Na sequência, são realizadas as seguintes ações:

a) Elaboração do cronograma de ações da CPA;

b) Planejamento e efetivação dos grupos focais com os segmentos, alunos, professores e funcionários;

c) Elaboração dos relatórios dos grupos focais;

d) Apresentação dos relatórios dos grupos focais à instituição, com sugestões;

e) Acompanhamentos das aquisições e alterações nos procedimentos institucionais, considerando as sugestões apontadas no relatório de autoavaliação relativo ao ano anterior e dos grupos focais;

f) Realização de reuniões ordinárias mensais com a comissão e de encontros extraordinários, quando necessários;

g) Sensibilização da comunidade, através de visitas da comissão a reunião de

colegiados dos cursos e chamadas à participação na autoavaliação em cartazes e mensagens no portal da instituição;

h) Participação nos processos de autorização e reconhecimento, através de reuniões com as comissões externas e leitura dos pareceres emitidos pelos avaliadores;

i) Análise dos relatórios da ouvidoria;

j) Disponibilização dos questionários de avaliação na plataforma *web* da instituição, para acesso através de *login* e senha para usuários da comunidade acadêmica (alunos, professores, coordenadores e funcionários);

k) Participação em reuniões de coordenadores dos cursos;

l) Visitas às dependências de todos os *campi* da instituição;

m) Reunião da comissão para a elaboração do relatório final e definição das estratégias de socialização dos resultados junto à comunidade acadêmica;

n) Remessa do relatório final ao corpo diretivo da instituição e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

o) Divulgação dos resultados à comunidade interna.

8.3 Relatórios de autoavaliação:

A autoavaliação é realizada semestralmente, gerando resultados informações e dados parciais. Ao final do ano, os relatórios anuais são gerados para serem inseridos no sistema e-mec no início do ano seguinte na forma de relatório, conforme previsão de postagem, tudo conforme contempla o **Projeto de Autoavaliação Institucional da IES,** bem como, a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065**, que define o roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, e a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 062**, que define a estrutura do Relato Institucional.

Nesse sentido, anualmente geramos relatórios anuais denominados de Relatório Parcial e a cada triênio o Relatório Integral, sempre atralado ao nosso modelo de gestão para promover mudanças inovadoras.

Há que se destacar também que todos os dados e as informações coletados nos diversos instrumentos de pesquisa utilizados, agrupados em Eixo/Dimensão, são analisados a partir de abordagem quantitativa e qualitativa, para elaboração dos respectivos relatórios.

A tabulação do questionário, instrumento que abrange um número maior de respondentes, é realizada considerando as respostas de cada segmento com relação aos Eixos/Dimensões da Autoavaliação Institucional. Para este instrumento é utilizada, a principio, a abordagem quantitativa. Na tabulação são levantados os números e percentuais, em cada item da questão, do retorno dos sujeitos respondentes.

A abordagem qualitativa é utilizada na analise dos demais instrumentos, a exemplo dos relatórios dos grupos focais, nos quais contam as opiniões e percepções dos participantes da avaliação. Ressalte-se que esta abordagem permite tecer análises mais específicas, que muitas vezes as estratégias quantitativas não conseguem abarcar.

No processo de analise, todas as informações coletadas são organizadas em resumos estatísticos, que assumem por vezes a forma de textos e/ou representações tabelares e gráficas. Após, a analise é enviada aos órgãos envolvidos através da para ajustes, correções, e sugestões de aprimoramento.

Com base nas análises realizadas, os relatórios são elaborados, publicizados, postados no e-mec, e discutidos com a comunidade acadêmica e com a Direção da IES, num processo constante de retroalimentação para otimizar a gestão organizacional, tudo com base no Projeto de Autoavaliação Institucional da IES e nas Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES nº 065 e nº 062.

8.4 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação:

Desde o Credenciamento da IES, que se iniciaram os trabalhos de planejamento e avaliação institucional, visando otimizar o processo de gestão e evolução institucional. Por isso mesmo, o desenvolvimento da autoavaliação institucional é realizado através de do Projeto de Autoavaliação Institucional, que tem como objetivo geral consolidar uma cultura de avaliação institucional na IES, orientada pelo PDI e pautada na analise reflexiva e contínua da sua realidade por seus diferentes segmentos, voltada à revisão e a evolução contínua de suas práticas e democratização das suas ações.

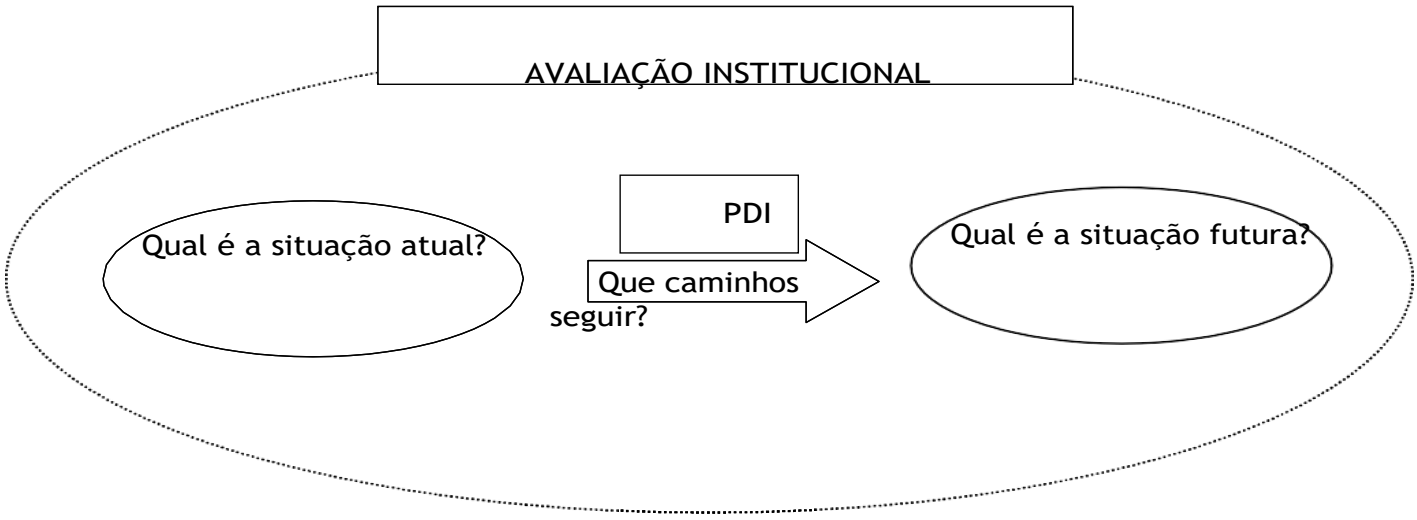
A partir do inicio do processo de autoavaliação institucional, que foram implementados princípios que associaram planejamento e avaliação, de maneira a buscar informações da comunidade interna e externa mediante a autoavaliação institucional, bem como, por meio da avaliação externa, momento em que os relatórios do MEC/INEP, por meio das visitas *in loco*, nos apresentou *feed backs* mais do que interessantes e necessários mediante um olhar externo, mas que sempre contemplou resultado entre os Conceitos 4 (quatro) e 5 (cinco).

Portanto, todo o processo de avaliação institucional objetiva retroalimentar a gestão institucional como ferramenta para o aprimoramento do planejamento da gestão e, principalmente, promover a evolução institucional.

Dessa forma, tais procedimentos de planejamento e avaliação promoveram a evolução institucional, **viabilizada pela percepção decorrente da análise aplicada a autoavaliação institucional e a avaliação externa**, tendo ambos processos de **avaliação** se constituído referencial da gestão institucional com vistas ao **planejamento**

que viabilizou a **evolução** da IES.

A figura abaixo representa, esquematicamente, tal percepção. Nela o PDI é evidenciado como documento de planejamento, indispensável para a instituição evolua da situação atual para a situação futura desejada:



A avaliação evidencia-se, assim, como um instrumento de regulação superior, na medida em que faz um diagnóstico da situação atual (avalia a própria execução do PDI) apontando os rumos para correções, quando necessárias. Por isso mesmo, se faz necessário que a autoavaliação institucional ocorra continuamente em conjunto com as avaliações externas, para retroalimentação constante do planejamento e da evolução institucional.

Dessa forma, especificamente, pretende-se:

- Diagnosticar a situação atual vivencia pela instituição;
- Identificar as demandas emergentes de alunos, professores e funcionários através dos Grupos Focais;
- Divulgar as informações e dados pesquisados com agilidade, respeitando os princípios éticos e as normas da instituição;
- Sugerir mudanças de estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade;
- Auxiliar o planejamento de alterações necessárias e acompanhar a implantação do planejado;
- Reforçar o a analise contínua da ação educativa, pautada no compromisso com a excelência do saber;
- Estimular a emergência de uma cultura de Avaliação na IES, que pressuponha a autoavaliação e a avaliação externa como instrumentos de busca de excelência;
- Fomentar a reflexão crítica sobre o caráter formativo do processo avaliativo e a compreensão sobre as práticas institucionais, com vistas a identificação dos desafios e das possibilidades para a evolução da instituição e de cada um dos seus membros.

8.5 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados:

A autoavaliação é realizada semestralmente, gerando resultados informações e dados parciais. Ao final do ano, os relatórios anuais são gerados para serem inseridos no sistema e-mec no início do ano seguinte na forma de relatório, conforme previsão de postagem, tudo conforme contempla o **Projeto de Autoavaliação Institucional da IES,** bem como, a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065**, que define o roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, e a **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 062**, que define a estrutura do Relato Institucional.

A partir do inicio do processo de autoavaliação institucional, que foram

implementados princípios que associaram planejamento e avaliação, de maneira a buscar informações da comunidade interna e externa mediante a autoavaliação institucional, bem como, por meio da avaliação externa, momento em que os relatórios do MEC/INEP, por meio das visitas *in loco*, nos apresentou *feed backs* mais do que interessantes e necessários mediante um olhar externo.

Conforme os respectivos relatórios, os resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas são analisados, divulgados por diversos canais e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica, inclusive pela Direção da IES, de maneira que todas as informações necessárias estejam apropriadas e conhecidas por todos os segmentos.

Com base nas análises realizadas, os relatórios são elaborados, publicizados, postados no e-mec, e discutidos com a comunidade acadêmica e com a Direção da IES, num processo constante de retroalimentação e de desenvolvimento de uma percepção da condição atual da IES, tudo para otimizar a gestão organizacional com vistas a evolução, sempre com base no Projeto de Autoavaliação Institucional da IES e nas Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES nº 065 e nº 062.

8.6 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação:

Por fim, segue o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação, que normatiza os procedimentos de autoavaliação na IES a luz da legislação vigente:

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1° Este regulamento, elaborado em consonância com o Artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 dispõe sobre a organização, funcionamento e as atribuições da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da IES.

§1º A CPA terá atuação autônoma em relação aos demais órgãos colegiados existentes na instituição.

§2º - Na composição da CPA é assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representante da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

CAPÍTULO II
DO OBJETIVO E SUAS FINALIDADES

Artigo 2º A CPA da IES tem como objetivo principal conduzir os processos de

avaliação internos da instituição, assim como sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos termos do Artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

§1º As informações oriundas dos processos de autoavaliação prestadas ao INEP serão utilizadas para a evolução da qualidade da educação superior ofertada pela instituição, a orientação da sua expansão, a otimização da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da instituição com as comunidades que dela necessitam.

§2º A autoavaliação, na IES, é compreendida como um processo dinâmico, sistêmico e participativo de investigação permanente sobre as ações, processos e relacionamentos internos e externos; neste sentido busca integrar múltiplos instrumentos, momentos, espaços e sujeitos, para a reflexão e produção de conhecimento sobre a própria instituição, no que tange ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e relações com a sociedade.

CAPITULO III
DA COMPETÊNCIA

Artigo 3º Compete a Comissão Própria de Avaliação, observada a legislação pertinente:

I – Planejar e conduzir os processos de avaliação interna da instituição, a partir das seguintes ações e pressupostos:

a) elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional, definindo os objetivos, a metodologia e os procedimentos, em consonância com o perfil, a missão, os objetivos, as metas, e as estratégias da Instituição;

b) socialização com a comunidade acadêmica, através dos instrumentos de comunicação da instituição, as finalidades da Avaliação Institucional;

c) produzir e aplicar os instrumentos necessário à autoavaliação institucional em consonância com a Nota Técnica de nº 14 CGACGIES/DAES/INEP, buscando uniformizar a compreensão sobre os indicadores do Instrumento de Avaliação das IES presentes na publicação do D.O.U, de 4 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 92, de 31 de janeiro;

d) planejamento do processo de Avaliação Institucional, com foco na participação democrática, crítica e transformadora;

e) divulgação do processo de Avaliação Institucional para a comunidade acadêmica como instrumento norteador das ações e transformações necessárias ao pleno desenvolvimento da Instituição;

f) garantia do uso ético das informações coletadas no processo de Avaliação Institucional;

g) consolidação de uma cultura de avaliação na instituição, para que o processo de Avaliação Institucional ocorra de forma contínua e permanente;

h) garantia a divulgação dos resultados do processo de Avaliação Institucional à comunidade acadêmica.

II- elaborar, analisar e encaminhar, às instâncias competentes, relatórios e pareceres referentes;

III – efetivar estudos e análises voltados ao aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;

IV - sugerir ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO

Artigo 4º A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será composta em conformidade com o Artigo 11 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e do § 2º, incisos I e II do Artigo 7º por: I - um coordenador;

II - um representante do corpo docente;

III - um representante do corpo técnico-administrativo; IV - um representante do corpo discente;

V - um representante da sociedade civil.

§1º Os membros da CPA cumprirão mandato de no mínimo dois anos, podendo ser reconduzidos como representantes do mesmo segmento;

§2º O Coordenador da CPA será um Professor ou representante do corpo técnico-administrativo indicado pela instituição;

§3º O preenchimento de vagas da CPA dar-se-á por escolha dos representantes da comissão, entre os candidatos que realizarem a inscrição no prazo divulgado para tal;

§4º Quando não houver inscrições dentro do prazo para o preenchimento de vagas, os candidatos poderão ser indicados pela instituição;

§5º Caberá aos membros da comissão, em reunião, a escolha dos novos membros, por meio de voto da maioria;

§6º Qualquer membro da CPA, pode se afastar da Comissão por interesse particular, a seu critério, antes mesmo final do mandato. Neste caso, será aberta vaga para o segmento;

§7º O tempo do mandato de cada membro da CPA é contado individualmente, iniciando- se novo período a partir da sua posse;

§8º O não comparecimento às reuniões por três vezes consecutivas, sem justificativa, impossibilitará a permanência do membro, ocorrendo a sua substituição.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DA CPA

Artigo 5°Compete ao Coordenador da CPA:

I - representar a CPA perante a IES assim como em órgãos públicos regulam e executam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (SINAES);

II - convocar as reuniões da comissão, apresentando as respectivas pautas;

III - requisitar aos setores da IES as informações e documentações pertinentes à execução da Proposta de Autoavaliação Institucional;

IV – coordenar as reuniões da comissão;

V – coordenar o processo de planejamento, organização, elaboração, aplicação dos instrumentos que integram o processo de avaliação institucional, assim como a análise dos resultados obtidos;

VI - coordenar a elaboração participativa e redação do Relatório Final da Autoavaliação Institucional de cada Ciclo Avaliativo, fomentando a divulgação dos resultados para os segmentos institucionais e representação da comunidade externa.

VII – participativa dos seminários, encontros e reuniões de coordenadores de CPA convocados pelo MEC/INEP/CONAES.

VIII - manter em dia o cronograma anual das atividades de Auto-Avaliação da CPA;

IX– responsabilizar-se pela documentação, mantendo-se atualizado sobre a legislação, resoluções e instrumentos enviados pelo MEC/INEP CONAES (documentação externa);

X- responsabilizar-se pela documentação gerada pelas avaliações institucionais internas da IES;

XI- responsabilizar-se pelo arquivo geral da CPA.

Artigo 6º. Aos membros da CPA compete:

I- participar da elaboração dos planos de Autoavaliação Institucional assim como da organização e elaboração dos instrumentos que integram o processo de avaliação institucional;

II – participar da aplicação dos instrumentos avaliativos e da análise e divulgação dos resultados obtidos;

III - propor projetos ou ações voltados a otimização do processo avaliativo Institucional;

IV – participar dos Grupos Temáticos ou Focais para a avaliação de Dimensões específicas da instituição;

VI- prestar as informações pela coordenação da CPA sobre o seu nível de atuação.

CAPÍTULO VI
ADMINISTRAÇÃO, FUNCIONAMENTO E REUNIÕES

Artigo 7º - A administração da IES proporcionará os meios, os recursos materiais e as condições materiais necessárias ao funcionamento da CPA.

Artigo 8º - A CPA reunir-se-á mensalmente, em sessão ordinária, ou em caráter extraordinário quando convocada pelo coordenador ou pela maioria dos seus membros.

§1° As reuniões ordinárias serão previstas no início de cada semestre mediante cronograma distribuído aos membros e as reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§2º A reunião será sempre iniciada com a presença da maioria de seus membros, nos primeiros dez minutos do horário estabelecido, após esse horário, com qualquer número de presentes.

§3º Na ausência do coordenador, assumirá a presidência da reunião um membro por ele indicado ou o participante mais antigo da Comissão.

Artigo 9º - Serão elaboradas atas de todas as reuniões, que podem ser consultadas, na CPA, a qualquer tempo por qualquer membro da comunidade acadêmica.

CAPITULO VII
DA SECRETARIA DA CPA

Artigo 10 - A Secretaria da CPA será exercida por um dos funcionários técnico-administrativos designado pela instituição. Na falta desse, tal função poderá ser exercida por um dos membros da CPA, com o apoio do coordenador da comissão.

Artigo 11 - São atribuições do Secretário:

I - prestar assessoramento direto à Coordenação da CPA;

II- manter informados os membros da CPA sobre qualquer assunto pertinente à Comissão;

III- responsabilizar-se pela entrada e saída de expediente do setor em tempo hábil, mantendo a coordenação informada dos prazos;

IV organizar materiais para as apresentações internas da CPA (confecção de slides, digitação de textos a serem distribuídos etc.);

V manter atualizados os conteúdos da página da CPA no site da IES e de seus murais; VI- acompanhar a agenda de reuniões e eventos da CPA;

VII- levantar e consolidar dados para a realização de avaliações, organizar e distribuir material, tabular dados, gerar gráficos, digitar relatórios finais, montar documento final e enviar aos respectivos interessado;

VIII - preencher documentos on-line disponibilizados pelo MEC.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 12 - Este Regulamento poderá sofrer alterações e adaptações, desde que propostas oficialmente a CPA por meio de documento assinado por dois terços de seus membros ou por solicitação da IES.

Artigo 13 - Os casos omissos ou dúvidas na aplicação do presente Regulamento serão resolvidos por votação da CPA.

Artigo 14 - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, revogadas as disposições em contrário.

9. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

No presente ciclo de desenvolvimento institucional do Centro Universitário Dom Pedro II, que se desdobra de 2023 até 2027, apresentamos as políticas de implantação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, presencial e a distância, na forma da legislação vigente, correlatos aos cursos de graduação existentes.

Vale salientar que o **Projeto Pedagógico Institucional**, e a **Organização Didático Pedagógica da IES**, devidamente adequados **para a implantação e funcionamento da modalidade a distância**, são aplicáveis, no que couber, aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com as devidas adequações, ampliações e adventos descritos ao longo deste PDI e destacadas abaixo:

9.1 Estrutura Organizacional:

Conforme Regimento Interno da IES, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio se integra a oferta de ensino do Centro Universitário Dom Pedro II, passando a compor sua estrutura organizacional.

No âmbito da Reitoria do Centro Universitário Dom Pedro II, a Coordenação Geral dos Cursos Técnicos integra a Pró-Reitoria de Ensino, enquanto órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação de todas as atividades vinculadas a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Composta pelas Coordenações de Cursos e respectivos Colegiados, a Coordenação Geral dos Cursos Técnicos dispõem de assento previsto nos Conselhos Superiores da IES para os seus coordenadores, docentes e discentes.

9.2 Oferta de Cursos:

Conforme legislação vigente, inicialmente, o Centro Universitário Dom Pedro II passará a ofertar Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio mediante autorização da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SISTEC, na condição de IPES – Instituição Privada de Ensino Superior, conforme cursos correlatos disponíveis.

Posteriormente, a IES pretende ampliar sua oferta de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio mediante Credenciamento e Autorização frente ao Conselho Estadual de Educação da Bahia.

9.3 Processo Seletivo:

O Processo Seletivo para os cursos técnicos do Centro Universitário é regulamentado mediante Edital específico publicado antes das inscrições, incluindo, além das normas que o regulam, o calendário de inscrições, as provas e/ou etapas de avaliação, os critérios de avaliação do nível de desempenho dos candidatos, os programas exigidos, e o número de vagas oferecidas.

O Processo Seletivo tem por objetivo classificar os candidatos no limite das vagas para cada curso.

9.4 Regime de Aulas e Matrículas:

A matrícula nos cursos técnicos do Centro Universitário Dom Pedro II será realizada no regime semestral seriado.

O candidato deverá apresentar os seguintes documentos para efetivar a matrícula:

I - Comprovante de conclusão do ensino médio ou comprovante de matrícula no ensino médio com previsão de conclusão anterior ou concomitante a conclusão prevista do curso técnico;

II - Carteira de Identidade ou documento que a substitua legalmente.

A renovação de matrícula nos semestres subsequentes fica condicionada a apresentação do comprovante de conclusão do ensino médio ou comprovante de matrícula no ensino médio com previsão de conclusão anterior ou concomitante a conclusão prevista do curso técnico.

9.5 Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores:

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores foram definidos a partir das orientações descritas na legislação vigente: Art. 36º da Resolução CNE/CEB nº 6/2012:

> Art. 36 Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos: I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante; III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Resolução 06/2012).

Dessa forma, será facultado ao discente dos cursos técnicos solicitar o aproveitamento de disciplinas já cursadas e nas quais obteve aprovação, bem como de saberes profissionais desenvolvidos em seu itinerário profissional e de vida.

Os interessados deverão protocolar requerimento específico, obtido na secretaria da IES, dentro do prazo estipulado no Calendário de Aulas, anexando documentação comprobatória.

O requerimento deverá estar acompanhado do histórico escolar, quando for o caso, e do conteúdo programático das disciplinas, os quais serão submetidos à análise prévia de um docente indicado pelo coordenador.

O aproveitamento poderá ser obtido por dois procedimentos: por meio de análise da documentação comprobatória ou por meio da aplicação de Exame de Proficiência.

No primeiro modo, será realizada análise da equivalência de conteúdos programáticos e de cargas horárias de disciplinas já cursadas pelo discente em cursos de modalidade equivalentes, conforme documento emitido pela instituição de origem do aluno.

Quanto ao Exame de Proficiência, que visa aferir conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, através de provas ou outros instrumentos de avaliação que deverão aferir os conteúdos, as competências e as habilidades do discente em determinada disciplina e terão valor igual à pontuação do período letivo.

Nos casos de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, caberá ao Coordenador designar banca examinadora especial que será responsável por estabelecer os conteúdos a serem abordados e as competências e habilidades a serem avaliadas, bem como por definir os procedimentos e operacionalizar a elaboração, aplicação, correção das avaliações.

As datas de requerimento para Exame de Proficiência, aplicação das provas e divulgação dos resultados deverão fazer parte do Calendário Escolar.

O discente que obtiver um rendimento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) será dispensado de cursar a disciplina. A pontuação a ser atribuída ao discente será a que for obtida na avaliação, sendo registrado no histórico escolar como Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores (ACEA), observando-se o período e a carga horária constantes na matriz curricular do curso.

Vale salientar que o discente deverá frequentar as aulas da(s) disciplina(s) da(s) qual requereu dispensa até o deferimento do pedido de aproveitamento.

9.6 Verificação do Rendimento Escolar:

O rendimento acadêmico do aluno nos cursos técnicos é verificado seguindo o mesmo padrão dos cursos de graduação previsto neste PDI, tanto na modalidade presencial, quando a distância.

A avaliação de desempenho será verificada em cada disciplina, por meio de instrumentos que comprovem assiduidade e aproveitamento de estudo, nas avaliações e demais atividades avaliativas programadas, tendo como referência a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação.

Dessa forma, a verificação é realizada por disciplina, em função de assiduidade e eficiência nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas, associada a interdisciplinaridade que poderá compor também a verificação de rendimento acadêmico.

Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, e sua verificação se faz por provas, testes, pesquisas, atividades práticas, trabalhos individuais e/ou em grupo.

Para a avaliação das eficiências nos estudos são distribuídos pontos cumulativos, numa escala de zero (0) a dez (10), sendo que as avaliações a serem realizados em cada disciplina, e seus respectivos valores, ficam a critério do professor, devendo ser estabelecidos no plano de ensino, aprovado pelo Colegiado.

As atividades serão definidas em número e conteúdos em cada disciplina, podendo ser ministradas por meio de atividades diversas, tais como provas, foruns, chats, análises de casos, questionários, exercícios e outras modalidades de avaliação que sejam pertinentes ao conteúdo da disciplina.

O aluno será aprovado nas seguintes condições:

a) Cumprindo um mínimo de 75% de atividades presenciais/virtuais de

aprendizagem;

b) Obtendo Conceito Final (CF), variando de 0 (zero) a 10 (dez), igual ou superior a 6,0 (seis).

O aluno que obtiver Conceito Final (CF) inferior a 3,0 (três) será reprovado na disciplina sem direito a Avaliação Complementar (AC) e deverá repeti-la oportunamente.

O aluno que obtiver Conceito Final (CF) de 3,0 (três) a 5,9 (cinco vírgula nove) tem direito a uma Avaliação Complementar (AC), que será também presencial e individual. Para obter a aprovação, deverá alcançar Média superior ou igual a 5,0 (cinco) conforme cálculo abaixo, sendo que o aluno que não alcançar CF exigido repetirá a disciplina:

$$\frac{CF \times 6 + AC \times 4}{10} > \text{ou} = 5$$

A Avaliação Complementar versará sobre matéria lecionada durante todo o período letivo, na disciplina. O resultado da Avaliação Complementar será calculado em conjunto com o resultado obtido na disciplina durante todo o período letivo, o aluno que tiver obtido média final 5,0 (cinco) pontos está aprovado na disciplina.

Não haverá segunda chamada da Avaliação Complementar, sendo seus dias de aplicação informados no Calendário de Aulas.

Na modalidade presencial, está automaticamente reprovado na disciplina o aluno que não tenha frequentado um mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das atividades programadas. É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo na modalidade a distância, onde as frequencia é aferida mediante o cumprimento das atividades e programações previstas para cada disciplina.

São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento acadêmico, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para o Colegiado de Curso respectivo e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da IES. O recurso deverá ser feito dentro do prazo de execução do período letivo.

Os professores dispõem de prazo de até dez (10) dias para encaminhamento à Secretaria Geral os resultados de provas, trabalhos e exames. No prazo de até dois (2) dias, a contar da data da divulgação dos resultados, é facultado ao aluno requerer verificação de resultados.

A avaliação do estágio, quando previsto, é estabelecida nas respectivas políticas e regulamentos de cada curso.

No caso de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a avaliação tem como referência a viabilização do processo de ensino aprendizagem em condições especiais de aprendizagem.

Na modalidade a distância, é obrigatória a realização de 01 (uma) verificação de aproveitamento escolar, sob a forma de Prova Presencial (PP), conforme legislação vigente, de acordo com as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico, em cada disciplina.

Na modalidade a distância, o Conceito Final (CF) será computado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) da soma das notas de atividades programadas e 50% (cinquenta por cento) da nota da Prova Presencial (PP), composta por questões discursivas e objetivas, que é previamente agendada em calendário.

O comparecimento do aluno à prova presencial (PP) é registrado mediante assinatura em ata de prova. O aluno que perder uma das atividades avaliativas na disciplina poderá realizar atividade substitutiva devidamente solicitada e agendada, na data estabelecida no Calendário Acadêmico.

A presença do aluno na Prova Substitutiva é registrada mediante assinatura em Ata de Prova. A Prova Substitutiva terá a mesma forma da avaliação perdida pelo aluno, inclusive, quando se tratar da prova presencial que será substituída por outra prova presencial!

Ao aluno é assegurado o direito à uma única revisão de Prova Presencial (PP) e/ou Prova Presencial Substitutiva (PS). O requerimento de revisão da Prova Presencial (PP) ou da Prova Presencial Substitutiva (PS) deve ser protocolado no pólo, nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico. A revisão é realizada por um dos professores conteudista da disciplina.

9.7 Estágio Supervisionado:

Conforme diretrizes curriculares e legislação vigente, os cursos técnicos podem ter o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório, previsto e descrito no Projeto do Curso, como pré-requisito indispensável para conclusão do respectivo curso.

O estágio supervisionado tem por finalidade proporcionar ao aluno oportunidade de desenvolver sua capacidade profissional, sob direta ação crítica e orientadora da Coordenação de Estágio.

A realização do Estágio Supervisionado deverá seguir a legislação vigente quando previsto, o Regulamento Geral de Estágio disposto neste PDI e, quando necessário, regulamento próprio criado pelo respectivo Colegiado.

O estágio supervisionado não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Os Estágios classificam-se em obrigatório (curricular) ou não-obrigatório (extracurricular).

Quando preconizado nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou definido no projeto pedagógico do curso, constitui-se em componente curricular obrigatório do curso ao qual se aplica, sendo o seu cumprimento requisito indispensável à colação de grau e expedição do diploma.

O estágio não obrigatório é aquele não previsto no currículo, desenvolvido como atividade suplementar e opcional, mas que poderá ser computado como atividades complementares e/ou atividade prática curricular, pois se constitui em atividade que agrega à formação acadêmico-profissional do aluno, por isso é incentivada e acompanhada pela IES.

A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivo estabelecido na estrutura curricular;
- Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a IES;
- Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a IES;
- Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso.

9.8 Trabalho de Conclusão de Curso:

Conforme diretrizes curriculares e legislação vigente, os cursos técnicos podem ter o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como componente curricular obrigatório, previsto e descrito no Projeto do Curso, como pré-requisito indispensável para conclusão do respectivo curso.

O TCC tem por finalidade oportunizar uma reflexão teórico aos concluintes do curso técnico.

A realização do TCC deverá seguir a legislação vigente quando previsto, o Regulamento Geral de TCC disposto neste PDI e, quando necessário, regulamento próprio criado pelo respectivo Colegiado.

9.9 Atividades Complementares:

Conforme diretrizes curriculares e legislação vigente, os cursos técnicos podem

ter Atividades Complementares como componente curricular obrigatório, previsto e descrito no Projeto do Curso, como pré-requisito indispensável para conclusão do respectivo curso.

As Atividades Complementares têm por finalidade ampliar a formação do egresso oportunizando a realização de atividades que complementam a sua formação.

A realização de Atividades Complementares deverá seguir a legislação vigente quando prevista, o Regulamento Geral de Atividades Complementares e o disposto neste PDI e, quando necessário, regulamento próprio criado pelo respectivo Colegiado.

9.10 Infraestrutura Disponível na Sede e nos Polos:

Toda a infraestrutura da IES se encontra disponível para a educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades presencial e a distância.

Na Sede, a IES dispõem de 06 (seis) prédios na cidade de Salvador (cadastrados no sistema e-mec conforme número de registro listado abaixo), com estrutura e recursos compatíveis, onde há quase vinte anos atua na oferta de educação superior nas modalidades presencial e a distância.

Os 03 (três) Campi e os Polos dispõem de mais de 300 (trezentas) salas compatíveis para turmas de 35 (trinta e cinco) alunos ou mais, estrutura de secretaria geral, central de atendimento ao aluno, salas de Coordenação, Colegiado e NDE, gabinetes de Coordenadores e professores em tempo integral, salas para descanso e convivência dos professores, secretarias de cursos, ambiente para apoio técnico-administrativo, biblioteca, acervo digital de bibliografias básica e complementar, disponibilidade e organização dos conteúdos digitais, salas de estudo individual e coletiva, salas de tutoria, 10 (dez) laboratórios de informática, recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC, 10 (dez) laboratórios de prática profissional, 10 (dez) laboratórios didáticos de formação básica e específicos, 15 (quinze) laboratórios de saúde, Laboratórios específicos virtuais, duas unidades médico-hospitalar (Complexo de Saúde), núcleos de prática e balcões de atendimento abertos ao público em geral.

A estrutura dos Campi foi lançada no sistema e-mec, bem como, se encontram disponíveis as suas respectivas Plantas Arquitetônicas. Vale salientar que os Campi dispõem de todos os recursos de acessibilidade previstos na legislação vigente, bem como, Alvará de Funcionamento e Laudo Técnico referente a Evacuação e Incêndio, devidamente registrado no órgão competente.

Toda a estrutura disponível já está disponibilizada para suplantar a educação profissional técnica de nível médio, entretanto, vale salientar que foram reservados espaços exclusivos para alocação dos coordenadores, professores e funcionários que atuarão diretamente nos cursos técnicos, tendo em vista que o quadro de pessoal será

ampliado para tal fim, de maneira que serão disponibilizadas salas de Coordenação e Colegiado, gabinetes de Coordenadores e professores em tempo integral, salas para descanso e convivência dos professores, etc.

Segue relação de Campi disponíveis:

SEDE: (cód. e-mec 659553) Campus - Salvador - Comércio: Av. Estados Unidos, nº 18/20, Ed. Wildberger, 1º andar, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 40.010-020.

- **Endereços em funcionamento vinculados à Sede:**

(cód. e-mec 6815) Campus 2: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 41100-010;

(cód. e-mec 1055720) Unidade 2: Rua Grécia, s/n, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP 40010-010.

(cód. e-mec 1082117) Edfº Big: Praça da Inglaterra, Edfº Big, nº 06, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP CEP 40.015-140.

(cód. e-mec 1060419) Unidade Acadêmica: Rua das Pedrinhas, Ladeira da Terezinha, Subúrbio Ferroviário, s/n, Bairro Periperi (Escada). Salvador/Bahia. CEP 40.720-460. **Obs:** Complexo de Saúde para o Curso de Medicina e Odontologia, além de Campo de Estágio para demais Cursos.

(cód. e-mec 1106357) Campus Patamares: Rua Bicuíba, Nº s/n - Patamares - Salvador/Bahia. CEP 41680-050.

- **Campi fora da Sede:**

Os seguintes Campus fora da Sede estão sendo Credenciados mediante Unificação de Mantidas:

(cód. e-mec 1116137) Campus Barreiras: Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 106, Bairro Sandra Regina, Barreiras/Bahia**.** CEP 47.802-000

(cód. e-mec 1116138) Campus Jequié: Avenida João Goulart, nº 171 – A, Centro - Jequié/Bahia. CEP 45.200-070.

cód. e-mec 1101522) Campus Luis Eduardo Magalhães: Rua Rui Barbosa, quadra 35, Campus Principal, Nº Lote 16/17 - Centro - Luís Eduardo Magalhães/Bahia. CEP 47.850-000.

Para o funcionamento da modalidade a distância no âmbito dos cursos técnicos, o Centro Universitário dispõem Polos cadastrados e registrados no Sistema e-mec, todos com quadro de pessoal e infraestrutura padrão, contemplando plenamente a legislação vigente, conforme descrito abaixo:

I - 03 (três) Salas de aula;
II - 01 (hum) Laboratório de informática; III - 02 (duas) Sala de tutoria;
IV - 03 (três) Ambientes para apoio técnico-administrativo;
V - Laboratórios específicos virtuais;

VI - Acervo digital de bibliografias básica e complementar;
VII - Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC; VIII - Disponibilidade e organização dos conteúdos digitais.

O quadro de pessoal existente e o **mínimo previsto** com a implantação da educação profissional técnica de nível médio se desdobra da seguinte forma:

	Existentes	**Previsto com a implantação dos Cursos Técnicos**
Tutores docentes	100	150
Coordenador do Polo	01	01
Tutores	10	20
Técnicos-Administrativos	10	20

Obs: os quantitativos podem variar para + (mais) de acordo com o número de Cursos Técnicos que formem turma no respectivo Polo e de acordo com o número de alunos matriculados.

Vale salientar que, todos os Polos da IES se encontram disponíveis para a educação superior e a educação profissional técnica de nível médio, na modalidade a distância.

9.11 Metodologia, Pessoal e Infraestrutura de Suporte a Modalidade a Distância:

Para atuar na modalidade EAD, a Instituição promoveu uma ampla e profunda adequação nas estruturas, metodologias e processos envolvendo o **ensino presencial e a distância**, buscando uma integração em ambas as modalidades para que houvesse sinergia entre processos e procedimentos em nível de estudos, programas, estágios, atividades complementares, material didático-pedagógico e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo com a inclusão, inclusive, de tutores docentes e tutores.

O Núcleo de Educação à Distância (NEad) na estrutura organizacional da IES, que desenvolveu e implantou o Portal e-dom, plataforma customizada do Moodle para a realização da EaD no âmbito institucional à época do Credenciamento. Atualmente, nosso Ambiente Virtuasl de Asprendizagem utiliza a Plataforma Open LMS, dispondo de conteúdos do Grupo A – SAGAH, conjugados a conteúdos produzidos internamente, tudo validado e/ou criado pela Equipe Multidiscilplinar.

Toda essa expertise que viabilizou o Credenciamento e atuação da IES no âmbito da modalidade a distância há mais de cinco anos, que está sendo aplicada à educação profissional técnica de nível médio!

Portanto, vale salientar que o **Projeto Pedagógico Institucional**, e a **Organização Didático Pedagógica**, devidamente adequados **para a implantação e funcionamento da modalidade a distância**, são aplicáveis, no que couber, aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Centro Universitário.

O desenvolvimento da EAD na IES foi pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), e nos princípios legais vigentes à época de sua implantação, principalmente o Decreto nº 5.622/2005, que regulamentava o art. 80 da LDB referente a educação a distância no Brasil, além de outras legislações correlatas.

Atualmente, continua pautado na LDB e em novos princípios legais vigentes: o Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da LDB referente a educação a distância no Brasil; a Portaria Normativa nº 11/2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância; a Resolução CNE/CES nº 01/2016, que estabelece o novo marco legal da EaD no Brasil: “Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância”; a Portaria MEC nº 2.117/2019, que versa sobre a inclusão de até 40% de disciplinas EaD nos cursos de graduação; a Resolução CNE/CES Nº 1/2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, além de legislações correlatas.

Conforme Decreto nº 9.057/2017, a educação a distância é definida como:

> Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

No desenvolvimento das estratégias de aprendizagem na modalidade a distância, foi levado em conta o seu produto final, ou seja, os fins a serem atingidos, com vistas à criação de meios e recursos disponíveis para orientar, informar e conduzir o usuário na interação com o conteúdo e, por conseguinte, com o aprendizado. Essas especificidades incluem a previsão de atributos como: presteza, localização, feedback, elegibilidade e consistência.

Durante a seleção e desenvolvimento do conteúdo dos cursos, a construção dos elementos que constituem a estratégia de aprendizagem a distância foi de fundamental importância para a Equipe Multidisciplinar, professores e professores conteudistas, tais como os exemplos a serem utilizados, a elaboração das atividades, exercícios e avaliações a serem aplicadas, já que tal elaboração foi suplantada pelo estudo e direcionamento do público-alvo e do perfil do egresso, o que enriqueceu a proposta, conhecimento e o comprometimento de todos!

A função dos professores e funcionários que vão atuar na modalidade a

distância no âmbito da educação profissional técnica de nível médio foi definido da seguinte forma:

- **Diretoria de Educação a Distância:** a partir da estrutura do NEaD, foi constituída essa diretoria no âmbito administrativo-organizacional da IES. A Diretora de EaD é responsável pela execução e controle de toda a política de educação a distância da IES.
- **Coordenador Geral dos Cursos Técnicos:** exercida por profissional com ampla experiência, com a função de gerir e colaborar com os coordenadores de curso e os respectivos colegiados na gestão dos cursos e construção dos Projetos Pedagógicos, com vistas ao atendimento da regulamentação institucional e legal;
- **Assessoria Pedagógica:** Cabe a Assessoria pedagógica: Colaborar com os coordenadores na construção dos projetos pedagógicos dos cursos, com vistas ao atendimento da regulamentação institucional e legal, dentre outras atribuições;
- **Colegiado:** é composto por todos os docentes que atuam em determinado curso técnico da modalidade de educação a distância;
- **Corpo Docente:** composto por coordenadores, tutores docentes e professores conteudistas**.** São os profissionais da educação que atuam como autor de materiais didáticos, coordenador de curso, professor responsável por disciplina, e outras funções que envolvam o conhecimento de conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, junto aos estudantes;
- **Coordenação de Curso:** responsável pela gestão do mesmo, viabilizando a consecução do PPC;
- **Professor Conteudista:** responsável pela elaboração do livro texto e do conteúdo virtual da disciplina, bem como, de outros conteúdos necessários;
- **Tutor docente:** Responsável direto pelo desenvolvimento e qualificação da aprendizagem do aluno. Com formação mínima *stricto sensu* e/ou *lato sensu,* além de formação superior na área da componente curricular que vai atuar. Os professores ficam disponíveis e acessíveis no ambiente virtual e nos polos, responsáveis pela consecução do processo de ensino aprendizagem, mediante a elaboração e disponibilização do conteúdo da disciplina, realização de atividades, avaliações e atendimentos;
- **Tutor Online/Virtual:** é um técnico administrativo que atua na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos discentes e mediação pedagógica, na modalidade de EaD, com formação mínima *lato sensu*. Deve contemplar duas frentes de atuação técnica e pedagógica, atua na mediação do conhecimento, na relação direta, permanente e qualificada com o aluno/estudante dos cursos para os quais o profissional está direcionado;
- **Tutor Presencial/Polo:** O tutor presencial tem como principal função coordenar as ações e processos nos polos, seu papel é imprescindível para o bom

funcionamento dos processos e desdobramentos administrativos e pedagógicos. É o principal articulador entre os estudantes e a instituição de ensino superior, exerce função de apoio e orientação permanente ao aluno, deve assumir postura acolhedora;

- **Secretária de Cursos do EaD:** órgão técnico administrativo de suporte as atividades dos cursos;
- **Colaboradores Gerais:** o EaD dispõe de colaboradores qualificados e em quantidade bem dimensionada, tanto na sede quanto nos Polos, para auxiliarem nas diversas atividades administrativo-pedagógicas, inclusive atendimento aos alunos. O número de colabores está sendo ampliado em razão da implantação dos cursos técnicos.

9.11.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA):

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi desenvolvido por Equipe Multidisciplinar própria, denominado de e-dom, customizado a partir do Moodle, com o propósito de aperfeiçoar o processo de interação entre alunos e professores e entre os alunos entre si, potencializando o processo de aprendizagem por meio do princípio da educação colaborativa.

O e-dom contém vários conteúdos e ferramentas voltadas ao aprendizado e dispõe de todos os recursos necessários para viabilizar a qualidade do processo de ensino aprendizagem a distância da IES, com plena aplicabilidade à educação profissional técnica de nível médio.

Atualmente, nosso Ambiente Virtuasl de Asprendizagem utiliza a Plataforma Open LMS, dispondo de conteúdos do Grupo A – SAGAH, conjugados a conteúdos produzidos internamente, tudo validado e/ou criado pela Equipe Multidiscilplinar.

Dentre os quais, os conteúdos virtuais de aprendizagem criteriosamente selecionados para a educação profissional técnica de nível médio, além dos portais de bibliotecas virtuais, devidamente contratados com acessos ilimitados, que disponibilizam os livros das bibliografias básica e complementar que compõem os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos!

A práxis pedagógica dos processos de ensino-e-aprendizagem a distância na IES reconhece o **estudante como sujeito do processo educativo** e, portanto, em **relação dialógica** com outros sujeitos, colegas de turma, professores e tutores, que se encontram para desvelar o mundo a partir de suas respectivas experiências, dos materiais didáticos e objetos de aprendizagem geradores da interação.

O conjunto de materiais e recursos para aprendizagem a distância da IES, a

serem utilizados nos cursos técnicos, já se encontram disponíveis no AVA de forma virtual (AVA), mas podem ser baixados e impressos, além do livro texto disponibilizado no formato impresso diretamente aos alunos na sede e nos Polos quando requisitado pelo mesmo. Dessa forma, o aluno consegue acessar o conteúdo do curso elaborado pelos tutores docentes/conteudistas e já adaptados para linguagem de EaD pela própria Equipe Multidisciplinar.

Os conteúdos também serão disponibilizados em Mídias Digitais, em face dos alunos que tiverem dificuldade de acesso a INTERNET. O propósito desse formato multimodal do material de curso é viabilizar o acesso a todos os interessados, independentemente dos recursos tecnológicos que se disponha. Assim, um mesmo material é desenvolvido para distribuição em múltiplos meios.

Os conteúdos estão organizados em Unidades de Ensino e respectivas aulas, contendo:

- **Material de Aprendizagem Virtual disponível no AVA:** Plano de Curso, hipertexto, vídeo-aula, PowerPoint, vídeos complementares, roteiro de estudos, indicações de pesquisa, links, fóruns, programação de chats, quadro de avisos, textos complementares, glossário, atividades, exercícios, avaliações e atendimento do tutor docente;
- **Material de Aprendizagem Complementar:** o Livro Texto EAD e o Manual do Aluno, que podem ser disponibilizados no AVA e/ou em Mídias Digitais, e a bibliografia, disponível no formato impresso e no virtual.

9.11.2 Conteúdos, Materiais e Recursos Didáticos de Aprendizagem Virtual:

Os conteúdos, materiais e recursos didáticos de aprendizagem virtual dos cursos técnicos já estão disponíveis no AVA: livro texto (e-books), vídeos aula e avaliações randômicas, além da biblioteca virtual. Ficará disponível também o material suplementar inserido pelo tutor docente, como chat, fórum, exercícios de fixação, avaliações de aprendizagem, links, vídeos, textos, powerpoints e hipertextos.

Os vídeos aulas são disponibilizadas virtualmente (condensados dentro do Portal e- dom em link específico); ou podem ser recebidas no formato de DVD, mediante solicitação do aluno por meio do AVA e recebimento pelo correio direto no endereço cadastrado.

O e-book (livro texto) é disponibilizado em dois formatos: virtual, acessível através do AVA para ser baixado no formato PDF; ou em formato de livro impresso, mediante solicitação do aluno por meio do AVA e recebimento pelo correio direto no endereço cadastrado.

A **Biblioteca Virtual Universitária 3.0, da Pearson Education** foi selecionada pela Equipe Multidisciplinar após ampla avaliação de mercado, optando por essa empresa que já atua há mais de cem anos no segmento, líder em educação no mundo, presente em mais de 80 países com 40 mil colaboradores, e que dispõem da maior biblioteca virtual do mundo.

Os Projeto de Cursos Técnicos foram desenvolvidos com a bibliografia básica e virtual disponível na Biblioteca Virtual Pearson!

A Biblioteca Virtual (e-books diversos) fica disponível no AVA através de link específico para acesso à **Biblioteca Virtual Universitária 3.0, da Pearson Education**.

Os vídeos aulas e os e-books (livro texto) dos cursos técnicos **são produzidos por empresa especializada com know-how comprovado**, que também tiveram o acompanhamento direto e minucioso para validação da Equipe Multidisciplinar da IES. Para escolha da empresa parceira, realizou-se análise minuciosa das alternativas de mercado, inclusive com visita *in loco* na Sede das empresas pré-selecionadas. A empresa escolhida é uma das maiores empresas do Brasil em educação a distância, especializada na produção de material didático institucional, com edição própria de livros impressos, e-books, vídeos, vídeos aulas e conteúdos de aprendizagem diversos, atuando há mais de vinte anos na educação básica, superior e técnica.

Os conteúdos suplementares de aprendizagem virtual são elaborados pelos tutores docentes no cotidiano de ensino. Além da apresentação pessoal em vídeo, para gerar uma interação entre o docente e o aluno, os tutores docentes também podem inserir vídeos aulas próprias a todo tempo, dentre outros conteúdos e materiais suplementares de aprendizagem que contemplam a sua ação direta de mediador.

O **Portal de Periódicos virtual** foi desenvolvido pelos docentes da IES, disponibilizando periódicos em todas as áreas de nossos cursos técnicos, graduações e pós- graduação, acessível através do AVA.

A **Plataforma EBSCO**, que líder no fornecimento de bases de dados de pesquisa, gerenciamento de assinaturas de e-journal e e-package, desenvolvimento de coleções de livros e gerenciamento de aquisições, e um importante fornecedor de tecnologia de bibliotecas, e-books e soluções de decisão clínica para universidades, faculdades, hospitais, corporações, governo, escolas e bibliotecas públicas em todo o mundo.

A **Revista Eletrônica**, acessível através do AVA, com vista a publicação da produção científica da IES.

Dessa forma, o conjunto de conteúdos, materiais e recursos didáticos para aprendizagem no EaD da IES no âmbito dos cursos técnicos encontram-se disponíveis no

AVA de forma virtual, mas podem ser baixados, impressos ou recebidos no formato de livro impresso e DVD.

O propósito do material e conteúdos do curso serem disponibilizados multimodal é viabilizar o acesso aos alunos, independentemente dos recursos tecnológicos que os mesmos disponham, dentro de um fluxo logístico que garanta o recebimento dos alunos (conforme exposto em item específico deste PDI), a ser aplicado, no que couber, nos cursos técnicos.

O material didático é um poderoso diferencial na promoção da aprendizagem autônoma, por isso, após a sua elaboração, é devidamente revisada e corrigida pela equipe de produção de material didático, inclusive com o devido controle do padrão dos materiais produzidos, qualidade, utilização da marca e do logo AVA.

A partir dessa preocupação, a IES vem produzindo um material de auto-estudo de qualidade, caracterizado por um conteúdo atual, vivo e próximo às necessidades do aluno, constituindo-se como um instrumento de dialogicidade entre o aluno e o conhecimento. Os materiais educacionais propostos foram desenvolvidos no sentido de trabalhar a partir das competências, habilidades, atitudes e valores previstos na proposta pedagógica da IES e no Projeto Pedagógico de cada curso técnico.

Portanto, os conteúdos, materiais e recursos desenvolvidos exigem do tutor docente capacitação continuada, visando a transformar os conteúdos teóricos em projetos práticos, bem como à capacitação, visando ao desenvolvimento das aulas e atividades por meio do AVA. Esse processo de aprender a fazer consiste no “aprender a aprender”, de forma que o docente crie condições para que esse aprendizado ocorra com eficiência e eficácia, exigindo do aluno uma produção, reflexiva: escreve, elabora, argumenta e expõe seus pontos de vista de forma fundamentada.

9.11.3 Aprendizagem no EaD:

A IES disponibiliza o Manual do Aluno a fim de orientar o aluno da modalidade EaD - educação profissional técnica de nível médio - quanto às características da educação a distância e quanto aos seus direitos, deveres e atitudes de estudo a serem adotadas, e para esclarecer como a comunicação dar-se-á com professores, colegas, pessoal de apoio tecnológico e administrativo. O Manual é disponibilizado sob a forma digital, atendendo a todos os requisitos e diretrizes legais de forma a dar conhecimento e clareza ao aluno de todo o funcionamento do curso.

Os alunos recebem uma senha para o ambiente de aprendizagem AVA, com a qual têm acesso a todo o material constante nos livros, além de utilizar as ferramentas interativas existentes como e-mail, chats, fórum de discussão, mural, portfólio, vídeo-aula (complementares), biblioteca virtual, entre outras formas de interação.

Após o encontro presencial que abre o ciclo semestral, ocorre o acesso do aluno aos conteúdos e ao Livro Texto online. Por conseguinte, as atividades e exercícios são disponibilizados com o objetivo de problematizar os temas desenvolvidos em cada aula, exigindo do aluno reflexão e produção de conhecimento, a partir da resolução de situações- problema, aplicabilidade do conhecimento e outras formas de interação.

Para tanto, os fóruns, chats e a mediação do tutor docente e do tutor são de fundamental importância na mediação da aprendizagem.

A sugestão de links e textos complementam o estudo dos temas, enriquecem e suplantam a aprendizagem, da mesma forma que as referências bibliográficas impressas e eletrônicas e a indicação de sites da Web que servem como fonte de pesquisa e estudo relevantes.

Os hipertextos apresentam links para outros sites e informações que levam o acadêmico a complementar os conteúdos contidos no material impresso, pode-se ainda fazer uso de animações e, também, de vídeos. Esse último proporciona, de um lado, uma idéia da disciplina e do curso como um todo e, de outro, aborda e discute conteúdos específicos.

Os vídeos complementares trazem palestras e ministrações importantes de diversos professores sobre os temas das aulas, o que agrega ao potencial de aprendizagem da proposta pedagógica da IES. Os tutores docentes também vão realizar uma apresentação pessoal em vídeo para gerar uma interação entre o docente e o aluno.

Dessa forma, há uma integração entre os materiais didáticos, já que a IES utiliza grande variedade de meios: material impresso, comunicador on-line, vídeos, slides, transparências, Internet, entre outros processos.

Na mediação do tutor docente e do tutor, esses meios trabalhados, isoladamente ou em conjunto, oferecem um leque de opções pedagógicas e uma série de interações sem limites para a criatividade, tanto do aluno, quanto do tutor docente e dos tutores.

Justificam-se as atividades de educação a distância desenvolvidas sob várias formas devido às dificuldades ainda existentes no país, de acesso à rede mundial de computadores, em vários municípios. Assim, nesses casos o aluno pode estudar totalmente no formato on- line, ou pelo formato impresso ou através do “pen drive” e apenas enviar suas atividades pela internet. O objetivo da adoção desse recurso pedagógico refere-se às suas possibilidades em contribuir na construção da autonomia do aluno.

Para que a interação na EAD seja eficiente, é preciso que o tutor docente e o tutor mostrem-se atentos a todos os passos que envolvam ensinar, aprender e aprender a aprender, com atenção especial aos portadores de necessidades educacionais especiais.

Na IES existe uma preocupação de que esse tutor docente e o tutor desenvolvam a capacidade de mediação para perceberem a importância da boa comunicação, visto que a forma como o aluno lê, escuta, interpreta as mensagens desses profissionais é decisiva para que a interação se efetive, principalmente por se tratar de um corpo discente desigual, composto por alunos dos mais diversos níveis e, inclusive, portadores de necessidades educacionais especiais. Vale salientar que, para tanto, os mecanismos de nivelamento são fundamentais para diminuir a heterogeneidade dos estudantes.

Acredita-se que ao facilitar a interação do aluno com os professores, estar-se-á evitando além de outros problemas, a evasão do curso. Dessa forma, o sistema de informação e interação com o aluno é peça fundamental ao desenvolvimento exitoso dos cursos.

9.11.4 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático:

Os materiais didáticos de aprendizagem virtual estão disponíveis no AVA, tais como chat, fórum, exercícios de fixação, avaliações randômicas, avaliações de aprendizagem, links, vídeos, textos, power-points, hipertextos, vídeos aulas, e e-books (livro texto e biblioteca virtual).

Os demais conteúdos gerais de aprendizagem **são elaborados pelos tutores docentes e analisados, revisados e aprovados pela Equipe Multidisciplinar** antes de serem inseridos no AVA pelos próprios docentes, onde permanecem a disposição dos alunos.

Os tutores docentes e os tutores dispõem de not book pessoal com câmera e headset para realização do trabalho cotidiano, inclusive elaboração de conteúdos, avaliações, textos, vídeos, etc.

As avaliações de aprendizagem presencial são encaminhadas pelo tutor docente à Secretaria do NEAD, após confeccionadas ficam a disposição do mesmo para serem aplicadas presencialmente, ou encaminhadas ao Polo para aplicação presencial pelos tutores docentes e/ou tutores dos Polos.

Os vídeos aulas e os e-books (livro texto) **produzidos por empresa especializada com know-how comprovado**, mediante acompanhamento direto e minucioso do NEAD (equipe de produção de material didático), se encontram disponíveis no AVA mediante link específico, mas podem ser solicitados em formato físico, a ser encaminhado diretamente ao endereço do aluno, mediante solicitação do mesmo.

A **Biblioteca Virtual Universitária 3.0 da Pearson Education**, também se encontra disponível no AVA mediante link específico, mas os livros podem ser solicitados pelo aluno em formato impresso diretamente a Pearson, a ser encaminhado diretamente ao endereço do mesmo.

O **Portal de Periódicos virtual** foi desenvolvido pelos docentes da IES, disponibilizando periódicos em todas as áreas de nossos cursos técnicos, graduações e pós- graduações, acessível através do AVA.

A **Plataforma EBSCO**, que líder no fornecimento de bases de dados de pesquisa, gerenciamento de assinaturas de e-journal e e-package, desenvolvimento de coleções de livros e gerenciamento de aquisições, e um importante fornecedor de tecnologia de bibliotecas, e-books e soluções de decisão clínica para universidades, faculdades, hospitais, corporações, governo, escolas e bibliotecas públicas em todo o mundo.

A **Revista Eletrônica**, acessível através do AVA, com vista a publicação da produção científica da IES.

Apesar de todos os materiais didáticos de aprendizagem virtual estarem acessíveis no AVA para uso via internet, viabilizando plenamente a aprendizagem a distância, sem que se faça necessária a ida do aluno à Sede da IES ou aos Polos de Apoio Presencial, para as alternativas de acesso à critério do aluno, inclusive devido a problemas de Internet, tanto pode o aluno utilizar a estrutura de laboratórios de informática disponíveis na Sede e nos Polos, ou solicitar os materiais didáticos em formato físico/impresso ou em pen drive/disco rígido, que será encaminhado ao endereço do mesmo.

Para tanto, podemos sistematizar o controle de produção e distribuição do fluxo logístico da seguinte forma:

1) **Conteúdos gerais de aprendizagem**: elaborados pelo tutor docente e acessíveis através do AVA, também podem ser solicitados pelos alunos no Portal e- dom a serem disponibilizados em pen drive, encaminhado para o respectivo endereço cadastrado do aluno;

2) **Vídeo Aulas:** acessíveis através do AVA, mas também podem ser solicitas no formato DVD pelo aluno. A solicitação realizada no AVA é direcionada a Central de Produção, que encaminha, através de equipe técnica dedicada, diretamente ao endereço cadastrado do aluno o DVD da respectiva vídeo-aula;

3) **e-books (livro texto):** acessíveis através do AVA, mas também podem ser baixados e salvos no formato PDF, bem como, podem ser solicitados na versão livro impresso pelo aluno. A solicitação realizada no AVA é direcionada a Central de Produção, que encaminha, através de equipe técnica dedicada, diretamente ao endereço cadastrado

do aluno o livro impresso solicitado;

4) **Biblioteca Virtual:** acessível através de link no AVA, mas cada livro, ou parte do mesmo, pode ser impresso pelo aluno diretamente através do seu acesso no AVA (impressora pessoal);

5) **Portal de Periódicos virtual:** acessível através do AVA;

6) Plataforma EBSCO: acessível através do AVA;

7) **Revista Eletrônica:** acessível através do AVA.

9.12 Corpo Docente:

A Instituição estabelece sua política de qualificação docente disposta neste PDI à educação profissional técnica de nível médio, a fim de cooperar com a formação humana e profissional de seus professores e, por extensão, de seus alunos, no sentido de estimular o aprimoramento do ser humano e da comunidade global, para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica, a partir da reflexão crítica e sensível sobre os problemas do mundo contemporâneo e do homem hodierno.

O Plano de Carreira Docente da IES foi aprovado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 06/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015, e disciplina a forma de ascensão funcional no sentido horizontal e vertical, considerando a titulação e a produção acadêmica, obedecidos os limites especificados na lei.

O quadro de professores e de tutores docentes disponível nesta IES, tanto na sede, quanto nos Polos, será ampliado para atendimento específico da implantação dos cursos técnicos, na modalidade presencial e a distância, sem prejuízo aos princípios dispostos e previstos neste PDI e no Plano de Carreira Docente.

Com vistas a ampliação do quadro de pessoal docente, na Sede e nos Polos, realizaremos seleção que atenda os princípios do perfil profissional previsto nesta IES e que esteja compatível para atuação na educação profissional técnica de nível médio.

9.13 Corpo Técnico Administrativo:

A Instituição estabelece sua política de qualificação do corpo técnico administrativo disposta neste PDI à educação profissional técnica de nível médio.

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os servidores que exerçam funções técnicas e de apoio na IES no ensino presencial e na educação a distância, no âmbito do ensino superior e da educação profissional técnica de nível médio, com previsão de ampliação do quadro para atendimento da implantação dos cursos técnicos.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo foi aprovado pela Mantenedora na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, conforme Portaria nº 07/2015, publicada no D.O.U. nº 162, de 25 de agosto de 2015.

O quadro de funcionários e de turores disponível nesta IES, tanto na sede, quanto nos Polos, será ampliado para atendimento da implantação dos cursos técnicos, na modalidade presencial e a distância, sem prejuízo do quanto disposto e previsto neste PDI e no Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo.

A carreira dos funcionários da IES, inclusive Tutores, é constituída por categorias e níveis. Sendo que Categoria constitui-se na divisão da carreira (cargos), fundamentada na escolaridade, titulação acadêmica e capacitação técnica, agrupando atividades/competências, responsabilidades, qualificação profissional e experiências. Enquanto que níveis constitui-se nas subdivisões de uma mesma categoria que determinam a progressão do funcionário, por merecimento ou antiguidade.

O Regime de Trabalho é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como, das normas estatutárias e regimentais da Mantenedora e das Instituições mantidas.

O ingresso ao cargo técnico-administrativo ocorre por recrutamento e seleção através do Setor de Recursos Humanos, com a participação do encarregado direto do setor.

Com vistas a ampliação do quadro de pessoal, na sede e nos Polos, realizaremos seleção que atenda os princípios do perfil profissional previsto nesta IES e que esteja compatível para atuação na educação profissional técnica de nível médio.

9.14 Diplomas e Certificados:

Aos alunos que concluírem com êxito todas as atividades exigidas no respectivo curso técnico, será concedido o diploma conferindo o grau técnico correspondente.

Nos diplomas expedidos pela IES dos cursos técnicos autorizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, constarão o número do cadastro do SISTEC para fins de exercício profissional e validade nacional.

Conforme legislação vigente, entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de ensino, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas.

Dessa forma, a certificação intermediária tem por objetivo comprovar que o aluno tem determinadas habilidades e competências que o torna apto a aplicá-las profissionalmente. A Certificação intermediária será dispobilizada à medida que os alunos concluam as etapas.

Em casos de desligamento do discente do curso, sem que este tenha concluído todas as atividades exigidas, será expedido o histórico escolar contendo as disciplinas cursadas.

9.15 Nivelamento:

Os alunos que ingressam no ensino superior possuem muitas dificuldades em acompanhar os cursos superiores, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais. Da mesma forma, os alunos que ingressam nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, também carecem de uma melhor formação no ensino fundamental.

Para otimizar a qualidade do desempenho do ingressante, a IES realiza semestralmente seu processo seletivo, desenvolvido pela Comissão de Seleção, que observa critérios legais e institucionais para o nosso vestibular, de maneira que a seleção ocorra de forma rigorosa.

Apesar dos critérios de seleção, os cursos de nivelamento para fins de restituição dos ensinamentos do ensino médio e do ensino fundamental são imprescindíveis para fundamentar as bases que vão ser utilizados no ensino superior e no ensino técnico, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais.

A revista Ensino Superior publicou uma reportagem de Hélio Consolaro muito interessante, intitulada "O ensino do português nas universidades", que mereceu manchete, sobre a situação do ensino do português no Brasil. O subtítulo "Os estudantes só descobrem a necessidade de reaprender a língua na universidade, sob a pressão das circunstâncias" demonstra que ela vai se ater a estudantes universitários. Uma pesquisa feita pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Indicativa compôs o 3º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf). Os números assustam! Apenas 25% dos brasileiros, entre 15 e 64 anos, demonstram domínio pleno da compreensão de textos. Para 67%, a conquista da leitura se limita à localização de informações simples em enunciados de uma só frase, ou à capacidade de identificá-las em textos curtos. Enquanto 8% não conseguem sair do ponto de partida, ou seja, são mesmo analfabetos.

Os 67% portadores do alfabetismo funcional colocam uma questão muito séria do processo educacional: alfabetizar não basta, a escola precisa leiturizar o educando, fazer que ele também escreva textos. Como afirma Fábio Montenegro, secretário executivo do instituto: "A alfabetização básica não dá o mínimo necessário para a pessoa continuar se desenvolvendo. (...) Queremos chamar a atenção para a importância de a população dominar a leitura e a escrita".

Passando isso para os dias de hoje, o alfabetismo funcional compromete a cidadania brasileira, por isso se diz que se faz uma verdadeira revolução quando

transformamos o aluno num leitor.

A realidade educacional brasileira atual está em crise em todos os seus níveis, mas principalmente no ensino médio, tendo como desdobramento a má formação universitária. Esse fato nos leva a refletir sobre formas de melhorar a qualidade do ensino e, consequente, diminuir a desigualdade social. Sensível a situação, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 1990). “Ele tem como objetivo “apoiar” municípios, estados e a união na formulação de políticas que visam à melhoria da qualidade do ensino” (INEP, 2004). O SAEB é aplicado de dois em dois anos, participam dessa avaliação alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série) e do ensino médio (1ª a 3ª série), as provas são compostas das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática.

A título de ilustração, citamos o exemplo abaixo com base nos últimos dados divulgados pelo SAEB, referente aos últimos exames do ensino de matemática: “Dos estudantes brasileiros da 3ª série do ensino médio, na disciplina de Matemática, 62,6% foram classificados no estágio críticos e outros 4,8% no estágio muito crítico do aprendizado. No total, 67,4% dos alunos têm desempenho muito baixo daqueledesejado. No Brasil, no estágio considerado adequado para essa disciplina estão somente 6% dos alunos” (INEP, 2003).

Com base nesses dados, levando-se em conta que a situação não se difere muito das demais disciplinas, conseguimos entender o motivo pelo qual os alunos que ingressam no ensino superior e no ensino técnico de nível médio possuem muitas dificuldades em acompanhar os cursos.

Dentro dessa conjuntura, surgiram os cursos de nivelamento para fins de restituição dos ensinamentos do ensino médio e do ensino fundamental, o que, a princípio, trata-se de uma oficialização da deficiência do ensino básico brasileiro, contudo, é imprescindível o desencadeamento dessa política para fundamentar o ensino superior e o ensino técnico de nível médio.

Sintonizado com tal perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES estabelece as atividades de nivelamento como prioritárias para a otimização do processo de ensino aprendizagem nos cursos de graduação e nos cursos técnicos da Instituição, que também se estende a modalidade de educação a distância.

Os mecanismos de nivelamento se desdobram sintomaticamente, pois, são visíveis as carências na formação básica dos discentes, detectadas pela Coordenação do Curso, pelos docentes/tutores docentes e pelo apoio psicopedagógico, contemplando, inclusive, portadores de necessidades educacionais especiais. Tais desníveis podem vir a prejudicar o desempenho docente, o que leva a IES a manter cursos regulares de nivelamento em Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia, História,

Inglês, Espanhol, Informática Básica, etc.

Portanto, o nivelamento dos alunos ingressantes na IES é realizado sempre que necessário, como atividades de extensão, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, na educação superior e no ensino técnico. Inclusive, os Cursos de Nivelamento serão realizados também através da modalidade a distância, através da WebAula no AVA.

10 DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA:

Nossa execução orçamentária é formulada a partir do quanto previsto neste PDI, conforme as políticas de ensino, extensão e inciação científica e tecnológica, dentre outras, com previsão de aportes da Mantenedora e de fontes captadoras de recursos quando necessário, para promover o desenvolvimento institucional.

Para tanto, realizamos análise e estudos com vistas ao monitoramento e ao acompanhamento da distribuição de créditos e aportes, focando em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores do desempenho institucional ao longo da vigência do Ciclo do PDI, com observância, principalmente, no cumprimento dos objetivos e das metas previstas no mesmo.

A execução orçamentária prevista neste PDI considera, inclusive, as análises do relatórios de autoavaliação da CPA, e teve ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, inclusive do Conselho Universitário, com a participação de toda comunidade acadêmica e representantes da sociedade, gerando direcionamento que orientou os Mantenedores para a tomada de decisão, e realinhamento para este ciclo e para o vindouro: Ciclo de 2023 – 2027, sempre com foco no desenvolvimento institucional.

O Demonstrativo da Capacidade e Sustentabilidade Financeira **previsto** foi preenchido e se encontra disponível no sistema e-mec, conforme transcrito abaixo, de forma atualizada, com execução concluída até 2022 e projeção 2023 a 2027:

TOTALIZAÇÃO GERAL DO CICLO 2023 - 2027			
ANO	**RECEITAS**	**DESPESAS**	**TOTAL GERAL**
2023	**R$ 14.890.000,00**	**-R$ 10.218.240,00**	**R$ 4.671.760,00**
2024	**R$ 15.100.000.00**	**-R$ 10.663.850,00**	**R$ 1.436.150,00**
2025	**R$ 12.380.000,00**	**-R$ 9.716.958,00**	**R$ 2.663.042,00**
2026	**R$ 11.600.863,00**	**-R$ 9.774.315,00**	**R$ 1.826.548,00**
2027	**R$ 15.000.000,00**	**-R$ 12.000.000,00**	**R$ 3.000.000,00**

DEMONSTRATIVO ANUAL MÉDIO	
RECEITAS	
Anuidade / Mensalidade(+)	R$ 14.000.000,00
Bolsas(-)	-R$ 500.000,00
Diversos(+)	R$ 100.000,00
Financiamentos(+)	R$ 500.000,00
Inadimplência(-)	-R$ 3.000.000,00
Serviços(+)	R$ 200.000,00
Taxas(+)	R$ 200.000,00
DESPESAS	
Acervo Bibliográfico(-)	-R$ 200.000,00
Aluguel(-)	-R$ 300.000,00
Despesas Administrativas(-)	-R$ 200.000,00
Encargos(-)	-R$ 2.500.000,00
Equipamentos(-)	-R$ 300.000,00
Eventos(-)	-R$ 300.000,00
Investimento (compra de imóvel)(-)	R$ 20.000.000,00
Manutenções(-)	-R$ 200.000,00
Mobiliário(-)	-R$ 500.000,00
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	-R$ 2.000.000,00
Pagamento Professores(-)	-R$ 5.000.000,00
Pesquisa e Extensão(-)	-R$ 300.000,00
Treinamento(-)	-R$ 200.000,00

TOTALIZAÇÃO MÉDIA	
RACEITAS	**DESPESAS**
R$ 15.000.000,00	-R$ 12.000.000,00

A previsão que neste Ciclo do PDI 2023 a 2027, as entradas de mensalidades vão suplantar a Mantenedora para todos os investimentos e despesas necessárias, viabilizando a continuidade do crescimento e proporcionando progressivamente o retorno à Mantenedora do capital ativo investido na compra de novos imóveis para ampliação da IES, bem como para aquisição dos equipamentos para os laboratórios de saúde, principalmente para o Curso de Medicina.

Vale salientar que para implantação do Curso de Medicina a mantenedora investiu R$ 30.000.000,00, **incluindo a aquisição e reforma do Campus Medicina e Saúde de Patamares.**

Portanto, a Mantenedora mantém toda a sua vida administrativa, financeira e acadêmica da IES de forma planejada e organizada, com a participação de todos os segmentos, inclusive da sociedade, com os devidos aportes de investimento e capacitaçãoio de crédito, promovendo o crescimento sustentáveis da instituição, conforme seu planejamento estratégico voltado ao atendimento das políticas previstas no PDI e das demandas locais e regionais!!!

11. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS:

11.1 Instalações Administrativas:

A Sede da UNIDOMPEDRO está situada no município de Salvador, estado da Bahia, instalada em 06 (seis) prédios situados no bairro do Comércio, no bairro de Patamares e no Subúrbio Ferroviário. Dispomos ainda de 03 (três) Campi no interior do estado, nas cidades de Jequié, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, além de Polos de apoio presencial da modalidade a distância em todo o Brasil.

As nossas instalações são amplas e modernas, com toda a infraestrutura necessária para atividades acadêmicas e administrativas da IES, bem como, toda a infraestrutura se encontra disponível para a educação superior e a educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades presencial e a distância.

A Sede da IES e os prédios anexos, bem como nossos Campi, dispõem de infraestrutura e oferta dos serviços básicos para atenção e comodidade de seus alunos, funcionários e docentes, com todos os elementos necessários de acessibilidade, sinalização de emergência e de incêndio.

A IES utiliza as instalações de todas as suas unidades das 08h às 23h, de segunda a sábado, o que contempla a utilização de toda a estrutura física administrativa e acadêmica disponível, dispondo de salas de aula, sala dos professores, laboratórios diversos, auditório, bibliotecas, áreas esportivas, estruturas físicas e pedagógicas, gabinetes de trabalho, áreas de atendimento ao aluno, áreas de convivência e alimentação, áreas socioambientais, instalações sanitárias compatíveis e acessíveis, espaços de trabalho para equipe de manutenção de TI, salas para atividades práticas e outros fins, etc.

Na Sede, endereço de Patamares, dispomos de amplas instalações para cursos de saúde, inclusive medicina e odontologia, com toda infraestrutura necessária, bem como na unidade do Subúrbio Ferroviário, onde dispomos inclusive do Hospital Alayde Costa e outras unidades de saúde no Complexo de Saúde e de Ensino Superior do Grupo UNIDOM.

Dessa forma, as instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, são adequadas às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, acessibilidade, avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e dispõem de recursos tecnológicos diferenciados.

Segue abaixo os endereços da Sede da IES e os endereços vinculados, bem como dos Campi fora da Sede (tudo cadastrado no sistema e- mec conforme número de

registro abaixo). A infra estrutura está descrita nos itens respectivos.

SEDE: (cód. e-mec 659553) Campus - Salvador - Comércio: Av. Estados Unidos, nº 18/20, Ed. Wildberger, 1º andar, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 40.010-020.

- **Endereços em funcionamento vinculados à Sede:**

(cód. e-mec 6815) Campus 2: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Bairro Comércio. Salvador/BA. CEP 41100-010;

(cód. e-mec 1055720) Unidade 2: Rua Grécia, s/n, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP 40010-010.

(cód. e-mec 1082117) Edfº Big: Praça da Inglaterra, Edfº Big, nº 06, Bairro Comércio. Salvador/Bahia. CEP CEP 40.015-140.

(cód. e-mec 1060419) Unidade Acadêmica: Rua das Pedrinhas, Ladeira da Terezinha, Subúrbio Ferroviário, s/n, Bairro Periperi (Escada). Salvador/Bahia. CEP 40.720-460. **Obs:** Complexo de Saúde para o Curso de Medicina e Odontologia, além de Campo de Estágio para demais Cursos.

(cód. e-mec 1106357) Campus Patamares: Rua Bicuíba, Nº s/n - Patamares - Salvador/Bahia. CEP 41680-050.

- **Campi fora da Sede:**

Os seguintes Campus fora da Sede estão sendo Credenciados mediante Unificação de Mantidas:

(cód. e-mec 1116137) Campus Barreiras: Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 106, Bairro Sandra Regina, Barreiras/Bahia**.** CEP 47.802-000

(cód. e-mec 1116138) Campus Jequié: Avenida João Goulart, nº 171 – A, Centro - Jequié/Bahia. CEP 45.200-070.

(cód. e-mec 1101522) Campus Luis Eduardo Magalhães: Rua Rui Barbosa, quadra 35, Campus Principal, Nº Lote 16/17 - Centro - Luís Eduardo Magalhães/Bahia. CEP 47.850-000.

11.2 Salas de Aula:

Dispomos de mais de 300 (trezentas) salas no 06 (prédios) da Sede, nos 03 (três) Campi e nos Polos de Apoio Presencial, todas bem dimensionadas, iluminadas, estruturadas com cadeiras próprias para atividades de ensino (inclusive cadeiras para obeso e canhoto), quadro branco e ventiladores. Os projetores de multimídia, disponíveis em quantidade suficiente, são alocados por demanda. Dessa forma, as salas de aula atendem às necessidades institucionais, pois são adequadas às atividades, acessíveis, reavaliadas constantemente, com normas consolidadas e institucionalizadas, e há disponibilidade de recursos tecnológicos suficientes e adequados.

11.3 Auditório:

Dispomos de 01 (um) auditório principal com 300m², climatizado, com capacidade para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas.

Dispomos de mais auditórios nos demais prédios da Sede, nos 03 (três) Campi e nos Polos de Apoio Presencial.

Todos os auditórios são climatizados, acessíveis, confortáveis e com qualidade acústica, dispondo de recursos tecnológicos multimídia, com conexão à internet e terminal de computador para videoconferência.

11.4 Sala Coletiva de Professores:

Dispomos de salas coletivas dos professores nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial, todas climatizadas, com móveis para descanso, mesa de trabalho e de reunião, terminal de computador, e entretenimento disponível para os docentes, atendendo plenamente às necessidades institucionais, adequadas às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos e de entretenimento.

11.5 Espaços para Atendimento aos Discentes:

Dispomos de área específica para atendimento dos discentes nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial, com box e gabinetes de atendimento individual, que atendem às necessidades institucionais, adequados às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

11.6 Espaços de Convivência e de Alimentação:

Dispomos de amplos espaços de convivência e alimentação nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial, mais do que adequados às necessidades institucionais e a acessibilidade, inclusive em algumas unidades dispomos de parque bucólico e praça, tais como na sede de Patamares, no Polo de lagarto e no Polo de Ribeira do Pombal, dentre outros, tudo para o desfrute e integração dos alunos, funcionários e docentes, com a disponibilidade de serviços variados e adequados. Na

Sede do Comércio dispomos de Capela onde se realizam missas e outros eventos religiosos abertos para participação e integração da comunidade interna e externa.

11.7 Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas: Infraestrutura Física:

Dispomos nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, todos climatizados e bem dimensionados, adequadas às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos e de entretenimento.

Na Sede, endereço de Patamares, dispomos de amplas instalações para cursos de saúde, inclusive medicina e odontologia, com toda infraestrutura necessária, bem como na unidade do Suburbio Ferroviário, onde dispomos inclusive do Hospital Alaide Costa e outras unidades de saúde no Complexo de Saúde e de Ensino Superior do Grupo UNIDOM.

Nos Polos vinculados a IES do Grupo UNIDOM, dispomos de infraestrutura completa também para cursos de saúde e engenharia.

Dispomos ainda do **Portal ALGETEC - Laboratórios Virtuais**, que dispõem de recursos tecnológicos virtuais para práticas roteirizadas associadas aos planos de ensino das disciplinas, que passam por todos os laboratórios das engenharias, saúde e demais áreas, com alto grau de fidelização os experimentos realizados nos equipamentos da ALGETEC. Nesta plataforma, o aluno poderá aprender, através de uma linguagem moderna, todos os conceitos das aulas práticas de uma determinada disciplina.

Todos os recursos virtuais se encontram disponíveis aos alunos com livre acesso tanto na intranet, quanto pela internet, conforme contrato entre a Mantenedora da IES e os respectivos fornecedores e prestadores de serviço, plenamente compatíveis ao quantitativo de vagas estabelecidas para os Cursos da IES. A maioria dos portais também se encontram integrados ao nosso AVA.

11.8 Infraestrutura Física e Tecnológica destinada à CPA:

Dispomos na Sede e nos Campi de gabinete de trabalho para a Coordenação da CPA, com sala para reunião próxima, terminal de computador, impressora, auxiliar e toda a infraestrutura e recursos tecnológicos para o desenvolvimento do trabalho metodológico da CPA, inclusive para coleta e análise de dados.

11.9 Bibliotecas: Infraestrutura e Plano de Atualização do Acervo:

Dispomos de Biblioteca na Sede, uma no Comércio e outra em Patamares, nos Campi de Jequié, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, além de acesso ao acervo digital nos Polos. A bibliotecária responsável é Dilália Lessa Brandão Magalhães, CRB nº 1379, Região 5.

As bibliotecas ficam disponíveis com funcionamento de segunda a sexta das 12h às 22h, com bibliotecária responsável devidamente registrada no respectivo Conselho Profissional, bem como, auxiliares para o suporte das atividades, com Plano de Contingência disponível para qualquer necessidade.

As bibliotecas dispõem de dimensões compatíveis, climatizadas e mobiliadas de forma adequada. Possuem estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**, que é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores, que se encontra disponível em terminais dos laboratórios e das Bibliotecas, acompanhado de teclados em braile e handset.

As Bibliotecas dispõem de acervo de livros e de periódicos físicos e virtuais, todos para os cursos de graduação e de pós-graduação. Além do acervo físico devidamente registrado e tombado, dispomos de acervo virtual com contrato em nome da IES - Mantenedora, trata-se da **Biblioteca Virtual Universitária 3.0 da Pearson Education**, acervo da **“Minha Biblioteca” e Portal de Periódiucos da EBSCO**, tudo com diversos e-books e periódicos, bem como do Portal de Periódicos virtual da própria IES.

Vale salientar que a IES também tem parcerias para fornecimento de conteúdos virtuais de aprendizagem com fornecedores de conteúdo, sendo os principais a **SAGAH** e o **IESDE - INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL**, ambas com contrato em nome da IES - - Mantenedora, disponibilizando e-books que se encontram também disponíveis para os alunos, utilizados nas disciplinas virtuais.

As instalações das Bibliotecas também satisfazem plenamente gerenciamento local dos livros e periódicos físicos e virtuais, quanto aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

Adotamos o acervo virtual para todas as graduações, e por isso já realizamos a transição do acervo físico para o virtual. Dessa forma, cabe as Bibliotecas apenas orientar os alunos nos acessos virtuais disponíveis, além de suplantar os alunos que solicitarem livros físicos. No caso do Curso de Medicina, ainda dispomos de acervo físico de obras necessárias que não estão disponíveis na versão virtual.

O Sistema de Gestão Acadêmica, na versão WEB, oferece todas as condições tecnológicas necessárias para a gestão, fluxos e registros da biblioteca, inclusive para a manutenção e guarda do acervo digitalizado, possibilitando aos alunos pleno acesso via web ao acervo físico e virtual, viabilizando todos os procedimentos e interações com os serviços das Bibliotecas.

Ampliação da infraestrutura caso necessário, seguirá de acordo com o aumento do número de alunos, utilizando novos espaços já construídos ou a serem construídos nas respectivas unidades.

11.9.1 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo:

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo virtual é realizada pelas bibliotecas virtuais contratadas, a **Biblioteca Virtual Universitária 3.0 da Pearson Education** e a **Minha Biblioteca**, conforme política das respectivas empresas e previsão contratual, acompanhada e monitorada constantemente pela IES por meio do Painel Gestor da BV – Pearson e do Portal da Minha Biblioteca, mediante acesso por login e senha.

A **Pearson** dispõe de um acervo de 15.730 livros eletrônicos disponibilizados nos formatos PDF e EPUB, que abrangem as mais variadas áreas do conhecimento, e realiza aquisição, expansão e atualização regularmente, promovendo a constante expansão e atualização do acervo, de forma adequada ao número nosso número de alunos e a demandas de nossos cursos, conforme relatado no Relatório de Adequação da Bibliografia referendado pelo respectivo NDE.

Conforme seu **Plano de Atualização e Expansão do Acervo da Biblioteca Virtual da Pearson Education**, disponível na IES e nos portais da Pearson para consulta, afirma que: *"A **Pearson Brasil**, detentora da Biblioteca Virtual Universitária, registra, por meio deste documento, o seu plano de atualização e expansão do acervo da referida solução educacional."*

Quanto a **ATUALIZAÇÃO**, consta:

> Temos como compromisso, sempre ofertarmos as edições mais atuais dos títulos presentes em nosso acervo. Esta atualização ocorre em alinhamento com a produção editorial dos 81 selos que fazem parte de 35 editoras parceiras da Pearson na Biblioteca Virtual (listagem no anexo 1 deste documento). Há também, casos de disponibilização das edições mais atualizadas sem remoção das versões anteriores. Nestes casos, o

objetivo é proporcionar aos professores e alunos a possibilidade de comparação entre as diferentes edições de uma mesma obra.

Quanto a **EXPANSÃO** consta :

Atualmente, a Biblioteca Virtual Pearson conta com 15.730 livros eletrônicos disponibilizados nos formatos PDF e EPUB e abrangendo as mais variadas áreas do conhecimento como História, Enfermagem, Marketing, Contabilidade, Administração, Engenharia, Ciências Sociais e entre outras. Para todas estas áreas, temos títulos de relevância. No entanto, anualmente, realizamos uma análise de nosso acervo visando expandir em termos de abrangência e qualidade os títulos a serem incorporados à Biblioteca Virtual.
Em 2022, até o presente momento (21/03/2023) foram incorporados 3.782 novos livros e duas novas Editoras. São elas: Phorte e Foco. Há ainda a previsão de inclusão de mais títulos até o final de 2023.
Cabe destacar, que comunicamos (via mailing) as Instituições de Ensino Superior conveniadas a Biblioteca Virtual sobre a inclusão de novos títulos.

Quanto a **RETIRADA DE TÍTULOS** CONSTA:

A retirada de livros do acervo da Biblioteca Virtual ocorre mediante a solicitação das editoras parceiras. Em grande parte, as solicitações são decorrentes a fatores contratuais, como por exemplo, finalização de contrato com os autores, fim da seção de direitos intelectuais e situações semelhantes. Em 2022 foram retirados do acervo da Biblioteca Virtual 444 livros e no primeiro semestre de 2023 foram retirados 312 livros.
Além disso, sempre que ocorre a retirada de títulos, enviamos um comunicado a todas as Instituições de Ensino Superior conveniadas e excetuando questões de urgência por parte das editoras todas as retiradas são comunicadas com seis meses de antecedência.
A retiradas dos títulos são informas por e-mail e com antecedência de 180 dias. Os usuários com perfil administrativo (gestor) podem extrair relatórios com os dados de inserção de livros.

O acesso é ilimitado aos e-books Pearson, ou seja, cada aluno matriculado pode acessar virtualmente o e-book de sua disciplina quantas vezes quiser, e inclusive fazer anotações no livro, tudo mediante acesso personalizado e integrado ao nosso AVA – Portal e-jardins, ou mesmo pode imprimir páginas, ou ainda dispor da versão impressa do livro solicitando a Pearson.

O número de acessos ao acervo Pearson de livros também é ilimitado, pois se amplia de acordo com os acessos cadastrados de novos alunos matriculados, ou seja, cada matrícula gera um novo acesso, amparado pelo respectivo contrato que engloba um quantitativo imlimitado de acessos, dessa maneira o que for usado é faturado para pagamento no mês seguinte.

A **Minha Biblioteca** foi desenvolvida para ser o melhor provedor de conteúdo universitário do Brasil e a melhor solução digital de e-books para instituições de ensino superior, é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por **16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais**, de maneira que os estudantes, professores e colaboradores da **UNIDOMPEDRO** têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos.

Com um amplo acervo multidisciplinar, a **Minha Biblioteca** dispõem de **milhares de títulos** técnicos, acadêmicos e científicos, em português, divididos em 7 catálogos: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais aplicadas, Ciências Exatas, Saúde, Medicina e Odontologia, Ciências Pedagógicas, Letras e Artes, que atendem à bibliografia de mais de 400 cursos de graduação.

A **política de aquisição, expansão e atualização do acervo virtual da Minha Biblioteca** é realizada de forma contínua e informada a IES, que acompanha tudo pelo Portal da Minha Biblioteca, que disponibiliza o acervo atualizado e a lista de novos títulos, bem como a relação de títulos que foram removidos.

Portanto, a atualização ou substituição do e-books é realizada regularmente, conforme comunicados da própria **Pearson Education** e da **Minha Biblioteca**, fazendo com que o respectivo NDE valide e providencie a incorporação de novos e-books.

Os acervos virtuais da Pearson Education e da Minha Biblioteca são ampliados e atualizados regularmente, pois, os respectivos contratos contemplam o aumento de acessos ao acervo *on-line* de forma progressiva a critério da IES e/ou de acordo com as matrículas, já que os acessos podem ser ampliados sem limites (100 a 500; de 500 a 1.000; de 1.000 a 10.000; de 10.000 a 1000.000; etc.) à medida que as matrículas se ampliem. Assim, os acervos são ampliados de acordo com os acessos cadastrados de novos alunos matriculados, ou seja, cada matrícula gera um novo acesso e, por conseguinte, um novo faturamento para pagamento no mês seguinte.

Dessa maneira, a aquisição, expansão e atualização do acervo na IES são imediatas e em tempo real realizada pelos próprios fornecedores, proporcional ao aumento de alunos e respectivas demandas, atendendo plenamente o contexto e necessidades institucionais.

Da mesma forma, o acesso ao nosso **Portal de Periódicos da EBSCO e da própria IES** é ilimitado, bem como, o acesso de nossos alunos aos **e-books do IESD, do Grupo A - Sagah e dos demais fornecedores de conteúdo de aprendizagem também não tem limites, e ambos são atualizados e ampliados regularmente.**

Portanto, tanto na modalidade presencial, quanto a distância, a aquisição, expansão e atualização do acervo são imediatas e em tempo real proporcional ao aumento de alunos e a progressão dos cursos.

11.10 Salas de Apoio de Informática (acesso a equipamentos de informática):

Dispomos nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de vários laboratórios de informática, todos climatizados, com dimensões compatíveis, com normas de funcionamento, segurança e acessibilidade, pois dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**, que é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores, que se encontram disponíveis em terminais dos laboratórios, acompanhado de teclados em braile e handset.

Como iniciativa inovadora e diferenciada, dispomos ainda de Gabinetes de Recarga Lextron*, que são denominados de **"laboratórios de Informática móveis"**, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) equipamentos de até 15,6" e com sistema de recarga próprio, onde dispomos dos mesmos programas específicos dos nossos cursos técnicos e de graduação, além de programa de acessibilidade específico para utilização dos mesmos (Programa DOSVOX).

Os Gabinetes de Recarga Lextron possibilitam que as máquinas alcancem alunos, funcionários e professores onde quer que eles estejam, seja nas salas de aula e auditórios, salas e gabinetes de trabalho, espaços de convicência, etc., se constituindo um diferenciador inovador da IES

Os equipamentos, espaço físico, acesso a internet, atualização de softwares e hardware, ergonomia, serviços, suporte e oferta atendem às necessidades institucionais, e passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

11.11 Instalações Sanitárias:

Dispomos nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de instalações sanitárias adequadas e acessíveis, limpas e seguras, avaliadas periodicamente para melhoria constante, inclusive com banheiros com fraldários para uso familiar de nossa comunidade acadêmica, atendendo plenamente às necessidades institucionais, adequadas às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos e de entretenimento.

11.12 Infraestrutura Tecnológica:

Dispomos nos prédios da Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de infraestrutura tecnológica para suplantar o processo de ensino aprendizagem e o pleno conforto de nosso aluno, suplantada por Plano de Contingência e por todos os recursos tecnológicos necessários para o funcionamento adequado da IES.

Dessa forma, dentre outros recursos, citamos abaixo:

• **Portal próprio para a interação professor x aluno**, mediante Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), hospedado em datacenter confiável com banda larga para acesso, com capacidade de número ilimitado de alunos e quantidade ilimitada de conteúdo;

• **Sistema de Gestão Acadêmica na versão WEB de gestão acadêmica**, que oferece todas as condições tecnológicas necessárias para a gestão acadêmica da IES, inclusive integração com outros sistemas para manutenção e guarda do acervo digitalizado e emissão de Diploma Digital, possibilitando aos alunos pleno acesso via web as demandas administrativas, financeiras e acadêmicas;

• **Contrato específico com a IESDE - INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL** e do **SAGAH**, com vistas a disponibilização de conteúdos validados pela Equipe Multidisciplinar para compor o Portal AVA;

• **Contrato específico com a BIBLIOTECA VIRTUAL UNIVERSITÁRIA 3.0 da Pearson Education**, **da Minha Biblioteca, e da EBSCO**, vinculada diretamente ao Portal AVA, com acesso a e-books compatíveis a nossa demanda de alunos, com possibilidade contratual de expansão constante. Vale salientar que se trata do maior acervo de e-books do mundo;

• **Portal de Periódicos virtual para todos os Cursos**, acessível do Portal AVA;

• **Revista Eletrônica**, acessível a partir do AVA;

• **Rede wi-fi** com internet banda larga em todas as dependências;

• **Vários aboratórios de informática**, com computadores multimídia e rede wi-fi com internet banda larga;

• **Computadores acessíveis nos Laboratórios de Informática**, todos com headset para utilização de portadores de necessidades visuais especiais, com programa específico para utilização dos mesmos.

• **Para o serviço administrativo e acadêmico**, dispomos de espaços físicos adequados e acessíveis, computadores, notebooks, impressoras, máquinas de xerox, internet, sistemas de comunicação, equipamentos, softwares e hardware, ergonomia, serviços, suporte e oferta que atendem plenamente o funcionamento da IES.

A infraestrutura tecnológica e os recursos disponíveis na Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial estão adequados à capacidade e a estabilidade da energia elétrica, da estrutura física dos prédios, da rede lógica, do acordo com o nível de serviço, da segurança da informação, com acesso para a hospedagem nas nuvens, e em conformidade com o Plano de Contingência, com plenas condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, caso necessário.

Dessa forma, dispomos de tecnologia atualizada que perpassa as infraestruturas de hardwares, softwares e toda estrutura de rede, tais como:

- **Infraestrutura de cabeamentos estruturados e estrutura wireless** para garantir uma alta disponibilidade e performance das nossas bandas de rede contratadas, possibilitando a garantia da qualidade dos serviços de acesso à internet pelos nossos colaboradores, alunos e comunidades que acesso a partir de nossa estrutura física;
- **Projeto bem dimensionado de nossas instalações elétricas** sempre buscando garantir o nível de serviço em nossas instalações em conformidade com o acordo de nível de serviço oferecidos pelas concessionárias;
- **Os sistemas disponibilizados** estão todos hospedados nas nuvens com a garantia de redundância dos dados e de disponibilidade dos mesmo com alta performance e segurança;
- **Utilizamos o AWS** com todas as vantagens da Amazon para garantir os atributos de disponibilidade, acessibilidade, elasticidade (alto escalonamento), e alta performance.
- **Observância da LGPD**, pois a instituição tem cuidado para garantir segurança, sigilo, privacidade e proteção dos dados e informações totalmente em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

11.13 Infraestrutura de Execução e Suporte:

Dispomos na Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de infraestrutura de execução e suporte contemplada em sala de manutenção de TI, para realização de manutenção e consertos de pequeno e médio porte. Para manutenção de maior porte, dispomos de Contrato de Prestação de Serviços para tal fim, bem como, de vários outros contratos de empresas terceirizadas fornecedoras de serviço para manutenção de nossa infraestrutura administrativa e tecnológica.

Dessa forma, ocorrem manutenções e atualizações periódicas mensais aos equipamentos tecnológicos, bem como, regularmente mediante chamados dos diversos setores validadas pela nossa gerência, além de reposição de peças e equipamentos

conforme demanda, sempre executada por equipe interna e empresa terceirizada de prestação de serviços.

Nessa conjuntura tecnológica da IES, vale salientar a existência do **Plano de Contingência e Política de Segurança da Informação aplicado ao AVA**, recursos virtuais e tecnologias de execução e suporte

Dessa forma, nossa infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, e dispomos ainda do Plano de Contingência de toda a TI da IES, bem como, planejamento para substituição automática de equipamentos inservíveis ou que a manutenção não é viável.

11.14 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos:

A atualização e manutenção dos recursos tecnológicos no âmbito da IES (na Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial) é realizada regularmente, conforme **Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos** consubstanciado em contrato de prestação de serviço celebrados com empresas do segmento, e esse serviço é acompanhado e baseado em metas objetivas e mensuráveis, para atualização constante do Plano.

Dessa forma, ocorrem manutenções e atualizações periódicas mensais aos equipamentos tecnológicos, bem como, regularmente mediante chamados dos diversos setores validadas pela nossa gerência, além de reposição de peças e equipamentos conforme demanda, sempre executada por equipe interna e empresa terceirizada de prestação de serviços.

A aquisição de novos equipamentos ocorre constantemente a título de reposição e atualização. As aquisições periódicas para renovação de equipamento acontecem no máximo a cada 02 anos, podendo ocorrer antes caso necessário.

Nessa conjuntura tecnológica da IES, vale salientar a existência do **Plano de Contingência e Política de Segurança da Informação aplicado ao AVA**, recursos virtuais e tecnologias de execução e suporte

11.15 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação:

Dispomos na Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial de recursos de tecnologias de informação e comunicação adequados e suficientes para suplantar o processo de ensino aprendizagem e o pleno conforto de nosso aluno, suplantada por Plano de Contingência e por todos os recursos tecnológicos necessários para o funcionamento adequado da IES.

Na Sede, nos Campi e nos Polos de Apoio Presencial os recursos de tecnologias de informação e comunicação, bem como a infraestrutura tecnológica e os recursos disponíveis, estão adequados à capacidade e a estabilidade da energia elétrica, da estrutura física dos prédios, da rede lógica, do acordo com o nível de serviço, da segurança da informação, com acesso para a hospedagem nas nuvens, e em conformidade com o Plano de Contingência, com plenas condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana, caso necessário.

Dessa forma, dentre outros recursos, citamos abaixo:

• **Portal próprio para a interação professor x aluno**, mediante Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), hospedado em datacenter confiável com banda larga para acesso, com capacidade de número ilimitado de alunos e quantidade ilimitada de conteúdo;

• **Sistema de Gestão Acadêmica na versão WEB de gestão acadêmica**, que oferece todas as condições tecnológicas necessárias para a gestão acadêmica da IES, inclusive integração com outros sistemas para manutenção e guarda do acervo digitalizado e emissão de Diploma Digital, possibilitando aos alunos pleno acesso via web as demandas administrativas, financeiras e acadêmicas;

• **Contrato específico com a IESDE - INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL** e do **SAGAH**, com vistas a disponibilização de conteúdos validados pela Equipe Multidisciplinar para compor o Portal AVA;

• **Contrato específico com a BIBLIOTECA VIRTUAL UNIVERSITÁRIA 3.0 da Pearson Education**, **da Minha Biblioteca, e da EBSCO**, vinculada diretamente ao Portal AVA, com acesso a e-books compatíveis a nossa demanda de alunos, com possibilidade contratual de expansão constante. Vale salientar que se trata do maior acervo de e-books do mundo;

• **Portal de Periódicos virtual para todos os Cursos**, acessível do Portal AVA;

• **Revista Eletrônica**, acessível a partir do AVA;

• **Rede wi-fi** com internet banda larga em todas as dependências;

• **03 (três) laboratórios de informática**, com computadores multimídia e rede wi-fi com internet banda larga;

• **Computadores acessíveis nos Laboratórios de Informática**, todos com headset para utilização de portadores de necessidades visuais especiais, com programa específico para utilização dos mesmos.

• **Para o serviço administrativo e acadêmico**, dispomos de espaços físicos adequados e acessíveis, computadores, notebooks, impressoras, máquinas de xerox, internet, sistemas de comunicação, equipamentos, softwares e hardware, ergonomia, serviços, suporte e oferta que atendem plenamente o funcionamento da IES.

Dessa forma, dispomos de tecnologia atualizada que perpassa as infraestruturas de hardwares, softwares e toda estrutura de rede, tais como:

- **Infraestrutura de cabeamentos estruturados e estrutura wireless** para garantir uma alta disponibilidade e performance das nossas bandas de rede contratadas, possibilitando a garantia da qualidade dos serviços de acesso à internet pelos nossos colaboradores, alunos e comunidades que acesso a partir de nossa estrutura física;
- **Projeto bem dimensionado de nossas instalações elétricas** sempre buscando garantir o nível de serviço em nossas instalações em conformidade com o acordo de nível de serviço oferecidos pelas concessionárias;
- **Os sistemas disponibilizados** estão todos hospedados nas nuvens com a garantia de redundância dos dados e de disponibilidade dos mesmo com alta performance e segurança;
- **Utilizamos o AWS** com todas as vantagens da Amazon para garantir os atributos de disponibilidade, acessibilidade, elasticidade (alto escalonamento), e alta performance.
- **Observância da LGPD**, pois a instituição tem cuidado para garantir segurança, sigilo, privacidade e proteção dos dados e informações totalmente em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

11.16 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral:

Dispomos na Sede e nos Campi de gabinetes de trabalho para docentes em tempo integral, com sala para reunião próxima, terminal de computador, impressora, auxiliar e toda a infraestrutura e recursos tecnológicos para o desenvolvimento das respectivas atividades laborais.

11.17 Espaço de Trabalho para o Coordenador:

Dispomos na Sede e nos Campi de gabinete para os Coordenadores, com sala para reunião próxima, terminal de computador, impressora, auxiliar e toda a infraestrutura e recursos tecnológicos para o desenvolvimento das respectivas atividades laborais. Nos Polos dispomos de gabinetes de trabalho para os Coordenadores e tutores locais.

11.18 Infraestrutura dos Campi:

A UNIDOMPEDRO dispõe do Campus de Barreiras, do Campus de Jequié, e do

Campus de Luis Eduardo Magalhães, que também são Polos de Apoio Presencial da modalidade a distância. De forma sintética, descrevemos da seguinte forma:

11.18.1 Campus de Barreiras:

(cód. e-mec 1116137) Campus Barreiras: Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 106, Bairro Sandra Regina, Barreiras/Bahia**.** CEP 47.802-000.

- **Área total construída:** 3.663,61 m²;
- **Número de Pavimentos:** 02 pavimentos (térreo, mais piso superior);
- **Salas de Aula:** 20 salas com média de 60 m², climatizadas, com TV sistema Androide, e projetores por demanda.
- **Auditório:** com 200 m^2, capacidade para 300 pessoas, climatiozado, com mesa de som, retroprojetor, e dispondo de recursos tecnológicos multimídia, com conexão à internet e terminal de computador para videoconferência;
- **Sala dos Professores:** com 50 m^2, climatizada, com 3 terminais de computadores com acesso à internet, 01 TV e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.
- **Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas:** laboratórios virtuais e físicos disponíveis para saúde e engenharia. São rotativos e multidisciplinares, possuem recursos e insumos necessários para atender à demanda e recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.
- **Biblioteca:** com 270 m², climatizada, com 04 terminais de computador, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **Laboratórios de informática:** climatizado, com 60 m², possui 25 terminais de computadores e retroprojetor, dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **Para atendimento:** ampla recepção, Secretaria, salas de atendimento, gabinetes de Coordenação e de docentes com 10 m² cada em média.
- **Banheiros:** bem dimensionados e com acessibilidade;
- **Área de Convicência e Alimentação**: disponível de forma ampla e adequada.

11.18.2 Campus de Jequié:

(cód. e-mec 1116138) Campus Jequié: Avenida João Goulart, nº 171 – A, Centro - Jequié/Bahia. CEP 45.200-070.

- **Metragem total:** 700 m²;
- **Salas de Aula:** 10 Salas, com tamanho médio de 40m², climatizadas, com projetores colocados por demanda;
- **Sala dos Professores:** com 20 m², climatizada, com terminal de computador e entretenimento;
- **Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas:** laboratórios virtuais disponíveis;
- **Biblioteca:** com 50 m², climatizada, com terminais de computador, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **01 Laboratório de Informática:** com 25 maquinas, climatizado, e têm uma área total de 40m², dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **Para atendimento:** recepção com 20 m²; Secretaria com 30 m²; gabinetes de Coordenação e de docentes com 10 m² cada em média;
- **Banheiros:** bem dimensionados e com acessibilidade;
- **Área de Convicência e Alimentação**: disponível de forma adequada.

11.18.3 Campus de Luis Eduardo Magalhães:

(cód. e-mec 1101522) Campus Luis Eduardo Magalhães: Rua Rui Barbosa, quadra 35, Campus Principal, Nº Lote 16/17 - Centro - Luís Eduardo Magalhães/Bahia. CEP 47.850-000.

- **Metragem total:** 1.060,24 m²;
- **20 Salas de Aula:** com 40 m² em média, todas climatizadas e com projetores colocados em sala de aula por demanda;
- **01 Auditório:** com 96 m², com capacidade de até 100 pessoas, climatizado, e dispondo de recursos tecnológicos multimídia, com conexão à internet e terminal de computador para videoconferência;
- **Sala dos Professores:** com 20 m², climatizada, com terminal de computador e entretenimento;

- **Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas:** laboratórios virtuais disponíveis;
- **Biblioteca:** com 52,5 m², climatizada, com terminais de computador, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **01 Laboratório de Informática:** com 25 maquinas, climatizado, e têm uma área total de 40m², dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **Para atendimento:** recepção ampla, Secretaria com 30 m²; gabinetes de Coordenação e de docentes com 10 m² cada em média;
- **Banheiros:** um com acessibilidade na parte interna do prédio e 03 banheiros na parte externa (WC masculino, Wc feminino e WC unissex);
- **Área de Convicência e Alimentação**: disponível de forma adequada.

11.19 Infraestrutura dos Polos de Apoio Presencial:

A relação de Polos de Apoio Presencial da modalidade a distância está cadastrada no sistema e-mec e segue abaixo com respectivos números de registro no sistema e-mec. Toda a infraestrutura e recursos dos Polos foram lançados no sistema e-mec.

Atualmente dispomos de Polos de Apoio Presencial cadastrados e registrados no Sistema e-mec, todos com estrutura padrão que contempla a legislação vigente.

Dessa forma, a infraestrutura dos Polos contempla o que prevê o **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**, que regulamenta a LDB quanto a educação a distância, bem como a **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece quanta a estrutura mínima dos Polos:**

> Art. 11. O polo EaD deverá apresentar identificação inequívoca da IES responsável pela oferta dos cursos, manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais, especialmente:
> I - salas de aula ou auditório;
> II - laboratório de informática;
> III - laboratórios específicos presenciais ou virtuais;
> IV - sala de tutoria;
> V - ambiente para apoio técnico-administrativo;
> VI - acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar;
> VII - recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC; e
> VIII - organização dos conteúdos digitais.

Portanto, conforme prevê a legislação vigente, os Polos de Apoio Presencial da UNIDOMPEDRO dispõem, no mínimo, da seguinte infra estrutura:

I - 03 (três) Salas de aula;
II - 01 (hum) Laboratório de informática;
III - 02 (duas) Sala de tutoria;
IV - 03 (três) Ambientes para apoio técnico-administrativo;
V - Laboratórios específicos virtuais;
VI - Acervo digital de bibliografias básica e complementar;
VII - Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC;
VIII - Disponibilidade e organização dos conteúdos digitais.

Sendo que, dispomos de Polos de Apoio Presencial instalados na SEDE e no Campus de Barreiras da UNIDOMPEDRO, e nas IES do Grupo UNIDOM, Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança e Faculdade Dom Pedro II de Sergipe, que denominamos de "superpolos", pois dispõem de infraestrutura completa, inclusive de laboratórios virtuais e físicos para suplantar cursos específicos.

Vale salientar que, todos os Polos da IES se encontram disponíveis para a educação superior e a educação profissional técnica de nível médio, em apoio a modalidade a distância.

11.19.1 Infraestrutura do Polo de Ribeira do Pombal (Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança):

- **Metragem total:** média 10.593 m^2;
- **Salas de Aula:** dispõe de 30 salas de aula, sendo 07 salas de 30m^2, 10 salas de 50m^2, e 13 salas de 60m^2, todas com ventiladores, com projetores inseridos por demanda;
- **Auditório:** com 140 m^2, capacidade para 150 pessoas, climatizado, dispondo de recursos tecnológicos multimídia, com conexão à internet e terminal de computador para videoconferência;
- **Sala dos Professores:** com 30 metros, climatizada e 01 ventilador, com terminal de computador e entretenimento;
- **Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas:** dispomos de laboratórios virtuais e 12 laboratórios físicos de saúde e engenharia;
- **Biblioteca:** com 180 m^2, climatizada e com 10 ventiladores, com terminais de computador, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa

específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;

- **Salas de Informática**: 02 laboratórios com 20 máquinas em cada, média de 50m^2, climatizados e com ventiladores, dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;
- **Área de Convicência e Alimentação**: ampla área de convivência e educação integrada a natureza;

11.19.2 Infraestrutura do Polo de Lagarto (Faculdade Dom Pedro II de Sergipe):

- **Metragem Total:**

Área total do terreno: 87.572 m^2;
Área Construída para atividades escolares/acadêmicas: 6.946,55 m^2;
Ginásio de Esportes: 2.000 m^2;
Área total construída: 8.946,55 m^2;
Área livre do Parque Educacional e Socioambiental: 78.625,45 m^2.

- **Salas de Aula: d**ispomos de 44 (quarente e quatro) salas de aula com 51,75m² cada uma. Estruturadas com cadeiras próprias para atividades de ensino, quadro branco e ventiladores (inclusive cadeiras para obeso e canhoto). Os projetores de multimídia, disponíveis em quantidade suficiente, são alocados por demanda;
- **Auditório:** dispomos de 01 (um) auditório principal com 336m², climatizado, com capacidade para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas. Dispomos ainda de mais 04 (quatro) auditórios climatizados, sendo dois auditórios de 104,74 m² cada um, com capacidade para 80 (oitenta) pessoas, e outros dois auditórios de 160,00m² cada, com capacidade para 120 (cento e vinte) pessoas. Esses auditórios podem ser utilizados também como sala de aula ou para atividades específicas. Todos os auditórios são climatizados, acessíveis, confortáveis e com qualidade acústica. No auditório principal dispomos ainda de recursos tecnológicos multimídia, com conexão à internet e terminal de computador para videoconferência.
- **Sala dos Professores:** dispomos de sala coletiva dos professores com 51,75m², climatizada, com móveis para descanso, mesa de trabalho e de reunião, terminal de computador, e entretenimento disponível para os docentes, atendendo plenamente às necessidades institucionais, adequadas às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos e de

entretenimento.

- **Espaços para Atendimento aos Discentes:** dispomos de área específica para atendimento dos discentes, com box e gabinetes de atendimento individual, que atendem às necessidades institucionais, adequados às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.

- **Espaços de Convivência e de Alimentação:** dispomos de amplo espaço de convivência e alimentação, mais do que adequado às necessidades institucionais, inclusive às atividades e a acessibilidade, contemplado por todo um parque bucólico de quase 80.000m2 para o desfrute e integração dos alunos, funcionários e docentes, com a disponibilidade de serviços variados e adequados;

- **Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas didáticas: Infraestrutura Física:** dispomos de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas físicos e virtuais. Todos os laboratórios físicos são climatizados e medindo 51,75m2, adequados às atividades previstas, com acessibilidade, segurança e recursos tecnológicos, atendendo plenamente as necessidades institucionais, para os cursos de engenharia e saúde;

- **Biblioteca:** dispõe de 336 m^2, climatizada e mobiliada de forma adequada. Possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, inclusive dispõe de condições para atendimento educacional especializado, mediante a disponibilidade de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;

- **Salas de Informática:** dispomos de 03 (três) laboratórios de informática, sendo dois labs com 51,75m² (cada) e o terceiro lab com 103,5m². Todos os três laboratórios são climatizados, dispõem de 25 (máquinas), com normas de funcionamento, segurança e acessibilidade, pois dispõem de terminais com acessibilidade para Cadeirante, bem como para Portador de Necessidade Visual, com headset, teclado em braile e programa específico para utilização dos mesmos - **Programa DOSVOX**;

- **Instalações Sanitárias:** dispomos de instalações sanitárias adequadas e acessíveis, limpas e seguras, avaliadas periodicamente para melhoria constante, inclusive com banheiros com fraldários para uso familiar de nossa comunidade acadêmica.